

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**“CANDELÁRIA, UMA MULHER DA VIDA”: SABERES, PRÁTICAS E
(RE)EXISTÊNCIAS SUBJETIVAS DE UMA PEDAGOGIA PROSTITUTA**

**ARACAJU
2024**

LUZINETE ROSA DOS SANTOS

**“CANDELÁRIA, UMA MULHER DA VIDA”: SABERES, PRÁTICAS E
(RE)EXISTÊNCIAS SUBJETIVAS DE UMA PEDAGOGIA PROSTITUTA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Tiradentes –
Mestrado/Doutorado, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação e Formação
Docente

ORIENTADOR: Profa. Dr.(a) Prof. Simone Silveira
Amorim,

COORIENTADOR: Prof. (o) Dr. Gregory da Silva
Balthazar

**ARACAJU
2024**

S237c Santos, Luzinete Rosa dos
“Candelária, uma mulher da vida”: saberes, práticas e (re) existência subjetivas de uma pedagogia prostituta / Luzinete Rosa dos Santos; orientação [de] Prof.^a Dr.^a Simone Silveira Amorim, Prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar – Aracaju/ SE: UNIT, 2023.

167 f.il; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes 2023

1.Putafeminismo 2. Educação 3. Prostituição 4. Associação Sergipana de Prostitutas (ASP). I. Santos, Luzinete Rosa dos II. Amorim, Simone Silveira (orient.). III. Balthazar, Gregory da Silva (orient.). IV. Universidade Tiradentes. V. Título.

CDU: 572:392.65

Gislene Maria S. Dias CRB-5/1410

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **SIMONE SILVEIRA AMORIM**
Data: 11/03/2024 10:58:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. (a) Simone Silveira Amorim (Orientador)
Universidade Tiradentes – (UNIT)

Documento assinado digitalmente
 **GREGORY DA SILVA BALTHAZAR**
Data: 07/03/2024 18:00:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. (o) Dr. Gregory da Silva Balthazar (Coorientador)
Universidade do Extremo Sul Catarinense– (UNESC)

Documento assinado digitalmente
 **RONALDO NUNES LINHARES**
Data: 11/03/2024 11:30:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. (o) Dr. Ronaldo Nunes Linhares (Avaliador interno)
Universidade Tiradentes – (UNIT)

Documento assinado digitalmente
 **FABIANA RODRIGUES SOUSA DE SANTO**
Data: 06/03/2024 20:55:58-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. (a) Fabiana Rodrigues de Sousa (Avaliador externo)
Universidade São Francisco- (USF)

Documento assinado digitalmente
 **LIMA DE REZENDE CARDOSO**
Data: 07/03/2024 07:35:28-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. (a) Livia de Rezende Cardoso (Avaliador externo)
Universidade Federal de Sergipe- (UFS)



Prof. Dr. (a) Lydia Huerta (Avaliador externo)
Universidade de Nevada

Dedico este trabalho a todas as mulheres do Brasil, em especial a *In memoriam* de Candelária, falecida em maio de 2020.

Mulher da Vida,
Minha irmã.
De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades
e carrega a carga pesada
dos mais torpes sinônimos,
apelidos e ápodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à toa.
Mulher da vida,
Minha irmã.

Mulher da vida de Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Candelária, por tudo que compartilhamos e, principalmente, por todo afeto e respeito. Agradeço, também, as demais prostitutas pelos diálogos e, sobretudo, por compartilhar suas experiências comigo. Gratidão ao meu Paizinho do céu, dono de toda ciência.

Tenho o coração grato a minha mãe, por me ensinar os saberes necessários para ser uma puta mulher. Obrigada, também, ao meu pai, um agricultor do interior sergipano, homem forte, de quem herdei o amor pelos meus sonhos. Aos meus irmãos, minha gratidão e carinho. Gratidão ao meu esposo, André: te amo!

Ao Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI), pelas trocas que contribuíram com a minha formação. Sou grata a cada um de vocês que fazem parte desse grupo que traz à essência da nossa líder, minha amiga e professora Dr^a Ilka Miglio de Mesquita, a quem não posso deixar de agradecer por todo ensinamento. Um agradecimento especial ao meu companheiro e irmão de orientação e da vida, Gustavo.

Agradeço ao meu amigo e coorientador Gregory, que sorte você ter cruzado meu caminho! Sou grata, também, a professora Simone Amorim, por conduzir com tanta leveza todo esse processo. Aos professores, membros da banca examinadora, pela leitura sensível e cautelosa e por todas as contribuições. Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, pela contribuição durante toda essa jornada.

À Universidade Tiradentes e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo auxílio financeiro e por possibilitar o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos amigos que cercam a minha vida.

Gratidão, também, aos meus colegas da turma do doutorado, de forma muito carinhosa, Patrícia, Izabel e Fabiana, obrigada pelo companheirismo.

Sigo feliz e grata!

SANTOS, Luzinete Rosa dos. **“CANDELÁRIA, UMA MULHER DA VIDA”: SABERES, PRÁTICAS E (re)existências SUBJETIVAS DE UMA PEDAGOGIA PROSTITUTA.** (183f.). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes. Orientador: Simone Silveira Amorim. Aracaju, 2024.

RESUMO

A partir do diálogo com um grupo de mulheres prostitutas, esta tese foi desenvolvida com objetivo compreender a trajetória de vida de Candelárias e os (des) caminhos que a levaram a construir, com outras prostitutas, a ASP, enquanto dimensões fundamentais de uma Pedagogia Prostituta; tendo em vista a trajetória política e vivências dessa militante no processo pedagógico e educativo coletivos que as permitem se afirmarem como sujeitos prostitutas. Para tanto, entender como a referida pedagogia se constitui, implicou perceber que ela emerge das próprias vivências dentro da ASP. A presente tese está inserida no campo dos estudos de Gênero e Educação, estabelecendo o diálogo mais frontalmente com as preposições do feminismo negro e também da pedagogia decolonial. Essa tese foi desenvolvida no âmbito do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED-UNIT), na linha de pesquisa educação e formação docente. A investigação contou com um trabalho de campo, o grupo pesquisado é composto de mulheres prostitutas, assistidas pela ASP, além da presidente da associação de Candelária. As participantes desse estudo são, em sua maioria, autodeclaradas negras, de baixa renda. As entrevistas narrativas aconteceram por meio de encontros em locais escolhidos pelas mulheres como praça, bares, residências, entre outros. As técnicas utilizadas foram entrevistas de histórias de vida, além de contatos com sujeitos que conheceram a atuação de Candelária na ASP. A construção das análises foram utilizados também os documentos da ASP junto aos materiais das atividades da Associação, relatos de entrevistas, registro em diário de campo. A execução desta investigação demandou uma análise das ações desenvolvidas na ASP. A aposta central se concentrou numa Pedagogia Prostituta que emerge nas experiências de mulheres prostitutas, uma prática pedagógica que é, ela mesma, reinvenção da própria existência, para resistir às múltiplas formas de opressão. Isso se configura em uma Pedagogia Prostituta, que inspira e suscita outras aprendizagens advindas de um modo de conceber saberes outros. Os resultados evidenciam as ações realizadas na associação são Pedagogia Prostituta, capazes de educar mulheres na prática da prostituição. A experiência vivida de Candelária fez com que ela mobilizasse um putafeminismo tendo como premissa um processo pedagógico de uma criação artesanal, em um sentido estético mesmo, da subjetividade. Assim, as ações organizadas por Candelária revelam sua potência educativa, através de um processo de partilhas dos saberes no seio dos coletivos de prostitutas para educar dentro da militância e, com isso, curar o corpo político ferido das prostitutas. A ASP é experiência vivida, é memória deixada nas marcas de suas práticas educativas.

Palavras-chave: Putafeminismo. Educação. Prostituição. Associação Sergipana de Prostitutas (ASP).

SANTOS, Luzinete Rosa dos. **“CANDELÁRIA, A WOMAN OF LIFE”: KNOWLEDGE, PRACTICES AND SUBJECTIVE (RE)EXISTENCES OF A PROSTITUTE PEDAGOGY.** (183f.). Thesis (Doctorate in Education) – Tiradentes University. Advisor: Simone Silveira Amorim. Aracaju, 2024.

ABSTRACT

Based on dialogue with a group of female prostitutes, this thesis was developed with the aim of understanding Candelárias' life trajectory and the (mis)paths that led her to build, with other prostitutes, the ASP, as fundamental dimensions of a Prostitute Pedagogy ; taking into account the political trajectory and experiences of this activist in the collective pedagogical and educational process that allows them to assert themselves as prostitutes. To this end, understanding how the aforementioned pedagogy is constituted implied realizing that it emerges from one's own experiences within ASP. This thesis is inserted in the field of Gender and Education studies, establishing a more direct dialogue with the prepositions of black feminism and also decolonial pedagogy. This thesis was developed within the scope of the Postgraduate Program in Education at Tiradentes University (PPED-UNIT), in the line of research on education and teacher training. The investigation included field work, the group researched is made up of female prostitutes, assisted by the ASP, in addition to the president of the Candelária association. The participants in this study are, for the most part, self-declared black, low-income. The narrative interviews took place through meetings in places chosen by the women, such as squares, bars, homes, among others. The techniques used were life story interviews, in addition to contacts with subjects who knew Candelária's work at ASP. To construct the analyses, ASP documents were also used along with materials from the Association's activities, interview reports, and field diary records. The execution of this investigation required an analysis of the actions developed at ASP. The central focus focused on a Prostitute Pedagogy that emerges from the experiences of prostituted women, a pedagogical practice that is, itself, a reinvention of existence itself, to resist multiple forms of oppression. This is configured as a Prostitute Pedagogy, which inspires and encourages other learning arising from a different way of conceiving knowledge. The results show that the actions carried out in the association are Prostitute Pedagogy, capable of educating women in the practice of prostitution. Candelária's lived experience made her mobilize a putafeminismo based on the premise of a pedagogical process of an artisanal creation, in an aesthetic sense, of subjectivity. Thus, the actions organized by Candelária reveal their educational power, through a process of sharing knowledge within groups of prostitutes to educate within the militancy and, with this, heal the wounded political body of prostitutes. ASP is a lived experience, it is a memory left in the marks of its educational practices.

Keywords: Putafeminism. Education. Prostitution. Sergipe Association of Prostitutes (ASP).

SANTOS, Luzinete Rosa dos. **“CANDELÁRIA, MUJER DE VIDA”: CONOCIMIENTOS, PRÁCTICAS Y (RE)EXISTENCIAS SUBJETIVAS DE UNA PEDAGOGÍA PROSTITUTA. (183y sigs.).** Tesis (Doctorado en Educación) – Universidad Tiradentes. Asesora: Simone Silveira Amorim. Aracajú, 2024.

RESUMEN

A partir del diálogo con un grupo de prostitutas, esta tesis se desarrolló con el objetivo de comprender la trayectoria de vida de Candelárias y los (des)caminos que la llevaron a construir, con otras prostitutas, la ASP, como dimensiones fundamentales de una Pedagogía de la Prostituta; teniendo en cuenta la trayectoria política y las experiencias de esta activista en el proceso pedagógico y educativo colectivo que les permite afirmarse como prostitutas. Para ello, comprender cómo se constituye la pedagogía antes mencionada implica darse cuenta de que surge de las propias experiencias dentro de la ASP. Esta tesis se inserta en el campo de los estudios de Género y Educación, estableciendo un diálogo más directo con las preposiciones del feminismo negro y también de la pedagogía decolonial. Esta tesis se desarrolló en el ámbito del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Tiradentes (PPED-UNIT), en la línea de investigación sobre educación y formación docente. La investigación incluyó trabajo de campo, el grupo investigado está compuesto por prostitutas, asistidas por la ASP, además de la presidenta de la asociación Candelária. Los participantes en este estudio son, en su mayor parte, personas autodeclaradas de raza negra y de bajos ingresos. Las entrevistas narrativas se dieron a través de encuentros en lugares elegidos por las mujeres, como plazas, bares, viviendas, entre otros. Las técnicas utilizadas fueron entrevistas de historias de vida, además de contactos con sujetos que conocían el trabajo de Candelária en la ASP. Para construir los análisis, también se utilizaron documentos ASP junto con materiales de las actividades de la Asociación, informes de entrevistas y registros diarios de campo. La ejecución de esta investigación requirió un análisis de las acciones desarrolladas en la ASP. El enfoque central se centró en una Pedagogía de la Prostituta que emerge de las experiencias de mujeres prostituidas, una práctica pedagógica que es, en sí misma, una reinención de la existencia misma, para resistir múltiples formas de opresión. Esto se configura como una Pedagogía Prostituta, que inspira e incentiva otros aprendizajes surgidos de una forma diferente de concebir el conocimiento. Los resultados muestran que las acciones realizadas en la asociación son de Pedagogía de la Prostitución, capaces de educar a las mujeres en la práctica de la prostitución. La experiencia vivida por Candelária la hizo movilizar un putafeminismo basado en la premisa de un proceso pedagógico de creación artesanal, en un sentido estético, de subjetividad. Así, las acciones organizadas por Candelária revelan su poder educativo, a través de un proceso de compartir conocimientos dentro de grupos de prostitutas para educar dentro de la militancia y, con ello, sanar el cuerpo político herido de las prostitutas. ASP es una experiencia vivida, es una memoria dejada en las huellas de sus prácticas educativas.

Palabras clave: Putafeminismo. Educación. Prostitución. Asociación de Prostitutas de Sergipe (ASP).

LISTA DE SIGLAS

ANPEd- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ASP- Associação Sergipana de Prostitutas
ASTRASSE- Associação das Trabalhadoras do Sexo de Sergipe
APROCE- Associação das Prostitutas do Ceará
APROSBA- Associação de prostitutas da Bahia
Capes- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CUTS- Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais
CIC-Centro de Convenções de Sergipe
DGV- Delegacia de Grupos Vulneráveis
DST-Doenças Sexualmente Transmissíveis
FUNCAP- Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe
IFS- Instituto Federal de Sergipe
ISTs- Infecções Sexualmente Transmissíveis
GAPA- Grupo de Apoio e Prevenção à Aids em Sergipe
LGBTQ+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares
NEP- Núcleo de Estudos da Prostituição
(CBO) - Classificação Brasileira de Ocupações
ONGs- Organização Não Governamental
PMM- Programa Mulheres Mil
PEPM- Plano Estadual de Políticas para Mulheres
SEIT-Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIT- Universidade Tiradente

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Foto entrevista.....	45
Figura 02 - Foto dos pesquisadores catalogando as fontes.....	51
Figura 03 - Roda de conversa no Núcleo de Atenção ao Trabalho - NAT (2022)	54
Figura04 - Fotos Candelária.....	65
Figura 05 - Foto Beco dos Cocos.....	68
Figura 06- Foto prostitutas na orla.....	94
Figura 07- Foto Panfleto Informativo.....	95
Figura 08- Foto Candelária na ASP.....	99
Figura 09 - Foto campanha da ASP.....	102
Figura 10- Caderno de alfabetização de Candelária.....	110
Figura 11- Projeto previna-se mulher.....	113
Figura 12 - Boletim da ASP ed. 07.....	115
Figura 13- Boletim da ASP ed. 08.....	118
Figura 14- Foto das ações realizadas nas ruas de Aracaju.....	120
Figura 15- I Encontro ASP de Profissionais do Sexo de Sergipe.....	122
Figura 16- Capa do Guia Previna-se.....	124
Figura 17 – Baralho de prevenção em DST/AIDS.....	125
Figura 18- Exposição jovens saudáveis.....	126
Figura 19- Candelária na exposição jovens saudáveis.....	127
Figura 20 - Foto Cursos profissionalizantes.....	128
Figura 21 - Foto do prêmio Cláudia.....	129
Figura 22 – Fotos do filme.....	130
Figura 23 – Revista em quadrinhos.....	137
Figura 24 – Foto Candelária com as prostitutas na rua.....	139
Figura 25- Foto do Guia previna-se.....	152

SUMÁRIO

1	NOS OUÇAM.....	22
1.1.	Compondo a escrita: questões de pesquisa, os objetivos e a tese.....	22
1.2	Aparato e (re)existência teórica.....	30
1.3	Pedagogia Decolonial e Pedagogia Prostituta.....	33
1.4	Educação transgressora, Educação outra.....	34
2.	PERCURSO METODOLÓGICO.....	39
2.1	Planejamento: linhas iniciais trilhadas.....	39
2.2	Linhas desviantes: Pesquisa no contexto de pandemia.....	43
2.3	Aproximações do campo de pesquisa.....	57
3.	“CANDELÁRIA. ALÍVIO DE DORES. MIRA MIL AMORES, CANDÉ. ÀS VEZES SEM BEIJO NEM FLORES”.....	62
3.1	Candelária, “Deusa Nua de Aracaju”: criaturas de luz e escuridão.....	63
3.2	Candelária, “uma mulher da vida”.....	78
4.	“CANDELÁRIA- AQUELA QUE CONDUZ” E AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DE (RE)EXISTÊNCIAS DA ASP.....	85
4. 1	“[...] Você não vai fazer nada?”: O chamado à militância pelas Prostitutas.....	85
4. 2	“Escrever para fazer história” na rua, na praça, na luta.....	103
5.	ASP, LUTA, MOVIMENTO DE (RE)EXISTÊNCIAS E PEDAGOGIA PROSTITUTA: TRAJETÓRIAS SOBRE O COTIDIANO DA PROSTITUIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SABERES.....	133
5.1	“Na rua a gente tem que ser muito mulher”: Saberes das putas.....	134
5.2	Pedagogia das putas: saberes outros.....	149

5. 3 “O mundo não é fácil para uma mulher negra como eu”: Sexismo, racismo e sexualidades dissidentes.....	161
6.PALAVRAS FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS.....	176

PRÓLOGO

[...] a minha memória escreveu em mim e sobre mim, mesmo que toda a paisagem externa tenha sofrido uma profunda transformação, as lembranças, mesmo que esfiapadas, sobrevivem. E na tentativa de recompor esse tecido esgarçado ao longo do tempo, escrevo. Escrevo sabendo que estou perseguindo uma sombra, um vestígio talvez. (Evaristo, 2009)

Juntando o tom da minha voz a da companheira Conceição Evaristo, teço aqui minha escrevivência, em um difícil gesto de escrever, colocar em palavras, aquilo que é carne viva em mim. Longe da ideia de uma autoria fundante, penso o exercício da escrita como um singelo, e, por isso, potente, exercício de dar a ver a alteridade pulsante que marca e atravessa minha subjetividade como mulher negra. Faço isso com diferentes linhas, com distintas cores, em uma tessitura que dá corpo, vazão, volume a um novelo. Um eu que é nós, um nós que é eu. O gesto da escrita de uma mulher negra que traz, em si, as vivências em comunidade, do nosso do povo preto. Trago minhas memórias e experiências vividas com os meus, para celebrar a liberdade de poder escrever a minha história. Assim, “quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um “corpo-mulher-negra em vivência”, e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta”. (Evaristo, 2009, p.18).

Guiada pelos ensinamentos de Evaristo (2009), faço um exercício de escrever sobre minhas vivências. A autora citada denomina essa escrevivência como escrita indissociável das próprias experiências de vida. É desse lugar que rememoro para recontar os fatos e escrever a apresentação desta tese. Nesta perspectiva, não se trata de encontrar nas escritas de si uma “verdade” preexistente ao ato de biografar, dá forma às minhas experiências e sentido ao que antes não tinha, como “[...] constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados, mediante o processo de biografização. ” (Passeggi; Souza; Vicentini, 2011, p. 371).

Aqui, então, começo a tentar definir as vibrações das tramas, dos nós atados e desatados, dos findares que se confundem com os inícios do novelo que sou e tu, que sou nós: Luzinete e Jade, Jade ou Luzinete. Sou a oitava filha de Benalva Maria da Cruz e Elizario Rosa dos Santos, analfabetos e trabalhadores rurais. Sou graduada em Pedagogia

e Serviço Social, com mestrado em Educação e doutorado em Educação pela Universidade Tiradentes. O que relatarei a seguir vai além das formalidades próprias dos diplomas e das certificações de produção acadêmica, pois o que pretendo é expor os caminhos percorridos que alicerçaram a minha formação e atuação em atividades no campo social e educacional. Buscarei também revelar os pressupostos teóricos e metodológicos que me guiaram até os resultados alcançados na construção desta tese.

“A filha de um casal de lavradores”: sobre o meu lugar e minha formação

Levo minha mãe comigo Embora já se tenha ido Levo minha mãe
comigo Talvez por sermos tão parecidos Levo minha mãe comigo De
um modo que não sei dizer Levo minha mãe comigo Pois deu-me seu
próprio ser Mas se eu me levantar Ninguém irá saber E o que me fez
morrer Vai me fazer voltar (Elza Soares)

Nascida no dia 28 de maio de 1983, na sala de uma pequena casa de “taipa”, pega pelas mãos da experiente parteira Francisca, no sítio Cantinho, interior de Sergipe. Nas minhas primeiras memórias, minha primeira professora, Dona Edite, com quem conheci os rudimentos do ler, escrever e contar, saberes rudimentares que me proporcionam rumar em direção aos saberes elementares que a escola exigia. No povoado Jardim, estudei no Grupo Escolar Antônio Ayres, até a quarta série e, no tempo esperado, segui para a cidade de Itabaianinha, onde estudei no Colégio Estadual Monsenhor Olímpio Campos até a 8ª série. Em 2001, iniciei o Ensino Médio no Colégio Estadual Deputado Raimundo Lima Vieira, sempre estive interessada pelas disciplinas de Literatura, História e Sociedade e Cultura. Fato que me fez optar pelo curso de Serviço Social, que no contexto também era o mais próximo da minha cidade e com valor acessível.

Em 2007, ingressei no curso de Serviço Social, junto à Universidade Tiradentes (Unit), campus Estância, mensalidade paga com o dinheiro recebido a partir do trabalho no mercado da família. Nesse contexto, cursei a disciplina de Movimentos Sociais, ministrada pela Prof.^a Kátia Araújo. Na ocasião, a professora trazia alguns autores do Serviço Social como José Paulo Netto e Marilda Iamamoto e, ao assistir às suas aulas, ficava claro para mim o que queria fazer. A ideia era/é que a disciplina possibilite, a quem a ela se dedique, a construção de utensílios mentais que favoreçam a compreensão dos movimentos sociais. Nos primeiros anos do curso, tive a oportunidade de realizar um estágio extracurricular, atuando em programas sociais do governo federal.

Em 2011, recém-formada em Serviço Social, participei da III Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres, momento crucial de contato com a luta das mulheres, por ocasião da “Marcha das Margaridas¹”, realizadas no período do governo de Dilma Rousseff e Marcelo Déda (governador do Estado de Sergipe), o que resultou na construção da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, estimulando as diversas instâncias governamentais a pensar sobre o impacto de suas políticas sobre as relações desiguais entre homens e mulheres. Entre as principais diretrizes da coordenadoria está a formação de um banco de dados sobre a mulher, além da elaboração e implementação do Plano Estadual de Políticas para Mulheres (PEPM).

No período entre 2016 e 2018, desenvolvi pesquisa no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED-UNIT), que resultou a elaboração da minha dissertação de mestrado “Escravidão e Direito Civil no romance ‘Rosaura, a enjeitada’, de Bernardo Guimarães²”, orientada pela Profa. Dra. Ilka Miglio de Mesquita. Nesse período, realizei duas viagens a Belo Horizonte/Minas Gerais com objetivo de participar “Colóquio de Verão³”, em 2015 e 2016, entre as atividades contamos com palestra da Profa. Dra. Claudia Mayorga, na ocasião a professora tratou da relação entre gênero e mulheres prostitutas, situando alguns mecanismos psicossociais que impedem o acesso das prostitutas ao circuito instituído de reconhecimento social,

¹ Marcha das Margaridas, uma mobilização feminista realizada no Brasil sob a liderança das mulheres do campo, da floresta e das águas, a partir dos anos 2000, considerado o tempo de ascensão das novas direitas. A Marcha é organizada pelas mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em aliança com outros movimentos sociais, centrais sindicais e organizações internacionais.

² Esta produção teve como objetivo principal: compreender como Bernardo Guimarães posicionou-se em relação à escravidão e ao Direito Civil no referido romance, entre os anos de 1847 e 1883.

³ O Colóquio de Verão foi realizado a partir do financiamento do Programa de Estímulo a Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação em Sergipe/Edital 08/2013 – ligado ao projeto “MODERNO, MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO: a educação nos projetos de Brasil séc. XIX e XX”. Este Programa de Pesquisa reúne objetos de investigação que se organizam em torno do interesse em problematizar processos históricos de gestação de projetos de Brasil, elaborados pela intelectualidade brasileira no período compreendido entre 1820 e 1970. Interessa-nos sistematizar e interrogar conceitos, argumentos e intencionalidades presentes em discursos e ações que atribuíram à educação escolar o lugar de instância mediadora dos processos de construção da cultura nacional e racionalização de manifestações culturais diversificadas. Pretendemos, por intermédio da pesquisa, fazer avançar a elaboração de uma teoria sobre o lugar da intelectualidade brasileira na construção da esfera pública e produzir entendimentos sobre as noções de moderno, modernidade e modernização, presentes nesses projetos. Partimos do suposto que ideias, argumentos e conceitos mobilizados pela intelectualidade brasileira ao elaborar projetos de Brasil expressam dilemas e ambiguidades vividas pela sociedade brasileira, em face da urgência de se instaurar processos de universalização e totalização que deveriam servir Como guia das sociedades interessadas/envolvidas com o paradigma da modernidade. A investigação contempla a perspectiva da longa duração e pretende produzir conhecimento sobre as articulações e desdobramentos da relação intelectuais e educação, a partir de alguns temas/questões. Projeto financiado: EDITAL CAPES/FAPITEC/SE N° 08/2013 - Programa de Estímulo a Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação em Sergipe (PROMOB).

analisando a associação desses mecanismos com experiências de enfrentamento e resistência a dinâmicas de desqualificação social.

No período entre 2018 e 2019, atuei junto ao Instituto Federal de Sergipe (IFS), na execução do Programa Mulheres Mil (PMM⁴), o programa propunha que mulheres moradoras de comunidades integrantes dos territórios da cidadania e/ou comunidades com baixo índice de desenvolvimento urbano tivessem uma formação educacional, profissional e tecnológica, uma elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, economia solidária e empregabilidade.

Ao terminar a dissertação tinha muitas inquietações, mas também uma certeza: eu queria fazer uma tese escrita por uma professora e Assistente Social. A porta de entrada para a temática da prostituição se deu através de uma entrevista exibida pela TV local, na qual relatava o problema do saneamento básico nas ruas do bairro Coroa Meio, localizado nas proximidades da orla marítima de Aracaju-SE. Durante a entrevista, a repórter interrogava aos moradores sobre a problemática da pavimentação, porém os entrevistados apresentavam reclamações associadas à presença das prostitutas nas ruas, como relatou uma das moradoras entrevistadas: “[...] essas mulheres deixam as ruas com aspectos de sujeiras e violência.” Tal argumento chamou minha atenção e, a partir de então, comecei a refletir sobre a existência das mulheres prostitutas na relação com a cidade. Ao ouvir essas palavras comecei a pesquisar sobre a vida dessas mulheres prostitutas e, foi a partir daí que, encontrei informações a respeito da ASP e da Candelária.

Em 2019, iniciei meu curso de Doutorado, junto ao Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED-UNIT), sob orientação da Profa. Dra. Simone Silveira Amorim e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No momento, ainda não tinha definições muito claras sobre meu tema de pesquisa, quando, por ocasião da disciplina “Pesquisa em Educação”, ministrada pelas Profas. Dras. Simone Silveira Amorim, Trícia Kress e Patricia Krueger-Henney (UMass Boston e do Molloy College), tomei contato com leituras do Paulo Freire e visualizei a possibilidade de relacionar o tema da prostituição com educação popular.

⁴ O PMM é reconhecido como Política Pública afirmativa, de inclusão social e equidade, instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, integrando o Plano Brasil Sem Miséria (BRASIL, 2011).

Em 2021, cursei a disciplina “Educação e Gênero”, ministrada pelo Prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar, coorientador desta tese. Em suas aulas, ficou evidente que gênero como matéria de uma diferença radical que pode, talvez, nos permitir vislumbrar, no campo da educação (mas, certamente, no tecido social de forma mais ampla), um caminho para a construção de formas mais plurais de resistência diante do momento político reacionário que vivemos no Brasil. Com estas disciplinas, minha tese de doutorado tomou forma e foi encorpada a partir das leituras de Judith Butler, Berenice Bento, Sandra Andrade, Michel Foucault e Guacira Lopes Louro.

Em 2022, me vinculei a outras redes, associações, pelos tantos webinários e demais eventos que assisti sobre o tema, destaco o grupo de estudos Puta Diálogos, organizado por Elisiane Pasini e Fernanda Priscila Alves, que frequento e que me ajuda a me sentir menos sozinha, especialmente no período de isolamento social.

A Pandemia do coronavírus, novo vírus que atravessou seus diferentes “cantos” sem pedir licença, marcou o mundo e afetou a vida de todas as pessoas em diferentes dimensões, vivemos as dores e tristeza da perda de muitas pessoas acometidas pela doença. Diante desse contexto, meu desafio era fazer uma pesquisa com mulheres que trabalham nas ruas, em um tempo em que o mundo precisava “ficar em isolamento social”.

A pandemia tem um impacto diferente na vida de muitas pessoas. Enquanto muitos lutavam para resistir ao vírus, outros lutavam contra o vírus e a disparidade social promovida pela ausência de políticas públicas de assistência à população que atuam nas ruas das cidades brasileiras, como é o caso das prostitutas. Essa é a realidade enfrentada diariamente no dilema real entre ficar em casa com fome ou sair em busca do pão. No meio de tantas outras notícias difíceis sobre o vírus e a fome que adentrava as casas das prostitutas eu recebo a notícia da partida de Candelária a quem chamo de elemento central da minha pesquisa.

A escrita deste prólogo deu forma às minhas experiências e um sentido que antes não tinha. Delory-Momberger (2008) nos convida a reconhecer o papel determinante da mediação narrativa nos processos de construção de si, de ordenar e de organizar a própria existência. Dirijo-me aos leitores desta tese enquanto uma jovem pesquisadora que busca o sentido das próprias experiências vividas no contato com outras mulheres, inclusive prostitutas.

Ao fazer isso lembro dos (des) caminhos percorridos em busca do meu entendimento como mulher negra que tem sua existência atravessada por marcadores sociais como: machismo, racismo e sexismo. Nesse contexto, pego-me inspirada a produzir uma tese sobre mulheres prostitutas. A partir de então comecei a repensar minha história de vida e de tantas outras mulheres que atravessaram a minha existência. Ouvir Candelária me levou a fazer uma viagem para dentro de mim para pensar minha subjetividade e meu entendimento sobre o lugar social feminino. Tudo isso me permitiu reencontrar as memórias da minha infância, especialmente minhas vivências escolar e social enquanto mulher negra, em muitas situações enfeitada pela cor da tez. Com isso, revisitei lugares e momentos, entre eles quero aqui destacar situações vividas no início de minha formação escolar.

Na primavera no Grupo Escolar Antônio Ayres havia uma festa tradicional denominada “Festa dos Frutos”. Na festividade ocorriam desfiles das alunas, tradicionalmente era escolhida a rainha da festa. Lá estava eu, levantava a mão e me candidatava logo em seguida a diretora retrucava: “Não, você não dá! ”. Ela parecia dizer que não era possível alguém com minha cor se candidatar ao desfile, logo a colega com pele “branca”, com traços europeus, cabelos lisos e olhos claros era convidada a desfilar.

Nesse fluxo rememorativo, lembro-me das festas juninas e lá estava novamente. Na feita era escolhida a rainha, lancei minha candidatura com muita intrepidez: “Professora, quero ser a rainha da pipoca!”, da porta da sala ouvi a voz da diretora que apontou para a menina “branca”. Calei-me! Logo voltou a diretora à classe, desta vez não me candidatei, fui convidada: “Você será a rainha do amendoim”. No outro dia, voltei à escola e perguntei para minha professora porque só posso ser rainha do amendoim e as minhas colegas da pipoca e do milho, segui sem resposta.

Esse relato da minha vida estudantil é uma dor vivida, que me inspira a fazer pesquisa com prostituta, essa minha vontade de escrever sobre a militância de Candelária foi motivada pelo desejo de falar dessas dores que nos fazem iguais e irmãs de lutas e (re)existência: nós, mulheres pretas. Ou seja, essas vivências me levaram a pensar esse tema de pesquisa e investir em uma tese que tem como elemento principal a vida de Candelária que, para mim, representa a resistência da mulher nordestina, pois as marcas deixadas por ela me inspiram a resistir.

Além disso, vi em Candelária uma pedagogia de vida, essa é uma pedagogia construída através das nossas dores, pois não é fácil para mim, mulher negra, e não fácil

para ela, mulher negra e prostituta. Nesse sentido, vamos tecendo juntas essa pedagogia, pois nos encontramos na dor, e esse é um encontro potente onde transformamos a dor em resistência.

Essa resistência me trouxe até aqui e, como mulher e pesquisadora negra, tenho buscado fraturar a lógica social ao desenvolver em uma universidade particular um estudo que envolve sujeitos sexualmente dissidentes. Pesquisar o tema do trabalho sexual em um Programa de Pós-Graduação em Educação é um desafio importante na minha formação, pois aprendo sobre a urgência de romper com conservadorismo e a imposição da lógica neoliberal na educação, problematizando as questões de gênero e sexualidade. Como nos lembrou a pesquisadora Fabiana Rodrigues de Sousa, segundo Paulo Freire, não devemos nos quedar ao fatalismo e, tampouco, apreender as situações-limite como obstáculos intransponíveis, pelo contrário que possamos seguir problematizando as desigualdades de gênero e a estratificação sexual com vistas à transformação da realidade.

1. NOS OUÇAM

Querida companheira de luta... de batalha!

Falamos de trabalhadora do sexo para trabalhadora do sexo.

Queremos que saiba que você não está sozinha, somos muitas, centenas, milhares. Estamos na noite, no frio, na madrugada, nas praças, nas boates, mas, se for preciso, encaramos o calor do dia.

Surgimos como loiras, morenas, negras, somos mulheres, a outra, a quenga, a amante, a fiel, a puta. Também somos mãe, filha, amiga e companheira.

Além disso, somos gostosas, fogosas e com muito desejo. Somos fortes, corajosas, destemidas, frágeis, alegres, infelizes, um misto de choro e riso, de sonho e desespero, de pecado e dor.

Somos humanas apesar de sobreviver no mundo hostil e obscuro da prostituição.

Nós mulheres que já vencemos tantas barreiras, fizemos tantas conquistas. Estamos conscientes de ter vencido algumas batalhas, mas falta vencer a guerra de preconceito, da violência e desigualdade. Para que isso aconteça é preciso união e organização. Quando nos unimos e gritamos é mais fácil que nos ouçam (Discurso de Candelária, no I encontro ASP de profissionais do sexo de Sergipe 08 e 09 de 2002).

O discurso que abre esta tese foi realizado por Candelária⁵, prostituta fundadora da Associação Sergipana de Prostitutas (ASP), em 2002, durante o I Encontro de Prostitutas de Sergipe. A interlocutora desta tese, ao afirmar a própria existência num contexto que deseja negá-la, cria outras possíveis formas de vida. Entendemos, nessa fala, que Candelária produziu em seu discurso uma análise sua, a partir de sua experiência viva, sobre o processo de cartografia sociocultural que demarca a subjetividade e o corpo da prostituta como uma existência legada ao “desespero, pecado e dor”. Esse discurso pode ser entendido como uma maneira de demonstrar como marcadores sociais, como classe e gênero, inscrevem uma política de precarização e vulnerabilização sobre a vida dessas mulheres. Talvez, como tão bem escreveu Chico Buarque de Holanda (1979) em *Geni e o Zepelin*, “O seu corpo é dos errantes dos cegos, dos retirantes. É de quem não tem mais nada.” Assim, seu conteúdo, é emblemático para pensar questões que envolvem esse grupo social que se articula na luta contra diversos estigmas postos sobre elas.

⁵ Candelária é o pseudônimo de Maria Niziana Castelino, ou seja, antes de ser Candelária era Maria Niziana Castelino. Ela nasceu em Pernambuco, mas ainda jovem mudou-se para Aracaju-SE. Candelária sempre se considerou Aracajuana de coração.

Essa fala de Candelária revela a prostituição como uma prática social complexa, atravessada por uma diversidade de relações sociais. A prostituição não é exclusivamente pautada pela troca de dinheiro por serviços sexuais, mas, antes, abrange uma diversidade de aspectos carregados de dor, violência e, sobretudo, resistência. Afinal, e como tão bem nos ensinou Foucault (1988, p. 91), “[...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Para Candelária, coletividades, como a ASP, são uma forma de construir uma resistência às diferentes formas de injúria e violência vividas pelas prostitutas: “quando nos unimos e gritamos é mais fácil que nos ouçam” (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Sabemos que, como reflexo de um patriarcado histórico e colonial, as mulheres ainda sofrem e são reprimidas, uma vez que, no Brasil, “as mulheres [são] mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades” (Gonzales, 2020, p.132). Além disso, e por nosso passado colonial, a moral cristã ainda está profundamente enraizada em nossa sociedade: “Joga pedra na Geni. Ela é feita para apanhar. Ela é boa de cuspir. Ela dá pra qualquer um. Maldita Geni” (Holanda, 1979). Assim, ainda hoje jogamos pedras em muitas “Genis” que ocupam as esquinas dos grandes centros urbanos, em uma política social da violência como sintoma da vulnerabilização de certas experiências, certos corpos e, com isso, o Brasil somatiza um alto índice de mortalidade cometido contra as mulheres.

O Brasil é o 5^o país do mundo no ranking do feminicídio. Em Sergipe, a realidade não destoa da nacional. Temos, proporcionalmente, um dos índices mais altos de violência contra as mulheres. Pesquisas revelam que, desde 2021, o Estado de Sergipe passou a liderar nacionalmente o ranking de violência contra a mulher. Quando essas mulheres realizam práticas sexuais consideradas marginalizadas, como é o caso das prostitutas, essa opressão passa a ser maior. Elas estão certamente mais sujeitas a sofrer violência. As mulheres têm suas vidas marcadas por uma austera e microfísica gestão da sexualidade. As reações contra essas minorias têm sido marcadas por tentativas de invisibilizar sujeitos e higienizar os espaços, tornando essencial demarcar lugares de (re)existências possíveis.

Existem organizações sociais, como é o caso dos movimentos de prostitutas no Brasil, que lutam pela formação política dessas mulheres (puta como cidadã, sujeito de direitos, trabalhadora, feminista, etc) no sentido de fomentar sua participação social e engajamento na reivindicação de direitos (acesso a saúde, trabalho, moradia, respeito). Essas mobilizações

⁶ Dados retirados do site da secretaria de segurança pública e da procuradoria de mulheres do estado de Sergipe.

buscam a redução do estigma sofrido pelas prostitutas que são constantemente silenciadas.⁷ Esse silêncio que paira sobre essas mulheres necessita ser quebrado. As prostitutas precisam ser ouvidas. O que elas têm a nos contar? Será que a voz dessas mulheres tem importância? O único “valor” das mulheres é o “preço” combinado com o cliente? Essas inquietações nos mobilizaram a realizar esta pesquisa. Buscamos ouvir essas vozes que habitam a fronteira, que tem suas práticas sexuais vistas como pecaminosas e, a partir disso, pensar a constituição de uma Pedagogia Prostituta exercida na ação política de Candelária junto à comunidade de prostitutas de Sergipe, em especial na configuração dos saberes na/pela Associação Sergipana de Prostitutas (ASP) e nos espaços de (re)existências que, juntas, as prostitutas sergipanas construíram.

Em outros termos, e se pudéssemos resumir, o objetivo mais central da presente pesquisa é problematizar a experiência de Candelária como uma *putafeminista* - usando um tempo da ativista prostituta Monique Prada - que, em diferentes camadas, de corpo a uma Pedagogia Prostituta para, sobre e com a comunidade de prostitutas de Sergipe. Se falamos em uma Pedagogia Prostituta implicada à ideia de putafeminismo é porque a tese tenta traçar o terreno cartográfico vivido por Candelária, seus (des) caminhos, suas aprendizagens, nas esquinas e nos *bregas* que marcaram sua subjetividade como uma mulher preta prostituta. É, portanto, na sua experiência viva, como um saber vivo, que Candelária vai, paulatinamente, constituindo sua militância putafeminista, em que, diante da urgência de transmitir os saberes-prostitutas, culminam na organização política das prostitutas de Sergipe e a criação da Associação Sergipana de Prostituição. É, portanto, na trajetória de Candelária como prostituta, militante e líder do movimento sergipano de prostitutas que desejamos evidenciar a produção de uma Pedagogia Prostituta capaz de diferentes modos, convocar as prostitutas a se afirmarem diante das diferentes violências que marcam as vidas nas esquinas escuras.

A ASP foi fundada como o objetivo de garantir a cidadania das prostitutas, de modo que desenvolveu um trabalho de cunho social na luta por direitos e articulação com programas sociais. A instituição representava os interesses das prostitutas através do desenvolvimento de atividades sobre educação sexual, o enfrentamento da violência e do feminicídio e aspectos relacionados ao reconhecimento da profissão da prostituição. Idealizada pela prostituta Candelária, a ASP foi a terceira associação de prostitutas do nordeste. De acordo com

⁷ No Brasil, as práticas sexuais das prostitutas são alvo de reprovação moral, mas não são tipificadas como ilegais. Pois o código penal brasileiro não condena a oferta de serviços sexuais, mas sim o favorecimento à prostituição (art. 228), a manutenção de casas para fins de prostituição (art. 229) e/ou tirar proveito da prostituição alheia/rufianismo (art. 230).

Candelária (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019), a associação foi citada pelo Senado brasileiro como uma referência enquanto instituição de enfrentamento às desigualdades sociais.

A ASP foi um espaço de vivência e (re)existência dessas mulheres e faz parte do movimento de prostitutas, que em Sergipe tem protagonizado, desde a década de 1990, o debate em torno dos direitos das prostitutas. Com apoio do Ministério da Saúde, a ASP prestava atendimento às mulheres oferecendo palestras sobre prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e distribuindo preservativos.

Com o trabalho da ASP, o Estado de Sergipe ganhou um aliado no enfrentamento à violência. Sua instalação aqui no estado enfrentou uma batalha para legitimar juridicamente sua existência e, apenas em 26 de abril de 1993, foi regulamentada pelo título de Utilidade Pública Municipal, Lei nº 2.460 de 04 de dezembro de 1996, e pelo Título Utilidade Pública Estadual Lei nº 5.555 de 21 de Janeiro de 2005. A partir dessas regulamentações, a ASP conquistou sua autonomia como associação.

A associação é uma Organização Não Governamental (ONGs) sem fins lucrativos, que nasceu no contexto do surgimento desse modelo de instituição no Brasil. Os anos 90 foram marcados pelo nascimento das ONGs e os novos movimentos sociais, que atuavam fazendo aquilo que era papel do estado. Esse crescimento aconteceu em todo o território nacional, por meio de fundações e associações sem fins lucrativos, com uma variedade de missões institucionais. No cenário brasileiro essa expansão coincidiu com a ampliação do neoliberalismo do Estado. As ONGs surgem como meios civis de transformação social, e como campo para as ações do neoliberalismo, que procurava transferir suas responsabilidades sociais para a sociedade civil (Gohn, 2011).

Antes da fundação da ASP, Candelária, como ficou conhecida, auxiliou na criação do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids em Sergipe – Gapa/SE, com atividades relacionadas à saúde dessas mulheres. A instituição teve sua atuação voltada, sobretudo, para a assistência das Prostitutas que trabalham nas ruas da cidade de Aracaju-SE. Ao longo desses anos, a missão de Candelária consistiu em batalhar para a educação das prostitutas em Sergipe, investindo na organização da classe.

Com o falecimento de Candelária em maio de 2020, ocorreu, conseqüentemente, a paralisação das atividades da ASP. No entanto, ela continua presente na memória sergipana, registradas tanto na memória de pessoas que por ela foram ajudadas quanto nos documentos da ASP e esta tese se soma à luta pela sobrevivência de Candelária e da ASP para a vida de muitas mulheres que tiveram na prostituição seu modo de subsistência e existência. A construção desse

estudo também se deve ao primeiro contato com Candelária, durante visita à ASP. Na ocasião, tivemos a oportunidade de ter acesso à documentação da associação e aos arquivos que evidenciam os trabalhos desenvolvidos em parceria com as políticas públicas na área de Saúde, Assistência e Educação.

Naquele momento de contato, algumas inquietações iniciais foram suscitadas em torno de como Candelária organizou o coletivo de mulheres e mobilizou uma pedagogia carne viva, carregada de saberes emergentes da experiência viva como prostituta. Experiências que são institucionalizadas na ASP, pensada, aqui, como uns lócus de construção de uma comunidade e um coletivo capazes de mobilizar de forma conjunta essa Pedagogia Prostituta e potencializar essas mulheres em suas existências e re/existências. Assim, buscamos problematizar tudo que ouvimos sobre como essas mulheres, dentro de seus espaços e vivências, se organizam e demarcam um lugar de (re)existência que, aqui, chamamos de Pedagogia Prostituta.

Se falamos em (re)existência, é pensando, segundo Maria Lugones (2014, p. 939, grifos nossos), a resistência decolonial “[...] não [como] fim ou a meta da luta política, mas sim [...] [como] seu começo, sua possibilidade”. Além disso, para Fanon (2005), resistir é uma prática cotidiana de agentes em posição desprivilegiada nos vários campos das relações de poder. Nesse sentido, e tal como proposto por Catherine Walsh (2013), o conceito que aqui trazemos de resistência se articula ao de pedagogia enquanto política de subjetivação decolonial - e é, portanto, na esteira dessas autoras que falamos em uma Pedagogia Prostituta como um movimento de (re)existência vivido e construído conjuntamente pelas prostitutas. Isso nos convida a examinar experiências desse grupo vulnerabilizado socioculturalmente e que, em conjunto, criam espaços de vazamento e de fratura às normalizações imputadas aos seus corpos. Assim, se organizam (re) existindo e sobrevivendo à colonialidade da melhor forma que conseguem.

1.1. Compondo a escrita: questões de pesquisa, os objetivos e a tese

No desenvolvimento da pesquisa, os elementos que compõem esta tese foram criando sentidos, alimentados por questões de pesquisa, dentre as quais: Como as ações organizadas por Candelária na ASP podem configurar uma Pedagogia Prostituta? Como Candelária, por sua vida, construiu um devir da resistência no movimento de prostituta de Sergipe? Como constituem as relações entre a carreira da Prostituta militante Candelária e as práticas institucionais de (re)existências da ASP? Como a Pedagogia Prostituta se constituiu na vida dessas mulheres e como foram apropriadas?

Movidas por esses questionamentos, elaboramos o objetivo geral da presente pesquisa no sentido de compreender a trajetória de vida de Candelárias e os (des) caminhos que a levaram a construir, com outras prostitutas, a ASP, enquanto dimensões fundamentais de uma Pedagogia Prostituta, tendo em vista a trajetória política e vivências dessa militante no processo pedagógico e educativo coletivo que as permitem se afirmarem como sujeitos prostitutas.

Para alcançar o objetivo proposto, temos como objetivos específicos: a) descrever o percurso metodológico da tese, com foco nas experiências vividas no campo de pesquisa e com documentos investigados. b) Analisar a construção da vida de Candelária como potência em um devir da resistência no movimento de prostituta de Sergipe e; c) Descrever como se constituem as relações entre a carreira da Prostituta militante Candelária e as práticas institucionais de (re)existências da ASP; d) Analisar os elementos das práticas de existência e (re)existência mobilizados por Candelária e as prostitutas na configuração de saberes putas.

Para além disso, entender a constituição de aprendizados em torno das experiências vivenciadas por essas mulheres é foco desta análise, visto que a educação é compreendida como um ato político em que os indivíduos são convocados constantemente a modificar-se. Nesse sentido, a educação é aqui pensada como um lugar de construção de subjetividades que, nas frestas mesmo do poder colonial-patriarcal, produzem (re)existências nas dinâmicas sociais da prática da prostituição, modos de atribuir sentido àquilo que é vivido a partir das experiências enfrentadas. Assim, pensar outro modo de conceber lugares outros de aprendizagem, auxiliam a problematização dessa análise. Certo que Candelária é a ASP e a ASP é Candelária, traçamos um movimento analítico a partir da história de vida e das relações entre ambas na Pedagogia Prostituta.

Partimos do pressuposto que as práticas institucionais de (re)existência da ASP são produtoras de saberes, concebidas como Pedagogia Prostituta de um grupo social e sua atuação. Desse modo, defendemos a tese de que a organização das atividades da ASP, liderada pela militante Candelária, voltada ao enfrentamento dos preconceitos, produz uma Pedagogia Prostituta. Ou seja a organização de um grupo inferiorizado, voltado ao combate e as múltiplas formas de sujeição da cartografia sociocultural colonial-patriarcal e sua construção normativa do social, produz uma pedagogia própria que permite às prostitutas constituírem formas de (re)existência como potência de afirmação da vida. Assim, consideramos que as ações realizadas por Candelária na associação são pedagogias outras e configuram-se como saberes e práticas de (re)existências.

Também tomamos de inspiração os trabalhos de Fabiana Rodrigues de Sousa e Fernanda Priscila Alves da Silva, uma vez que seus estudos evidenciam que existem

aprendizados que se produzem em espaços outros. No início do século XXI, a comunidade acadêmica iniciou os discursos sobre a existência de uma face educativa da prostituição, a partir dessa abertura se robusteceu o debate em torno da relação entre prostituição e educação. Inspirados nessas compreensões entendemos que encontros possibilitam, assim, compartilhar aprendizados construídos na prostituição.

Ao socializar suas experiências, essas mulheres se transformam, posto que a Associação desempenha um papel significativo na constituição de conhecimento em espaço outro, demarcado por vivências cotidianas, significados particulares e relações humanas. Temos considerado que as ações da ASP foi mecanismo de (re)existência dessas mulheres. Portanto, esse estudo convoca as potências da ASP para refletir sobre a Pedagogia Prostituta. Com isso, partimos contra o colonialismo, questionando os seus efeitos na formação de uma sociedade múltipla.

A discussão que lançamos é mais que um confronto às demarcações da razão dominante. Ela aponta caminhos outros a partir de conhecimentos que insurgem como saberes constituídos por sujeitos que são marginalizados por uma sociedade que deseja a norma. Nessa perspectiva, a educação é apresentada como uma possibilidade de reinvenção de sujeitos, que permite a vida em sua diversidade. Aqui defendo o que chamo de Pedagogia Prostituta, na luta por horizontes pluriversais e na construção de uma agenda de política educativa, pois um dos fatores substanciais desta pesquisa são práticas educativas desenvolvidas pelas prostitutas.

É importante ressaltar que este estudo se justifica pela necessidade de pensar práticas e contextos diversos de um grupo de mulheres, que se articula para se fortalecer enquanto prostitutas. Nesse sentido, os lugares dessas mulheres provocaram curiosidade. As conversas, os desejos, as partilhas sobre as experiências vividas, despertam o desejo de descobrir o que esses corpos podem nos contar sobre a vida da prostituta.

A análise aqui apresentada faz pensar como uma pedagogia outra se tece em espaços de (re)existência e contribui para o rompimento dos silêncios, aos quais culturalmente essas mulheres foram submetidas. Portanto, a pertinência desta pesquisa está na necessidade de contribuir para produção do conhecimento acadêmico, que permite pensar a ampliação do conceito de educação que excede os limites de uma instituição de educação formal e reconhece no contexto de luta possibilidades de constituir saberes outros. Destaca-se, ainda, a importância e a necessidade do desenvolvimento de pesquisas com esses sujeitos no campo da educação. Queremos destacar quão potente tem sido pensar a Educação em espaços não-formais de

aprendizagens pela possibilidade de constituição de conhecimento advinda dos movimentos sociais e, nesse caso, do movimento de mulheres que atuam na prostituição.

Salientamos que nessa tese entendermos que o conceito de prostituição é polissêmico. Especificamente, nessa pesquisa, chamamos de prostituição feminina de rua a prática sexual realizada por mulheres que atuam nos centros urbanos, mediante pagamento. O entendimento de prostituição adotado nesse estudo é construído a partir dos diálogos narrativas das mulheres prostitutas. Assim, na busca pelo conceito de prostituição, inserido dentro de uma polissemia de significados, optamos pelas definições feitas pelas prostitutas nas entrevistadas. A partir da escuta, foi possível chegar à seguinte síntese: prática social e sexual que consiste na relação compra e venda de trabalhos sexuais, atravessado pela dualidade dor e prazer e por isso não pode ser vista somente como sofrimento ou felicidade.

No campo de pesquisa em torno do termo prostituição, circulavam nas falas das entrevistas, palavras como “prazer”; “pagamento”; “trabalho sexual”, “existência”, “liberdade financeira” “luta”; “batalha”, “direitos sexuais”; “sobrevivência”; “aprendizado”. A vice-presidente da ASP intitula as prostitutas como “guerreiras”; outras se adjetivavam como batalhadoras. Nesse cenário compreendemos que essa prática pode ser também uma forma de resistência e existência em uma sociedade que insistem em desmarcar o lugar social e sexual da mulher. Ou seja, a prostituição é um modo de existência e subsistência e, neste contexto, elas produzem formas de resistência para continuar existindo. Nesse contexto a prostituição pode ser vista como uma mistura de ações, sentimentos e práticas (BARRETO, 2008). Mediante essas compreensões concordamos que a prostituta é apreendida como sujeito dotado de agência, elas buscam resistir aos dilemas que uma sociedade patriarcal impõe para uma mulher prostituta.

Concordamos com Fabiana Rodrigues de Sousa e reafirmamos que a prostituição é uma prática social complexa e multifacetada, que representa não somente o modo de subsistência, mas também modo de existência e atuação no mundo através da sua resistência. Ou seja, na prostituição elas podem encontrar um modo de subsistência e afirmação das suas vidas.

Reafirmamos, ainda, que esse estudo está centrado na prostituição feminina urbana, especificamente nas prostitutas que fazem parte da ASP. A fim de demarcar politicamente a distinção entre prostituição e exploração sexual é importante elucidar que nessa pesquisa o termo prostituição alude à prestação voluntária de serviços sexuais por pessoas adultas. Tal concepção se aproxima das ideias apresentadas no projeto de Lei 4211/2012⁸, batizado como

⁸ Vale ressaltar que esse projeto de lei encontra-se arquivado desde 2019.

Lei Gabriela Leite, protocolado em 2012 pelo Deputado Federal Jean Wyllys: “Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração” (Brasil, 2012, p. 1).

Este entendimento também faz parte de um dos posicionamentos políticos dos movimentos sociais de prostitutas no Brasil e América Latina. O movimento não compreende a prostituição como continuação da exploração sexual vivida pelas escravizadas. Esse entende que a prostituição realizada por maiores de idade, com pagamento combinado, não é exploração sexual e sim um trabalho. Na defesa dessa ideia em parceria com o movimento de prostitutas, foi escrito esse o Projeto de lei acima citado que regulamenta a atividade de profissionais do sexo. Assim, aprendemos, com as prostitutas, o que é a prostituição, para a partir de então descortinar uma Pedagogia Prostituta das putas, aprendendo-a como uma prática de liberdade, como possibilidade de reinvenção de sujeitos e como uma pedagogia decolonial.

1.2 Aparato e (re)existência teórica

Para construir uma narrativa sobre a constituição de uma Pedagogia Prostituta, foi necessário dialogar e construir um caminho, uma trilha, teórico-metodológica. Nesse sentido, temos a necessidade de estabelecer tensões que nos auxiliam na elaboração da presente tese. Para pensar a educação por meio da vivência e compreender a prostituta no movimento da sua existência, lançamos mão de aportes teóricos que fortaleceram a compreensão de que o processo educativo não se efetiva somente por meio do ensino escolarizado, mas também nas vivências em espaços fora do ambiente escolar: “a educação não se limita mais a ser um sinônimo de escola, já que diversas instâncias da cultura hoje se ocupam, das mais diferentes formas, em produzir, em formar, enfim, em educar sujeitos” (FISCHER & MARCELLO, 2011, p. 506).

É importante dizer que as escolhas teóricas aqui feitas são formas de demarcar o lugar de resistência à colonialidade que excluiu e exclui outras epistemologias, culturas e modos de ser e existir e saber, pois sabemos que a ciência moderna se ancora e fundamenta em uma lógica binária e hierárquica – sexista, classista, racista, lgbtfóbica, etc - que causou um processo de epistemicídio e de “encobrimento do outro”. Segundo Dussel (1993) esse encobrimento acontece nos aspectos econômico, político, cultural e social.

O movimento foi um movimento intelectual e ativista (de ativismo mesmo) que surgiu mundialmente através de vários grupos de pesquisa para justamente problematizar os requisitos

coloniais, essas relações entre colonizador e colonizado, nos mais diversos âmbitos. Perpassando aspectos econômicos, sociais, educativos e no seio da educação porque é, principalmente, pela educação que isso se perpetua. Não só na educação escolar, na sala de aula, mas, também, na educação de boca a boca, ou seja, nas pedagogias que nascem no cotidiano. Elas surgem justamente para fraturar essa pedagogia da omissão e opressão, que produzem e fazem essa manutenção do poder das hierarquias coloniais.

O movimento decolonial é um giro decolonial, é um movimento para além de movimento teórico, é um movimento de ativismo que surgiu no final do século passado e que está tomando dimensões muito grandes hoje em dia, a cada momento que passa a decolonialidade, a pedagogia decolonial e todos esses estudos de caráter decolonial que surgiram, que se iniciaram dentro do grupo de estudo subalterno da América Latina, vem crescendo e ganhando espaço na academia, no ativismo e, assim como o movimento anticolonial, ele oferece munição suficiente para pensar a pedagogia decolonial prostituta.

Teóricas e pesquisadoras do campo da educação vêm buscando possibilidades de produzir conhecimento para além das marcas indeléveis do eurocentrismo que constitui as universidades e os sentidos do fazer pesquisa, desenvolvendo, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, temáticas relacionadas a sujeitos outros que sofrem as marcas da colonialidade ao longo da história. Nesse sentido, temos buscado entender a perspectiva decolonial e tensionar os discursos colonizador, que contribuem como marcadores opressivos que atingem os sujeitos sociais que vivem sexualidades outras, como é o caso das prostitutas.

Para compreender o pensamento decolonial é necessário o entendimento sobre colonialidade. Segundo Quijano (2007, p. 93), a colonialidade explica as realidades sociopolíticas, econômicas, culturais e de construção das subjetividades como efeitos do colonialismo e que assim fortalece a busca pelas vozes silenciadas neste processo de diversos sistemas de opressão. Para entender colonialidade, precisamos partir de uma distinção essencial entre colonialismo e colonialidade. O colonialismo foi um movimento de dominação para o estabelecimento de colônias, desde o séc. XV até parte do séc. XX, que continua presente nas relações sociais, porém, se apresenta com uma nova roupagem. Já a colonialidade, é mais duradoura e está no conjunto de discursos, práticas e atitudes que têm como principal objetivo a subalternização dos povos colonizados e a permanência da hegemonia da nação colonizadora (Quijano, 2005). Desse modo, colonialismo e colonialidade são conceitos diferentes, mas correlacionados: “[...] o primeiro aponta para determinados períodos históricos e o segundo revela a lógica subjacente aos empreendimentos coloniais – a matriz colonial do poder” (Perera, 2015, p. 415).

A colonialidade do poder, conceito elaborado por Quijano (2005), se expressa no domínio político e territorial. É, portanto, entendida como política e faz “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 117). Já a colonialidade do saber está relacionada à questão epistemológica e a produção de conhecimentos produzidos pelas ciências sociais e as demais áreas. A colonialidade do ser foi usada primeiramente por Walter Mignolo para discutir sobre a experiência vivida dentro da colonização.

A partir da “colonialidade do ser”, Lugones começa a pensar sobre raça e gênero, constituindo a “colonialidade de gênero”. Em sua análise, considerando aspectos culturais, econômicos, políticos e, sobretudo, a colonialidade do ser, percebe que as produções construídas por Aníbal Quijano tinham como base conceitos eurocêntricos e heteronormativos sobre gênero. A autora faz a crítica a essa base conceitual, pois, para ela, a percepção sobre gênero do autor configurava-se de um ponto de vista biológico. O seu conceito de gênero apenas permite que sejam vistos aqueles personagens do sistema capitalista eurocêntrico, em que a diferença de gênero é “constituída nas disputas sobre o controle do sexo, seus recursos, e produtos.” (Lugones, 2007, p. 193).

Assim, é preciso pensar também sobre colonialidade do gênero de Lugones (2014), e suas contribuições na teorização decolonial rumo ao feminismo decolonial de resistência, movimento que captura estas múltiplas formas de opressão produzidas. A autora, ao aprofundar seus estudos a partir dos conceitos centrais de colonialidade do poder, do saber e do ser, elaborou o conceito de colonialidade de gênero, e ampliou a visibilidade de outras formas de colonialidade. Gênero também foi uma categoria constituída pelo colonialismo, que introduziu vários gêneros, e o próprio sistema de gênero como essencial nas relações da nossa sociedade. Assim, as categorias homem e mulher ganham diferentes definições como corpos colonizados e não colonizados, derivando a colonialidade de gênero. A partir das colocações de Lugones (2014), entendemos a colonialidade de gênero e do corpo como um dos elementos ativos na história de quem resiste à dominação colonial.

A colonialidade está presente no corpo para neutralizar tensões das culturas consideradas inferiores. Portanto, a diferença colonial é o espaço onde a colonialidade do poder é exercida. Lugones (2008) assevera que o sistema colonial de gênero é marcado pela combinação entre raça, gênero, sexualidade e classe, e traz uma alerta para combatermos não mais a colonização e sim a colonialidade de gênero que ainda persiste. Assim, "a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos

habitua a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (Lugones, 2014, p. 935). A autora confronta a colonialidade do poder com a colonialidade de gênero que ela desenvolveu.

Como já discutimos acima, a colonialidade “refere-se a padrões de poder de longa permanência que emergem como resultado do colonialismo, mas definem cultura, trabalho, relações intersubjetivas e produção de conhecimento muito além dos limites estritos da administração colonial” (Maldonado Torres, 2007, p. 243)⁹. Ou seja, é a reflexão atualizada do pensamento colonial que inferioriza corpos, determinando a esses sujeitos espaços sociais subalternos, visando naturalizar a diferença.

1.3 Pedagogia Decolonial e Pedagogia Prostituta

Assim, o referencial teórico mobilizado nesta pesquisa traz Catherine Walsh, a autora faz parte do grupo “Modernidade/Colonialidade”. Para tanto, o conceito de “Pedagogia Decolonial”, formulado por esta linguista, é uma ferramenta colocada em movimento no processo de produção da análise. Essa autora dialoga com o pensamento decolonial, movimento que atua por duas vertentes inseparáveis: tanto como formulações teóricas, como pelas expressões de luta e resistência contra o pensamento colonizador.

Nesse sentido, entendemos a Pedagogia Decolonial também nessa perspectiva. Ao destacar argumentos oriundos do Pensamento Decolonial, assumimos a relevância de tal vertente para pensar sobre questões educativas dissidentes que se tecem e existem na ASP. Afinal, e como bem demonstrou Maria Lugones, a colonialidade do poder é, inelutavelmente, inseparável da colonialidade do gênero: as diferentes formas de normalização e sujeição da matriz de inteligibilidade de gênero são uma das formas primárias de significação e, ao mesmo tempo, de atuação da colonialidade do poder.

Ao apresentar suas concepções, Walsh (2013) opta pela formulação do termo pedagogias decoloniais como “[...] metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência [...] pedagogias como práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com” (WALSH, 2013, p. 19). A autora compreende essas pedagogias como práticas e estratégias, constituídas tanto na (re)existência como na insurgência. Não cabe na proposição dessas pedagogias outras formas de hierarquização de conhecimentos, mas cabem ações políticas no combate às estratégias da colonialidade do gênero.

⁹ Tradução nossa

Outras concepções que pluralizam a noção de pedagogia foram realizadas por Freire, em seus livros *Pedagogia do oprimido* (1987), *Pedagogia da autonomia* (1999) e *Pedagogia da esperança* (2014). É importante mencionar que essas leituras também inspiraram Walsh ao propor uma pedagogia decolonial. Mediante esses entendimentos, acreditamos que a Pedagogia Prostituta dialoga com esses autores. Walsh (2013) entende a pedagogia como uma prática e um processo sociopolítico produtivo, como uma metodologia essencial e indispensável à vida, fundamentada na realidade das pessoas, suas subjetividades, histórias e lutas, como proferia Freire (1987).

Walsh (2013) afirma que o embasamento para a proposta pedagógica decolonial encontra-se também em Freire principalmente no que consiste à consciência do oprimido e à necessidade de humanização dos sujeitos subalternizados. Assim, localizamos elementos para uma forma de conceber o caráter educativo dos espaços das lutas sociais. Encontramos aspectos que nos permitem reconhecer que as ações políticas por parte das prostitutas constituem-se ações pedagógicas, momentos de aprendizado e de construção de saberes. É nessa perspectiva que Freire nos fala que a pedagogia do oprimido é “a pedagogia dos homens [e, mais, das mulheres] empenhando-se na luta por sua libertação” (Freire, 1987, p. 22). Evidenciamos que pedagogias outras estão presentes nas experiências de luta das populações subalternizadas pelo colonialismo. Modos de educação praticados na ASP são ações de transgressão à colonialidade, lidos aqui como Pedagogia Prostituta.

1.4 Educação transgressora, Educação outra

Ainda como aparato teórico, trazemos os escritos da feminista negra Bell Hooks (1984; 2013) que se inspira na pedagogia emancipatória de Paulo Freire. Buscamos nas colocações dela sobre as possibilidades de pensar uma educação transgressora voltada à liberdade de sujeitos que vivem sexualidades dissidentes, como no caso das prostitutas.

Estudiosas têm se baseado nos escritos de Freire a fim de tecer uma educação sobre gênero e sexualidade transgressora. Hooks (1984; 2013), a partir da sua leitura de educação crítica e emancipatória de Freire, traz a concepção de educação transgressora como prática de liberdade. A feminista negra, ao apresentar suas percepções sobre a pedagogia crítica, fala sobre as influências dos escritos freirianos para transgredir as barreiras impostas sobre os corpos das mulheres negras. Tais compreensões indicam possibilidades de pensar sujeitos que constroem caminhos de transgressão da normatividade sexual, de gênero e racial. Para a autora, a educação como prática de liberdade é um jeito de ensinar em que todas aprendem, pois, as educações

transgressoras não residem em manuais de educação, mas na nossa prática cotidiana e emancipadora. Elas abrem outros caminhos e possibilidades de ser e estar no mundo. Freirianos para transgredir as barreiras impostas sobre os corpos das mulheres negras. Tais compreensões indicam possibilidades de pensar sujeitos que constroem caminhos de transgressão da normatividade sexual, de gênero e racial. Vale dizer que hooks, ao fazer uma releitura de Freire e apropriar-se de suas ideias como base teórica, não fez isso sem antes tecer críticas à ausência feminina na proposição de um projeto de educação popular emancipadora.

É o pensamento feminista que me capacita a fazer uma crítica construtiva ao trabalho de Freire (que eu precisava para que, como jovem leitora de seu trabalho, não absorvesse passivamente a visão de mundo apresentada) e, no entanto, há muitos outros pontos de vista a partir dos quais me aproximo de seu trabalho que me permitem experimentar seu valor, que tornam possível que esse trabalho me toque no âmago do meu ser. Ao conversar com feministas acadêmicas (geralmente mulheres brancas) que sentem que devem dispensar ou desvalorizar o trabalho de Freire por causa do sexismo, vejo claramente como nossas diferentes respostas são moldadas pelo ponto de vista que trazemos para o trabalho. Cheguei a Freire com sede, morrendo de sede (de modo igual ao do sujeito colonizado e marginalizado, que ainda não sabe como quebrar o status quo, que anseia por mudanças, que é carente e que está sedento), e encontrei em seu trabalho uma maneira de saciar essa sede. Ter um trabalho que promove a própria libertação é um dom tão poderoso que não importa tanto se o dom é falho. (...). O trabalho de Paulo tem sido água viva para mim (Hooks, 1994, p. 49 - 50).

Ou seja, para a autora, a ausência encontrada não pode provocar a rejeição da teoria freiriana. hooks não deixa de estabelecer o diálogo com o autor, pois, embora ele não tenha se voltado especificamente à discussão de gênero e sexualidade, seu legado carrega uma importância para consolidação e criação de uma práxis feminista libertadora por meio da educação. Walsh (2013) ao trabalhar com as obras de Freire aponta que mesmo que não trate diretamente sobre gênero, ele traz contribuições importantes para pensar a liberdade e autonomia de sujeitos outros, com isso é possível fazer conexões com processos subjetividade e liberdade.

Concordamos com as autoras e ressaltamos que essa é uma tese que dialoga com a pedagogia crítica feminista e a pedagogia decolonial, isso produz ressonâncias profundas do pensamento de Freire nessas duas teoria feminista e nas contribuições de contribuições de Walsh, Lugones, Hooks, González, Carneiro, dentre outras. Assim, Buscamos dialogar com a questões de gênero, feminismo e prostituição, o nosso foco é teoria feminista em educação que traz uma leitura do pensamento freire para pensar gênero.

Nessa perspectiva para pensar sobre as experiências de luta e resistência frente às opressões de raça, gênero e classe, trazemos também as intelectuais brasileiras negras Lélia

Gonzalez (1984, 2020) e Sueli Carneiro (2011, 2018) sendo que nos inspiramos em seus estudos, pois as autoras nos auxiliam a pensar a simultaneidade da problemática do racismo e sexismo no cenário brasileiro, como estruturas de produção de disparidades. Temos problematizado como essas autoras, ao trazerem o feminismo, sobretudo o feminismo negro, denunciam a falta de representatividade nos espaços de debate, além da desigualdade social e sua estreita vinculação com a questão racial e de gênero.

Assim, discutimos acerca das questões que envolvem o conceito de pedagogia decolonial e a categoria Pedagogia Prostituta enquanto aposta teórica desta pesquisa. Damos enfoque na discussão sobre a educação transgressora, buscando dialogar sobre a possibilidade de criar formas não normalizadoras para produzir um processo de aprendizagem com, pela e para as diferenças. Ou seja, entender formas de desnaturalizar as normatizações que oprimem os sujeitos que vivem sexualidades dissidentes. Trazemos também questões que envolvem os feminismos, a prostituição e o movimento de prostitutas enquanto espaços de resistência. Buscamos entender as diferentes formulações sobre a sexualidade, representações sociais da prostituta, os efeitos da estigmatização dessas mulheres e da sua atividade.

Dito isto, a título de prosseguimento, partimos para anunciar aqui a estrutura desta tese. Desse modo, na primeira seção que corresponde à introdução, esclarecemos de forma detalhada o objeto de estudo, o problema de investigação, os objetivos, o referencial teórico utilizado na tese, a partir do diálogo com autoras que nos referenciam conceitos base para desenvolvimento da pesquisa.

A segunda seção destina à apresentação do percurso metodológico trilhado no desenvolvimento da pesquisa, buscamos detalhar os caminhos percorridos, ou seja, os desdobramentos das discussões que fizemos ao utilizar as narrativas das mulheres para construir uma tese que ecoa experiências dessas prostitutas. Em seguida, temos o levantamento de produções de trabalhos publicados nos anais das reuniões da ANPEd, bem como teses e dissertações e trazemos ainda os estudos de prostitutas acadêmicas.

Na terceira seção analisamos a construção da vida de Candelária como potência e resistência no movimento de prostituta de Sergipe. Dedicamos essa parte da pesquisa para trazer os fatos que compõem a construção da vida dela enquanto mulher e prostituta. Na quarta seção descrevemos como se constituem as relações entre a carreira da Prostituta militante Candelária e as práticas institucionais de (re)existências da Associação Sergipana de Prostitutas –ASP. Busca-se investigar Candelária enquanto prostituta, a trajetória de vida da Presidente na Associação, na organização do movimento de Prostitutas em Sergipe focando, sobretudo, nas ações desenvolvidas por ela ao longo da sua atuação. Ainda nesta seção, analisamos os modos

pelos quais o movimento de prostitutas tem pautado suas lutas e enfrentamentos.

A quinta seção consiste em analisar, a partir das narrativas, elementos das práticas de (re)existência, na configuração da Pedagogia Prostituta. Nesta seção a discussão versa sobre os saberes construídos pelas mulheres em suas trajetórias de vida. Assim, tem como propósito dialogar com as narrativas contadas pelas prostitutas durante as entrevistas. Apresentaremos uma série de elementos presentes no contexto da prostituição: transições, inserção, permanência das mulheres na luta, aprendizados a partir desta prática, relações e interações com outros atores sociais. Na sexta e última seção, serão retomados os objetivos e a problemática de pesquisa e, assim, escreveremos as linhas finais dessa tese.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente gostaríamos de dizer que esta pesquisa se trata de investigação realizada no contexto da pandemia da Covid, portanto, foi afetada pelo isolamento social. Nesta seção, trazemos o processo de desenvolvimento de pesquisa. Na primeira parte contamos como ela foi planejada inicialmente, desde os primeiros rabiscos, na gestação do projeto de tese. Na segunda parte o que foi possível desenvolver, tendo em vista as transformações nos modos próprios de fazer pesquisa, frente ao contexto da pandemia. Assim essas linhas desviantes trilhadas na construção desta análise estão relatadas, detalhadamente, ao longo dessa seção

Para além disso, as experiências vividas em campo atravessam essa escrita. Destacamos que nossa intenção nessa pesquisa não é dar voz às prostitutas, pois isso elas já possuem. Entretanto, o nosso desejo é fazer ecoar seus gritos e possibilitar que elas narrem suas histórias, a partir de suas experiências. Assim, buscamos mover os holofotes para sujeitos marginalizados: por serem mulheres e por ser prostitutas. Para tanto, optamos por procedimentos metodológicos que permitiram a produção e análise de dados a partir da escuta. Estar no campo de pesquisa nos faz enxergar os sentidos sociais e políticos que extrapolaram os limites de um planejamento cartesiano. Na prática, aprendemos sobre dinâmicas e metodologias outras, que subverteram a lógica do planejado.

2.1 Planejamento: linhas iniciais trilhadas

Para execução desta pesquisa, realizamos sessões de entrevistas narrativas com as mulheres que faziam parte da ASP. Com base nas entrevistas narrativas, é possível conhecer as experiências delas. Segundo Andrade (2014, p. 81), “as narrativas são constituídas a partir da conexão entre discursos que se articulam, que se sobrepõem, que se somam ou, ainda, que diferem ou contemporizam”. As entrevistas narrativas possibilitaram-nos conhecer aspectos da trajetória de vida das mulheres, pois “as narrativas não constituem um passado em si, mas sim aquilo que os/as informantes continuamente (re) constroem desse passado como sujeitos dos discursos que lhes permitem significar suas trajetórias” (Andrade, 2014, p. 178).

A escolha das narrativas deu-se em razão do fato de que essa técnica permitiu a coleta de dados a partir dos discursos e de suas experiências de vida. Para Andrade (2014, p. 176) “as histórias narradas por meio das entrevistas não são dados prontos ou acabados, mas documentos produzidos na cultura por meio da linguagem”. Ao realizar as entrevistas narrativas nosso interesse foi buscar as memórias, as experiências de fatos vivenciados pelas prostitutas.

Para tanto, inicialmente realizamos um estudo sobre a prostituição em Aracaju-SE, com o auxílio da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho (SEIT). Até o momento foram localizadas aproximadamente 120 Prostitutas. Esse número não representa o quantitativo exato, pois muitas delas não têm residência fixa na capital, além da rotatividade geográfica dos seus postos de trabalho. Em relação ao número de mulheres com registro na associação foram contabilizadas 22 (vinte e duas). Desse quantitativo, inicialmente selecionamos para esta pesquisa 08 (oito) mulheres assistidas pela ASP; 01 (uma) presidente da associação; 01 (uma) vice-presidente, totalizando 10 (dez). Para definição dos sujeitos de pesquisa estabelecemos os seguintes critérios: a) Critérios de Inclusão: ser brasileira ou naturalizada brasileira; conhecer o exercício da prostituição de rua; ter idade acima de 18 anos; permanecerem ligadas à ASP; residentes em Aracaju. b) Critérios de exclusão: não aceitar participar do estudo por qualquer motivo; prostitutas que residem em cidades do interior do estado. Contudo esse quantitativo foi alterado, sobre isso explicamos mais adiante.

Para realização da pesquisa, primeiramente, entramos em contato com os órgãos responsáveis pela instituição Delegacia de Grupos Vulneráveis - DGV, Ministério Público e SEIT. O nosso primeiro contato na ASP foi com Candelária. Contamos para ela sobre nossa intenção de fazer uma pesquisa sobre o movimento das prostitutas. Mas, mesmo assim, ela sempre dizia que queria ter certeza que esse era o nosso real tema de estudo. Fomos informadas que só seria permitida a realização da pesquisa se ela fosse interessante para a ASP. Já nesse primeiro momento, fomos avisadas pela Candelária que não seria um contato gratuito: “Traga presentes para nós” (Candelária).

Ficamos durante o ano de 2019 escrevendo a tese no chão da associação. Nesse período realizamos as entrevistas com a presidente da ASP. Esse primeiro contato com ela ocorreu por telefone e, em seguida, marcamos o encontro presencial. Era uma tarde de sexta-feira quando chegamos à ASP e fomos recebidas por Candelária que logo perguntou: “o que vocês estão procurando?”. Ao explicar o que desejávamos ela respondeu “nessa vida tudo tem o valor, eu nunca descí minhas calcinhas de graça, só por amor ou dinheiro”; naquele momento percebemos que estávamos diante de mulher que carregava marcas da própria construção de (re)existência do ser mulher prostituta. Neste primeiro momento, tudo ainda era embaraçado, mas logo começamos a frequentar semanalmente a casa dela.

Nos nossos encontros falávamos bastante sobre como a ASP atuava em Sergipe, sobre as demais associações localizadas em outros estados e suas ligações com a Rede Brasileira de Prostitutas e como elas se organizavam. Apesar de ter demonstrado interesse pelo estudo, sentimos dificuldades para criar relações com Candelária. Ela não tinha confiança,

principalmente em pesquisadoras que chegavam à ASP para fazer algum tipo de estudo. Em tom de reclamação, dizia que não conversava com pesquisadoras porque algumas delas as procuram para falar sobre o tema da prostituição associada apenas à violência e, sem mencionar, muitas pesquisas “utilitaristas”, isto é, pesquisas que se debruçam sobre as experiências dessas mulheres sem trazer nenhum retorno para a melhoria da situação das prostitutas.

Para quebrar o gelo diante da resistência de Candelária, em relação a finalidade desse estudo, optamos por escrever a propositura desta tese na sala da associação. A medida que era montada a estrutura do estudo, também íamos lendo para ela. Candelária questionava e fazia algumas sugestões, principalmente em relação a nossa forma de enxergar as prostitutas. Em um desses momentos ela nos explicou o quanto era necessário orientar a sociedade sobre o real sentido da prostituição.

No cotidiano da casa de Candelária foi possível conhecer marcas da produção da feminilidade das prostitutas. Em um desses encontros ela trouxe algumas caixas cheias de pênis de borracha e fantasias usadas por ela, tanto nos programas com os clientes como para ensinar as prostitutas sobre a vida na prostituição. Sentadas em torno de uma mesa cheia de fotografias, documentos e objetos da ASP, passávamos horas conversando sobre suas experiências. Seu discurso misturado aos aspectos daquele lugar parecia nos dizer a respeito daquilo que se é, na gestão de sentir como o “ser prostituta”.

Entre um cigarro e outro, um café, um grito em tom de deboche ou raiva, ela narrava sobre os ensinamentos que compartilhava com as prostitutas. Em paralelo à sua fala, se montava com perucas, acessórios, maquiagem e fantasias e começava a dançar pela casa. Entre uma fala e outra gritava “na rua a gente tem que ser muito mulher” (Candelária. Entrevista concedida em outubro de 2019). Ali, ela trazia uma performance do processo da construção corporal e dos os modos e comportamentos compartilhados na batalha da prostituta. Isso nos faz pensar que as prostitutas utilizam do uso de vários rituais e performance para o exercício de sua profissão, além dos cuidados com o corpo, da escolha das formas de maquiagem e vestimentas.

Candelária era considerada uma mulher de gênio forte e de difícil acesso, o que pudemos comprovar em nossos muitos encontros com ela. Foram muitas as vezes que agendamos um encontro e, ao chegar em sua casa, ela simplesmente dizia “vá embora, hoje não estou com vontade de receber visitas”, ou mesmo, era possível observar em nossos diálogos, com clareza, como todos os ditos, as fotos e os documentos que ela nos contava passavam por um certo crivo. Talvez, uma desconfiança que pairava entre ela e nossa posição como pesquisadoras, uma vez que, como ela mesma disse em um dos nossos primeiros encontros, “não entendo porque vocês vêm aqui e escrevem essas coisas, não sei o que querem de mim, por que não falam como é a

Candelária e das minhas dificuldades na luta com as prostitutas? Vocês são todos curiosos, eu não quero ninguém mais na minha porta” (Candelária. Entrevista concedida em julho de 2019). Talvez, tudo isso era um modo de dar forma à memória que ela gostaria de manter viva sobre quem foi a prostituta Candelária e de seu trabalho como uma liderança fundamental do movimento social de prostitutas não só de Sergipe, mas do Brasil¹⁰.

Seja como for, e longe de buscar alguma verdade absoluta, importa mais singelamente problematizarmos as muitas versões de verdade que constituem e dão corpo às nossas subjetividades. Assim dito, e inspirados no proposto por Gregory Balthazar (2020, p. 8), os ditos de Candelária são expressão viva de como o gênero se operacionaliza performativamente: o exercício, portanto, é de abrir os enunciados de Candelária como expressão de que “a linguagem não representa a realidade; mas, antes, lhe dá vida, lhe dá sentido, lhe dá materialidade”; de modo que “as narrativas não são percebidas como uma recuperação do fato vivido em si, mas como uma sobrevivência, uma reminiscência, dos discursos [sobre a prostituição] que se fizeram corpo, gesto e pensamento”, o que foi possível observar no desafio de criar uma relação com ela.

Após 08 meses de encontros, Candelária demonstrava um certo afeto e maior permeabilidade naquilo que dizia, e um dia ela abaixou as roupas e mostrou as marcas que carregava no seu corpo e, em seguida, disse: “estou baixando as calcinhas e dessa vez faço de graça” (Candelária. Entrevista concedida em outubro de 2019). Essa foi uma das cenas que nos marcaram mais profundamente: achamos, talvez, por um certo constrangimento diante dessa expressão sem pudores do corpo, do sexo, como produto e produtor da subjetividade prostituição. Para além do nosso assombro inicial - um sentimento, por certo, que diz dos recortes de gênero e classe que atravessam diferente nossos corpos - -, outra Candelária sai de trás das cortinas do emaranhado de ditos mais comportados e bem pensados, e aquela subjetividade construída para alimentar as fantasias dos clientes ganha o palco diante dos nossos olhos.

¹⁰ Isso nos faz repensar o porque conhecemos nomes de líderes do sudeste, como a Gabriela Leite, mas não falamos de mulheres nordestinas, como Candelária. Para desconstruir isso, temos criado estratégias para a divulgação de lideranças dos movimentos de prostitutas do nordeste, isso tem sido feito por meio das nossas publicações advindas dessa pesquisa. Pois recentemente participamos da escrita de um livro organizado pelos companheiros de diálogo Fernanda Priscila e João Pena, que trata dos movimentos de trabalhadoras sexuais no Norte e Nordeste do Brasil. A proposta objetiva contar a história e a memória das lutas dos grupos/associações/coletivos dos estados nessas duas regiões visando ampliar a história do ativismo dessas trabalhadoras no Brasil e, conseqüentemente, visibilizar histórias que não têm centralidade no contexto nacional. Os textos do livro foram escritos por lideranças de cada estado juntamente com pesquisadores/as por elas indicadas. Nós escrevemos o capítulo intitulado: “É hora de se organizar e lutar”: movimento sergipano de prostitutas escrito conjuntamente com a líder do movimento de trabalhadoras sexuais de Sergipe e vice-presidente da ASP.

Nesse momento, já fazia tempo que frequentávamos a ASP, então Candelária começou a nos mostrar as fichas de inscrição das prostitutas na ASP. A partir daí, começamos a estabelecer um contato inicial com as prostitutas através de telefone e aplicativo de mensagens (WhatsApp), mas nesse momento estávamos iniciando 2020 e as notícias sobre a chegada da pandemia estavam sendo anunciadas ao mundo, com isso foi impossível marcar o encontro presencial.

2.2 Linhas desviantes: Pesquisa no contexto de pandemia

Já envolvidas no campo de pesquisa e com a promessa de Candelária que iria nos ajudar no encontro presencial com as prostitutas, que aconteceria durante as atividades na ASP, fomos surpreendidos com a chegada do vírus que nos assustou e nos levou para uma crise de emergência de saúde pública mundial. A covid provocou muitas mudanças na educação, isso aconteceu não apenas nas salas de aula. Na pesquisa também fomos desafiadas a ressignificar nossas metodologias. Diante disso, repensamos novos modos próprios de fazer pesquisa frente ao contexto da pandemia, sendo necessário manter contato com as colaboradoras apenas por meio de mensagem de texto ou ligação telefônica. Essas alterações afetaram o foco da pesquisa, sobretudo no sentido de organizar encontros presenciais na ASP.

Um fato que marca nosso percurso de pesquisa foi o falecimento de Candelária neste mesmo ano. A partir desse momento, foi mais difícil manter algum tipo de contato com as prostitutas. Além disso, foi preciso retirar parte do material da ASP e levá-lo para o laboratório da Universidade Tiradentes - UNIT, pois com a morte dela a sede da associação ficou fechada e com isso passou a ser habitada por morcegos e outros animais que impossibilitavam nossa permanência na instituição.

Nesse momento muitas preocupações povoavam nossas cabeças, sobretudo como as prostitutas assistidas pela ASP estavam sobrevivendo. Sabemos que com o cenário da pandemia muitos grupos que atuavam nas ruas tiveram que abandonar seus postos de trabalho, e entre esses estão as prostitutas, pois o isolamento social afetou sobremaneira a prática da prostituição. As mulheres enfrentavam diariamente o dilema entre ficar em casa ou ir para rua em busca do sustento, correndo não somente os riscos de uma sociedade conservadora, mas também aquele perigo invisível do vírus. É evidente que “a desigualdade social e muitos dos problemas enfrentados pelas prostitutas e outros grupos sociais já existiam, mas têm sido agravados pelas restrições impostas pela Covid-19” (Pena; Rodrigues, 2021, p. 38). Assim como milhões de trabalhadores autônomos, as prostitutas também sofreram por terem na prostituição sua única

fonte de renda no momento em que as recomendações da OMS eram o distanciamento social enquanto melhores medidas para que pessoas não entrassem em contato com o coronavírus, reduzindo a velocidade do contágio.

Ao tentar contato com as prostitutas assistidas pela ASP, fomos informados que com o cenário de pandemia muitas dessas mulheres migraram para cidades do interior à procura tanto de outras atividades como de familiares em busca de ajuda. Diante disso, enfrentamos dificuldades na realização das entrevistas com as mulheres. Nosso maior receio sempre foi não conseguir fazer a pesquisa de campo. Diante disso, continuou-se desenvolvendo apenas a pesquisa com os documentos físicos e digitais da associação e as entrevistas já concedidas por uma das prostitutas e presidente da associação, ou seja, Candelária.

Mas com a chegada das vacinas contra o coronavírus, o cenário da pandemia mudou, e nos últimos anos da pesquisa voltamos ao campo de pesquisa. Nosso retorno se deu através de conhecimento com mulheres do movimento que participavam de atividades relacionadas à assistência social de prostitutas. Logo, reafirmamos que não desejamos falar pelas prostitutas, mas trazer saberes construídos a partir do nosso encontro com elas.

Diante desse cenário recomeçamos e, dessa vez, foi preciso um esforço maior para reencontrar o caminho. A partir de então, estabelecemos diálogo com um dos filhos de Candelária e conseguimos contato com a presidente da Associação das Trabalhadoras do Sexo de Sergipe – ASTRASSE,¹ que foi também vice-presidente da ASP e prostituta assistida pela associação. Por meio dessa relação, temos buscado localizar outras prostitutas que passaram pela ASP, pois nosso foco foi entrevistar as mulheres que conviveram com a Candelária.

Contudo precisamos alterar o planejamento das entrevistas, que inicialmente foram planejadas para acontecer nos turnos da manhã e da tarde e nos finais de semana, tendo em vista a preservação dos turnos de trabalho das entrevistadas. O local seria a sede da ASP, rua Curitiba, 773, bairro Industrial, Aracaju/SE, por se tratar de um ambiente acolhedor e familiar às prostitutas, pois, mesmo que nesse momento não estejam mais acontecendo as atividades¹¹, lá ainda é um ponto de referência para essas mulheres. A associação funcionava em uma garagem que fazia parte da casa de Candelária. Durante 02 primeiros anos de pesquisa de campo, foram feitas, aproximadamente, 30 visitas à instituição, porém foi preciso redefinirmos o quantitativo de mulheres para entrevistar, e com isso, das 10 (dez) mulheres selecionadas anteriormente foi possível entrevistar cinco (05).

¹¹ Nesse momento a ASP, já estava fechada por conta do falecimento de Candelária que resultou no encerramento das atividades da associação.

Com a dificuldade de acesso às prostitutas, abrimos mão da representatividade numérica, para priorizar uma abordagem específica a respeito de cada uma das vivências dessas mulheres. Na pesquisa foram adotados procedimentos éticos para não evidenciar o nome das participantes que optaram por se manter no anonimato. No entanto, para aquelas que desejaram revelar sua identidade, como Candelária, o nome fora revelado. As participantes receberam nomes de prostitutas conhecidas na história, como: Capitu (novela Laços de Família), Bruna (filme Bruna Surfistinha), Gabriela (ativista Gabriela Leite) e Angel (novela Verdades Secretas). Ao analisar as informações colhidas nas entrevistas percebemos que todas são mulheres de baixa renda e, portanto, usuárias de políticas públicas. Além disso, evidenciamos que embora essas mulheres exerçam a mesma profissão, elas trazem histórias de vidas diferentes.

Das prostitutas participantes da pesquisa algumas são sergipanas e outras são migrantes oriundas de outros estados do Brasil, como é o caso de Capitu, de 50 anos, mulher negra, nascida no Rio de Janeiro, há mais de 40 anos residente em Aracaju-SE. É solteira e entrou na prostituição quando tinha 19 anos. Já se prostituiu em diversos locais. Ela mencionou que tem filhos, mas prefere deixá-los com seus pais, pois tem medo do preconceito, e mantém contato frequente com eles. Capitu tem ensino fundamental incompleto.

Já Bruna Surfistinha, de 51 anos, disse que não tem problemas em falar sobre sua profissão com a família. Ela é sergipana, mãe e avó de duas (02) meninas. Sempre trabalhou nas ruas da capital, atuou como vice-presidente da ASP e, atualmente, é presidente da ASTRASSE. Ela se considera feminista e conta que seu contato com o feminismo foi a partir das atividades desenvolvidas tanto na ASP como na ASTRASSE. Bruna é separada, tem ensino fundamental incompleto, se identifica como negra. É militante do movimento de prostitutas sergipano e tem contribuído com políticas de atendimento às prostitutas, atuando na pandemia com oficinas sobre cidadania e direitos. Além disso, realiza trabalho beneficente com entrega de cestas básicas para ajudar na alimentação das mulheres e desenvolve trabalho de orientação sobre questões de saúde das prostitutas.

Gabriela, que tem 49 anos, nasceu na cidade de Lagarto- SE, se classifica como branca, atualmente está em um relacionamento aberto, possui ensino fundamental incompleto e tem duas filhas. Sobre sua trajetória de trabalho na prostituição, afirma que aos 17 anos de idade iniciou na prostituição e atua até hoje. Sua prática profissional sempre foi um segredo para seus familiares, mas em seus relacionamentos amorosos sempre deixou claro qual era sua profissão.

Já Candelária, era viúva e aposentada. Ao perguntar sobre sua cor, dizia: “eu acho que sou misturada, um pouco preta e outro um pouquinho clara”. Ela nos contou que sempre

assumiu para “Deus e o mundo que era puta” (Candelária. Entrevista concedida em novembro de 2019). Sobre outras especificidades da vida de Candelária falaremos na próxima seção.

Outra participante da pesquisa é Angel que se classifica como branca, tem 51 anos, é solteira e aposentada. Nasceu em Aracaju- SE, mas já morou um período curto em Alagoas, onde exerceu a profissão. Tem ensino fundamental incompleto, entrou para a prostituição quando tinha 18 anos. Atualmente mora com um filho e um neto, sempre assumiu claramente sua profissão para sua família.

Com a reconfiguração da metodologia, surgiu a necessidade de realizar as entrevistas também nos locais de trabalho das prostitutas tanto em bares como em “pontos”. Exemplo disso foi nosso encontro com Angel, última prostituta entrevistada, pois, nas nossas muitas idas e vindas em busca das prostitutas, fomos orientadas pela presidente da ASTRASSE a ir até um local. “Vão e digam que fui eu quem mandei, lá é um bar onde as mulheres ficam esperando os clientes, lá vocês vão encontrar algumas prostitutas” (Bruna. Entrevista concedida em maio de 2022). Quando chegamos lá, Angel nos recebeu dizendo “Candelária foi uma parceira para mim” (Angel, entrevista concedida em dezembro 2022). Logo percebemos a importância de conhecer e registrar seu discurso no que diz respeito a prostituição e a ASP.

Ao adentrar no ambiente localizado na zona norte de Aracaju/SE, encontramos sentada na porta uma senhora de cabelos brancos, batom vermelho, que viveu os anos de fundação da ASP. Nesse mesmo espaço, entre sinais de gargalhadas e troca de olhares, em volta de uma mesa cheia de garrafas e copos, bebiam e conversavam com alguns homens acompanhados por mulheres que trabalhavam no bar. Do lado esquerdo, outras mulheres ficavam andando entre o bar e o beco. Do lado direito, enquanto conversamos com algumas das prostitutas, visualizamos casais que entravam por um local que dava acesso aos quartos. No final do corredor, enxergamos um varal com dezenas de toalhas vermelhas estendidas.

Aquele lugar produz um cheiro que tornava o ambiente peculiar, lá circulava o aroma do álcool e do perfume doce e marcante das mulheres, parecia que tudo era pensado para aguçar os desejos. Para Rago (2008, p. 211), no bordel, buscava-se não apenas a transgressão dos comportamentos moralmente sancionados, mas os excessos, as fugas, os êxtases, os prazeres da orgia, isso explica porque é desafiador fazer pesquisa nesses locais. Contudo esse lugar molda e descoloniza nosso olhar em torno da sexualidade e das possibilidades de existência de outras práticas sexuais.

Segundo Lugones, a gente descoloniza a partir do momento que escutamos, a gente não se descoloniza sozinha, mas a gente se descoloniza com esses povos, com suas histórias, com esses sujeitos marginalizados, é aí que surge uma Pedagogia Prostituta, e quando surge essa

Pedagogia Prostituta surge o processo descolonização. Walsh (2013) diz que quando a gente exerce esse trabalho com o outro, a gente vai fraturando essa lógica e orientando a emancipação desses sujeitos e não só desses sujeitos, mas de nós próprios.

Essas vivências dentro dos prostíbulos nos possibilitaram suscitar informações essenciais para a construção desta tese, pois tudo isso nos diz sobre saberes, práticas e modos de vida que são comuns à experiência das prostitutas e que, em muitos sentidos, escapam às nossas vivências. Assim, compreendemos que esse lugar, visto pela sociedade como espaço de sujeira, é um lugar de produção de um saber-do-corpo: “já não se trata da experiência de um indivíduo, tampouco existe a distinção entre sujeito e objeto, pois o mundo ‘vive’ em nosso corpo sob o modo de ‘affectos’ e faz parte de sua/nossa composição em processo” (Rolnik, 2016, s.p.).

O saber-do-corpo (ou, no nosso caso, saber-do-corpo-prostituta) é, portanto, uma epistemologia viva ou uma pedagogia viva enquanto uma emoção vital, uma experiência-saber, que se traduz na forma como as forças do mundo afetam-no sentido de tocar, contaminar, perturbar - os corpos das prostitutas e, paralelamente, como os corpos das prostitutas afetam o mundo. Dentro daquele local percebemos que a linguagem, os movimentos do corpo e suas atitudes, a troca de olhares muitas vezes espontânea, nos auxilia a entender a prostituição. Esse local acima citado tem sido também espaços de entrevistas com as prostitutas.

Embalado pela dinâmica do campo de pesquisa, e por diálogos intensos, duradouros ou aligeirados, este trabalho se constituiu, como forma potente de intercambiá-las, faço da narrativa sensibilidade e criação para dizer da minha vivência em campo. Lá tudo sempre foi muito vivo, essa foto representa muito bem nossas vivências, ela foi feita na casa de uma das entrevistadas, que em seguida disse: “coloque no seu estudo, porque eu quero estar lá” (Bruna, entrevista concedida em dezembro 2022).

Figura 01- Foto entrevista



Fonte: foto concedida por Bruna (2022).

As experiências de dialogar com as mulheres promoveram um processo de desconstrução das formas de pensar a sexualidade feminina. Do nosso lugar de pesquisadora acadêmica, vivemos a experiência de aprender no espaço fora da educação formal. Durante cada entrevista foi possível resignificar e expandimos os nossos pensamentos para além das considerações estereotipadas sobre a prostituição.

Ainda sobre os desafios encontrados no campo de pesquisa queremos destacar que parte das entrevistas foram feitas mediante pagamento, sempre que era feito contato para agendar o encontro, elas nos avisavam qual seria as condições e valor financeiro cobrado. Isso para nós se apresenta como uma reinvenção metodológica e uma forma de repensar nossos métodos de fazer pesquisa. Nos levantamentos de trabalho que fazem pesquisa com prostitutas, as pesquisadoras não mencionam a questão do pagamento. Contudo nós temos a consciência que o ato de cobrar talvez seja uma forma de resistência ao modo de fazer pesquisa, essa pesquisa estratificação, em que a pesquisadora colonial que vai no espaço recolhe informações produz o capitalismo cognitivo das universidades e nada traz de devolutiva no campo, isto é, não há retorno para a melhoria de vida das prostitutas e, sim, apenas o utilitarismo de suas experiências para produção de publicações que, no fundo, não reverberam entre elas.

Quando elas dizem: “o valor é esse, eu não vou fazer de graça, vocês vêm aqui e depois somem e nada trazem para nós” (Gabriela, Entrevista concedida em novembro de 2022), elas

estão dizendo vocês recolhem nossas experiências, usam nosso tempo de trabalho e nada recebemos, ou seja, isso é um enfrentamento a essa coisa eticamente correta que a gente preza na academia. Elas estão dizendo não porque “apenas vocês ganham com esses livros que escrevem, com essas coisas da faculdade, pois agora eu quero o pagamento” (Angel, Entrevista concedida em janeiro de 2023). Como já foi dito, nós enquanto pesquisadoras, não vemos o ato de pagar como um problema ético, mas uma forma de combate, de contraconduta, ao modo de fazer pesquisa embebido em uma herança eurocentrada e colonial, uma vez que a universidade vem da Europa e os nossos modos de pesquisar e ser pesquisadora estão fundamentalmente atrelado nessa visão colonialista. Mais do que isso, e quanto à prostituição, o uso gratuito do tempo, do corpo e da vida das prostitutas de uma expropriação e desvalorização de seu trabalho.

Isso nos faz lembrar da ideia do bom homem branco levando a civilização para os países “não” civilizados. Pensando nisso será que o que a gente faz com nossas pesquisas também não é uma forma de violência, uma forma de estratificação pela produção do conhecimento das experiências de corpos marginalizados, de uma experiência a partir de um olhar, de uma vontade de nomear esse corpo estranho, de uma vontade de saber, esse saber que gera poder, o saber que produz forma de dominação (Foucault, 2013). Isso diz de como hegemonicamente ainda é pulsante nos nossos trabalhos, um modo de fazer pesquisa não *com* prostitutas, mas *sobre* prostitutas; em que, para nós, o certo seria pesquisa com prostitutas, elas participando do processo como atrizes de suas próprias histórias e não apenas como objeto de análise implicada com essa vontade de saber e nomear, que na verdade é uma forma de reforçar as estruturas de poder e não fraturá-las.

Em nossos discursos como boa pesquisadora decolonial, afirmamos que vamos dar visibilidade e mudar a vida desses sujeitos, mas, na maioria das vezes, não fazemos nada disso. Então é sobre isso que elas estão resistindo e dizendo: o que vocês estão fazendo é uma pesquisa utilitarista sobre nossas experiências e isso corresponde à lógica colonial -capitalista, vocês estão dentro da estrutura de uma instituição que corresponde ao capitalismo cognitivo de produção do saber e como esse conhecimento reafirma a lógica do capital-colonial nutrindo essa perspectiva. Então aqui não tem nada de graça, nós vivemos disso, das nossas experiências, do nosso corpo e do nosso tempo e isso tem preço. Ou seja, elas estão nos questionando: quem ganha é só a pesquisadora? Diante disso pensamos, o que faremos com dimensão ética e toda discussão do comitê de ética que, muitas vezes, perpassa uma reafirmação dessa lógica de uma vontade de saber que, na realidade, é uma vontade de poder sobre essas experiências outras.

Vale dizer que antes das entrevistas eram explicados os objetivos da pesquisa, as condições legais e normativas. As participantes da pesquisa são prostitutas maiores de idade

que participavam da ASP, o público alvo da associação eram prostitutas de baixa renda que trabalhavam nas ruas de Aracaju. Em relação aos instrumentos de pesquisa, foram utilizados ficha de entrevistas, conversas informais durante 06 meses e observações, que foram registradas no diário de campo, essa ferramenta de registro de experiências, foi preciso reinventá-la tecnologicamente, pois as anotações eram registradas em blocos de notas ou no gravador de voz do aparelho celular e posteriormente as experiências transcritas.

Sobre isso é importante dizer que foi necessário utilizar esse diário de campo eletrônico pois percebemos que elas não pareciam confortáveis, quando a gente ouvia e escrevia durante a entrevista no caderno, uma delas comentou “parece que estou em uma delegacia e vocês estão tomando o meu depoimento” (Bruna. Entrevista concedida em agosto de 2022), a partir de então passamos a gravar no diário eletrônico e, ao sair das entrevistas, relatava no gravador as informações. Nas entrevistas narrativas, as falas das participantes entrevistadas foram gravadas, transcritas, textualizadas, categorizadas e analisadas do ponto de vista crítico e interpretativo, a partir da articulação dos conceitos mencionados no referencial teórico da pesquisa. Foi feita a leitura minuciosa de todo o material obtido nas entrevistas, e identificação de trechos das falas mais potentes para utilização na pesquisa.

Todos os dados coletados foram recorridos unicamente para o desenvolvimento da pesquisa e publicadas de forma anônima, sem constar quaisquer indicações de identificação pelo nome próprio. Utilizamos ferramentas digitais: gravador para captação do áudio e a ferramenta de digitação por voz do Google. As entrevistadas foram orientadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que dispõe sobre os direitos e deveres do entrevistado, bem como esclarecer sobre o uso das entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

Nossa investigação contou com um trabalho de campo, mas além das entrevistas, são fontes de pesquisa: os documentos normativos da ASP, materiais das atividades desenvolvidas nas oficinas relacionadas às temáticas de educação em saúde, educação sexual, direitos sociais, higiene do corpo, projetos para arrecadação de recursos financeiros, atas de reuniões, relatórios de atividades. Junto a essas fontes também utilizamos o documentário² *Candelária- Aquela que Conduz a Luz*, produzido pelo programa da secretaria do audiovisual do Ministério da Cultura e fundação Padre Anchieta e TV Cultura que traz entrevista com Candelária, com as prostitutas e com historiadores e jornalistas sergipanos. Junto ao filme, outros materiais audiovisuais que contém informações importantes sobre a ASP. Dessa forma, realizamos uma pesquisa também com os documentos da ASP para que pudessem evidenciar práticas educativas na prostituição, trazendo o olhar decolonial para interrogar e estabelecer o processo de escrita. Os documentos trazem em si marcas, que podem se apresentar como reveladoras dos contextos histórico-sociais

e das intenções presentes em suas elaborações.

Todos esses documentos foram sistematizados, digitalizados e transcritos para compor uma base de dados do Google Drive³, facilitando a manipulação e auxiliando na preservação das fontes. As organizações desses materiais foram realizadas por meio de dois (02) projetos de Iniciação Científica financiados pelo CNPq intitulados: *A configuração dos saberes informais na/pela Associação Sergipana de Prostitutas (ASP)*, e *Brechas de uma Pedagogia Prostituta na associação sergipana de prostituta (ASP)*. Ambos tiveram a duração de dois (02) anos, com objetivo de organizar os documentos da associação. Tais projetos foram desenvolvidos em parceria com o bolsista e estudante de psicologia Ian Ravih Rollemberg, o primeiro projeto foi orientado pela professora orientada pela Prof^a. Dr^a. Ilka Miglio de Mesquita e o segundo pela Prof^a. Dr^a. Simone Silveira Amorim.

No processo de organização dos documentos foram feitos os primeiros apontamentos sobre eles e as impressões que causaram. Assim, em meio a esses fatores que se apresentaram frente à realização da pesquisa, eram realizadas visitas à associação. Começou então o processo de categorização inicial das fontes. Foram usadas fitas (imagem 3) para designar os diversos tipos de documentos encontrados. Em meio a isso, iniciou-se a separação das fontes que não se encaixassem no objeto da pesquisa, que tivessem muitos exemplares ou que não estivessem em condições de manuseio. Tratou-se de um trabalho de grande intensidade, visto que os documentos não se encontravam de maneira organizada no local. Vários tipos de documentos, inclusive os irrelevantes, (que estivessem dentro dos critérios de exclusão citados acima) muitas vezes, estavam na mesma caixa que documentos importantíssimos. Então, utilizando luvas, foi feito o manuseio de cada caixa em uma verdadeira arqueologia em busca das fontes significativas da pesquisa. Foram levadas caixas vazias ao local e cada documento era posto em determinada caixa a partir de uma categorização inicial.

O processo foi realizado a partir de uma tabela (tabela 1) desenvolvida pelos pesquisadores em que se identificavam: o título, o tipo de fonte, o autor, o ano, a quantidade, o recorte (um breve comentário sobre a fonte) e o resumo. Assim, cada documento da ASP que foi selecionado para a sistematização foi categorizado, em um processo de aproximadamente dois meses. Eles foram organizados em uma estante em que foi feita uma divisão a partir dos tipos de documento e sua relevância para a pesquisa, a partir de seus objetivos.

A partir de um processo de coleta e organização, os documentos da ASP foram divididos a partir das seguintes categorias: Cartazes, Fitas Cassete, CDs, Filmes de Câmera, Gravadores de Voz, Índices, Livros, Documentos Institucionais, Cartões, Cartilhas, Levantamentos de Informações, Relatórios, Convites, Panfletos, Livretos, Materiais Pedagógicos, Revistas,

Periódicos, Cartilhas, Convites, Cursos, Cartões de Visitas, Folhetos, Boletins, Crachás, Certificados, Revistas em Quadrinhos, Calendários, Cadernos e Jornais. Tratou-se de um trabalho intenso e hercúleo, em que todos os documentos coletados foram selecionados e organizados. Nesse processo, eram tiradas fotos de todos os documentos, tendo sido feito um banco de dados na plataforma Google Drive. Foram categorizados ao todo 264 documentos. Tem-se em maior quantidade os cartazes, sendo eles principalmente relacionados às questões da AIDS e das então chamadas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs¹). No entanto, como mencionado anteriormente, a diversidade de documentos foi considerável. Sendo isso posto, foi possível ter um amplo panorama da constituição da ASP.

Destacam-se, também, jogos de tabuleiro desenvolvidos para auxiliar no ensino da educação sexual; fitas cassete com entrevistas de Candelária à órgãos televisivos; relatórios institucionais e projetos que retratavam de maneira detalhada as atividades amplas da associação; negativos de fotos em que é possível visualizar que retratam atividades realizadas; gravadores de voz e fitas contendo áudios de atividades da ASP; relações de empregados; projetos e planejamentos de ações; convites para seminários e simpósios que tratavam de diversos temas relacionados à prostituição e às DSTs, sendo alguns realizados pela própria associação; fichas de distribuição de preservativos; guias produzidos pela ASP para as prostitutas ensinando diversos aspectos da profissão para que as associadas pudessem ter uma atuação mais digna e segura; baralhos de educação sexual; diversas cartilhas explicativas direcionadas à redução de danos por ingestão de bebidas alcoólicas e outras drogas, além de redução de danos nas atividades sexuais; balanços financeiro; listas de presença das reuniões; boletins da própria ASP que diziam das atividades que vinham sendo organizadas; livros sobre raça, classe e gênero; materiais direcionados ao público infantil e infanto-juvenil; cursos de capacitação realizados pela ASP de diversas naturezas para as prostitutas e seus beneficiários; o caderno de alfabetização utilizado por Candelária para ler e escrever; documentos relacionados ao empoderamento feminino; modelos de órgão sexuais femininos usados em cursos realizados pela associação; diversos materiais lúdico-pedagógicos; livros com dedicatórias à Candelária; a revista Cláudia relatando o Prêmio Cláudia ganhado por Candelária e, por fim, o documentário sobre Candelária e sobre a ASP realizado pelo governo do Brasil em parceria com o canal Cultura com informações significativas para a pesquisa

Figura 02: Foto dos pesquisadores catalogando as fontes

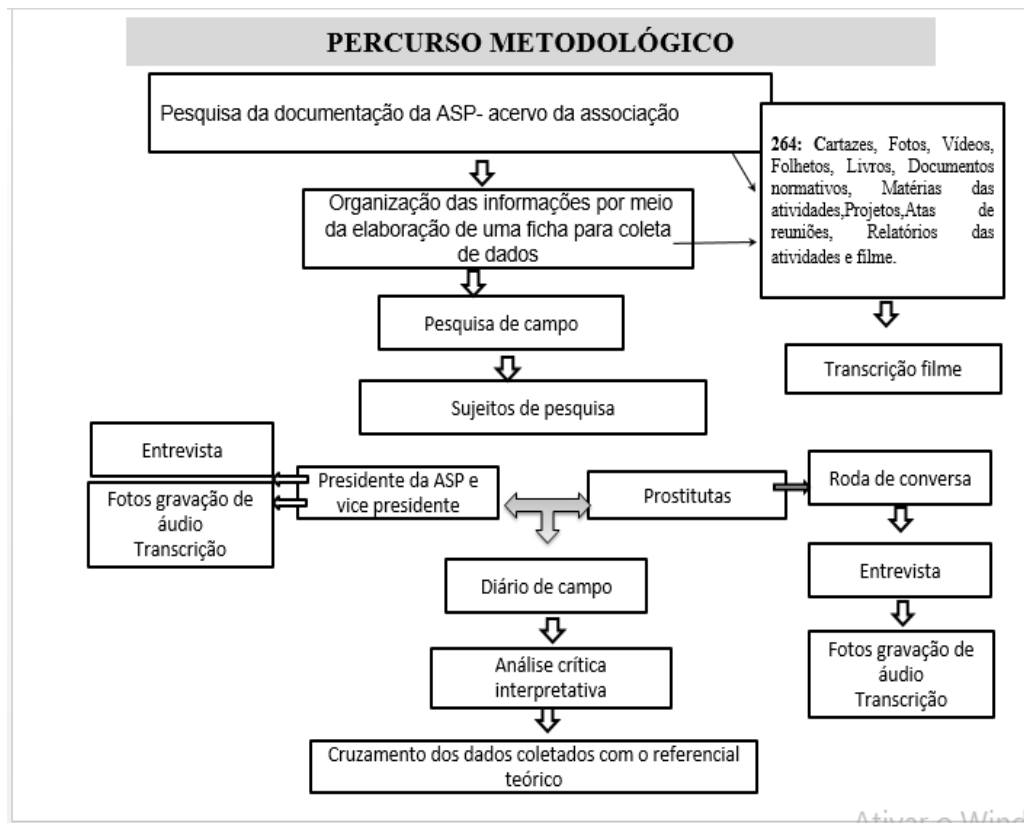


Fonte: Acervo pessoal.

Como já dito, toda essa documentação foi organizada em uma base de dados do Google Drive no link a seguir: **Categorização dos Documentos da ASP.docx** para melhor visualização e compreensão do que foi encontrado. Ela consegue trazer um panorama geral de todas as atividades realizadas pela ASP, a partir da ação de Candelária, além de retratar ideais, desafios, atividades pedagógicas e temas objeto de atenção da ASP. Além disso, foi realizado um banco de fotos da maioria dos documentos, presente no seguinte link do Google Drive: **https://drive.google.com/drive/folders/1kG2EcwBc1Q_cd9WIyYN08NQLWslw1RiP?usp=sharing**. A partir da categorização, iniciou-se o processo de análise propriamente dita, sendo que as fontes já mencionadas foram entendidas como frutos de um contexto simbólico e social, sendo inseparáveis de sua época e da intencionalidade dos que as produziram. A partir dos dados, iniciou-se sua união e interlocução com as teorias utilizadas para o embasamento da pesquisa.

O procedimento de pesquisa foi dividido em etapas conforme fluxograma abaixo:

Figura 02 – Estrutura metodológica



Fonte: Elaborado pela autora.

No fluxograma acima é possível visualizar a organização metodológica da pesquisa, e o caminho percorrido ao longo dessa investigação. Em relação ao acesso a essas fontes, até o momento elas estão organizadas no laboratório 01 (um) localizado no Departamento do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes- UNIT. Entendemos que essas etapas de pesquisa são elementos primordiais para execução de uma análise, pois para o desenvolvimento da investigação é preciso recorrer aos procedimentos como: consultas de documentos da ASP e revisão de literatura para fazer uma interlocução com pesquisas já realizadas.

Todo o material utilizado na pesquisa será armazenado em acervo digital que futuramente constituirá no acervo “Candelária, uma mulher da vida”, sediado na Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe – FUNCAP, ou seja, todos os documentos da ASP, serão organizados em um memorial, tendo em vista trazer uma devolutiva a comunidade para além da tese e artigos. Esse momento constitui-se na pesquisa como etapa na qual os pesquisadores devolvem ao campo investigado resultados e intervenção direta na vida dos participantes. Nesse sentido, também temos participado de reuniões realizadas com as prostitutas. Para além disso, com cenário da pandemia e o receio de encontrar o campo esvaziado foi preciso dar passos fora do planejado previamente, talvez uma criação metodológica com isso após a entrada no campo, alguns procedimentos foram incluídos, como é o caso das rodas de conversa. Como já mencionamos, a metodologia da pesquisa contava com um planejamento inicial, o qual foi revisado devido ao cenário da pandemia. E, então, a partir desse novo contato com a ASTRASSE, foi combinada a organização dessa roda de conversa.

Figura 03 - Roda de conversa no Núcleo de Atenção ao Trabalho - NAT (2022)¹²

Fonte:



Arquivo pessoal (2022).

O encontro aconteceu junto ao Núcleo de Atenção ao Trabalho - NAT, no dia 26 de setembro de 2022. A data foi escolhida pela liderança da Associação das Trabalhadoras do Sexo de Sergipe - ASTRASSE4. A atividade foi acompanhada por roda de conversa sobre as dificuldades de trabalho das prostitutas no contexto de pandemia e as questões relacionadas à saúde da mulher. A reunião contou com a participação também do médico e coordenador do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) /Aids Almir Santana. Vale ressaltar que nossa participação nessa atividade é também uma estratégia para ajudar as mulheres no contexto de pandemia, pois na ocasião fizemos a entrega de cestas básicas.

Nossa relação com as prostitutas foi sendo construída no campo de pesquisa, permeada por encontros e desencontros, marcações de entrevista e remarcação, pois algumas vezes as prostitutas sumiram, outras desistiram de fazer a entrevista. Com o tempo percebemos que não funcionaria uma metodologia tão cartesiana e precisamos abrir mão do nosso planejamento, e desapegar dos horários e dias marcados, ou seja fomos entendendo que “a relação entre subjetividade e experiências de vida se dá também nos aspectos mais burocráticos do trabalho de campo, como na marcação de entrevistas, por exemplo” (Barreto, 2022, p. 05),

¹² Imagem divulgada com consentimento dos envolvidos

compreendendo isso, foi preciso, muitas vezes, nos despedir de nossos planos ainda tradicionais e aprendemos na prática a importância de criar vínculo e nos envolver politicamente nas atividades relacionada a luta das prostitutas.

Nesse momento começamos a participar da agenda de atividade que estava acontecendo. Inicialmente fomos organizar as rodas de conversas, oficinas e eventos organizados pela ASTRASSE. Na prática aprendemos que "as formas de contato dos pesquisadores com as prostitutas tem acontecido de diferentes formas, elas não se limitam apenas aos locais de prostituição" Segundo Barreto (2022), muitas pesquisas começaram a buscar a inserção em campo por meio de grupos ou entidades que já realizam trabalhos com prostitutas. Barreto, em concordância com Gabriela Leite, afirma que "a iniciativa das prostitutas de se colocarem no cenário público para pautar os debates e políticas que as dizem respeito gerou impacto nas pesquisas sobre o tema, que hoje estão mais 'sofisticadas'" (Leite, 2009).

Ainda sobre entrada do pesquisador no campo, Leticia Barreto diz que em pesquisas com o tema da prostituição realizadas até "o início dos anos 1990, era comum que as primeiras inserções em campo se dessem pela pesquisadora andando pelos locais, com contatos diretos com algum local de prostituição ou podendo, inclusive, se passar por garota de programa ou por cliente" (Barreto, 2022, p. 02), mas esse cenário vem mudando e "partir de diferentes formas de contato com as prostitutas, pesquisadores tem buscado se envolver com o campo da prostituição seja universo acadêmico, das políticas públicas ou da militância". (Barreto, 2022, p. 02). Para além disso, fazer pesquisa em diálogo com prostitutas nos convoca para uma mudança que atravessa nossa subjetividade feminina e nosso modo de ler o outro e entender sexualidades outra.

Os próprios modos como somos vistas pelas prostitutas, e como nós também enxergamos elas, vai nos guiando para uma resignificação. Para Sousa (2018) "desvelar saberes de experiência, dialogar com participantes da pesquisa, aproximar-nos com intenção de ouvir e apreender as leituras e visões de mundo das pessoas com quem interagimos em contextos de pesquisa permitem-nos resignificar o fazer científico e suas metodologias", nesse sentido nos encontros e diálogos com as prostitutas aprendemos e direcionamos nossos posicionamentos, isso aconteceu por meio da relação intersubjetiva que fomos tecendo com as mulheres participantes da pesquisa.

2.3 Aproximações do campo de pesquisa

No campo de pesquisa foi possível acessar experiências presentes na vida dessas mulheres, e esses são saberes que emergem do próprio chão da pesquisa e nos ensina sobre a prostituição. Segundo Rago (2008) precisamos entender que o conceito de prostituição foi elaborado no século XIX, por isso é preciso ter cautela ao usá-lo para intitular práticas sexuais femininas em outros contextos sociais e históricos. Ainda em seus estudos, Rago (2008) diz que o discurso de que a prostituição é “[...] a profissão mais antiga do mundo [...]” é uma conduta que prejudica, pois naturaliza um fenômeno que na realidade “[...] é cultural e histórico, não necessário e insolúvel”. (Rago, 2008, p. 224). Ela defende a importância de:

Historicizar o acontecimento e problematizar a experiência, por mais dolorosas e difíceis que possam ser, são possivelmente maneiras de se aproximar dessas realidades, enfrentá-las e, quem sabe, encontrar novos elementos para lidar e responder a elas de uma maneira mais eficaz e construtiva (Rago, 2008, p. 224).

Ou seja, é necessário situar e discutir historicamente a temática da prostituição. Para Piscitelli (2005), a prostituição é uma prática que envolve diversas formas de trabalhos sexuais. Desse modo, as tentativas de definições que tentam conceituá-la não explicam muito sobre os diversos tipos de relações que a constituem. Mediante essas compreensões, esta tese pretende contribuir para compreender os cenários que envolvem essa temática e os aspectos dessa prática social. No Brasil, os estudos sobre prostituição se ampliam a partir de 2000.

Estudiosos como Adriana Piscitelli (2002, 2004, 2005, 2007, 2011, 2013); Fonseca (2003, 2004); Olivar (2010, 2013); Sousa (2007, 2012); Tedesco (2008) e Margareth Rago (2008), fazem parte de um grupo de pesquisadoras responsável pelo início da solidificação da temática. Diversos campos tomam a prostituição como objeto de estudo.

Conforme é possível observar na revisão bibliográfica, os estudos sobre prostituição são interdisciplinares por excelência. Assim dito, a presente tese está inserida no campo dos estudos de gênero em educação implicados com as teorizações críticas, tendo em vista que a presente pesquisa dialoga mais frontalmente com as proposições do feminismo negro e da pedagogia decolonial (Hooks, 2013; Lugones, 2014).

No campo da educação, a temática da prostituição começa a ganhar espaço no âmbito da educação brasileira a medida em que se tem desprendido esforços de pesquisa sobre o tema. Tais informações podem ser observadas no levantamento realizado com recorte de 10 anos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), foram encontrados: 04 (quatro) no (GT 06) em Educação Popular escritos por Fabiana Rodrigues de Sousa (2012), (2013), 2014) e (2015).

Neles, a autora faz considerações acerca de ações educativas planejadas e executadas por prostitutas militantes que participam da Associação e traz um panorama da constituição, de associações compostas por mulheres que exercem ou já exerceram prostituição com intenção de reivindicar seus direitos. Sousa traz reflexões de como os sujeitos se educam nas relações estabelecidas nas diversas práticas sociais de que tomam parte ao longo da vida.

No (GT 23) Gênero, Educação e Sexualidade encontramos a pesquisa de França (2015) que aborda a prática da prostituição, tratando da aprendizagem de iniciantes, da circulação de saberes no ofício e das transformações pelas quais a própria prática vai passando ao longo das gerações de participantes. Nas pesquisas encontradas, podemos observar uma visão que busca a desconstrução e a construção de epistemologias outras na educação, tendo como base as práticas educativas na prostituição. É possível perceber que alguns autores começaram a despertar interesse sobre estudos que apontam especificamente a possibilidade de constituição de uma prática educativa dentro da atuação das prostitutas.

O outro levantamento foi feito no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da plataforma Sucupira. Na busca, utilizamos como palavras-chave: Prostituição, Educação, Associação de Prostituição. No processo de levantamento de dados, foram selecionadas pesquisas realizadas na área da Educação. Na busca, utilizamos como palavras-chave: Prostituição, Educação, Associação de Prostituição. Nos estudos produzidos nos anos 2000 a 2021, encontramos oito pesquisas, sendo quatro dissertações de mestrado e quatro teses de doutorado.

Das produções encontradas em circulação no campo, correlatas ao tema desta pesquisa, destaca-se a tese de doutoramento de Sousa (2012), que teve como objetivo compreender como as prostitutas se educam em sua prática e desvelar as experiências vivenciadas por essas mulheres, a autora partiu de uma noção ampliada de educação, a fim de pensar a educação por meio da experiência e compreender a prostituta no movimento da sua existência. Já em sua dissertação Sousa (2007) realizou uma investigação dos processos educativos consolidados nas relações entre prostitutas e clientes, tomando como ponto de partida a percepção dessas mulheres.

Entre as pesquisas registradas, encontramos também a dissertação de Fernanda Priscila Alves da Silva (2017) que trata sobre a Associação de Prostitutas. A autora discute sobre os processos de mobilidade, movimento, socialização e construção de saberes de mulheres pobres, inseridas em contexto de prostituição, em Salvador, Bahia. O principal objetivo da sua pesquisa foi estudar as trajetórias de vida, socialização, transformações e saberes de mulheres no cotidiano da prostituição. Ela busca compreender os saberes construídos a partir deste cotidiano

e o fazer-se/formar-se mulher neste cenário (Silva, 2017, p 15). Já na tese defendida em 2021, a autora estuda as práticas e dinâmicas de socialização, formação, cuidado e educação de filhos/as de mulheres que exercem a prostituição de baixa renda em Salvador, Bahia.

Outro estudo nessa mesma perspectiva foi realizado por Santos (2016), com objetivo de compreender a escolaridade e a trajetória profissional de prostitutas que atuam no Centro da cidade de Fortaleza. A autora buscou entender a visão delas sobre a escola, e os motivos do abandono da escola. Observamos também outras pesquisas que envolvem o campo da educação, porém ligada às estratégias educativas relacionadas aos filhos das mulheres que exercem a prostituição. Nesse sentido trazemos a dissertação de Santos (2011) que trata do processo educacional dos filhos, crianças de 06 a 12 anos, das profissionais do sexo atuantes nas casas de prazer situadas no centro da cidade de Fortaleza/CE/Brasil. Em sua análise, Santos (2011) afirma que a escola é vista pelas prostitutas como uma oportunidade de garantir, no futuro, uma profissão melhor para seus filhos.

As demais pesquisas discutem sobre a exploração sexual e comercial, violência de gênero e as relações entre prostituição e feminismos, como a tese de Florêncio (2016) que se trata de pesquisa de cunho histórico, na qual a autora traz a discussão sobre aspectos históricos da profissão e sobre o lugar social ocupado por mulheres nas práticas de socialização, em especial as de prostituição. Já a dissertação de Ferreira (2006) trata de estudo das percepções das prostitutas acerca de processos educativos ligados à saúde. Nessa mesma perspectiva encontramos o trabalho de Souza (2005) com objetivo de analisar a identidade da cidade de Brusque/SC, relacionando-a a aspectos como educação, formação, escola e sexualidade.

Há um crescente número de trabalhos realizados em diálogo com prostitutas e associações da categoria. E que tratam do lugar social da prostituição e como processos educativos são gestados nas práticas da prostituição. Percebemos que a temática vem sendo pesquisada por diferentes áreas do conhecimento. No campo da ciência política localizamos a dissertação de Carol Bonomi, que buscou investigar os trânsitos políticos do movimento organizado das trabalhadoras sexuais empreendidos em seus 30 anos de história, buscando analisar os sentidos mobilizados por essas autoras sobre política, engajamento, reivindicação, organização política, direitos e prostituição. A autora buscou mapear as sujeitas das organizações que compõem o movimento organizado e suas conexões, suas reivindicações, sua forma organizacional e seus instrumentos de ação coletiva, com o intuito de colaborar com os debates e produções acadêmicas acerca das temáticas de gênero, de sexualidade e de movimentos sociais.

Letícia Barreto, escreveu uma tese no campo dos estudos de gênero com objetivo analisar as relações entre prostituição e feminismos em Belo Horizonte, a partir de olhar sobre a emergência das prostitutas como sujeitas políticas e a produção do conhecimento sobre prostituição. Buscou mapear o contexto e atrizes que fazem parte deste processo de emergência, construindo sujeitas e subjetividades multifacetadas, e identificar deslocamentos e continuidades presentes nos discursos e conhecimentos. Existem outros trabalhos muito importantes que versam sobre a temática, como é o caso da tese de José Miguel Olivar; o livro de Soraya Simões dentre outros, porém não estão dentro do nosso recorte, pois os autores realizaram essas pesquisas no ano 2010. Entretanto citamos eles na escrita da tese.

Temos dialogado também com trabalhadoras sexuais que veem na palavra a possibilidade de existência e de luta e, ao escrever, trazem suas experiências como profissional do sexo e ativista do movimento de prostitutas, dentre eles destacamos as produções de autoria da puta feminista Gabriela Leite, intitulado: “*Eu, mulher da vida*, (1992) e *Filha, mãe, avó e puta*, (2009), ambas são autobiográficas e trazem sobre sua vida na prostituição. A autora tem uma trajetória marcada pela luta a favor das mulheres prostitutas.

Uma outra obra que nos ajuda a entender aspectos da prática da prostituição é livro *Putafeminista* (2018), da Monique Prada, presidiu a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (Cuts). A militante é defensora do Projeto de Lei 4.211/2012, do deputado Jean Wyllys, que regulamenta a profissão e já integrou o grupo assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres. Em seu livro Monique fala sobre suas primeiras experiências e a descoberta do feminismo, que a transformou em putafeminista.

Amara Moira, também putafeminista, militante da causa LGBTQ+, e doutora em teoria e história literária, escritora e colunista do suporte jornalístico independente Mídia Ninja, escreveu 04 livros entre esses destacamos “*E se eu fosse puta*” (2016) e “*Vidas trans: a coragem de existir*” (2017). Nas obras ela apresenta elementos da vida de uma puta. Ela é conhecida por seus escritos teóricos e literários sobre a realidade de pessoas trans no país.

Diante das leituras acreditamos que a execução de pesquisas pautadas na problematização das realidades vividas em situações de prostituição pode trazer contribuições nas relações entre pesquisa e militância, que resulta em intervenção, aproximando conhecimento científico, saberes outros e compromisso social, apontando rumos para uma corrente crítica nas ciências humanas. Desse modo, esses dados nos instigam a realizar a análise da ASP, ampliando as discussões no campo. Tomamos como ponto de partida essas referências para prosseguir na investigação sobre a constituição de uma Pedagogia Prostituta e a configuração dos saberes.

3. “CANDELÁRIA. ALÍVIO DE DORES. MIRA MIL AMORES, CANDÉ. ÀS VEZES SEM BEIJO NEM FLORES”

Vejo um movimento vindo lá do sul. Era a Deusa Nua de Aracaju. Também, no norte tentar a sorte com Candé. Candé, Candelária. Alívio de dores. Mira mil amores, Candé. Às vezes sem beijo nem flores. Em preto e branco, sem cores. Talvez um pouco lilás. Por 30 moedas traída. Uma vida de glória sem vida. E vem outro freguês. Um samba, um bolero, ou um tango. Uma dose e ela vira rango. Deusa outra vez. Que foi? Quem foi? Será e é sempre, Candé. Candé Candelária. Alívio de dores. Mira mil amores, Candé. Às vezes sem beijo nem flores. Em preto e branco, sem cores. Talvez um pouco lilás. Por 30 moedas traída. Uma vida, de glória sem vida. E vem outro freguês. Um samba, um bolero, ou um tango. Uma dose e ela vira rango. Deusa outra vez. Que foi quem foi, será e é sempre. Candelária. Candelária – (música de Ismar Barreto)

O trecho da música escrita pelo cantor e compositor sergipano Ismar Barreto, no ano 2003, nos faz repensar sobre a existência e representação social de Candelária uma “mulher da vida” que sobrevivem ao contexto marcado pelo poder colonial e se constituem enquanto mulher, prostituta, puta bonita e feminista, com uma trajetória de luta e resistência. Assim, nessa seção temos como objetivo analisar a construção da vida de Candelária como potência em um devir da resistência no movimento de prostituta de sergipano; ou seja, trazemos especificamente aspectos da vida de Candelária, como ela nasce e se torna uma puta mulher, e uma “mulher da vida”.

Inicialmente, queremos dizer que quando Candelária diz “eu sou uma mulher da vida, sou prostituta, sou mãe”, o termo “mulher da vida” aqui não representa algo pejorativo e sim a multiplicidade de existência que é a vida da puta. A expressão “mulher da vida” para ela muito mais sintomático, é mais plural do que o pejorativo, isso é potência de uma multiplicidade de existência que a prostituta tem no enfrentamento aos diversos dilemas que atravessam suas vidas, isso diz de uma Pedagogia Prostituta através da vida de Candelária. Como disse Gabriela Leite, uma das fundadoras do movimento nacional de prostitutas, ao reclamar o termo “puta” para si: “é preciso pegar as palavras pelos chifres”,¹³ deslocando-as do seu lugar de injúria e, assim, reafirmando-as desde o lugar da luta política.

Para trazer uma narrativa sobre a trajetória pessoal de Candelária que contribui na construção da sua trajetória política, utilizamos as entrevistas realizadas com ela e as integrantes da ASP, além dos documentos da associação. É nesse movimento que buscamos conhecer a

¹³ Um beijo para Gabriela. Gabriela Leite: História do Movimento de Prostitutas. YouTube, 28 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCUe-sTeaktr3r5I1Vkh4vyA/videos>. Acesso em: 20 de novembro 2021

experiência de uma mulher prostituta, que forja subjetividades e resistências ao assumir-se como uma mulher da vida. Sua vivência na prostituição pode nos dizer sobre os modos de ser uma puta subversiva e enfrentar os discursos que criminalizam os sujeitos que vivem sexualidades dissidentes. Assim, nessa discursão colocamos em evidência a experiência de uma mulher prostituta, que forja subjetividades e resistências presentes na prostituição.

3.1 Candelária, “Deusa Nua de Aracaju”: criaturas de luz e escuridão

“Eu soube resistir” (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Zona norte de Aracaju-SE, sede da Associação Sergipana de Prostitutas, sete (07) setembro de 2019, data do primeiro encontro com Candelária. Na Rua Curitiba, Bairro Industrial, fomos recebidas por uma senhora de corpo “franzino¹⁴”, de camisola vermelha, olhos verdes, mulher de voz ativa, cigarro na mão, semblante imponente, sentada em uma cadeira de balanço. Essa senhora atende pelo nome social de Candelária, que ao narrar sobre sua vida na prostituição dizia: “Eu sempre soube resistir” (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019). Entendemos essa fala como uma reflexão sua do processo de militância e, sobretudo, da sua batalha¹⁵. Essa frase também pode nos dizer das dores, lutas e conquistas de uma “mulher da vida”, termo usado frequentemente por Candelária para falar sobre sua constituição enquanto mulher e prostituta no contexto de enfrentamentos e batalha, segundo Silva (2021)

A batalha não é apenas um meio para “ganhar a vida”, mas com certeza um meio para “fazer a vida” em toda sua plenitude e com todo significado que este fazer pressupõe. As mulheres da batalha são tias, avós, filhas, irmãs, colegas, amigas, mães. Elas fazem opções, renúncias, acertam, erram, transgridem ou seguem as normas estabelecidas como toda e qualquer pessoa inserida nesta sociedade. (Silva, 2021. p. 19).

A batalha é um lugar de (re)existência, dentro de uma sociedade na qual historicamente e culturalmente “são três os trabalhos que se exigem das mulheres sem que nada se pague por eles: o trabalho doméstico, o trabalho sexual, o trabalho reprodutivo, ao colocar preço no trabalho sexual que excuta. A prostituta pode, em certo sentido, estar subvertendo essa lógica” (Prada, 2018, p.72). A própria existência da prostituta é uma subversão. Vivendo nesse cenário, Candelária teve que fazer enfrentamentos aos preconceitos que criminalizam a história das prostitutas. Sabemos que socialmente os discursos produzidos em torno dessas mulheres as

¹⁴Termo usado para dizer que uma pessoa é magra.

¹⁵ Este termo é utilizado pelas prostitutas para designar o ato de se prostituir.

colocam em um “lugar estigmatizado e inferiorizado, destituído de historicidade e excluído para o mundo da natureza, associado à ingenuidade, ao romantismo e à pureza.” (Rago, 2013, p. 25).

O termo prostituta ou puta sempre causou estranhamentos e, mesmo com todas os avanços e mudanças que ocorreram em torno da prostituição, essa prática ainda é carregada de elementos atrelados à moral sexual civilizada e isso diz sobre o modo como fomos ensinadas a lidar com a sexualidade, com os prazeres e sobretudo com o nosso corpo. As ilusórias proibições e silêncios sobre a sexualidade e o sexo são, em verdade, uma ploriferações de ditos que nos ensinam o que devemos dizer ou viver (Foucault, 2015). As prostitutas são, aqui, parte de uma maquinaria que produção de subjetividade anormais; de modo que, como antítese do terreno subjetivo esperado para mulheres, como uma espécie de uma pedagogia pelo negativo, são constituídas como sinônimo de coisas ruins: “decadência”, “degradação” dentre um conjunto de associações pejorativas que ensinam às mulheres o preço da marginalidade para quem delas se aventura a habitar o limite das normas de gênero. Para Foucault, essa marcação do sujeito é uma repreensão que busca:

Fazer uma cicatriz, deixar um sinal no corpo, em suma, impor a esse corpo uma diminuição virtual ou visível, ou então, caso o corpo real do indivíduo não seja atingido, infligir uma mácula simbólica a seu nome, humilhar seu personagem, reduzir seu status. De qualquer maneira, trata-se de deixar sobre o corpo visível ou simbólico, físico ou social, anatômico ou estatutário, algo como um vestígio. (Foucault, 2015, p.8)

As marcações sobre os corpos das mulheres deixam vestígios de punição, e são ações que fazem parte de uma prática que dá sentido a uma política genocida. São estratégias planejadas para fazer um corte entre o que deve viver e o que se deve morrer (Foucault, 1999, p. 304). Ao longo dos anos, a prostituição é considerada como atividade que provoca as normas de sexualidade e de gênero e, sobretudo, as perspectivas construídas para o gênero feminino. Contudo, a história de Candelária evidencia que ela ocupou um lugar de militância a favor da existência da sexualidade prostituta: fazer de um terreno subjetivo anormal, fora da norma, um modo possível e potente de afirmar a vida.

Candelária nasceu em São Bento do Uma, interior de Pernambuco. Originada de família simples, a data de seu nascimento sempre foi um enigma, mas ao chegar no seu primeiro bordel foi registrada com a data de nascimento de 07 de setembro. Antes de ser Candelária, Maria Niziana Castolino (nome de registro) ainda muito pequena, viveu com a mãe, que faleceu vítima de tuberculose. Depois da morte da mãe, Candelária foi levada para um orfanato e de lá foi adotada. A mulher que a adotou lhe agredia fisicamente, fato que contou com lágrimas:

Ela não me batia, ela me espancava e depois me dava banho de água de sal. Me colocava pra dormir no quintal com os cachorros. Não aguentei tal condição de vida, fui morar nas ruas onde passei por muitas privações. Na igreja tinha um lugarzinho onde eu me protegia do sol, da chuva, mas as beatas me expulsavam. Dormir debaixo dos bancos das praças era muito frio. Sai das ruas para trabalhar numa casa como doméstica e num teatro, onde aprendi a dançar. Dançava mambo, strip-tease, e a dança dos sete véus, mas não é o strip-tease de hoje não. A gente usava umas rosas que cobriam nos seios e partes íntimas um pouco mais comportadas do que hoje se vê. Foi no teatro que recebi o apelido, na verdade meu nome artístico, Candelária, por ser bonita e imponente como a igreja da Candelária. (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Ao morar na rua, Candelária observava a rotina das mulheres que trabalhavam nas boates próximas aos barzinhos nos arredores das praças, e todo aquele cenário despertava sua curiosidade. “Na rua eu conheci várias prostitutas e elas perguntavam: ‘que tá fazendo aí menina?’ Eu dizia: moro aqui na rua. E elas começaram a me levar para casa delas para ajudar na limpeza. E logo foram me levando para o teatro para me ensinar dançar”. (CANDELÁRIA- Aquela que conduz a luz. Direção Jade Leonardo Pereira Moraes. Aracaju. 2005.1 DVD. 55 min). Foi a partir daí que teve seu primeiro contato com a prostituição. Em uma das suas entrevistas ela descreveu sobre como chegou à prostituição. Aos 14 anos, foi descoberta por uma cafetina, que lhe deu o apelido de Candelária. Segundo ela, esse nome foi escolhido pois diziam que era imponente e bonita como a igreja da Candelária, do Rio de Janeiro. A jovem que foi expulsa pelas beatas da igreja quando buscava se proteger do sol e da chuva, tem sua nova identidade inspirada em uma igreja católica e, a partir de então, o nome Candelária, é um novo abrigo subjetivo à fome, à violência e ao abandono. Ao contar sobre sua vida nas ruas relatou que:

Perto do rio Capibaribe, no centro de Recife, tem uma pequena praça. Foi lá que cheguei depois de andar quase o dia inteiro. Cansada, sem comer nada, sentei-me e enquanto descansava, chegou uma mulher bonita, bem-vestida e começou conversar comigo. Contei sobre minha vida, ela me levou para seu apartamento, me deu comida e me deixou dormir lá. Seu nome era Jamaica. No dia seguinte ela me deu vestidos para eu vestir. Eram de cetim. Penteou meus cabelos, e me deu um sapato de salto alto. Eu não sabia andar, ia tropeçando e caindo. Mais tarde, chegaram algumas mulheres e homens. Então a Jamaica me chamou e disse: “Candelária tem o senhor aqui que vai te ajudar. Vai para o quarto, converse com ele que vai te dar dinheiro, vai comprar roupas. ” Sem saber exatamente o que estava acontecendo eu fui (Candelária. Entrevista concedida em agosto de 2019).

Foi nesse momento que começou a fazer shows de strip-tease e a dança dos sete véus e viajava apresentando o famoso espetáculo “mãezinha Golden show”. Jamaica¹⁶ era quem a ensinava cada passo e performance: “[...] ela fazia questão de escolher minhas roupas para a apresentação e me orientava tudo em relação à vida na prostituição” (Candelária. Entrevista concedida em maio de 2019). Percebemos que essa era uma relação que possibilitava ensinamentos sobre o uso da beleza no exercício da prostituição. Pois, a partir daí ela começou a se enxergar como prostituta e adotou o nome pelo qual passou a ser reconhecida ao longo de toda sua vida. O nome de guerra ou nome de batalha é estratégia usada pelas prostitutas para esconder seus próprios nomes e identidade: “somos clandestinas, precisamos viver à sombra. E isso apesar da atividade existir há séculos. Isso apesar de estarmos em todos os espaços”. (Prada 2018, p.26).

Já vivendo dentro da prostituição, Candelária transitou pelos mais diversos territórios de prostituição em cidades como Rio de Janeiro, Pernambuco, Maceió e Aracaju. A partir daí essa foi a profissão pela qual gostou de ser identificada. Mesmo tendo deixado o seu exercício na década de 1980, ela se apresentava como “uma puta aposentada”. Candelária se destacou pela sua forte militância no movimento das prostitutas, tornando-se uma liderança do movimento no estado de Sergipe. A jovem, de pele negra e olhos verdes, com 1,71 de altura, era considerada a prostituta mais bela e requintada de Aracaju.

Figura 04 - Fotos Candelária



Fonte: Acervo da ASP (1990).

Por essas imagens, percebemos que Candelária representava a figura da prostituta que traz elementos da estética sensual, presente na cultura da vida prostituta, espaço onde acontece

¹⁶ Cafetina que tirou Candelária das ruas e ensinou sobre a prostituição.

a produção de corpos atraentes. Nesse cenário, a prostituta é vista como personagem do prazer, dona da estética encantadora que provoca a busca pela satisfação sexual. Ela ocupava um lugar de desejo. Por um lado, ela é aquela que chega seduzindo os olhos de quem a vê. Do outro, ela provoca questionamentos sobre o lugar da prostituta, que carregava no seu corpo as marcas de ser “mulher da vida”. Candelária foi a prostituta mais marcante da boemia aracajuana nas décadas de 60 e 70 do século XX. No documentário *Candelária- aquela que conduz à luz*, Ismar Barreto, falou sobre a imagem que se tinham de Candelária:

Todos esperavam como se ela fosse uma estrela, então ela chegava sempre com uma roupa nova e bonita. Era um negócio fantástico! A gente ficava doido, eu tinha 16 anos e era estudante. A gente não tinha nenhum acesso a ela, só os caras - fazendeiro, político, juiz, advogado e empresários era quem ficava com ela. A gente só babava. (CANDELÁRIA-Aquela que conduz a luz. Direção Jade Leonardo Pereira Moraes. Aracaju. 2005.1 DVD. 55 min)

Admirada e desejada por muitos homens, era também expressão do prazer e fazia parte das fantasias e do imaginário daqueles que sonhavam estar ao seu lado. Embora Candelária cobiçava ocupar esse lugar dentro da sociedade sergipana e, por isso, envolveu-se com homens que prometiam muito, com o tempo percebeu que seu maior desejo era a liberdade. Desde jovem seu sonho era ter uma grande família, como ela assistira no filme “A Noviça Rebelde¹⁷”, mas logo entendeu que sua maior aspiração mesmo era por justiça e, talvez, esse seja o maior motivo que levou Candelária a renúncia de propostas de uma vida longe da prostituição.

A entrada na prostituição, para algumas mulheres, configura-se como uma maneira de representar sua insatisfação com relação a ideologia que reduz as mulheres ao sexo, ao casamento e à reprodução. Contudo, importa, aqui, dizer que algumas correntes da teoria feminista, como o feminismo marxista, com sua crítica à divisão sexuada do trabalho, compreende a prostituição não como uma resistência possível à ordem patriarcal, mas como um outro vértice dela: os guetos de prostituição como espaços masculinos, em que a livre exploração dos homens sobre os corpos e o sexo das mulheres acontece (Lerner, 2019). Assim dito, não convergimos com uma leitura binária - de bem, de mal - sobre a prostituição. Antes, vemos a prostituição como uma dimensão do existir que, em si, tem limites e potencialidades, tem potência de morte e potência de vida. Para Piscitelli (2005), a prostituta, pode se apropriar de uma das suas maiores fontes de poder, o sexo, e pode alcançar a autonomia sobre o seu corpo e sobre sua sexualidade, sendo isso uma ameaça à dominação masculina.

¹⁷A Noviça Rebelde é um clássico musical que conta uma história inspirada no livro de memórias *The Story of the Trapp Family Singers*, de Maria Von Trapp.

A prostituição tem um vértice de violência radical: escravidão, tráfico, prostituição compulsória, mas não é dessa prostituição que falamos, pois, ao focar só na dimensão de violência perdemos de vista a pluralidade de modos de ser prostituta. Buscamos se distanciar de posicionamentos que discriminam reduz a prostituição a um lugar de mera exploração.

Portanto, seguimos uma linha de pensamento que é contrária das abordagens teóricas feministas que persistem em retratar o ingresso na prostituição como uma experiência apenas degradante na vida das mulheres, mas que defendem a prostituição como um caminho possível de, apesar de tudo, resistirem à violência, ao abandono e à miserabilidade (SOUSA, 2012). Sobre sua vida como prostituta, durante as entrevistas Candelária diz que em relação aos casos e amores da época, não teve nenhum de grande importância, mas foram muitos os apaixonados pela jovem que marcou o imaginário masculino, porém ela era vista como símbolo de pecado e indecência.

Historicamente as mulheres para casar eram aquelas que ocupavam o papel da bela, recatada e do lar, pois a sociedade enxergava o corpo da prostituta apenas como espaço de prazer e poder dos homens. Esse discurso faz parte do enquadramento conceitual do discurso binário da mulher destinada a ser “rainha do lar” ou, quando perdida para a ordem moral de gênero, destinada a ser “mulher da vida”. (Rago, 2008). Historicamente e socialmente, o Brasil instituiu, desde o positivismo, a imagem de mulher ideal, como responsável pelos cuidados com o lar, devotada ao marido e filhos, símbolo de pureza. Enquanto as mulheres de baixa renda trabalham sempre em serviços voltados para condições de submissão aos homens (Rago, 2014).

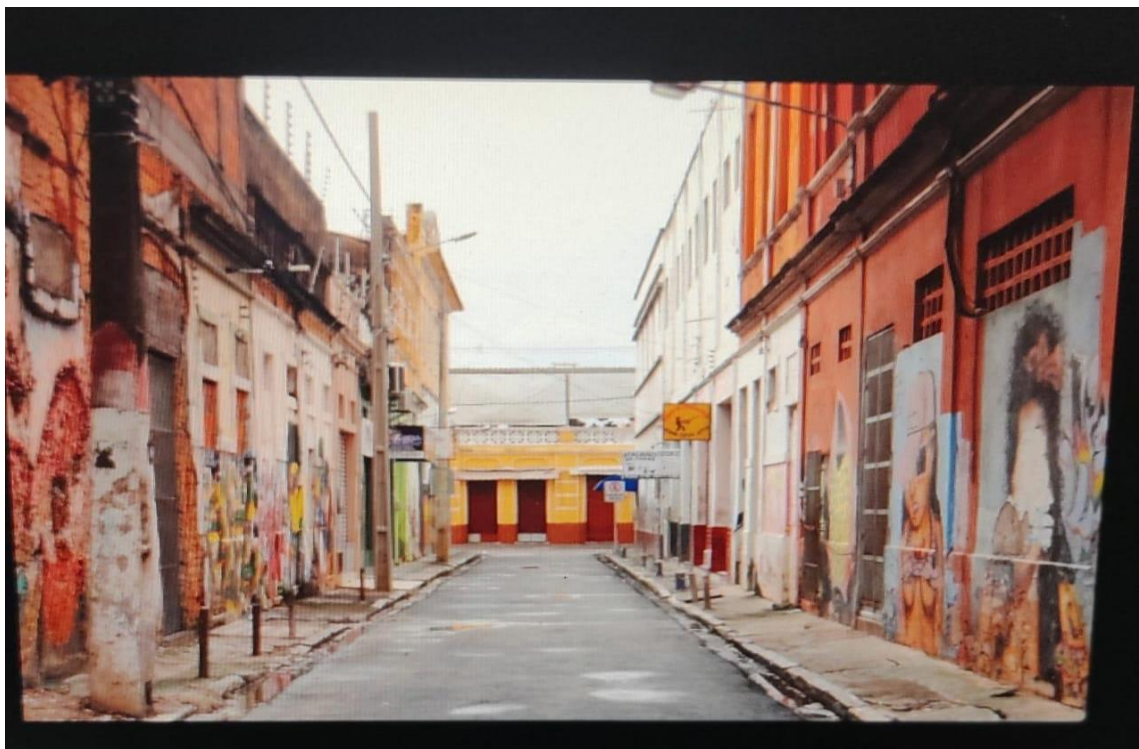
Candelária buscava muito mais que o casamento e subverteu a trajetória estereotipada esperada para uma mulher prostituta, voltando às ruas da cidade de Aracaju para lutar por respeito ao corpo da prostituta. Mais do que isso, ela lutava contra o estigma que nossa cultura construiu para a experiência da prostituta: de um lado, o estigma do patriarcado que vê na mulher pública, na mulher da vida, uma degenerência do esperado socialmente para as mulheres; de outro, o estigma feminista sobre a prostituição, em que a prostituta carrega a marca indelével de manutenção de uma maquinaria patriarcal e, assim, reforçaria a dominação masculina sobre as mulheres. Para nós, então, Candelária trazia consigo o desejo de romper as normas, para sobreviver e viver sua subjetividade. Ainda jovem representava a resistência feminina e liberdade diante das brechas que é possível burlar. Construir outros saberes também é desobedecer a ordem vigente. Transgredir também é se (re)educar e consequentemente educar o mundo a partir da ação. O próprio ato de ser prostituta também pode ser pensado como uma forma de transgressão.

O saber dominante cristalizava mulheres e prostitutas em determinados papéis sociais restritos. Sabemos que a normatização recai sobre os corpos de todas as mulheres, no entanto, atinge de modos distintos mulheres pobres, racializadas, com sexualidade dissidente. Sobre isso lembramos do desabafo de Capitu “nós que vivemos nos becos, na prostituição, na pobreza, somos julgados, as pessoas não nos aceitam e preferem pensar que a gente não existe” (Capitu. Entrevista, concedida em maio de 2023), ou seja, os marcadores sociais da diferença, buscam legitimar os discursos que criminalizam sujeitos que habitam no lugar outro. Candelária, com sua ousadia, desejava romper com essas expectativas e consequentemente produz outros modos de ser sujeita. O próprio ato de ser prostituta também pode ser pensado como uma forma de transgressão, pois a mulher inserida neste contexto ocupa um espaço de transgressão (Silva,2017).

Candelária narrou que encontrou, na prostituição, uma vida muito além daquela que imaginava. Desde quando passou a receber os muitos clientes na famosa zona de prostituição sergipana, onde morou por mais de dez anos. Naquele momento já iniciava sua militância contra a atuação da polícia e abusos dos clientes. Foi para fazer um show de final de semana que Candelária veio pela primeira vez até Aracaju/SE, resolvendo ficar e trabalhar na famosa boate Miramar¹⁸. Durante os finais de semanas lá aconteciam espetáculos que atraíam muitos homens ricos e famosos. A casa de prostituição ficava localizada nas proximidades do terminal rodoviário, especificamente no beco dos cocos.

¹⁸ A Boate Miramar, representa uma casa que recebia políticos, empresários sergipanos e pessoas da aristocracia décadas de 50 e 60.

Figura 05 - Beco dos cocos



Fonte: Acervo da ASP (1999)

O beco dos cocos era situado na avenida Otoniel Dória, na Praça Sete Luzes, nas proximidades da Praça Princesa Isabel em Aracaju. O local era considerado o maior reduto boêmio da capital sergipana em meados dos anos de 1940, sendo uma das principais zonas de prostituição, concentrando uma quantidade significativa de cabarés, boates e cafés. “Muitos

cabarés foram criados e espalhados pela cidade proporcionando diversão aos seus frequentadores” (Cruz, 2010, p. 05). No documentário *Candelária- Aquela Que Conduz a Luz*, o jornalista e historiador sergipano Luiz Antônio Barreto contou como era a vida boêmia em Aracaju naquele período.

Os jovens do sexo masculino tinham essa licença durante as tardes. Depois de 16h os puteiros funcionavam para atender essa massa de iniciantes. De noite era diferente, variando a qualidade do bar, da boate, você tinha música ao vivo, um bom bar, com mesas e cadeiras que as mulheres sentavam de um lado, e os homens chegavam e sentavam e, na troca de olhares, havia uma escolha. A mulher sempre, naquele momento, passiva porque as relações entre as prostitutas e as pessoas que tinham poder aquisitivo eram marcadas exatamente por essa qualidade, a qualidade do poder aquisitivo. Quem tinha dinheiro para pagar, pagava na mesa o consumo da sua companhia, pagar pelo quarto que alugava dentro da boate. Então, boate era além, no salão grande onde as pessoas ficavam socialmente ouvindo música, bebendo, conversando. Tinham pessoas que iam só para conversar e se divertiam desse modo. E haviam os apartamentos, vamos dizer assim, que se chamavam de castelos. Eram lugares, quartos maiores ou menores, totalmente padronizados, onde a pessoa com seu par saía da sala e iam para lá. Pronto! Como o povo dizia: lavou, enxugou, tá nova. Então logo depois a mulher voltava para a mesa e chegavam outros homens. (CANDELÁRIA-Aquela que conduz a luz. Direção jade Leonardo Pereira Moraes. Aracaju. 2005.1 DVD. 55 min)

Por volta do final da década de 60 do século XX, Sergipe vivia um cenário de mudanças. Estavam querendo “fechar os cabarés e acabar com as boates, mas como os homens poderosos e importantes eram frequentadores da Miramar, isso não chegou a acontecer” (Candelária. Entrevista concedida em novembro de 2019). A boate era “uma casa linda, com paredes bem decoradas, tinha um excelente piano, bom baterista, um cara que tocava guitarra, orquestra ao vivo e as mulheres tinham que se vestir bem. Eu comprava três a quatro vestidos por semana”. (CANDELÁRIA-Aquela que conduz a luz. Direção jade Leonardo Pereira Moraes. Aracaju. 2005.1 DVD. 55 min). Em seu artigo “Filhos de Ló”, Jorge Carvalho relata que:

O maior empresário da noite, Tonho do Mira, fazia suas boates concorrerem entre si. Pelo beco dos cocos a porta dava acesso a uma escadaria que terminava no amplo salão da Boate Shangay, onde mulheres belas como Candelária exibiam mistério e sedução. Sem falar no espetáculo dançante mãezinha Golden show. Voltando ao andar térreo, um corredor levava até a outra porta diante a margem do rio Sergipe, onde segunda escada dava acesso ao dancing da Boate Miramar. (Carvalho, 2020, P. 43).

Miramar fazia parte da diversão dos sergipanos. Na década de 70, essa região era lembrada por uns e procurada para esquecer por outros. Era uma parte esquecida do centro da cidade, muitas vezes evitada pela sociedade. Era parada obrigatória para homens importantes

em busca de diversão. Esse espaço carrega histórias de uma época marcada por prazeres da vida boêmia. (Cruz, 2010, p. 2) aponta que

Existia uma intensa vigilância em relação aos lazeres existentes no período, principalmente quando o assunto era as casas de prostituição. Estas eram vistas, principalmente pela elite e pelos profissionais da saúde, como ambientes imundos, decadentes, miseráveis. Eram, portanto, entraves à modernização e higienização que o governo tentava a todo custo implantar. Enfim, percebemos que diante de cuidadosa vigilância e repressão, frações da população encontraram artifícios para alcançar (mesmo que, em vários casos, por uns poucos momentos) a “liberdade” que desejavam, construindo assim, uma forma de “resistência” às normas estabelecidas.

“As mulheres da vida”, como eram chamadas as prostitutas, não podiam frequentar lugares públicos. Seus espaços de trabalho estavam restritos apenas a algumas ruas do centro da cidade. A polícia era responsável por fazer essa fiscalização. Isso nos faz lembrar do direito à cidade discutido por Diana Helene, ao trazer o questionamento: “putas têm ou não direito à cidade? ”; a autora afirma que “de maneira recorrente a prostituição é delimitada, isolada e confinada a certas áreas da cidade” (Helene, 2017, p 6). Segundo Candelária, aqui em Aracaju-SE, sempre existiu muita repressão, certamente era uma forma de limitar os espaços da cidade pelos quais as prostitutas podem circular. Sobre essa circulação das prostitutas nas cidades brasileiras, Prada (2018) afirma que “a sociedade quer que fiquemos no lugar que ela nos reservou, o único espaço possível para mulheres como nós: o espaço da precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade, da violência” (Prada, 2018, p. 35). Em Aracaju Candelária afirmou que Todas as garotas eram obrigadas a ficar dia e noite na boate e não podiam sair para passear nas ruas da cidade, pois a polícia não permitia, e os espaços de trabalho eram localizados em zonas específicas. Nesse cenário as prostitutas eram vistas como símbolos de impureza.

A obra *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930* de Margareth Rago demonstra como esses discursos chegaram ao Brasil e como eram constituídas as estruturas de controle do Estado, planejadas e executadas através de uma política de higienização dos espaços. Observamos isso nas tentativas de controlar a presença das prostitutas em espaços sociais, como os urbanos, que são geralmente postos de trabalho de muitas dessas mulheres. A ideia é vigiar para que elas pratiquem suas atividades em locais determinados, para manter boa ordem e sobretudo a limpeza social. Compreensões vindas das teorias da Europa sobre sexualidade influenciaram os discursos produzidos por teólogos, juristas e médicos no Brasil, reforçando ideias de caracterização da prostituta como uma “mulher anormal”.

As medidas que médicos e policiais tomaram em relação a prostituição foram plenamente justificadas pelas teorias científicas vigentes no período, atestado a inferioridade física e mental da mulher e, especialmente, da prostituta, a quem se referiam frequentemente pela metáfora micróbio. Fundamentados em Augusto Comte, Hebert Spencer, Richard von Krafft – Ebing e Cesar Lombroso, divulgados por seus discípulos brasileiros - positivistas como Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, o médico Titio Lívio de Castro e o jurista Viveiros de Castro, entre outros -, acreditavam que as mulheres se deixam dominar pelas paixões mais facilmente do que os homens, e que a passividade era a principal característica. (Rago, 2008 p.165).

Os médicos e juristas se apropriavam de teorias científicas para explicar o controle e fiscalização da prostituição. Os discursos científicos sobre a classe feminina foram marcadamente biologizantes e condenavam a mulher pela prostituição. “A explicação da existência da prostituição recaiu, sobretudo, na debilidade psíquica da meretriz, decorrente de uma configuração orgânica e patológica” (Rago, 2008, p.165-166). A prostituição é vista como praticante de uma sexualidade doente. Isso nos faz lembrar das teorias raciais europeias que circulavam no contexto histórico brasileiro no processo de elaboração do conceito de raça, utilizadas para explicar as diferenças sociais e raciais. Essas teorias surgem a partir do princípio da evolução das espécies de Charles Darwin, porém Herbert Spencer as adapta criando a teoria do evolucionismo¹⁹ e do darwinismo social. Percebemos que isso também aconteceu com as interpretações feitas sobre a imagem da prostituta.

Baseados nesses discursos sobre a sexualidade, a prostituta era e, ainda, muitas vezes, é apresentada como sujeita que exerce em suas atividades uma sexualidade pervertida e insubmissa. Para os médicos e policiais essa prática deveria ser eliminada, uma vez que era considerada uma doença que precisava ser extinta, pois era vista como um mal social. Esses discursos também percorriam as ruas do centro da cidade Aracaju-SE, pois Candelária com sua voz brava dizia “eles não querem nos ver vivas, eles acham que servimos apenas para o sexo” (Candelária, entrevista concedida em outubro de 2019). Os processos de formação, pelos quais foram sendo elaboradas as definições da prostituição, apresentaram visões sobre o corpo da prostituta, sua prática, considerando depravação e, sobretudo, ameaça à saúde pública. Nos discursos religiosos e médicos, baseados na cientificidade, as mulheres prostitutas representavam uma contradição à imagem ideal da mulher.

¹⁹ “Concepção biológica segundo a qual todas as espécies derivam umas das outras por um processo de transformação natural. Doutrina filosófica segundo a qual a evolução constitui a lei geral dos seres (matéria, vida, espírito e sociedades), capaz de reger, por conseguinte, tanto as ciências quanto a própria moral” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 98).

Por muitos anos o pensamento ocidental sobre a prostituição, enquanto prática social e tema acadêmico foi carregado de aspectos moralistas que relacionavam as prostitutas às imagens de sujeira e podridão (Rago, 2008, p. 23). Além disso, a prostituta era apresentada como responsável pela proliferação de doenças sexualmente transmissíveis e, por isso, a prática era condenada. Candelária sempre questionou isso “as putas não são culpadas pela doença sexual não, é só a gente que faz sexo?” (Candelária, entrevista concedida em outubro de 2019).

Essas ideias em torno da prática da prostituição, enquanto trabalho desprezível, estão presentes até hoje, sendo que “alguns feminismos, e também a maioria dos setores da sociedade, especialmente os mais conservadores, consideram que a prostituição é um ato indigno de vender o corpo. Nós, trabalhadores e trabalhadoras sexuais, a consideramos uma prestação de serviços”. (Prada, 2018, p.44). Observamos como a busca pelo confinamento dessas mulheres nas chamadas “zonas de prostituição” fazia parte do projeto de marginalização das prostitutas, posto pela política de tolerância à prática da prostituição. Ao denominar de “zona” os pontos onde podia ou não haver a oferta de serviços sexuais, eram definidas fronteiras simbólicas que caracterizam territórios entre decentes e indecentes. Delimitar espaços simbólicos externos também tem efeitos em um processo de restrição e culpa dessas mulheres, que podiam internalizar os estereótipos negativos que a sociedade as impunha. Mais do que isso, Gabriela Leite, uma das líderes do Movimento Nacional de Prostitutas, conta em uma entrevista ao jornal *Outras Palavras*:

As feministas – as ortodoxas, pois eu me considero feminista –, acham que a gente é vítima dos homens, do machismo, e tudo isso é muito simplista. Mas já existe uma linha do feminismo mais jovem, que dialoga com a gente. Mas uma vez eu estava nos Estados Unidos para conhecer o movimento feminista Bra-Burning, que queimou os sutiãs (na década de 1960). Quando me apresentei, falei: “Meu nome é Gabriela Leite, sou prostituta, sou feminista do Rio de Janeiro, Brasil”. Aí a presidente do movimento falou: “Você não é feminista. Prostituta não é feminista”, e eu disse que sim, e ela disse que não era. Ficamos assim até alguém interromper a discussão²⁰.

Aqui, então, vemos como a prostituta é uma subjetividade sem lugar no mundo: vista como excessivamente infame e degenerada para ocupar os espaços sociais destinados às “mulheres de bem” subjugadas à ordem patriarcal, mas luxuriante e sensual de mais para caber no arquétipo libertário das feministas liberais ou marxistas. Assim, é nesse espaço da fronteira,

²⁰ LEITE, Gabriela. Gabriela Leite: contra preconceito, a força da ironia. **Revista viração**. 11, outubro, 2013. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/gabriela-leite-contrapreconceitos-a-forca-corrosiva-da-ironia/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

do sem lugar no mundo, que algo novo pode nascer, uma mirada decolonial da subjetividade como tão bem ensinou Golira Anzaldúa (2005, p. 706), teórica feminista chicana, ao analisar a experiência da mestiza: “La mestiza [e, para nós, aqui, também a prostituta] tem que se mover constantemente para fora das formações cristalizadas – do hábito; para fora do pensamento convergente”, em direção a um pensamento desde a margem, da fronteira, do híbrido: “um pensamento divergente, caracterizado por um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir”.

É preciso, portanto, que a prostituta lute com as camadas normalizadoras do gênero não só dos movimentos de dominação do patriarcado, mas também da maioria dos movimentos de liberação das mulheres. Segundo Louro (2007), os discursos sobre os corpos, o sexo, o gênero e a sexualidade servem à lógica normativa andro-heterossexual que delimita o modelo ideal de sexualidade e busca não dar visibilidade a outras experiências de vivê-la. É, nesse sentido, um discurso objetificador que marginaliza de acordo com o que é visto como verdade. O controle dos corpos é uma “Pedagogia da sexualidade”, uma rede de saber e poder que molda e constitui o sujeito. Essa rede opera nas escolas, na sociedade, na igreja e na família. “Tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas, quase sempre, eficiente e duradoura” (Louro, 2007, p. 17). Nesse sentido, “Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (Louro, 2007, p. 31), ou seja, essa pedagogia é também uma escolarização do corpo, o disciplinamento. Conforme a autora:

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos. (Louro, 2000, p. 16-17).

Entre essas outras instâncias sociais estão a mídia, as instituições legais e médicas, que também exercem essa pedagogia através de estratégias sistematizadas que legitimam e constroem uma linguagem da sexualidade, reprimindo e marginalizando outras. Essas práticas, que ensinam a ser sujeitos de uma dada sexualidade, são pedagogizações do sexo, que atuam ensinando como ser homem e mulher dentro de uma lógica binária, que nos molda disciplinando nossos desejos e corpos, produzidas visões normativas relacionadas ao sexo. Essa repreensão da sexualidade outra funciona como silenciamento de práticas sexuais, consideradas ilegais e domínio dos desejos e dos corpos. Pensar a partir dessas concepções a sexualidade das

prostitutas em seu cotidiano, implica entender as representações construídas sobre essas e pensar que tipo de sujeito prostituta é produzido dentro dessas práticas sistematizadas, que diz de jeito de ser mulher reprime e disciplina.

Diante dessas percepções nos perguntamos, como essas mulheres aprendem a se reconhecer como sujeitas de uma sexualidade? É importante entender que a subjetividade é produzida na relação consigo mesmo e com o outro. Não podemos falar da subjetividade sem falar de poder porque na nossa constituição enquanto sujeitos está implicada a relação poder com o outro e consigo. Nossa subjetividade é produzida a partir das relações de saber e poder. O poder opera como ferramenta que normatiza os corpos e as subjetividades, criminalizando condutas consideradas desviantes. Todavia, a norma também produz corpos abjetos, ou seja, produz sujeitos que escapam dos processos de normatização.

Na tentativa de controle do corpo, da sexualidade e das subjetividades, as relações de poder moldam as construções de gênero de nossa sociedade patriarcal. O corpo feminino carrega o peso de uma imposição de poder que reforça a desigualdade de gênero, fruto do patriarcado, mas a resistência é responsável pela luta dessas mulheres em busca da libertação diante das estruturas de dominação. Contudo, e como pontuamos, a construção tão bem delimitada da ideia mesmo de sujeito dos feminismos criou uma espécie de nova curva de normalização a ser seguida e vivida por mulheres autônomas, excluindo muitas experiências de mulheridades que são vistas por algumas correntes feministas como a antítese da práxis promulgada pelo ideal libertário para as mulheres: prostitutas (Prada, 2018); mulheres trans e travestis (Nascimento, 2021); mulheres religiosas (Balthazar & Colman, 2023), por exemplo.

Nos termos de Gregory Balthazar (2018, p. 9), falamos, aqui, de mulheres que tecem modos de “viver que não configuram, necessariamente, em uma resistência na qualidade de subversão da norma: em gestos mínimos – gestos que, por certo, poderiam ser tomados de outra perspectiva como de viés conservador –, aquelas mulheres afirmam modos de vida e de ação do centro mesmo da normatividade”. Sob essas lentes teóricas, compreendemos que as prostitutas são sujeitas que, com sua própria voz, têm adentrado em contextos/espços para serem ouvidas e se tornarem agentes de suas próprias vidas. O próprio ato de Candelária circular por espaços públicos já se torna uma resistência dos corpos dissidentes.

É necessário pensar, portanto, como essas mulheres se constituem sujeitas de uma dada sexualidade e prostituição não como mera reprodução do patriarcado ou como um gesto revolucionário e libertador. Antes, é em um gesto miúdo de sobrevivência, de re/existência, do centro mesmo da norma que faz emergir uma pequena fratura na ordem das coisas, na ordem normativa do gênero, uma espécie de *nova consciência* que nos demanda deixar a herança

binária do pensamento moderno-colonial (norma *ou* resistência; opressor *ou* oprimido; alienação *ou* autonomia):

[...] teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir (Anzaldúa, 2005, p. 706).

Longe do binarismo que constitui os movimentos de dominação e também os de resistência, pensamos a prostituição como um gesto de criação subjetiva como uma forma de tecitura de resistências microfísicas: “devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa” (Foucault, 2004, p. 262). Ao trabalhar com essas ideias, podemos compreender quem somos e como nos constituímos não apenas sob a égide do dizer não ao poder, mas de como vivemos e sobrevivemos apesar das forças que tiranizam e amargam nossas vidas. Desse modo, saber quem são essas mulheres e como elas enxergam a si mesmas e ao seu corpo são aspectos importantes nesta investigação. Assim, é por meio das concepções sobre o processo de subjetivação que se pretende compreender os sentimentos e posicionamentos pessoais dessas mulheres no tocante à construção social do corpo. É necessário pensar o sujeito, quais são os saberes que as constituem, os modos como elas se tornam prostitutas.

Pensar as formas de subjetividade é pensar também o lado subjetivo das relações sociais. Foucault (1995), em “Sujeito e Poder”, busca aprofundar como exatamente se constituem as relações de poder implicadas na produção de subjetividades. Ainda para o autor, e como já delimitamos nas páginas anteriores, o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas opera de forma imediata na sua construção. O poder é algo além do proibitivo, que normatiza, que reprime, é, antes, algo que educa e estrutura normativamente nossas subjetividades.

Contudo, para Foucault, onde há poder, há resistência. Assim, os modos de resistência que aqui buscamos traçar são aqueles também da ordem da vida e da morte, da ordem da produção de uma micropolítica da subjetividade. O poder não diz que não pode ser prostituta, ele constitui sujeitas prostitutas. O poder faz emergir modos de ser prostituta. Mas do que isso, é na tessitura das relações de poder - dialetizando os vetores normalizadores, higienizadores e

moralizadores do patriarcado da construção da prostituta como infame ao discurso salvacionista da boa mulher branca feminista - que emerge a potência mesmo de, entre as esquinas e prostíbulos, as mulheres afirmarem algo novo e inesperado: “sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados” (Anzaldúa, 2005, p. 708).

3.2 Candelária, “uma mulher da vida”

Candelária, não se identificava com o lugar social da mulher dado pela lógica colonialista. Ao tentarem impor limites a seu modo de ser mulher, Candelária faz do estéril asfalto cimentado florir algum sentido de vida, como um murmúrio vocalizado diante de uma cultura que só visa marcar seu corpo com a marginalidade e a violência: eu vivo. A colonialidade incide no próprio ser dessa mulher que tem suas existências negadas desde muito nova quando saiu de casa para sobreviver à violência. Foi presa diversas vezes e deportada para seu estado de origem (Pernambuco). Por duas vezes, ainda na estrada, fugiu de volta para Aracaju. A sociedade passou a cobrar da polícia que as prostitutas andassem nas ruas depois das 22h para não se misturarem com as demais mulheres, mas a prostituta Candelária, à luz do dia, ousava frequentar casas de chás e sorveterias, e ao não ser atendida, virava as mesas e, assim, ia presa mais uma vez, pois as prostitutas não podiam sair na rua sob o risco de serem presas e espancadas.

Comecei a apanhar desde cedo. Na rua me chamava de puta. Eu não achava ruim ser chamada assim. Mas eles falavam como uma forma de me agredir. Eles falavam “essa puta aí”. Me levavam para delegacia e prendiam. Eles diziam “sua puta!” Isso era dito com muito ódio. Eles não queriam me encontrar na rua. Mas eu ia... Me divertia muito, eu sabia que a polícia podia me pegar. Mas eu não podia fazer a vontade deles. Eu sou gente. Por que não podia ir ao bar ou ao café? Eu sou um ser humano. (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Ela resistia a essas regras sociais, rompia com regulamentos impostos por aquela sociedade essencialmente patriarcal e conservadora. Por assim ser e viver, era acusada de carregar consigo uma sexualidade desviante. Ela já carregava dentro de si o desejo de ser quem é, trazendo sua subjetividade. A simples frase “eu sou gente” carrega a transgressão de abrir espaço para a validação de modos de ser prostitutas como legítimos de habitar os espaços mais

luminosos da cidade. Ao não se conformar com as palavras de ódio que incidem sobre seu corpo, empoderando-se. Vivendo numa zona de fronteira, passa parte de sua vida militando.

A sociedade queria que eu tivesse temor, que fosse medrosa e ficasse escondida, mas eu já tinha aprendido a ser mulher, eu não tinha receio de nada, queria ser eu mesma, do meu jeito, queria lutar contra as coisas erradas. Não aguentei apanhar e sofrer calada, eu estava cansada daquilo tudo. Já vinha sofrendo muito desde menina, então eu queria mudar o mundo. Eu queria ser a Candelária, a prostituta bonita. Quando eu saía nas ruas, os homens olhavam para mim, eu percebia. E a noite lá na boate quando eu dançava eles gritavam bem alto: “Tira! Tira!” (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

A fala “eu queria ser a Candelária, a prostituta bonita” nos faz acreditar que ela não era apenas a prostituta vítima que foi levada à prostituição, como preconiza correntes feministas liberais e marxistas; parece que é muito mais que isso, ela queria ser e foi a puta bonita que conquistou seu recanto no mundo, pois ela diz que já sofria desde menina. Não foi a prostituição o marco de seu sofrimento, é justamente o contrário, o ingresso na prostituição possibilitou o reconhecer-se sujeito, deixou de ser a menina de rua, “eu já tinha aprendido a ser mulher/ ser mulher da vida”. “Sou puta e mulher”. Para Candelária se enxergar nesse lugar é mais do que assimilar técnicas de definição pejorativas, é o assumir-se como sobrevivente. O próprio ato de ser prostituta também pode ser pensado como uma forma de transgressão. Se as prostitutas representavam mulheres que possuíam agência sobre seus corpos e suas sexualidades, eram tidas como o exemplo a não ser seguido por mulheres consideradas “direitas”. Era comum, inclusive no movimento sufragista e feminista brasileiro do início do século XX, enfatizar a prostituta como o exemplo do que uma mulher não deveria ser (Rago, 2008).

Em consonância com Butler (1990), entendemos que enfrentar as ações que buscam criminalizar modos existência outros é muito mais que resistência, é “re-existência”. Não se trata apenas de uma movimentação para paralisar uma força, mas criar outros modos de existência. As narrativas de Candelária produzem o entendimento de que ao longo da sua vida na prostituição ela não era apenas a prostituta vítima que foi levada para a prostituição pelas instabilidades da vida. Sua fala evidencia que o fazer-se prostituta pode ser uma resposta que representa renúncia em aceitar estruturas desumanas que permeiam instituições sociais como família e casamento. Candelária declarava carregar duas marcas: “Eu sou puta e mulher! ”. Essa frase é uma exclamação sua das técnicas de definição depreciativa que lhe é imposto: o preconceito que atua na vida dessas mulheres como uma marcação de estigma e de uma identidade destinada às mulheres.

Entre os anos 60 e 70 do século XX, a cidade de Aracaju começava “a se desenvolver e o mercado industrial ganhava espaço; e com o grande fluxo de homens, a prostituição feminina começa a ganhar forma na Capital do Estado, principalmente no Bairro Industrial, que o próprio nome já acentua a concentração de várias indústrias” (CRUZ, 2010). As prostitutas faziam parte desse ambiente, mas, como já mencionado, sua circulação pelas vias públicas não era comum. Segundo o escritor sergipano Murilo Mellins, elas não exibiam a luz do dia, apenas Candelária transgrediu e andava no comércio, falava com um e com outro, e às vezes provocavam brigas”. Ela traz uma história de transgressão e rompimento com o colonialismo e patriarcado.

Eu era muito elegante, mas também tinham outras também. Agora, elas não tinham a ousadia de ir para a cidade. Era proibido, a mulher não podia andar na rua, porque era indecente, era imoral, as senhoras casadas não admitiam uma prostituta na rua, no cinema, indo para uma casa de chá, indo para a sorveteria. Então elas não admitiam isso a sociedade. Não admitia isso. E eu na minha visão, eu achava que tinha direito de chegar na casa de chá e tomar um chá, na sorveteria e tomar sorvete, ir para a fila do Hotel Palace assistir um filme, e isso me custou um preço: eu fui presa. (CANDELÁRIA-Aquela que conduz a luz. Direção Jade Leonardo Pereira Moraes. Aracaju. 2005.1 DVD. 55 min)

Entre conflitos e batalhas, a vida de Candelária, assim como das demais prostitutas, foi marcada por enfrentamentos. Quando o assunto dos diálogos foi família e filhos, se emocionava muito, pois seu primeiro filho ficou com ela só durante o período de amamentação e logo após foi retirado, por ser prostituta. Fato determinante para gerar revolta e desejo de buscar os direitos das mães prostitutas. Diante dessas experiências, fez enfrentamento histórico dos sociais sobre a vida da mulher prostituta. Ela fez isso ao organizar uma associação dentro de um contexto social regido pela padronização do ser, que desumaniza sujeitos. Desse lugar, ela ressignifica a vida e produziu práticas insurgentes que empoderam e potencializaram sua existência. Essa é resistência que reside nos gestos orgânicos do cotidiano, ou seja, a própria liderança em torno da organização de mulheres configura um ato de empoderamento feminino que resultou na constituição de saberes referentes ao estigma que envolve a atividade. Candelária trazia marcas daquilo que ela desejava ser e foi.

Ela de longe já mostrava para que veio. Quando eu conheci a Candelária, eu era jovem ainda, eu ouvia falar que ela sempre foi muito bonita e também muito puta, Sim, puta! Ela sempre falava da prostituição, de como se livrou das coisas da vida, de como conseguiu as coisas com a beleza dela. Eu tenho para mim que ela lá atrás já sentia o fogo e o desejo da luta. (Gabriela. Entrevista concedida em maio de 2023).

Sobre a imagem de Candelária, Bruna reforça

Ela não era só uma puta, ela era muito puta, uma puta mulher, uma coisa eu sempre percebi, ela era uma puta que lutava, o negócio dela não era só ser puta e tal, ela era puta da luta, da batalha e de ir para a guerra mesmo, como ela mesmo dizia, eu sou puta não só na cama, fora dela também, ela era da luta, de ir pra rua, era uma puta mulher. Quando eu cheguei já ouvia falar dessa puta toda que ela era, depois eu fui vendo ela falando e também fazendo, eu acho tudo vinha da vida dela. O fato dela ser puta e conhecer o nosso mundo, sempre foi uma coisa boa para a gente. Todo mundo em Aracaju sabia como era a puta Candelária. O que as pessoas chamam de empoderamento ela já fazia, mas era diferente ela fazia de um jeito que a puta sabe fazer. Ela era de fato uma puta mulher. (Bruna. Entrevista concedida em maio de 2022).

Pelas narrativas percebemos o quanto Candelária desejava fazer ecoar a sua voz e vir à tona a subjetividade de uma puta mulher construída na rua, vivenciada e sentida ao longo da sua trajetória. Outra questão que chama atenção é a forma como as prostitutas enxergam a trajetória de Candelária, afirmando que ela era uma “puta mulher”, ou seja, uma “puta da luta”, essas nomenclaturas demonstram como a vida de Candelária marcou a história da prostituição em Sergipe e se constitui enquanto puta mulher. Alguém, como aquela boa mulher branca feminista salvadora, poderia gritar: impossível uma puta se insurgir contra o patriarcado. Ora, para nós, Candelária se insurge contra o patriarcado em seu vértice estrutural, mas também com aquele que espreita e floresce no seio de um feminismo excludente. É, aqui, que lembro as belas palavras de Foucault sobre essa insurgência como um movimento irreduzível de preferir o risco da morte à certeza da obediência:

Insurge-se, é um fato; é por isso que a subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na história e lhe dão seu alento. Um delinquente arrisca sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro, e não garante ao terceiro os dias prometidos. (Foucault, 2004, p.80)

Novamente, a boa feminista salvadora, diria: que libertação é essa, puta? E diríamos, ao escutar Candelária, que onde o poder se exerce há liberdade, pois, como nos coloca Foucault, não estamos falando de um poder ou de dominação das análises estruturais: “não há relação de poder onde as determinações estão saturadas - a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação)” (Foucault, 1995, p.244). Antes, as relações microfísicas do poder só “se exercem sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’”, de modo que “o problema central do poder não é o da ‘servidão voluntária’ (como

poderíamos desejar ser escravos?), no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade”.

Candelária, em sua narrativa, em nossas tardes, nos ensinou essa “intransigência da liberdade” vivida por muitas prostitutas - e isso não apaga as violências, as dores, as mortes; mas nos ensina como insistir em viver, como afirmar um minuto de vida onde a vida não encontra vazão, pode ser um gesto resistência muito mais transformador que uma revolução (Balthazar, 2019). Com efeito, os relatos dizem sobre a trajetória de uma puta mulher, e são acompanhados por palavras ditas por ela, como uma sua forma de atuar politicamente e socialmente, ao assume-se como puta e empoderar as colegas a apropriarem-se de seu lugar como sujeitos. Entendemos que a própria existência de uma puta mulher e seu modo de viver na prostituição produz ensinamentos. Tudo isso nos diz do lugar de construção de uma puta mulher. Mas o que significa ser puta?

Putas, substantivo feminino: profissão. Mulher que vende o próprio corpo para a prática de sexo. Adjetivo: com muita raiva. Pessoa nervosa, estressada, puta da vida, irritada.

Tomando ao pé da letra: mulher que vive da prostituição. Mulher promiscua, de vida fácil.

Putas, prostituta, meretriz, garota de programa, marafona, mulher da vida, messalina, mulher-dama, cortesã, rapariga...puta.

Independente do termo escolhido, ele pode tanto se referir a uma profissão quanto indicar a pior ofensas às mulheres. É bem verdade que algumas palavras podem ser resignificadas, e uma puta atriz nem sempre é uma atriz prostituta. Mas geralmente se usa como ofensa mesmo (tanto é que uma meretriz atriz ou uma marafona atriz, vejam só, não parecem termos elogiosos de modo algum). Pois bem, então é isso o que eu sou, eu mesma me apresento assim: eu sou puta. (Prada, 2018, p.25).

Assim como Monique Prada, Candelária não tinha dificuldade de assumir-se como puta frente à sociedade: “eu sempre soube como era ser puta e, mesmo assim, eu sempre fui puta” (Candelária. Entrevista concedida em dezembro de 2019), mesmo sabendo de todos os encargos colocados sobre uma puta, ela era e buscava viver como uma puta mulher. Ao ser perguntada sobre a prostituição, ela trazia de forma pontual a prostituição associada ao pagamento e a ideia da profissão exercida por mulheres adultas “ser puta é uma profissão, quando eu vou fazer um documento, eu sempre digo, minha profissão é prostituta, sim, eu trabalho na prostituição”, (Candelária, entrevista concedida em outubro de 2019), ao reafirma-se nesse lugar de puta cidadã ela expressa seu entendimento do sentido politizado do termo puta relacionado as lutas implementadas pelo movimento de prostitutas. A visão da prostituição para ela “consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens,

de modo regular ou ocasional”. (Prada, 2018, p, 49), ou seja, é uma prestação de serviço. Sobre a militância contra a marginalização do nome puta Moira expressa seu desejo.

Fico imaginando o dia em que a palavra “puta” não for mais xingamento, o dia em que as pessoas nem consigam mais imaginar porque um dia ela o teria sido. Mas esse dia está longe. Hoje, a única coisa que vemos é um feminismo que se diz radical andar de mãos dadas com a Pastoral da Mulher e a bancada evangélica na luta contra os direitos de profissionais do sexo. Hora de lutarmos por um feminismo que não deslegitime nossas pautas, que leve a sério a nossa luta, o putafeminismo quem sabe. Que esse livro ajude a inaugurar essa vertente. (Moira, 2016, p. 142).

Foi com esses entendimentos que Candelária lutou pelo direito de afirmar-se como trabalhadora sexual, prostituta, puta mulher e mulher da vida. A forma como ela enxergava a prostituição parece se aproxima das ideias defendidas por Leite, Prada e Moira dentre outras prostitutas que defendem a subjetividade e agencia das putas, ideias que contrariam o posicionamento do feminismo radical, Moira descreve bem essa defesa

As putas que querem ser putas, que gostam de ser putas, são um estorvo pro feminismo radical. Sendo abolicionistas, essas radicais se exasperam diante desse número crescente de putas que, empoderadas, querem sim regulamentar uma profissão para si próprias, que sabem reconhecer os abusos existentes nessa profissão, mas, ao mesmo tempo, acreditam-se capazes de superar esse estado atual de coisas e construir um espaço seguro onde exercer a atividade. Se hoje as condições em que se exerce a prostituição são horróveis, isso não quer dizer que essas condições são imutáveis, ou que temos que abrir mão da profissão pela dificuldade de enfrentar esses problemas quem está dentro, quem depende disso, luta por melhorias que esse projeto de lei é capaz de oferecer (Moira, 2014).

As palavras de Amara nos permitem fazer uma conexão com os posicionamentos de Candelária que ao longo da sua vida faz escolhas e posicionamentos também a favor da resistência, autonomia, emancipação e construção de uma sujeita putafeminista: “eu sempre defendi que puta tem direito de falar, subir, descer, escolher e viver” (Candelária, entrevista concedida em dezembro de 2019). Pelas defesas feitas por Candelária observamos que assim como Gabriela Leite, Lourdes Barreto,²¹ Monique Prada e Moira Amara e de outras militantes do movimento, ela é uma putafeminista.

²¹ Lourdes Barreto é uma prostituta fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas com Gabriela Leite, e do Movimento de Promoção da Mulher e o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC). Conselheira no Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Integra a Plataforma Latino-Americana de Pessoas que Exercem Trabalho Sexual (PLAPERTS) e a Rede Mundial de Trabalhadores Sexuais (NSWP). Putaativista reconhecida nacional e internacionalmente na luta pelos direitos das prostitutas e na luta contra a Aids no Brasil.

Embora cada uma traga particularidade elas trazem na sua trajetória proposições importantes sobre agência, subjetividades de mulheres e combate ao poder normativo. As práticas, contra os efeitos do poder patriarcal, são forças capazes de compor outras formas de vida. Vidas que buscam compreender a si mesmas e agem contra a normatização da sua sexualidade. Essa resistência funciona como um gesto de afirmação da vida, uma vida outra que combate a atos de controle dos desejos. As práticas de resistência possibilitam outros modos de existência, novas subjetividades, potencializando outras formas de existir: erotizar o poder patriarcal e prostituí-lo, como um gesto de mostrar que os “poderes não são ‘absolutamente absolutos’”: “[...] porque, por trás de todas as aceitações e coerções, mais além das ameaças, violências e persuasões, há a possibilidade desse momento em que nada mais se permuta na vida, em que os poderes nada mais podem e no qual os homens [e as mulheres, as putas] se insurgem” (Foucault, 2004, p. 77).

Isso pode nos indicar a importância de ouvir sobre suas vivências na produção de novos saberes sobre a prostituição e potência da mulher prostituta e sua subjetividade puta. Ao tecer nossas análises sobre a vida de Candelária enxergamos ela como uma putafeminista que busca reafirmação e resistência contra as normas sexuais hegemônicas, as quais criminalizam as mulheres que discutem sua sexualidade como forma de libertação (Rago, 2013). Mediante essas compreensões consideramos que a trajetória de vida Candelária, e suas vivências tem grande relevância para conhecer a história da prostituição no contexto sergipano, sendo de interesse do campo político e social.

No contexto nacional entendemos que a trajetória de lideranças prostitutas, tais como Candelária, é importante para o campo da prostituição, sobretudo para adesão de conhecimentos que podem subsidiar a luta dessas mulheres, uma vez que nos faz problematizar vivências. Concordamos com Rago que os estudos que tomam lideranças prostitutas como objetos de análise são importantes para discutir a prostituta e suas vivências.

Conforme Fabiana Rodrigues de Sousa, os primeiros estudos sobre prostituição focavam as regiões sul/sudeste e, portanto, com foco na figura de Gabriela Leite. Novos estudos têm desvelando outras lideranças nas regiões norte/nordeste, tais como Lourdes Barreto(GEMPAC), Fátima Medeiros (APROSBA), Luza (APROSPB), dentre outras.

4. “CANDELÁRIA- AQUELA QUE CONDUZ” E AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DE (RE)EXISTÊNCIAS DA ASP

Considere parar e ouvir o que uma trabalhadora sexual diz como se estivesse ouvindo qualquer outra pessoa. Ninguém perde com isso. Ao contrário: Ganhamos todas. (Prada, 2018, p.103).

Compartilhamos do mesmo pensamento de Prada (2018) sobre a importância de ouvir e conhecer histórias dessas “mulheres da vida”. Ao empreender o estudo, percebemos que os/as sujeitos/as podem nos dizer de suas experiências de vida, cheias de sentidos e potências. Os diálogos nos transmitiram narrativas a respeito das organizações de mulheres que se apropriaram de seu corpo, em meio a uma sociedade que deseja silenciá-las.

Isso nos convoca para uma análise com o objetivo de descrever como se constituem as relações entre a carreira da prostituta militante Candelária e as práticas institucionais de (re)existências da Associação Sergipana de Prostitutas – ASP. Buscamos dialogar com Candelária enquanto prostituta, considerando sua trajetória como Presidente da Associação, na organização do movimento de Prostitutas em Sergipe. Abordamos as relações entre as práticas da ativista, as conexões entre sua trajetória política e o movimento social de prostitutas. Também se faz necessário pensar os modos pelos quais o movimento de prostitutas tem pautado suas lutas e enfrentamentos. Buscamos observar as táticas de (re)existência adotadas frente à histórica desvantagem enfrentada por essas mulheres.

Ao ouvir as prostitutas pudemos desconstruir ideias higienistas acerca da prostituição, nos permitimos olhar para as experiências e subjetividades relatadas por suas próprias protagonistas. Para tanto, utilizamos nessa seção, as entrevistas realizadas com as lideranças da associação, além dos documentos da ASP. Assim, baseadas nas narrativas dos/das que participaram ativamente do processo de instituição da Associação, construímos essa seção. Trazemos então uma narrativa histórica do processo de construção do movimento de prostitutas em Sergipe.

4. 1 “[...] Você não vai fazer nada? ”: O chamado à militância pelas Prostitutas”

Gestada por uma militante e ativista do movimento de Prostitutas, a ASP teve uma atuação em Sergipe cercada pela transgressão das fronteiras que ocultam suas presenças na sociedade. A própria constituição de uma prostituta militante traz uma potência, presente na sua indignação ao conduzir mulheres a se reafirmarem como sujeitos outros. Essa transgressão se configura como uma pedagogia que age produzindo reconstrução, o que consiste no processo de agressão à norma, mas a ideia de transgressão não está imbricada apenas a negação do que é imposto socialmente pela norma. Transgredir é também reconstrução, é afirmar a vida. Para existir esse compartilhamento, esse saber, há uma educação, como um meio de transmitir cultura e conhecimento. Trata-se de uma compreensão de educação que permite o reconhecimento das subjetividades dos menos privilegiados, ou seja, dos que sofrem com o “peso das forças opressoras” (Hooks, 2013, p. 75).

Não é uma transmissão vertical, e sim horizontal, dialógica, que permitia que essas mulheres passassem a atribuir novos sentidos às suas existências para além dos limites impostos pelas expectativas sociais frente a elas. Isso é transgredir. É ir além, e construir uma nova realidade. A prostituição sempre foi tratada como tabu. O assunto continua sendo relegado a segundo plano, sobretudo, quando a discussão em pauta são as medidas efetivas para legitimação dos direitos das mulheres prostitutas, ou seja, as questões que envolvem a vida de prostitutas quase não aparecem nas pautas das políticas sociais ou dos movimentos sociais de mulheres mais hegemonizados. Vale pontuar que a assistência a essas mulheres ainda é ausente, sendo essas tidas como invisíveis ou indesejáveis.

Lembramos, aqui, de como a Consulta da ONU Mulheres sobre políticas para o trabalho sexual em 2016 gerou uma resposta do Movimento Democrático de Mulheres - uma das mais expressivas organizações políticas de mulheres em Portugal, fundada em 1968 na luta contra a ditadura salazariana e os direitos das mulheres. Para o MDM, a ONU Mulheres tem uma posição rarefeita sobre a questão da prostituição e, por consequência, uma quase inexistência de políticas específicas acerca da prostituição. A afirmação “as Mulheres das Nações Unidas não têm uma política explícita no que diz respeito ao trabalho sexual, comércio sexual ou prostituição” é surpreendente na medida em que a Agência é obrigada a agir”.

Ainda, importa dizer que esses grupos organizados de mulheres que têm um impacto mais efetivo nos movimentos de políticas da ONU Mulheres não primam por políticas de inclusão das prostitutas, mas, antes, uma visão tão somente estigmatizada e salvacionista acerca da prostituição (como algo, singularmente, forçado às mulheres): “a prostituição é uma forma de escravidão incompatível com a dignidade humana e com os direitos humanos

fundamentais”. (p. 2)²². Nesse contexto de absoluto abandono do Estado, ONGs e movimentos sociais, foi, talvez, o que levou Candelária a enfrentar a violência e o sofrimento vividos pelas prostitutas. Foi a partir daí que ela começou a se engajar na organização política das prostitutas e reivindicar os espaços de trabalho na cidade de Aracaju. Ao defender os direitos das prostitutas se expressarem publicamente, causou polêmicas. Ela percebeu o quanto o estado era carente de algo interligado a essas mulheres e encontrou na associação uma forma de mostrar que o problema social existe e que o ordenamento jurídico precisa ser analisado. A constituição da ASP foi sua maior prática subversiva.

É impossível compreender as questões acerca do movimento de prostitutas de Sergipe sem mencionar a militância de Candelária. Sua luta era pautada na promessa que dizia: “Enquanto eu viver, não vou deixar uma prostituta morrer, não vou deixar.” (CANDELÁRIA- Aquela Que Conduz a Luz. Direção Jade Leonardo Pereira Moraes. Aracaju. 2005.1 DVD. 55 min). Por essa afirmativa, evidenciamos que ela tinha consciência tanto da sua importância na vida dessas mulheres como da necessidade de uma organização para unir vozes femininas subalternizadas. Por assim dizer, a trajetória de Candelária é elemento relacional importante para entendermos as condições sob as quais ocorreram mudanças em torno da prostituição em Sergipe. No contexto brasileiro, essas mudanças já eram vistas desde o fim da década de 1980:

Novas ideias sobre a mulher prostituta alcançaram os meios de comunicação, grupos de intelectuais e acadêmicos, artistas, representantes de círculos políticos e religiosos, de organizações governamentais, não governamentais e diferentes movimentos sociais. Esse processo também foi marcado por muitas controvérsias, inquietações ou mesmo rupturas. Iniciou-se aí um longo e tenso caminho para um reconhecimento público e político que questionava atributos negativos que associavam a mulher prostituta às ideias de passividade, isolamento, degradação, ameaça, contaminação, entre outros. (Moraes, 2020, p.2)

Candelária conhecia bem as dores das marcações sociais sofridas pelas prostitutas, por isso casou-se com um empresário de transportes de carga, mas, após ter filhos, retornou para a cidade de Aracaju e começou a se aproximar das mulheres prostitutas que trabalhavam nas ruas da cidade. Ela não esqueceu as mulheres da noite. O casamento não significou o rompimento com a prostituição. Depois de viver anos longe dos holofotes, ela relata:

²² ONU. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: https://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/10/20161018_contributo_MDM_UNU_Mulheres.pdf. Acesso em: 22 de junho de 2022.

Um dia fui abordada por profissionais do sexo que me cobravam uma posição em defesa da luta dessas mulheres. Elas diziam: você fica aí falando de prostituição e a gente morrendo nas ruas. Você não vai fazer nada? Naquele mesmo dia recolhi 36 assinaturas para um manifesto contra a violência[...]. (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Já no final dos anos 70 do século XX, Candelária reaparece e começa dar entrevista sobre prostituição em Sergipe. A produção do manifesto foi o primeiro passo para a fundação da associação. Isso aconteceu no contexto da ditadura militar, ou seja, no regime político autoritário, nesse momento houve um aumento de denúncias de violência e abusos contra as prostitutas, que “[...] eram obrigadas a transar de graça com os policiais e limpar as delegacias”, afirma Candelária. Durante a ditadura muitas eram as práticas desumanas ligadas ao aparato repressivo. (OLIVAR, 2012). Sobre as perseguições sofridas pelas prostitutas Gabriela Leite conta que “[...] os policiais entravam nos prédios, exigiam documentos dos clientes [...] tiravam o dinheiro das mulheres e das travestis e depois batiam[...]. (Leite, 2009, p. 74-75). Nesse mesmo contexto, Lourdes Barreto (2012) relatou que apanhou, foi presa e viu suas companheiras sendo sequestradas e torturadas.

Histórica e socialmente, essas mulheres são consideradas lixo social e, ao carregar nos corpos marcas de suas expressões de gênero, elas acabam sendo “penalizadas”, sofrendo com os efeitos da estigmatização do sujeito e da sua atividade na sociedade. Para além disso, essas são expostas o tempo inteiro a situações de violências praticadas pelos clientes durante os programas, sendo, muitas vezes, mortas. Essas são vidas que não são choradas, vidas invisibilizadas socialmente por ações sistematizadas. Para Butler (2015) são corpos e vidas que dificilmente são passíveis de luto, de solidariedade, de cuidado diante da precariedade a que estão expostas e do modo não inteligível como são interpretadas, ou seja, têm suas condições de sobrevivência ameaçadas, sem direitos e são expostas à doenças, pobreza, violência e morte.

Segundo Bento (2018), o Estado é o agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade. Essas ideias também são exploradas por Bento (2018) e Mbembe (2018) que partem do conceito foucaultiano de biopoder, considerado como um mecanismo de funcionamento moderno do poder de “fazer viver e deixar morrer”. As autoras também argumentam que a contemporaneidade demanda uma atualização do nome para “necrobiopoder” (Bento), e “necropoder” (Mbembe), pois as formas atuais de submissão da vida ao poder da morte são novas e operam de maneira mais violenta.

Tudo isso nos faz pensar sobre o lugar que é dado à vida, à morte e aos corpos, como são escritos na ordem do poder que opera sobre a vida e vai se afirmando no formato de comércio e que funcionam como uma estratégia de deixar morrer através da negação de direitos.

Há uma estrutura estatal de deixar morrer. Criminalizar os sujeitos é uma estratégia do poder para fazer um corte no corpo social e continuar matando socialmente. Evidenciamos isso a partir das narrativas de violência e preconceito, às quais o corpo prostituto é cotidianamente reprimido, nas ruas e no trabalho como prostituta.

Candelária narrou que foi movida por questões em torno da violência sofrida pelas prostitutas que começou sua carreira de militante. E as prostitutas entendiam o lugar que Candelária ocupava na luta pela vida delas. Ao falar sobre sua atuação junto às prostitutas, ela dizia que desde o início já acreditava no potencial organizativo das prostitutas, o que serviu como força para uma longa caminhada.

Eu desejava ensinar para elas sobre a necessidade de enfrentar o sistema e não aceitar ser violentada, fazer denúncias, chamar a atenção da sociedade. Eu não aguentava mais viver e assistir aquilo tudo, porque nós somos mulheres, eu queria ensinar para elas as coisas sobre saúde, os direitos etc. [...] (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

O diálogo com Candelária evidencia que, por meio dos saberes constituídos na experiência, as prostitutas podiam tomar conhecimento da opressão que recai sobre suas vidas. A própria organização das mulheres em torno da instituição consiste em estratégia elaborada para reagir aos estigmas que lhe são imputados. Esse processo organizativo em si, em que Candelária afirma a necessidade de não conformação com o que é posto, provoca aprendizado entre os sujeitos envolvidos. Pelo discurso dela, observamos que Candelária representa uma liderança protagonista de luta e nesse lugar é produzida uma educação engajada e emancipatória. Isso é evidenciado na frase retirada da entrevista acima: “[...] Eu desejava ensinar para elas sobre a necessidade de enfrentar o sistema e não aceitar ser violentada, fazer denúncias, chamar a atenção da sociedade”. O desejo de libertação aparece como forma de resistir.

Além disso, ao atuar na organização do grupo de mulheres prostitutas, ela desejava mostrar para outras pessoas que a indignação que sempre carregava podia ser compartilhada. Isso é produção de uma educação que não esteve voltada para a imposição de determinada cultura em sujeitos, mas justamente a do oposto. É certamente por acreditar na sua possibilidade de ensinar que ela entendia a participação das prostitutas na associação como mudanças na vida. As falas de Candelária, ao longo deste texto, são representativas e abrem caminhos para pensar como os sujeitos aprendem nas relações estabelecidas nas diversas práticas sociais de que tomam parte ao longo da vida. Em concordância com Sousa (2015), acreditamos que a participação em associações resulta em oportunidades importantes para entendimento acerca

das diferentes formas de produzir autoimagens que afrontam com os estereótipos acerca das prostitutas. Ao aprender, elas se afirmam como sujeito, e rechaçam a condição de vítima, esse conhecimento guia essas mulheres para autoafirmação de sexualidade outra.

Segundo Louro (2000), ao compreendermos que gênero e sexualidade não são uma questão pessoal, mas uma questão social e política, diferentes instituições (família, igreja, escola etc.), artefatos culturais (mídia, artes, literatura etc.) e disciplinas (medicina, psicologia, pedagogia etc.) nos ensinam a fazer gênero por toda a nossa vida. Na vida da prostituição isso também acontece. Certamente, há pedagogias normalizadoras desde uma representação subjetiva hegemônica daquilo que a prostituta é ou pode vir a ser; mas há, também, e aqui reside nossa aposta, pedagogias que se inscrevem nas rachaduras da imagem normalizada da prostituta e, com isso, permite às mulheres que encontram na prostituição um modo de subsistência afirmarem suas existências. Mais do que isso, e como propôs Gregory Balthazar e Stefane Rodrigues sobre a religião apenas como um lugar de sujeição das mulheres, um espaço visto pela teoria feminista como sua antítese, acreditamos que a prostituição assim como a religião:

[...] por mais dura que seja sua aposta à normalização, a religião para nós a visão da prostituição como um lócus de radical sujeição das mulheres] ainda é um caminho (e, às vezes, o único visível no horizonte social) para muitas mulheres afirmarem suas existências e se afirmarem como sujeitos de alguns dos discursos feministas que, hoje, constituem o tecido social. Não há certo ou errado. Não há ruim ou bom. Não há norma ou resistência. *Há o entremeio dessas relações*. Na e pela religião [ou, no nosso caso, a prostituição], há o desejo de muitas mulheres de viverem o melhor que conseguem diante das misérias e das belezas do mundo, diante do jogo inelutável da vida e da morte (Colman & Balthazar, 2021, p 16).

Assim dito, algumas lentes teóricas constroem espaços como a religião e a prostituição como antítese dos feminismos, como espaços de radical sujeição das mulheres e de cooptação de suas subjetividades à ideologia patriarcal. Por mais binária que possa ser a relação entre religião (sobremaneira, as de matriz judaico-cristã) e prostituição, ambas são vistas como instituição da dominação masculina sobre os corpos das mulheres: a primeira, certamente, como pressupõe uma dominação pela docilidade, o casamento e a maternidade; a segunda, ao contrário, a dominação perpassa a prostituição como uma instituição patriarcal do uso do corpo das mulheres para o prazer dos homens. Para nós, ao contrário, falar em Pedagogia Prostituta não é uma aposta em um gesto revolucionário capaz de mudar o mundo, mas é, certamente, algo que toca, mobiliza e transforma muitas mulheres que encontram na prostituição um modo de dizer sim à vida e sobreviver às muitas violências que perpassam os corpos em uma cultura patriarca-colonial como a nossa.

Essa Pedagogia Prostituta traz saberes de putas presentes nas pautas de militâncias sociais e políticas. Desse modo, entendemos que foi movida pelo desejo de lutar e resistir que Candelária iniciou a articulação para a formação de uma associação em Sergipe. Sua militância na ASP, trata-se de uma luta coletiva que está ligada a um movimento nacional de prostitutas em um cenário de enfrentamento à violência característica do período ditatorial. Segundo Hooks, muito do conhecimento emancipatório produzido no nosso país se deve a função educativa desempenhada pelos movimentos sociais.

No Brasil, entre os anos 1970 e 1980, prostitutas se organizavam, buscando o seu lugar social na sua história de vida (Barreto, 2015). Os movimentos de reivindicação dos direitos que mais impactaram na sociedade brasileira tiveram início nos anos 1980, com a liderança de prostitutas e ativistas brasileiras como Gabriela Leite e Lourdes Barreto, fundadoras do movimento.

A partir dessa década, constituía-se no Brasil a produção de novo lugar social das prostitutas através de: a) fortalecimento da liderança de Gabriela Leite e o surgimento de novas protagonistas; b) entrada de mediadores e colaboradores de ONGs que forneceram uma linguagem política à compreensão da situação das prostitutas e de seus direitos; c) circulação de diferentes discursos sobre a prostituição na mídia, por meio do confronto de ideias, como caso de polícia versus questão social e política, e pelo desdobramento de eventos locais específicos; d) interlocução entre prostitutas associadas, poderes públicos representantes políticos (Moraes, 1995, p. 196-197).

Na liderança da organização do I Encontro Nacional de Prostitutas, Gabriela Leite contou com o apoio da sociedade civil. A trajetória de organização de prostitutas, no Brasil, trouxe muitas contribuições, entre elas destacamos a formulação da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP). Além disso, outra contribuição dessa rede consiste na denúncia aos preconceitos sofridos por essas mulheres.

O primeiro Encontro Nacional de Prostitutas ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1987. O movimento reuniu lideranças de diversas capitais do Brasil. Após esse encontro foi constituída a primeira associação de prostitutas localizada no Rio de Janeiro, mais precisamente na Vila Mimosa. A partir de então, em todo o país nasceram diversos modelos de associação.

Segundo Moraes (1995), o I Encontro teve como o objetivo promover o surgimento de associações de prostitutas em diversas regiões do país, promovendo a articulação de uma rede de contatos e intercâmbios para reivindicar direitos sociais. Além disso, as organizações de prostitutas tecem críticas e denunciam as discriminações presentes nas imagens utilizadas pela mídia e as campanhas de promoção da saúde elaboradas pelo governo.

Para Albuquerque (2008) e Moraes (1995), as reivindicações das prostitutas brasileiras eram parecidas com aquelas já apresentadas pelos movimentos de prostitutas de outros países, entre elas estavam o desejo por segurança em seus espaços de trabalho e a regulamentação da profissão. Com todos os avanços e retrocessos, o movimento ocupa lugar importante na trajetória das prostitutas. Os efeitos dessa luta precisam ser considerados não apenas nas conquistas por direitos sociais e políticos, mas sobretudo na possibilidade de escuta dessas mulheres.

Nesses espaços, elas encontram a oportunidade de dizer sobre seu percurso de vida. No contexto sergipano, Candelária também já organizava e, inicialmente, foi realizada uma busca ativa para convidar as prostitutas para palestras sobre a saúde da mulher. As primeiras ações da ASP começaram a ser planejadas em 1987 com a fundação do GAPA. Não por acaso, nesse mesmo ano aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, os movimentos de prostituta sergipano não aconteceram de forma isolada, Candelária dialogava com movimento brasileiro de prostitutas.

Em Sergipe e outros estados do nordeste, em 1990 ocorreu as atividades relacionadas ao combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e, neste mesmo ano, as prostitutas foram convidadas para participar de um projeto²³ que tinha como objetivo prevenir as DSTs²⁴ e Aids entre as prostitutas. Candelária demarcou o lugar de posicionamentos em prol da vida no contexto de ódio e tentativa cada vez mais crescente em exterminar estes grupos e higienizar os espaços. Ao fazer isso em tom de questionamento ela desabafa:

A sociedade não pergunta se alguém escolheu ser menino de rua ou prostituta. Mas para criticar, julgar e discriminar, todos apresentam opiniões dignas de sociólogos. Precisamos nos tornar mais humanos. Todos temos que ter consciência que essas pessoas que habitam as ruas, são frutos de uma sociedade falida, ou seja, são vítimas” (Relatório de atividades da ASP)

A ASP era para elas era esse lugar de enfrentamentos e aprendizados sobre outras formas de existência. Entendemos a indissociabilidade das dimensões política e pedagógica que

²³ Projeto Previna - Prevenção e Informação sobre Aids e outras DSTs foi realizado entre os anos de 1988 e 1989 por meio de articulação entre a, então, Coordenação de DST/Aids e sujeitos sexuais dissidentes (prostitutas, travestis e homossexuais) que formularam uma política de enfrentamento à Aids que tornou-se referência mundial, pois deslocou o foco da prevenção que estava centrado em conceitos preconceituosos e estigmatizantes como o chamado “grupo de risco” e a ideia de “promiscuidade” para a questão do estabelecimento de estratégias de prevenção que levassem em contas o desejo e as fantasias sexuais (SOUSA, 2014).

²⁴ O termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) está desatualizado no âmbito da saúde pública, sendo utilizado atualmente o termo Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Porém, optamos aqui por utilizar o termo antigo em vias de manter a fidelidade histórica com as discussões empregadas pela ASP em seu período de atuação. Mas, quando nos referimos ao tempo atual, estamos fazendo uso do termo ISTs.

caracterizam a constante busca pelo direito de falar de si e sobre suas demandas presente na ASP. Criar espaços e unir forças para organizar as mulheres, assumindo-se como prostitutas e resistir às estruturas de opressão com que se deparam cotidianamente são exemplos de processos educativos tecidos coletivamente por elas nos seus espaços de atuação e na militância por garantia de direitos sociais (Sousa, 2015).

Concordamos com Hooks (1995), que apesar da tentativa de apagamento dos saberes femininos, mulheres em diversos espaços resistem e se organizam em categorias, como é o caso das prostitutas, para produzir formulações pedagógicas que marcam as lutas sociais e políticas dessas mulheres. Aprender a fazer enfrentamentos aos diversos preconceitos existentes sobre essa prática é uma ação educativa na constituição da prostituta militante. As práticas educativas, organizadas na instituição para ensinar as mulheres sobre a vida, são atos políticos. É o que Freire (1987) orienta como toda forma de educação sendo ato político. Em relação a esse enfrentamento, Candelária explicou que é impossível proibir que as pessoas sejam preconceituosas, é necessário exigir respeito. Essa exigência por respeito é uma metodologia usada para enfrentar o preconceito.

Desde cedo, comecei minha batalha em prol da vida das minhas meninas²⁵. Eu desejava ensiná-las e orientá-las sobre a vida, e como elas poderiam resistir as dores que a prostituição causa em nós. Juntas, nós falávamos sobre a vida e a batalha de estar nas ruas, sujeitas a tudo e a todos. A gente desejava que as mulheres tivessem a noção da importância de admitir que eram prostitutas e confrontar o preconceito que mata a gente. Porque não tem nada de desonesto nisso! O movimento era muito importante para isso naquele momento. E a gente queria unir nossas forças, juntando todas as em um local organizado. (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Candelária apostava na possibilidade de ensinar e aprender dentro do movimento ao enfrentar o preconceito, pois, ao provocar esse enfrentamento, é produzido um processo educativo na formação da prostituta. Este lugar de engajamento político pela luta da categoria é demarcado pelo empoderamento contrariando o desejo de apagamento. Em um contexto marcado pelas contradições que a colonialidade produz, esses processos educativos vão sendo internalizados, por meio das memórias coletivas de grupos subalternizados (Walsh, 2014). Eles se constituem por meio da luta de distintos grupos, que os constroem a partir dos lugares sociais que ocupam, lugares estes forjados ao longo da história como é o caso das prostitutas. Essa união de forças que Candelária convoca, na sua fala acima, revela a potência dos conhecimentos constituídos dentro desse grupo de mulheres que aqui chamamos de Pedagogia Prostituta.

²⁵ O termo “meninas” se trata de um vocábulo adotado pelas participantes e não pela pesquisadora.

Essa categoria Pedagogia Prostituta emergiu no processo de análise e estudo sobre saberes constituídos por mulheres inseridas em contexto de prostituição. Nesses movimentos, buscamos perceber e enunciar os saberes que surgem na vida prostituta, pois para nós essa é uma categoria que expressa o que significa a construção de aprendizados que são desenvolvidos pelas mulheres neste cenário. A Pedagogia Prostituta são aprendizados e processos educativos, isto é, de um movimento de mão dupla de aprender-e-ensinar, como nos ensina Brandão. Candelária apostava no processo de aprender e ensinar dentro do movimento social de prostitutas. No movimento social, há uma educação difusa, onde não podemos separar o processo de aprender do processo de ensinar, o foco recai no educar-se, isto é, na educação que se concretiza pelas intersubjetividades em diálogo. Algumas dessas compreensões também são apontadas em pesquisas realizadas por autoras como Sousa (2012) e Silva (2021).

Assim, aceitar-se enquanto prostituta significa muito mais que estar na rua. É resistir à dor dos que desejavam anular sua existência. Isso é um ato educativo e promover a existência do outro é uma forma de ensinar. Nesse ensino o que está em jogo não é a instrumentalização ou a mera técnica, mas o ato de simplesmente poder existir. O movimento foi organizado com a ideia de fazer uma revolução. Gabriela Leite ao longo da sua trajetória também destacou esse objetivo dentro do movimento:

Sempre acreditei e sonhei com o movimento transpondo barreiras e atingindo a sociedade inteira, inteirinha. Sempre acreditei que o movimento de putas não poderia nunca ser babaca, tipo politicamente correto. Queria e quero um movimento revolucionário, recuperando inclusive o sentido revolucionário do ser revolucionário. Uma organização revolucionária sempre tem que se lembrar que seu alvo não é fazer com que seus partidários escutem as convincentes palestras de líderes especialistas, mas conseguir fazê-los falar por si mesmos, enlaçando sexualidades para que alcancem, ou pelo menos se esforcem por alcançar, o lugar da participação política. (Leite, 2005, p. 16).

Assim como Gabriela Leite, Candelária sonhava com uma revolução social dentro do movimento e, sobretudo, na ASP, no contexto em que Sergipe entrava para a luta das causas das mulheres prostitutas. Ambas defendem que ser prostituta não implica em aceitar um lugar de vitimização. É necessário provocar essa revolução e afirmar-se como sujeito de sua prática com capacidade de enfrentar os mecanismos de opressão e criar estratégias para enfrentá-las. Na liderança da associação, Candelária lutava junto à organização nacional de prostitutas, e participou de mobilizações a nível nacional em um momento que no Brasil o movimento de prostitutas ganhava dimensão social e política. Para Leite (2005), uma organização revolucionária precisa sempre lembrar que seu alvo é conseguir fazê-los falar por si mesmos, para que consigam ou, pelo menos, se esforcem por alcançar o lugar da participação política.

O trabalho da ASP é intensificado e visualizado no Estado por diversos fatores, inclusive o econômico, já que para se mobilizar por todo Estado é preciso recursos financeiros. Segundo Candelária, enquanto o interesse da ASP era reduzir a ausência de políticas públicas direcionadas para essas mulheres, a associação era vista pelo estado apenas como um braço direito para mediar as relações entre essas mulheres e o projeto voltado à organização dos espaços públicos.

Nos anos 90, Aracaju vivia o momento de debates em torno das questões que envolviam a busca por organização em diversas regiões da cidade. Muito se falava em desenvolvimento de atividades econômicas urbanas e na melhoria das condições de vida da população e de um processo de urbanização e limpeza pública da cidade (Cansansão, 2005). Esse discurso trazia em pauta a remoção das prostitutas das ruas. Sobre isso, Candelária descreveu o episódio que aconteceu com as prostitutas que estavam atuando nas proximidades da orla de Atalaia. O bairro é considerado um dos principais cartões-postais da cidade.

Como eu era uma pessoa perto das meninas, elas me chamaram para falar que iriam tirar elas do bairro. Os donos de hotéis estavam reclamando dizendo que as ruas ficavam com aparência feia com as meninas lá nas esquinas. Eu respondi para eles: “então vocês vão colocar elas para trabalhar no hotel? Ou vão deixar elas com fome?” Eu falei sobre nossos direitos, eles tinham que saber que nós já sabíamos dos nossos direitos como trabalhadoras. (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Ao responder aos empresários ela produz militância contra posturas estigmatizadas de preconceitos. A negativa do que lhe fora colocado e a afirmação dos direitos denota um processo em que Candelária educou-se a partir da experiência vivida e desejava partilhar esse saber.

Percebemos, mais uma vez, que ela atua como mediadora das relações entre o Estado e as prostitutas. A frase “Eu falei sobre nossos direitos, eles tinham que saber que nós já sabíamos dos nossos direitos como trabalhadoras” já nos informa sobre os enfrentamentos que ela faz ao projeto de “revitalização” da orla e a consequente expulsão das prostitutas que trabalhavam nessa região da cidade. Essa questão da “revitalização urbana” e a expulsão de prostitutas se deu em âmbito nacional. No processo de higienização social, a concentração da prostituição em determinadas áreas demonstra o processo de segregação presente nas cidades (Pena, 2020). Sobre a demarcação de espaços nas cidades, Helene (2015) diz que todo o planejamento urbano das cidades se encarregava de fixar as “zonas confinadas” em áreas desvalorizadas tanto do ponto de vista simbólico quanto material. Aracaju também passava por esse processo de revitalização, especificamente a Orla de Atalaia.

Figura 06 - de prostitutas na orla



Fonte: foto retirada dissertação de SILVA, 2011.

A discussão versava sobre higienização de espaços públicos, associado à retirada das prostitutas de alguns ambientes. Vale ressaltar que seus interesses estavam relacionados a tentativas de uso da ASP como ferramenta de higienização social. Essas ações eram marcadas por desejos de desumanizar essas mulheres, contudo a ASP lutava por práticas de engajamento em torno da ocupação de espaços de trabalho. Essa luta também era presente em toda a organização de prostitutas “[...] a maneira de atuar desse movimento social é profundamente marcada por uma organização de resistência que resulta em uma luta pelo seu direito à cidade, à segurança e à manutenção de sua integridade física e moral no espaço citadino” (HELENE, 2015, p. 310). Em Sergipe, essa reivindicação movimentou uma campanha realizada através de panfletos informativos sobre os direitos trabalhistas.

Figura 07- Foto Panfleto Informativo



Fonte: Acervo da ASP (2005)

A imagem retrata a luta das mulheres para afirmar os direitos. Não há uma postura de vitimização, mas de engajamento, de convocação para a busca de direitos. Afirmo o documento: “Então mulheres façam valer seus novos direitos de trabalhadoras do sexo e lutem para acabar com o preconceito que ainda nos persegue”. O documento em questão versa sobre a conquista de um direito das prostitutas em que Candelária foi protagonista: a inserção da prática na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Assim, a pedagogia empregada e difundida pela ASP é voltada à transgressão. É possível fazer um paralelo entre as ações pedagógicas da ASP e as ideias de Freire (1987) quando o autor afirma que um dos principais objetivos das práticas educativas é o da criticidade. Não uma conscientização passiva, mas que convoca, que explicita as contradições inerentes à sociedade e nesse desvelamento instiga, inclusive afetivamente, os educandos a mudar ativamente o que está posto.

Os elementos presentes na elaboração do panfleto trazem aspectos referentes à regulamentação da profissão que consiste em um dos objetivos da associação. No contexto brasileiro “as políticas públicas voltadas à prostituição começaram a mudar a partir da década

de 1990, inaugurando um período de incorporação de novos elementos, perspectivas e sujeitos no debate sobre a prostituição e os direitos das pessoas que exerciam a atividade (Alvarez; Teixeira Rodrigues, 2001). Nesse mesmo ano em Sergipe, Candelária fazia esse movimento “quando eu comecei organizar, a gente já falava sobre o sonho da regulamentação da profissão” (Candelária. Entrevista concedida em outubro de 2019). Entre lutas e conflitos no início dos anos 2000 ocorreu a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Marlene Teixeira Rodrigues ao discutir sobre a regulamentação da prostituição diz que as organizações de prostitutas que reivindicam não apenas os direitos sociais de cidadania, mas também o reconhecimento da prostituição “como um trabalho como outro qualquer”. (Rodrigues, 2009, p.69). Isso aparece claramente nas atividades realizadas na ASP.

Observa-se a figura da carteira de trabalho, que faz referência aos direitos trabalhistas brasileiros. Percebemos o caráter informativo desse material para ensinar sobre a conquista de direitos, resultado da luta da rede de prostitutas do Brasil. “Então mulheres façam valer seus novos direitos de trabalhadoras sexuais e lutem para acabar com o preconceito que ainda nos persegue” - encontramos essa frase no informativo acima, percebemos que ela convoca a participação e engajamento das prostitutas na luta por direitos, sendo assim, uma ferramenta para orientar e enfrentar o problema social. Esse material foi usado nas rodas de conversas que aconteciam semanalmente na Associação.

Nas práticas da ASP, para além de um ensino instrumental, havia um ensino político. Era mostrado que sim, essas mulheres possuem direitos dignos de serem conquistados e garantidos. Um exemplo disso foi a luta da ASP e de Candelária, em consonância com o movimento brasileiro de prostitutas, de reconhecer a prostituição dentro do cadastro brasileiro de ocupações, fato que foi alcançado por meio dessa luta coletiva. (Aragão; Santos; Mesquita, 2022)

Evidenciamos que um dos objetivos das atividades da Associação era ampliar a discussão sobre a regulamentação do trabalho como outro qualquer, para que assim tanto a sociedade como as próprias profissionais do sexo entendessem a prostituição como um trabalho digno, que é responsável pelo sustento de muitas famílias. Esse era, portanto, um de seus enfrentamentos, pois “alguns feminismos, e também a maioria dos setores da sociedade, especialmente os mais conservadores, consideram que a prostituição é um ato indigno de vender o corpo. Nós, trabalhadoras e trabalhadoras sexuais, a consideramos uma prestação de serviços”. (Prada, 2018, p.44).

Nos anos 90 Aracaju era considerada como um dos grandes centros urbanos de prostituição de todo país. Isso mobilizou a campanha pautada na regulamentação da profissão.

Reunidas, as prostitutas participaram do debate a nível nacional. À medida em que elas expandiram sua participação na arena pública, novas argumentações surgiam para decidir os rumos da prostituição. Muitas das Organizações Não-governamentais (ONGs) de mulheres prostitutas já trabalhavam em busca de tornar o exercício da profissão mais seguro, “a identificação da prostituição como um trabalho possibilita que se atinja um outro patamar na discussão a respeito dos direitos das profissionais que realizam este trabalho” (Leite; Lenz, 2013, p. 44).

Evidenciamos que Candelária usava suas vivências de forma engajada e política para (re)pensar questões que envolvem sua prática, promovendo conhecimentos sobre prostituição que se configuram como uma Pedagogia Prostituta. Essa é uma pedagogia mais livre, mais amorosa e mais plural, por isso impossível de ser expressa de uma única forma (WALSH, 2018). Esses saberes se constituem ao tratar de temáticas sobre papis sociais, gênero, sexualidade e corpo, que finalmente começam a ter lugar nos espaços de construção social. Por tantos motivos, organizar uma associação era algo muito delicado. Os dilemas que cercam a vida dessas mulheres eram carregados de desejo de morte.

Bento (2018), ao tratar sobre o atual cenário sociopolítico brasileiro, compreende que não é apenas “deixar morrer”, é algo que vai além disso. O estado promove uma política de “fazer morrer”, através de técnicas planejadas e sistemáticas, organizadas para atacar grupos sociais que precisam ser eliminados. Essas movimentações fazem parte de uma “cultura política baseada na eliminação do outro”.

Assim, ao ouvir as mulheres prostitutas que carregam as marcas da imposição colonial opressora, buscamos problematizar a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas desses sujeitos, pois as marcas da colonialidade permanecem na objetificação dos corpos que têm sua história marcada pelo colonialismo. O termo objetificação é pensado aqui a partir das interpretações de Achille Mbembe. O autor apresenta o conceito de “objetificação” como uma prática que visa [...] transformar o corpo do colonizado em coisa, cuja rigidez lembra a do cadáver” (MBEMBE, 2011, p. 2). Lembramos que no contexto colonial houve um processo de coisificação dos sujeitos em dimensões diversas relacionadas ao corpo.

A Pedagogia Prostituta mira os movimentos, ela opera diretamente no alargamento de possibilidades explicativas do mundo, rasurando os parâmetros da colonialidade. Candelária organizou um grupo de mulheres prostitutas sergipanas. As mulheres prostitutas foram se apresentando como um fenômeno coletivo, muitas vezes com uma estrutura de organização fragmentada, mas, aos poucos, iam construindo ações para expressar a valorização deste segmento, na busca de reconhecimento e garantia de direitos.

Observamos que, nesse contexto, as mulheres começam a se organizar coletivamente, a fim de disputar na arena pública as noções dominantes construídas sobre o seu trabalho, reivindicando o lugar de sujeitas de sua própria história (Barreto, 2015). Desde então, a relação entre o movimento de prostitutas no Brasil e as questões que envolvem o movimento de prostitutas em Sergipe apresentaram crescimento importante. Candelária já vinha rompendo com os padrões normativos da sociedade sergipana. Na ASP, ela desempenhava um papel crucial e que lhe trouxe reconhecimento fora do país. De acordo com a presidente, esta foi a única instituição de Sergipe dedicada ao desenvolvimento social e humano das mulheres que atuam nas ruas de Aracaju. No ano de 2000, uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju em parceria com ASP mostrou que existiam 2.800 prostitutas em Sergipe. Dessas mulheres, metade eram atendidas pela ASP e aproximadamente 700 mulheres eram cadastradas nessa associação. (Relatórios de atividades da ASP).

Pelos documentos da ASP, evidenciamos que sua missão consiste em organizar as mulheres na luta por direitos, investindo na capacitação e organização da classe. Desde sua fundação, realizou intervenções socioeducativas junto à população beneficiada.

Figura 08- Foto Candelária na ASP



Fonte: Acervo da ASP (2005)

A imagem acima aponta para o lugar social da associação e, sobretudo, seu objetivo formativo. Observamos as palavras “trabalhadora sexual, mãe, mulher, cidadã” presentes nas campanhas da ASP. Enxergamos os aspectos educativos ao pensar que essas são sujeitas que ocupam o lugar de mulheres, prostitutas, mães, que vivem experiências de aprendizados e aprendem a ser agentes de suas vidas, capazes de ensinar e aprender dentro dos seus espaços de vivências. Pelas fichas de participantes das ASP, evidenciamos que muitas mulheres também ocupam a função materna. Ainda na imagem, reconhecemos a foto de Candelária, uma prostituta que também foi mãe. Ela, que carregava uma iniciativa autônoma de produção e reprodução de saberes mediada por um desejo de permitir, cada vez mais, que prostitutas tivessem acesso a essas informações vitais, desafiando o *Status Quo*, em uma postura decolonial (Walsh, 2013).

O movimento decolonial foi um movimento intelectual e ativista (de ativismo mesmo) que surgiu mundialmente através de vários grupos de pesquisa para justamente problematizar os requisitos coloniais, essas relações entre colonizador e colonizado, no mais diversos âmbitos, nos econômicos, sociais educativos e no seio da educação porque é, principalmente, pela educação que isso se perpetua, em uma educação de forma geral, não só na educação escolar da sala de aula, na educação de boca a boca, ou seja, nas pedagogias que se forjam no cotidiano. Ela surge justamente para fraturar essa pedagogia da omissão e opressão, que produzem e fazem essa manutenção do poder, dessas hierarquias colônias.

Candelária foi uma mulher que vivenciou a prostituição e, conseqüentemente, todos mecanismos de dominação presente. No entanto, rompeu barreiras e demonstrou ter agência sobre seu corpo e sua história, contrariando muitas percepções sociais sobre essa prática (Góes, 2017). Ela se tornou uma prostituta militante, que buscou atuar em prol das mulheres que também exercem essa profissão. Com isso, desafiou padrões sociais e buscou brechas para produzir um outro discurso e uma outra prática relacionada ao saber e o fazer da prostituta. Ela desejava articular o engajamento dessas mulheres na luta social. Entendemos que as organizações forjadas por lideranças femininas, com agendas para propor políticas públicas, fazem parte da luta pela vida da população prostituta. A forma como a ASP foi organizada nos convida a valorizar o protagonismo do movimento das mulheres prostitutas que imprimiu, nesses espaços, aprendizagens outras.

Quando tudo começou, algumas mulheres não queriam ir para os encontros. Na verdade, elas estavam desacreditadas. Acreditavam que não daria certo.

Mas logo elas começaram a mudar de opinião e foram espalhando as novidades. Algumas até descreviam as ações da ASP e diziam “é legal porque elas querem abrir a mente da gente e ensinar sobre os direitos e nossa saúde”. De início a primeira intenção das meninas era de ir para ganhar algo, até porque elas não sabiam que prostituta tinha direito e nem que existia associação, mas com o tempo elas foram entendendo e quando eu chegava nos encontros já tinha algumas prostitutas esperando. Aí comecei a levar pessoas da saúde para falar.

Nós somos a primeira associação aqui de Sergipe. Quando eu comecei, as prostitutas não entendiam muito o que queria fazer com elas. Eu chamava e dizia, é hora de se organizar e lutar. A ASP nasceu no meio dessas reuniões na minha casa, eu desejava mudar a realidade dessas mulheres. Mas elas não sabiam o que eu queria promover. Muitas perguntavam: Candelária, o que você tá querendo? É para dar dinheiro para a gente? É um bordel novo que você vai fazer? Ou é para a gente parar de ser prostituta? Eram muitas perguntas sobre o meu desejo, mas, aos poucos, fui explicando e fazendo elas entenderem que eu queria os nossos direitos. (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Pela narrativa de Candelária, percebemos que a mudança no entendimento sobre o objetivo da ASP foi produzida pelos conhecimentos. Assim, evidenciamos que a militância na busca por seus direitos resultou em muitas aprendizagens, especialmente no fortalecimento da categoria. O engajamento na luta pela conquista da liberdade demanda dos oprimidos a expulsão da “sombra” do opressor e a ocupação desse espaço vazio com conteúdo de sua autonomia (Freire, 1987). Ao longo dessa pesquisa temos compreendido que, junto às mulheres prostitutas, Candelária foi se engajando no processo de libertação, na medida em que buscavam sua autodeterminação.

Desse lugar, Candelária criava fissuras para sobreviver junto às prostitutas que frequentavam a associação. Segundo a vice-presidente da ASP, essas mulheres se organizaram para denunciar uma onda de violência e assassinatos das prostitutas que exerciam trabalho sexual. A pauta principal era articular uma ação coletiva empreendida pelas prostitutas, imprimindo significados outros para a vida das mulheres. Assim, essa organização social nasceu no contexto das lutas.

O início foi complicado porque a gente queria organizar o grupo de mulheres que viviam discriminadas, então muita gente achava que era bobagem, mas Candelária sempre enfatizava, nossa luta é por direitos, queremos ser respeitadas, a sociedade precisa nos enxergar, precisamos cuidar umas das outras. Mas veja, participar do início da organização de mulheres prostitutas aqui em Sergipe naquele período, onde tudo era muito difícil para essas meninas, foi algo muito importante, a gente falava sobre tudo. (Bruna, Entrevista concedida em abril de 2022).

Como pode ser observado, a vice-presidente reafirma a importância dessa organização no momento em que era preciso aprender a enfrentar as batalhas da vida prostituta, de forma

coletiva. E essa participação em uma organização de mulheres pode mobilizá-las a compartilhar suas experiências e conhecimentos. Em uma conversa informal com uma das filiadas na associação, perguntamos o que Candelária representava para as prostitutas sergipanas, ela confidenciou que o seu papel era de Mãe: “Candelária tem o espírito materno aflorado e coloca esse sentimento em tudo que faz. Ela me ensinou a gostar de mim.” Ainda conforme a prostituta, ao encontrar alguma das “suas meninas” grávidas, Candelária advertia sobre a imprudência de não usar preservativos, mas cuidava para que a gestante fizesse pré-natal e teste de HIV. “Por isso seu valor é enorme para nós, pois fala a linguagem das prostitutas”. Pelas suas palavras, evidenciamos que Candelária ocupava um lugar de potência, pois o próprio ato de produzir formas para ensinar uma prostituta a gostar de si mesma, significa permitir sua existência. Assim, trata-se de uma prática educativa voltada para o próprio desenvolvimento humano e social delas. Com isso, entendemos que sua atuação baseava-se não na imposição do modo de pensar, mas de ensinar o ato de questionar em si.

Figura 09 – Foto campanha da ASP



Fonte: Acervo da ASP (1994)

A imagem acima era usada nas campanhas da ASP. Observamos que a identidade visual aparece atrelada a foto da presidente, o que demonstra uma representação carregada de sentidos de identidade institucional. Evidenciamos que a carreira militante de Candelária é um elemento central da configuração da ASP, enquanto movimento social, luta política e reivindicação de direitos.

Candelária sabia desmistificar as falas das prostitutas e com isso trazia suas demandas para uma luta nacional. Entendemos que, inicialmente, a organização social de prostitutas de Sergipe foi motivada pela denúncia da violência e reivindicação de segurança e proteção social, em um cenário marcado pela repressão policial. Essas mulheres foram criando associações da categoria, ocupando novos espaços a fim de efetivar suas reivindicações. Prostitutas começam ocupar espaços na arena política participando de canais de interação socio-estatal.

Até o momento não existia esse tipo de trabalho voltado para essas mulheres, não existe. Esse era o primeiro aqui no Estado de Sergipe. Até então elas nunca tinham escutado alguém falar sobre a possibilidade de existir uma organização feita só para elas. Quando tudo começou eram poucas mulheres e depois foi aumentando e aí meu desejo de levar essa informação para elas só crescia. Alguns dos motivos que me seduziu a juntar essas mulheres foi o aumento da violência contra a vida das meninas, sofrimentos e abusos. Eu sabia que com uma associação a gente poderia conquistar nossos direitos. Unidas somos mais fortes. Com o tempo fomos ocupando espaços e passamos a participar das atividades. Juntos a gente questionava sobre o nosso lugar e todos tinham que ouvir. Começamos a falar da ASP nas rádios e nos eventos. Chegou o tempo em que as pessoas me conheciam como a liderança das prostitutas. (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Como já percebemos a ASP foi a primeira associação de prostitutas de Sergipe. Candelária juntou-se a outras trabalhadoras do sexo de Sergipe e organizou o movimento de prostitutas, além de participar de mobilizações a nível nacional. Ao organizar a ASP, ela buscava divulgar a importância das prostitutas conhecerem os seus direitos. A fala de Candelária demonstra como a presença do movimento de prostitutas no Brasil fortalece a organização dessas mulheres em torno da sociedade, já que na vivência da instituição eram ensinadas sobre os contextos teórico-práticos que cercam o feminismo.

4.2 “Escrever para fazer história” na rua, na praça, na luta

O surgimento das organizações de prostitutas provoca novos modos de intervenção sobre a prostituição. Nesse contexto, no Brasil, as discussões feministas ainda não traziam questões que abrangessem a prostituição. Segundo Gabriela Leite, esse cenário mudou somente

a partir da década de 1980 (HELENE, 2017). O processo de articulação em organizações não governamentais teve um avanço no final da década de 1990. Já os 2000 foram marcados pela constituição de um outro momento da atuação do feminismo numa perspectiva transnacional (Silva, 2017). As tensões e reivindicações das putafeministas defendiam que os direitos sociais das prostitutas se encontram na esfera dos direitos das mulheres, ou seja, elas também tinham seus direitos enquanto mulheres.

Conforme Prada (2018) é possível ser prostituta e feminista, pois é necessário o movimento de prostitutas ser ligado ao feminismo. O putafeminismo surge com a finalidade de questionar e romper com um feminismo que não acatam as demandas das trabalhadoras sexuais, “que nos vitimiza e que pretende nos resgatar, negando nossa autonomia e nossa capacidade de escolha, e rechaçando violentamente a possibilidade de diálogo com aquelas de nós que não desejam a salvação oferecida”. (Prada, 2018, 33). É impossível pensar em movimento social sem ouvir o que as prostitutas têm a nos contar *sobre* suas vidas.

Segundo Piscitelli (2016), no cenário internacional e brasileiro, a relação entre o movimento de prostitutas e as direções mais hegemônicas do feminismo têm apresentado opiniões conflituosas acerca da prostituição. Existe um grupo dentro do movimento feminista conhecido como feminismo radical que é fruto da segunda onda do feminismo. As feministas radicais batalham contra a ideia de trabalho sexual, expondo fundamentos ancorados na exploração e objetivação do corpo feminino para justificar sua oposição à compreensão da prostituição como trabalho. A defesa de que o trabalho sexual produz marcas de violência e exploração contra as mulheres é o maior ponto de conflito entre as chamadas putas feministas e o feminismo radical.

Percebe-se que a discussão sobre o mercado do sexo e a prostituta gera controvérsias em diversos grupos sociais, sobretudo, nos movimentos feministas, que trazem um debate com foco, principalmente, nos corpos das prostitutas e os motivos que as levam a essa prática. Feministas abolicionistas insistem em negar a agência das prostitutas e, por isso, silenciam suas vozes e/ou insistem em ações salvacionistas que vitimizam ainda mais as prostitutas. Nos contrapomos com essas concepções, pois quando nos propomos a escrever essa tese e ouvir as mulheres prostitutas buscamos visibilizar suas práticas que ecoam nos seus modos de existência e reforçamos que elas são sujeitas políticas capazes de nos ensinar.

O outro ponto, defendido pelo feminismo radical, é a crença na possibilidade de resgate das trabalhadoras sexuais. Esse discurso de salvação sempre esteve presente nas instituições religiosas. Como já pontuamos, o debate sobre a prostituição, movimento de prostitutas e feminismos é cheio de embates nos quais a prostituta é alvo de profundas discussões e se divide

entre ser considerada exclusivamente exploração sexual ou trabalho. Segundo Gabriela Leite²⁶, essas feministas sempre disseram que estavam trabalhando os direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, se forem lidos os relatórios das conferências internacionais, lá só estão presentes os direitos reprodutivos. Já os direitos sexuais vão sendo esquecidos. Esse é um ponto de questionamento da ativista que defende a prostituição como direito sexual. Além disso:

As feministas podem não concordar com o que falamos, mas não podem ignorar que hoje somos sujeitos políticos da nossa própria história. Têm que nos ouvir; não podem achar que sabem o que é o melhor para nós. Não podem ignorar o nosso discurso, nós temos o nosso movimento. Gabriela Leite, em entrevista à revista Democracia Viva (Leite, 2006)

A fala de Gabriela evidencia pontos de conflito entre feminismos e prostituição. Nessa entrevista, concedida à revista democracia viva, Gabriela Leite chama atenção ao colocar as prostitutas como “sujeitos políticos de sua própria história”. Ademais, assegura que elas precisam ser ouvidas e suas pautas necessitam ser incorporadas nas lutas. O seu discurso trata-se de crítica à forma como as feministas têm entendido as prostitutas e atuado junto a elas. É também um chamado à reflexão sobre a construção de outros conhecimentos.

Sobretudo, esse chamado reivindicava a atuação das prostitutas como sujeitas políticas. Gabriela Leite, ao longo da sua militância, repreende termos considerados politicamente corretos como profissional do sexo, pois considera que escondem preconceitos. Segundo ela, para enfrentar esses pânicos morais cheios de preconceitos, “[...] precisamos estar unidas em um movimento para lutar contra a prostituição e consequente exploração, mostrando assim o reverso da medalha” (Leite, 1987, p. 4). Conforme Piscitelli (2012), Gabriela Leite considera que o movimento feminista contemporâneo sofreu mudanças e tornou ainda mais conservador do que era em 1990.

No contexto de discussão internacional, existe um desacordo nas posições das feministas em relação a prostituição. Blithe, Wolfe e Mohr (2019) ao desenvolverem pesquisas sobre a prostituição em Nevada/Estados Unidos afirmam que as feministas estão em conflito em sua posição sobre a prostituição porque um grupo de feministas radicais culturais vê essa prática como o último grau de opressão e condena a prostituição. Já as feministas raciais libertárias veem a prostituição como uma experiência positiva e expressão da liberdade e do poder sexual das mulheres.

²⁶Gabriela Silva Leite foi uma prostituta brasileira nascida em 1951. Atuou em São Paulo, Belo Horizonte e na Vila Mimosa no Rio de Janeiro. Faleceu no dia 10 de outubro de 2013, A ativista e criadora da ONG Davida, instituição que lutava pelos direitos das prostitutas.

Muitas feministas radicais acreditam que as mulheres que são prostitutas estão não somente vendendo sexo, mas que o ato da prostituição faz delas cúmplices em fazer das mulheres objetos sexuais; o que prejudica todas as mulheres. Feministas que são contra a venda de sexo como uma traição última às mulheres [como sujeitos políticos universais], pois as prostitutas abrem mão do seu poder aos homens quando se permitem ser objetificadas e dominadas, torando-se simpes “objetos em um mercado” (Blithe; Wolfe; Mohr, 2019. p. 35).

Ou seja, a prostituição tem suscitado inúmeros posicionamentos. A autora chama a atenção para um fato importante: “enquanto as feministas estão debatendo sobre o nível de opressão ou de empoderamento na prostituição, as vozes das prostitutas (legalizadas ou não) está majoritariamente ausente” (Blithe; Wolfe; Mohr, 2019. p. 34). É necessário nos atentar para a importância de ouvir as prostitutas falarem sobre si mesmas, e movimento prostituta. A ativista pelos direitos das prostitutas e uma das fundadoras da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), Monique Prada (2018), em seu livro *Putafeminista*, afirma que a prostituição muitas das vezes é tema de pauta do movimento feminista sem que as mulheres prostitutas sejam inseridas no centro das discussões.

Para Rago (2004), apesar do feminismo não saber tratar aspectos da prostituição, buscando apenas contorná-la, as prostitutas souberam incorporar muitos dos pensamentos feministas. Os feminismos trazem contribuições para pensar sobre as desigualdades de gênero e as opressões que afetam as mulheres latino-americanas e, principalmente, as prostitutas brasileiras. Nesse sentido Rago (2004, p. 6) afirma que as prostitutas “se apropriaram de algumas elaborações do feminismo, recusando sua antiga identidade construída a partir de parâmetros estabelecidos pela medicina vitoriana e pela antropologia criminal, para se pensarem como “trabalhadoras do sexo”.

No Brasil, os movimentos organizados de prostitutas trouxeram avanços importantes na luta por políticas sociais, mas ainda é preciso ganhar significados na luta por reconhecimento de direitos. Pautas relacionadas à violação de direitos são colocadas à sociedade brasileira. É, portanto, a partir do momento em que as vozes dessas mulheres são ouvidas que os direitos começam a ser priorizados. Isto não significa que esses direitos sejam alcançados, visto que estamos ainda em um processo de construção.

Nessa perspectiva, a ASP faz parte do movimento de prostitutas em Sergipe, tendo protagonizado o debate em torno dos direitos das prostitutas. Nos relatórios e documentos da Associação, a missão consiste em lutar pela valorização delas como cidadãs. Durante a realização da pesquisa na ASP, percebemos a interação entre as Associações de Prostitutas no

Brasil. Havia a preocupação em trocar informações sobre eventos que iriam acontecer em cada Estado ou cidade. Ademais, cada associação local repassava os eventos para Rede Brasileira de Prostitutas e editava os acontecimentos no *Jornal Beijo da Rua*²⁷. A medida em que uma associação fosse formada, algum representante da Rede ia ao local auxiliar na elaboração do Estatuto e nas exigências legais.

Candelária uniu-se a outras trabalhadoras do sexo do Brasil e organizou o movimento de prostitutas do nordeste. Inicialmente a ASP estava vinculada à Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), contudo nos documentos da associação encontramos marcas de uma desvinculação dessa Rede. Buscamos entender o que havia acontecido e observamos que isso aconteceu com outras associações do nordeste que também eram vinculadas à RBP. Segundo Fabiana Rodrigues, a APROCE também se desligou da RBP, em função de divergências políticas entre Rosarina Sampaio e Gabriela Leite. Sendo assim, outras articulações foram se consolidando, em 2015, é fundada a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sexo (CUTS), em 2016, a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX), ambas as redes ligadas à Rede de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamerica y Caribe (RedTraSex).

Segundo a vice presidente da ASP, ao falar sobre as alianças e redes nacionais que ela dialogava, Candelária sempre dizia que não gosta dessa coisa de filiação, mas ela sabia que “ficar próxima desses grupos grandes é importante, porque eu estou aqui em Sergipe, o grito das putas daqui tem que chegar lá”. Ao longos dos anos a ASP ocupava espaços na dimensão nacional e era citada em diversos eventos no cenário mundial. Buscava partilhar princípios comuns, na defesa da regulamentação do trabalho da prostituta e fazer militâncias coletivas contra a discriminação enfrentadas por causa dos estereótipos morais.

Nos encontros realizados pela rede, elas “estavam falando por si mesmas e sendo políticas, extremamente políticas e revolucionárias.” (Leite, 2005, p. 16). As prostitutas de todas as regiões do Brasil estavam tratando sobre suas demandas. “É bom sentir que não estamos sozinhas quando lutamos pelos direitos civis” (Leite, 1989, p. 2). As associações são redes de diálogo e embates. A partir dos movimentos de encontros, começaram a ser organizados outros, regionais e nacionais. Os eventos envolviam diferentes regiões do Brasil. No Ceará temos a APROCE (Associação das Prostitutas do Ceará), em Sergipe a ASP (Associação Sergipana de Prostitutas), no Rio Grande do Sul o NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição). Os encontros das prostitutas, gradativamente, vão se consolidando, mas vale ressaltar que o movimento de prostitutas no final da década de 1980 ainda não estava articulado

²⁷ *Jornal Beijo da rua*, foi criado no final da década de 1980, por Gabriela Leite.

com os direitos humanos (SILVA, 2017). Candelária foi uma das organizadoras do primeiro encontro das associações de prostitutas do nordeste junto a APROCE e a APROSBA. Na liderança do encontro, Candelária lutou junto à organização nacional de prostitutas.

A visibilidade alcançada com as ações implementadas pelas diferentes associações configura-se como motivação para o engajamento de prostitutas numa luta permanente por direitos que, historicamente, lhes foram e ainda são negados. Se no início do movimento de organização, as reivindicações estavam focadas na denúncia dos maus tratos sofridos e na busca por uma vida livre de violência, posteriormente, essas mulheres passam a reivindicar outros direitos como saúde, educação e profissionalização forjando espaços de participação popular. (Sousa, 2013)

A consolidação das organizações de prostitutas trouxe outros modos de enxergar a prostituição e essa prática passa a ser vista como uma demanda social e não apenas um assunto policial. Como já mencionamos, as associações cresciam e os encontros estaduais e nacionais se tornavam cada vez mais frequentes. Ceará, em setembro; Sergipe e Pernambuco, em outubro, Minas Gerais e Paraíba, no mês de novembro; Rio e Bahia. Profissionais do sexo dos quatro cantos do país se reuniram e promoviam encontros para tratar de temas de interesse da categoria (Lenz, 2002). Aqui em Sergipe já aconteciam eventos com esse intuito, exemplo disso é o I encontro ASP de profissionais do sexo de Sergipe que aconteceu 2002. Sobre ele falaremos mais à frente.

Ao longo dos anos, a ASP foi ganhando força e buscando articulações contínuas com a Secretaria de Segurança Pública, na tentativa de garantir a segurança das mulheres prostitutas que estavam nas ruas. A articulação junto à mídia local era parte da estratégia da associação para aumentar a proteção das mulheres por meio de denúncias de agressões. Assim, em resposta ao projeto segregativo, eram introduzidas na associação metodologias de enfrentamentos às tentativas de remoção feitas por meio de ações segregatórias do estado que buscavam descartar as prostitutas. Entre estes métodos, destaca-se a emissão de carteira de ficha cadastral emitida pelas associações, para as mulheres associadas e a criação de meios de comunicação dentro da associação para encorajar as mulheres a denunciar a violência.

A emissão de carteira para as prostitutas explica a luta do movimento por questões relativas à cidadania. O documento de identificação era usado pelas prostitutas para proteger-se das agressões policiais. Era uma ferramenta para combater as ameaças e os riscos de agressão sofridos no cotidiano. Essas experiências vividas no seu dia a dia eram capazes de produzir conhecimentos sobre seus direitos sociais. Esses embates traziam impacto em relação à valorização da identidade dessas mulheres. Assim, a forma como o movimento interfere na vida

delas produz aprendizagens outras, como é o caso das experiências possíveis no espaço das organizações. Gera, então, outros conhecimentos e possibilidades no campo da Educação, advindas dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, percebemos de fato a importância dessas organizações e de seus potenciais. Em Sergipe, nos 90 anos e 2000, a ASP ganha viabilidade e, conseqüentemente, as vozes dessas mulheres começam a ser ouvidas, começando a receber convites para participar de eventos com a Rede Brasileira de Prostitutas.

Em Aracaju, a proposta de desenvolver ações preventivas e de assistência à saúde da mulher, apresentada pelo Governo do Estado, foi bem recebida pelas representantes da população feminina, através do programa Bem Mulher, no auditório do Centro de Convenções de Sergipe (CIC), em 1996. Na ocasião, Candelária falou em seu discurso sobre a importância dessas ações e seu impacto no índice de mortalidade das mulheres por causa de doenças. “Estamos falando de doenças que atingem as mulheres cada vez mais cedo, na faixa etária dos 20, 30 anos. Por isso, é necessária uma ação mais forte e que alcance o maior número de mulheres possível, algo que o Bem Mulher parece ser capaz de fazer” (Relatório de atividades da ASP).

Ela almejava também expandir as ações em todo o estado. Para tanto, reivindicava investimentos em recursos materiais e humanos e apoio das prefeituras. “Acredito que o programa só vai se tornar efetivo se houver colaboração,” enfatiza Candelária, referindo-se aos exames especializados e oficinas que compõem a agenda do programa. Nesse contexto, a ASP iniciou uma articulação com prostitutas para a reorganização das ações em Sergipe.

Em suas ações, realizava mapeamento das áreas de prostituição, aproximação das mulheres, visitas semanais em campo para socialização de insumos e informações, atendimento e orientação acerca de saúde, sexualidade e direitos humanos, encaminhamentos a serviços públicos de assistência à saúde e promoção da cidadania, realização de seminários e encontros regionais entre profissionais do sexo, destacando o I Seminário Nordestino de Sustentabilidade das Ações para Profissionais do Sexo, realizado em dezembro de 2004 em parceria com os Programas Nacional, Estadual e Municipal de DST/Aids. Nesse evento, a ASP participou de uma mesa intitulada *Organizações de prostitutas: experiências que deram certo*.

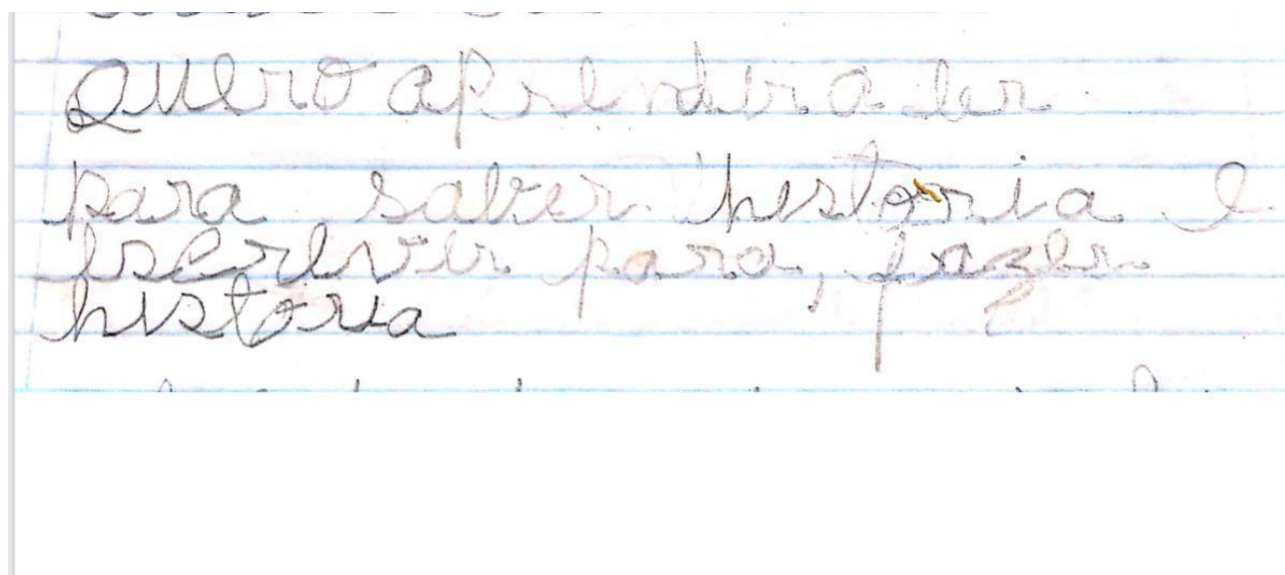
O evento chamou a atenção para a realidade das organizações que fazem parte do terceiro setor, colocando em foco o aumento do seu número e o conseqüente acirramento da competitividade para obtenção de recursos. Valorizou-se também a busca da visibilidade através de espaço na grande mídia. Candelária falou da violência que as mulheres sofrem e mencionou que a resposta a esse fato foi a criação do Centro da Mulher Violentada. Citou também sobre o papel da imprensa na denúncia da violência. Ao falar sobre a situação social

das mulheres, fez referência à situação de trabalho das prostitutas que são trabalhadoras e que não têm renda comprovada, de como ela atua para fazer as mulheres “mostrarem a cara”, do treinamento e acolhimento das profissionais do sexo e dos trabalhos nos municípios. Afirmou ter dificuldades com a polícia militar e ponderou:

Não somos coitadinhas, não precisamos ser carregadas com as mãos. Somos uma categoria organizada e responsável pela melhoria da qualidade de vida. Em Sergipe temos buscado ocupar nosso espaço, estamos atuando no Conselho Municipal e do Conselho Estadual de Saúde, temos levantado a pautas referente às estatísticas de gravidez, aborto, Aids entre as mulheres prostitutas. (Relatório de atividades da ASP)

Pelo discurso de Candelária, percebe-se o engajamento da ASP em torno das questões relacionadas à representação da categoria em espaços políticos destinados à promoção de políticas públicas. Essa articulação demonstra a força desse grupo que cria articulações e sabota a política de morte. Observamos que produzir fissuras para constituir a vida era o objetivo de Candelária que apesar de analfabeta, quando começou a ler e escrever dizia:

Figura 10 – Caderno de alfabetização de Candelária



Fonte: Acervo da ASP (2002)

A imagem acima retrata o caderno de alfabetização de Candelária. Nele, há uma frase que pode inicialmente representar todo o seu desejo enquanto pessoa e enquanto fundadora da associação. “Quero aprender a ler para saber história, escrever para fazer história”. Assim, essa frase retrata tanto um desejo por conhecimento, a partir da alfabetização, quanto por transformar

a realidade em que vivia. Isso a moveu a construir as práticas da ASP estudadas na presente pesquisa. A insurgência da decolonialidade aparece em seus desejos mais primitivos. Esta “insolência” de uma pessoa que deveria, para a sociedade, ser excluída, denota o desejo decolonial e insurgente de transformação (Ballestrin, 2013). Um desejo de mudança tem relação intrínseca com acreditar no poder da educação.

A escrita de Candelária no seu caderno mostra o interesse pelo aprendizado que lhe daria maior condição para superar o desconhecimento. Para tanto, voltar a aprender a ler e escrever requer também o desejo de deixar também sua memória escrita. As conversas com Candelária foram chave para entender o lugar dessas mulheres, que parecem construir suas histórias de vida driblando exclusões e preconceitos diversos, que terminam por colocá-las num lugar de mulheres de menor valor. Acreditamos que ler e escrever para ela significava subversão e superação, logo, isso faz lembrar de Freire, a respeito da educação como prática de liberdade. Ao ler a frase “Quero aprender a ler para saber história e escrever para fazer história” imaginamos a força e liberdade produzida pela educação na vida dos sujeitos que vivem a opressão social, herdeiras do analfabetismo e da violação de sua dignidade humana.

A nota no caderno de alfabetização de Candelária expressa o seu desejo de aprender para escrever sua história, isso é, na verdade, uma afirmação do direito de falar por si e seu reconhecimento como sujeito que faz história, como nos ensina Paulo Freire, isso diz também de “[...] processos educativos gestados nas práticas da prostituição e de militância na busca por direitos e pela autodeterminação” (Sousa, 2018, p325). Candelária viveu e promoveu a liberdade. Ao se organizar politicamente, e falar sobre si, ela demonstra sua capacidade de agenciamentos e valida as ideias defendidas pelo putafeminismo.

Por isso olhamos para as ações cunhadas por Candelária como uma reafirmação de si, ao perceber isso lembramos das pedagogias freiriana que nos alertam sobre a liberdade, autonomia, engajamento e protagonismo dos sujeitos. Quando ela diz “quero aprender para escrever a história”, acreditamos que ela estava falando da sua história, certamente ela trazia para si a educação enquanto ato político que poderia modificar sua vida junto às lutas pela autodeterminação das prostitutas.

A construção social e política de Candelária impacta na autonomia e afirmação do protagonismo político das prostitutas na ASP. Nos relatórios de atividades da associação evidenciamos os gritos dessas mulheres nas ruas de Aracaju- SE, lutando e escrevendo suas histórias. Quando voltamos nosso olhar para as pedagogias tecidas por Freire, temos pensando o movimento social de prostitutas enquanto movimento libertador onde mulheres fraturam a lógica colonial e assumem-se enquanto sujeitos.

Candelária não possuía nenhum tipo de instrução formal, era uma mulher que pode ser considerada como dentro do espectro do analfabetismo. No entanto, usou do seu saber, que vai além das expectativas formais e normativas, um saber nascido nas ruas e nos bordéis, para, com o auxílio de personalidades sergipanas (sendo muitos seus antigos clientes), criar a ASP. Ela tinha um desejo que a moveu ao desconhecido em busca de produzir e torcer a ordem social. Como já mencionamos, chegou a ser presa diversas vezes por sua insubmissão. Isso ilustra como o saber pode e é construído também a partir das experiências vividas (hooks, 2017). Ao longo da existência da associação encontramos Candelária militando em prol da sua vida e daquelas que viviam em contexto semelhantes.

O que me induziu a trabalhar com essas mulheres foi o aumento da Aids entre as prostitutas. Os estudos apontavam que o número estava aumentando entre as mulheres. Eu sabia que uma associação poderia ajudar a vencer a doença. Quando eu trabalhava como prostituta, eu tinha medo de pegar essa doença, porque eu sabia que não teria o tratamento. (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019).

Ela dizia que tudo aconteceu com muitas dificuldades, pois no início algumas não confiavam que iria dar certo, mas outras reuniam-se com muita vontade de participar por ser algo novo. Além disso, não conheciam nada sobre seus direitos e prevenção e gostariam de saber. O movimento de prostitutas no Brasil fortalece a organização dessas mulheres em torno da sociedade, já que na vivência da instituição eram ensinadas sobre os contextos teórico-práticos que cercam a vida. E, como em todos os estados do Brasil, o trabalho com as organizações de prostitutas começa a se ampliar em razão da preocupação com a Aids. No combate à proliferação do HIV/Aids, a atuação de ONGs e de associações de prostitutas emerge como movimentos sociais que auxiliam na organização de políticas públicas.

Em Sergipe, as prostitutas organizaram-se na associação. Neste processo de construção de um coletivo, as prostitutas se construíram como sujeitos sociais. A análise traz o entendimento de que o processo de organização da ASP, bem como a realização de ações na associação, tem colaborado para uma leitura crítica da realidade, artefato importante para o engajamento das prostitutas na luta coletiva. Isto acontece também nas questões que envolvem a saúde dessas mulheres, com ênfase nas ações voltadas ao combate e controle das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e do HIV/Aids. Na ASP as trocas que ocorriam no ambiente não eram sistematizadas por um currículo base, davam-se a partir das necessidades experimentadas como mais fundamentais, vide um dos grandes pontos de foco da ASP: a Aids e suas subsequentes pautas relacionadas aos direitos da mulher, direitos humanos, entre outras.

A medida em que temos manuseado os da ASP, percebemos marcas de um processo de construção de resistência e o uso da educação como ferramenta fundamental nesse processo. A pedagogia da ASP, então, mostrava-se como uma maneira de municiar as sujeitas para que conseguissem enfrentar a dureza de suas lutas. Assim, havia também um aspecto instrumental dentro dos processos educativos da associação. Não se tratava de uma instrumentalização acrítica, mas uma instrumentalização para a “batalha”.

O processo de educação também tem um quê de preparação para o mundo, para a condição de cidadania (Brandão, 1981). Uma preparação que a ASP realizava desde o seu surgimento, ao se constituir como um espaço seguro para discussões, apoio mútuo e organização para resistir às pressões exercidas sobre essas mulheres pela sociedade. Constituíam-se como um espaço em que essas mulheres poderiam existir sem preocupações, julgamentos e ameaças. No entanto, tudo isso foi construído por meio da organização e da luta política, algo fundamental para resistir (Sousa, 2017).

Assim, a imagem abaixo retrata justamente um processo de convocação para a luta. O “Previna-se Mulher” é um dos grandes projetos educativos e políticos realizados pela ASP e é retratado aqui como um exemplo de suas diversas facetas educacionais e institucionais. Tratava-se de um programa que realizava ações de educação sexual com as prostitutas e com a população de mulheres em geral. Para além disso, alertava para os perigos do machismo, assim como as violências físicas, psicológicas e sexuais. Eram distribuídos panfletos que, além de convocarem à luta, possuíam conteúdos direcionados tanto especificamente para as prostitutas como para as mulheres como um todo.

O projeto “Previna-se Mulher” foi um dos mais significativos da ASP, tendo durado por muitos anos, possuindo muitas edições e versões, inclusive uma versão infanto-juvenil intitulada “Previna-se Menina”. Isso retrata a atuação da ASP também com o público infanto-juvenil e, conseqüentemente, aproximando-a de processos educativos mais tradicionais e ligados às instituições escolares.

Figura 11 – Projeto previna-se mulher



Fonte: Acervo da ASP (1995)

Tratou-se de um projeto que, por um lado, trazia guias explicativos impressos com diversos conteúdos relacionados à prostituta e à mulher e, por outro, fomentava a luta pelos direitos de todas as mulheres da sociedade, educando-as a fim de atingir esse propósito. Os conteúdos direcionados especificamente para as prostitutas versavam sobre questões do fazer da prostituta, sendo alguns exemplos: como se portar no exercício da profissão, como cobrar pelos programas, como se prevenir de agressões e violências diversas, além de como prevenir DSTs, ou seja, uma cartilha que produzia e incentivava que as prostitutas pudessem se conscientizar do seu fazer, dos seus prazeres, mas também das suas dores e dos seus muitos perigos.

Ocorre então o que Sousa (2014) aponta dentro das práticas educativas presentes na prostituição: a alternância entre o medo e a ousadia. O medo, ligado às diversas opressões que essas mulheres podem sofrer e a ousadia, pois afirmam um modo outro de serem sujeitas, para além de expectativas sociais sobre como as mulheres devem se portar (Diniz; Mayorga, 2018). É a partir dessa junção de afetos que as construções educativas eram realizadas. Eram acolhidas todas as manifestações, seja as que entendiam a prostituição como uma profissão como qualquer outra, seja as que a entendiam como um intenso sofrimento, como opção para a sobrevivência. Uma educação que consiga atingir todas as pessoas precisa se abrir para o que aparece, sem pré-julgamentos e com acolhimento às diferenças presentes no espaço em que se dão os processos educativos (Sousa, 2016).

Já para as mulheres, de uma forma geral, no projeto “Previna-se Mulher”, a ASP apontou diversos aspectos do que seria uma educação que considera aspectos do feminismo negro, utilizando-se de diversos recortes dentro do que academicamente denomina-se atualmente de interseccionalidade (Leme, 2020). Era comum nos documentos da associação encontrar convites feitos para Candelária e para a associação para participar de eventos feministas pelo Brasil afora. Além disso, havia a presença de livros feministas, além de livros que tratavam de questões raciais. Vale apontar que muitos dos autores desses livros os entregaram pessoalmente a Candelária, sendo possível perceber, em alguns exemplares do acervo, dedicatórias a ela. A atuação da ASP estava integrada em questões que, inclusive, estavam antenadas com as discussões teóricas e sociais da época de sua fundação, entre o fim dos anos 80 e o início dos anos 90 (Guerra, 2019). Logo, havia um recorte, mesmo que informal, que considerava a sociedade como um todo, e a explicitação dessas contradições e opressões sociais eram parte fundamental do processo de aprendizagem.

O cartaz acima era usado na divulgação do Projeto *Previna-se mulher*, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde, criado no ano 1995, com financiamento do Banco Mundial. Esse projeto também foi financiado pela ação conjunta da UNESCO e Ministério da Saúde, e integrava as ações promovidas pelo projeto nacional de DST/Aids, que visava a redução e controle das doenças na população brasileira. Nesse mesmo ano foi montado um serviço no Posto de Saúde Dona Jovem²⁸ para atender gratuitamente às mulheres com doenças sexualmente transmissíveis, dando-as orientações sobre o tema. Candelária fazia parte do posto e marcava horas para os atendimentos e entrega de medicamentos.

Ao participar dessas duas ações, Candelária encontrou oportunidades de expressar as demandas que justificavam sua reivindicação por atendimento médico para a categoria e, representou a associação na Eco-92 e, no ano de 1994, recebeu do Ministério da Saúde o convite para liderar o Programa de Intervenção Junto às Prostitutas. Esse programa custou cerca de 6000 dólares e atendeu 112 mulheres, que fizeram teste para detecção de HIV e receberam preservativos. Começaram a ser realizadas atividades que promoviam ações sobre o HIV, ainda cercado de muitos mistérios e preconceitos. Além disso, eram realizadas ações educativas e políticas. Nesse sentido também foi criado o Boletim da ASP²⁹.

²⁸ O posto de saúde foi criado em 1995 localizado no bairro industrial.

²⁹ Com a mudança da instituição e com precariedade da preservação do acervo só restam dois números do boletim, com isso não temos mais informações sobre o destino dos demais exemplares.

Figura 12-Boletim da ASP ed. 07



Fonte: Acervo da ASP (1999)

Na imagem acima podemos observar informações sobre a chegada da camisinha feminina e a orientação sobre seu uso por meio de figuras e textos. Segundo a vice-presidente da associação, esse material era distribuído tanto para as prostitutas como para a sociedade em geral. Portanto, era um dos espaços de divulgação da instituição. Nesta edição de nº07 era abordado sobre o *projeto previna-se mulher* já mencionado acima. Além disso, encontramos no boletim informações referentes ao cronograma da ASP que pretendia, naquele momento, realizar uma campanha anual permanente para “conscientizar um mínimo de 1.122 mulheres das que trabalham nas ruas de Aracaju e em outros municípios que se somarão aos 420 agentes multiplicadoras de informação, capacitadas ao longo dos nove anos de trabalho desenvolvido com as mulheres” (Boletim da Associação sergipana de prostitutas, Aracaju, 1999, ed. 07, 20 de outubro). Em um grupo marcado pelos ensinamentos voltados à luta por direitos e prevenção, os saberes emergem e circulam nesse movimento, passando um para outro. É dentro dos movimentos que elas trocam experiências e conhecimentos, “[...] neste processo se aprende, se troca, se constrói saberes de existência, autonomia e cidadania” (Silva, 2021, p.211).

Pelo conteúdo abordado no boletim, percebemos que a circulação desse material permitia criar espaços de diálogo com as prostitutas sobre violência e as estruturas sociais opressoras que naturalizam e reproduzem essa violência. Pelo empoderamento dessas mulheres pelo acesso ao conhecimento sobre os dilemas enfrentados, produz-se saberes que emergem na

experiência vivida. Vale lembrar que a ASP atuou em um momento em que a Aids proliferava e produzia ainda mais o preconceito com as “mulheres da vida”, o que tornou muito necessária a associação. As prostitutas eram consideradas dentro de uma lógica de não-humanidade, um mecanismo típico da colonialidade e uma justificção para a barbárie (Lugones, 2014). A associação surge no contexto, em uma ausência de ações efetivas do Estado em prol dessas mulheres, que esquecidas, estavam adoecendo e morrendo de diferentes tipos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Na compreensão da educação não restrita ao espaço escolar, como processo de formação que se dá, nos saberes construídos, nos ensinamentos e aprendizagens compartilhados, reconhecemos infinitas possibilidades de estratégias de enfrentamentos que são ensinadas e aprendidas na convivência coletiva. A edição de nº08 do boletim da ASP, distribuído no ano 2000, apresentava os números de atendimentos realizados.

Desde a sua fundação foram realizadas 311 palestras; 64 oficinais de sexo seguro, autoestima, higiene pessoal e direitos humanos; 06 seminários; campanhas educativas; 402 intervenções em campo; além de 298.496 preservativos distribuídos as associações; ao todo 2.889 mulheres foram atendidas por nós; formando 417 multiplicadores de informação das quais 77 se tornaram capazes de ministrar palestras, promover “work-shops”, campanhas educativas, oficinas e muito mais. (Boletim da Associação sergipana de prostitutas, Aracaju, 1999, ed. 08, janeiro a maio)

Sobre esses multiplicadores, a vice-presidente da instituição informou que esse trabalho era realizado apenas pelos funcionários da ASP. As associadas recebiam formação para fazer orientação e ser multiplicadoras de informações. Ao pensar sobre a vida da prostituta, nos deparamos com os processos educativos que emergem dentro do próprio movimento e que são construídos na convivência (Sousa, 2015). Em vista disso, verificamos nessas práticas pedagógicas uma perspectiva emancipatória e crítica nos revelando como o movimento de mulheres prostitutas tem e teve influências consideráveis nessas outras pedagogias. Na esteira de Nilma Gomes (2020) podemos compreender um movimento social como educar, pois, é um ator coletivo e político que reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações sociais. Em outros termos, um movimento social é educador por sua potência de organizar:

[...] o seu legado epistemológico intrínseco, como produtor de um tipo específico de conhecimento: o conhecimento nascido na luta. Um conhecimento que quanto mais se consolida, mais tem a capacidade de transformar a sua própria forma de perceber e interpretar os problemas que motivam a sua luta. Um conhecimento que se organiza na forma de produção

intelectual e de práticas políticas, sociais e pedagógicas (GOMES, 2020, p. 364).

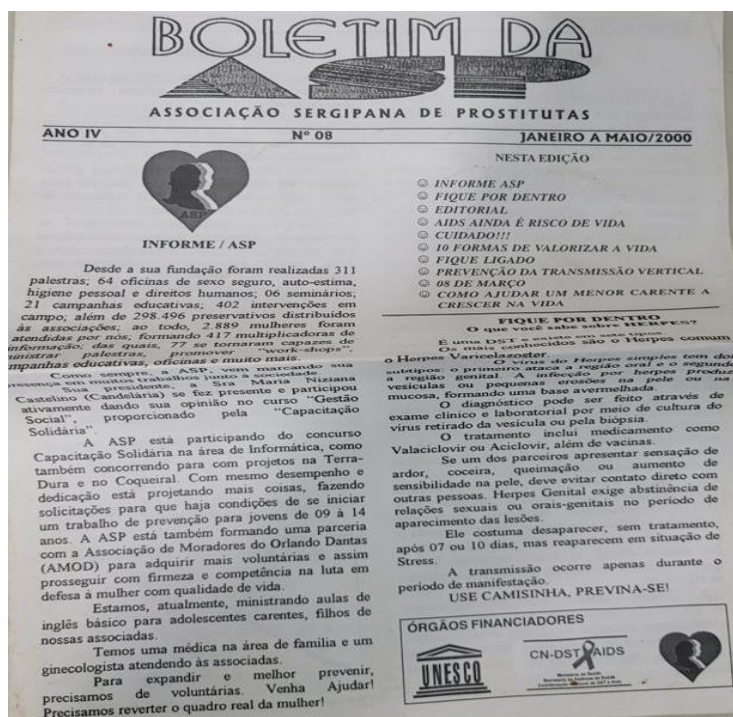
Ao se organizar em torno de movimentos com pautas sociais e políticas necessários para sobrevivência, os sujeitos têm a oportunidade de aprender sobre saberes emancipatórios que podem ajudar a reagir diante do contexto de colonialidade que decorre da história brasileira. Partindo do pensamento decolonial tudo isso nos inquieta a pensar no protagonismo do movimento das mulheres enquanto espaços de aprendizados decoloniais.

Como já mencionamos ao longo da história, é possível identificar grupos que compõem a sociedade, mas que acabam enquadrados em um grau de invisibilidade e de rejeição social e moral e, entre eles, o das prostitutas. Criticar os profissionais do sexo é a face mais real de uma sociedade hipócrita, pois o Brasil é o país que mais consome produtos pornô.

Como todas as populações que sofrem violências, elas desenvolvem diversos mecanismos possíveis para a construção de um processo de resistência (Sousa, 2015). Nesse contexto de exclusão, as estratégias organizativas de grupos oprimidos, quando se organizam em coletivos, tendem a incluir o uso da educação, mesmo que considerando-a a partir de uma perspectiva informal. Uma educação como meio de se produzir e se transmitir saberes educativos e, conseqüentemente, saberes transformadores (Soares; Costa, 2019). Tais práticas educativas se mostram fundamentais em processos de transformação social. Observamos mais uma vez na redação do boletim abaixo a inclusão de conteúdos sobre ISTs, reafirmando o compromisso com o combate à pandemia vigente e o sentido educativo da associação.

Pelos documentos percebemos como a ASP se constituiu enquanto uma instituição. Tratou-se de um movimento heterogêneo e abrangente que, por várias frentes, usou de artifícios pedagógicos em vias de buscar uma educação transformadora e transgressora (Hooks, 2017). Isso reafirma que a constituição da ASP se deu a partir de um momento conturbado, principalmente por conta da epidemia do HIV/AIDS, e foi expandindo seu leque para atuar com prostitutas em diferentes contextos e ambientes.

Figura 13 –Boletim da ASP ed. 08



Fonte: Acervo da ASP (2000)

O documento acima traz um panorama geral de todas as atividades realizadas pela ASP até a data de sua publicação. Compreendeu 64 oficinas de sexo seguro, autoestima, higiene pessoal e direitos humanos, 06 seminários, 21 campanhas educativas, 402 intervenções em campo, além de 298.496 preservativos distribuídos às associações, 2.889 mulheres atendidas, 417 multiplicadoras de informação e 77 multiplicadoras capazes de ministrar palestras, *workshops*, campanhas e oficinas

A publicação desse boletim foi no ano 2000. A ASP, na época, havia sido fundada há 10 anos, ou seja, considerando que encerrou suas atividades apenas em 2020, ainda teve outros 20 anos de atividades. Não foi encontrado outro documento tão explícito quanto ao número de atividades realizadas pela associação quanto esse, logo, não é possível mensurar com exatidão numérica todas as atividades realizadas por ela. No entanto, a riqueza dos documentos é imensa, sendo importante ressaltar que foram feitos recortes específicos em uma curadoria que procurou destacar os principais aspectos da ASP. Logo, pode-se perceber o quanto esse número deve ser consideravelmente maior, tendo tido um impacto ainda mais relevante do que o mencionado nesse exemplo em específico.

O conteúdo do boletim era usado como estratégia importante no combate às ISTs. Os números altos de pessoas infectadas possibilitaram uma série de recursos públicos para a organização e fortalecimento dessas associações de prostitutas. As pautas sobre saúde pública

surgiram como um elemento indispensável para informar a necessidade de discussão dentro dos movimentos. Os movimentos de prostitutas, tanto em Sergipe como em âmbito nacional, participaram ativamente dos debates relacionados às políticas públicas.

É importante lembrar que, no Brasil, embora o movimento organizado de prostitutas tenha começado a se formar antes dos movimentos de luta contra a pandemia de Aids, elas sempre participaram ativamente da construção de políticas de prevenção junto ao ministério público (Prada, 2018, p.32).

Observamos que existe uma relação entre o movimento e a relação com as IST. Como já mencionado, além das coordenações estaduais e municipais de IST/Aids, as associações de prostitutas participavam também dos Conselhos de Saúde e se constituíram em executoras de numerosos programas e ações de prevenção da IST/Aids, implementadas pelas secretarias de saúde. Nesse período, especificamente no ano 1995, Aracaju vivia um cenário de alta dos casos de pessoas infectadas. Com o surgimento e disseminação rápida do HIV e aumento da incidência de outras IST, o preservativo passou a ser difundido como a principal forma de proteção e prevenção para essas infecções. Segundo Candelária, esse foi um período de fortalecimento das ações que envolviam as questões de saúde, como prevenções e tratamentos dessa doença. Para o médico e porta-voz do que se diz respeito a Aids no Estado, Almir Santana, disse que Candelária

É uma lutadora. Ela realmente procura lutar pelos direitos das prostitutas. Eu vibro muito quando via Candelária atuando nessa luta. Pelo fato dela servir de intermediária entre a Secretaria de Saúde e as prostitutas, por facilitar o acesso e compreender a linguagem e o cotidiano das profissionais do sexo. Juntos desenvolvemos um trabalho de conscientização sobre a prevenção de DST/Aids junto à Ongs como a ASP e o Gapa. Já que as prostitutas não freqüentam os postos de saúde para serem examinadas, vamos aos principais focos de prostituição em Aracaju – na rua Apulcro Mota no centro da cidade, e na Orla de Atalaia – onde as abordamos e cobramos que façam os exames. Além de se prevenir também. No interior do Estado o mesmo trabalho é feito. Porém, com a municipalização da saúde, cabe às secretarias de cada município o desenvolvimento de suas atividades. Mas formamos uma parceria e ajudamos sempre no que for preciso. (Relatório das atividades da ASP.)

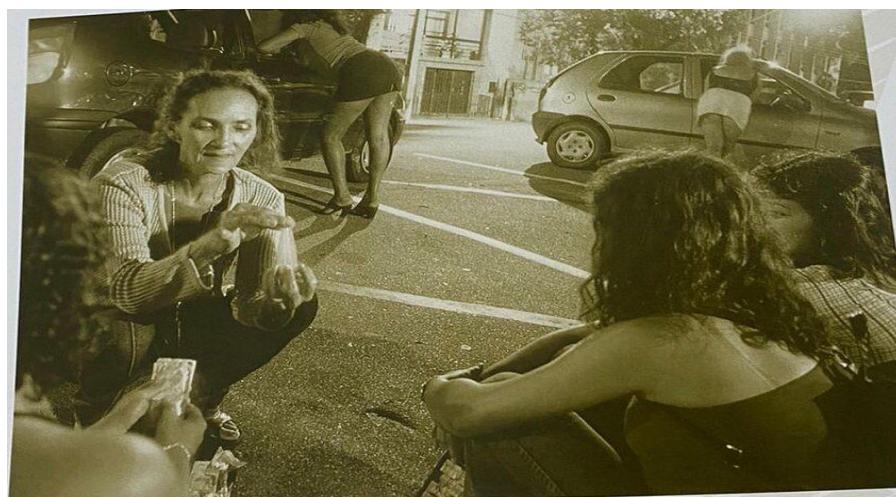
A parceria com esse médico visava distribuir preservativos e fazer campanhas de prevenção entre as prostitutas, para que fossem mais bem atendidas. Era o trabalho de educação em saúde realizado dentro da associação. Candelária já tinha experiência de cuidado, pois nas boates que trabalhava sempre cuidava das meninas. Ainda segundo o depoimento de Almir

Inicialmente, Candelária não tinha muitas informações de como fazer projetos, mas nós orientamos e mostramos alguns caminhos e opções como apoio do próprio Ministério da Saúde. A partir daí ela formou o grupo e começou a desenvolver as atividades. Ela não buscava defender apenas as

profissionais do sexo, mas a mulher em si, então ela sempre defendia os direitos das mulheres a assistência à saúde, ela sempre brigava por isso, que as mulheres no caso as prostitutas fossem bem atendidas. Então eu destaco que o ponto mais importante de Candelária é a força que ela tinha para defender essas mulheres. (CANDELÁRIA-Aquela que conduz a luz. Direção jade Leonardo Pereira Moraes. Aracaju. 2005.1 DVD. 55 min).

Com apoio do Ministério da Saúde, ela começou a articular medidas de enfrentamento à doença. Candelária representava a pessoa que fazia a mediação entre o estado e as prostitutas para a organização de ações no combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Assim, uma das ações de mais destaque da ASP foi a criação de um grupo com objetivo de orientar as mulheres sobre o cuidado com as doenças sexualmente transmissíveis.

Figura 14 – Foto das ações realizadas nas ruas de Aracaju



Fonte: Acervo da ASP (2000)

Essa imagem é de grande simbolismo para retratar o que vem sendo exposto até aqui. Ela mostra Candelária indo à rua e ensinando o uso da camisinha. Atrás, mulheres no exercício da prostituição. As prostitutas parecem escutar atentamente e, assim, aconteciam os processos educativos. Candelária, com seus saberes e experiências vividas, ensinando as prostitutas mais novas a como se proteger. Retrata uma prática educativa ligada ao cuidado e ao desejo intenso de prevenção e mudança.

Candelária atuava nas ruas de Aracaju para orientar as prostitutas sobre a importância do uso de preservativo. Essas ações eram realizadas em todos os espaços de trabalho das prostitutas. E ao chegar nos prostíbulos de Aracaju carregando uma sacola colorida cheia de preservativos, Candelária era recebida com festa. Segundo informações encontradas nos documentos da ASP, o órgão já distribuiu aproximadamente 300000 preservativos. Isso é na verdade uma prática educativa, construída na ASP pelas putas, semanalmente Candelária junto

às prostitutas andava a noite pelas ruas conversando com as mulheres sobre o uso do preservativo e o cuidado com o corpo, era uma educação feita na rua, entre elas, que residem nas trocas, nas orientações. Enquanto aguardava os clientes elas ouviam as orientações. Esses conhecimentos são formulações pedagógicas, elaboradas por mulheres nos seus espaços, que contribuem para a garantia de direitos. Por isso, apostamos tanto na potência das vozes dessas mulheres dentro de organizações de prostitutas, consideradas como lugares de luta e ressignificações das normas.

O Movimento de Prostitutas que se consolidou em Sergipe, assim como nos outros Estados do Brasil, caracteriza-se como um espaço feminino. No Brasil, desde o início das organizações de prostitutas, foram as mulheres que participaram efetivamente das ações. As formas de combater o estigma através do conhecimento sobre sua prática são como caminho para construir uma luta coletivamente organizada em direção de melhores condições de vida e cidadania, rompendo com a ideia de vítima que a clandestinidade lhes impõe. As ações pautadas na prevenção e cuidado com o corpo são estratégias importantes para o empoderamento.

Mesmo que no Brasil o exercício da prostituição não seja crime, a sociedade impregna nas mulheres da vida um aprisionamento subjetivo significativo (DINIZ; MAYORGA, 2018). Muitas são as ações sistematizadas que tentam invalidar as formas como as prostitutas se colocam no mundo, tais ações podem gerar sentimentos profundos de não-pertencimento, desvalimento, baixa autoestima, fatores esses que podem levar ao adoecimento. As prostitutas encontravam na ASP justamente um contraponto a essa realidade. Logo, as práticas que povoam a ASP dizem sobre caminhos ainda por se construir para a vida e sobre o cuidado ali produzido. Em outros termos, bem ali junto a processos de organização dessa instituição, existe um território de ensino, de organização de corpos, trazendo formas de ação e aprendizado.

Existem conflitos e tensões que permeiam o movimento das prostitutas. De um lado está parte da sociedade querendo manter as prostitutas confinadas e anular sua participação em qualquer esfera do espaço público; de outro, as prostitutas lutando para falar e serem ouvidas para adquirir o direito de cidadã. Ao conhecer o trabalho de outras associações, Candelária tinha a certeza de que unidas, e com uma associação formada, poderia melhorar muito a situação de violência por parte da sociedade e dos clientes a que essas mulheres estão submetidas nas ruas. Candelária representava o movimento de prostitutas de Sergipe e se aliava ao movimento de prostitutas do nordeste do Brasil. Nesse mesmo estado, aconteceu nos dias 08 a 09 de outubro de 2002 o I Encontro ASP de Profissionais do Sexo de Sergipe.

Figura 15- I Encontro ASP de Profissionais do Sexo de Sergipe



Fonte: Acervo da ASP (2002).

O evento fazia parte da organização do movimento aqui em Sergipe, sendo um dos momentos de maior visibilidade das ações coletivas de prostitutas no estado. Foi também o espaço para divulgar as atividades desenvolvidas e reconhecimento e luta. Objetivava tratar de questões relacionadas às mulheres em situação de vulnerabilidade. Contrapondo a condição de vítima, essas mulheres se reúnem desenvolvendo ações educativas e socioculturais que se configuram como estratégia para reivindicar seus direitos. Dentre essas ações destacam-se esse I Encontro ASP de Profissionais do Sexo de Sergipe.

O evento ocorreu no auditório da Secretaria de Estado da Ação Social e Trabalho e envolveu um diálogo tanto com profissionais do sexo do estado, quanto com membros da sociedade civil, de entidades que envolvem o cuidado com pessoas com AIDS, além de professores de universidades etc. na ASP, Candelária buscava, demarcar seus espaços e não se intimidava com pessoas ou entidades que porventura pudessem calar suas reivindicações. Vale destacar a foto de capa do cartaz, que possui um tom provocativo e sensual. Assim, Lugones (2014) afirma a necessidade das mulheres, em seu sentido plural e não universal, de romperem com expectativas sociais que a sociedade tem sob seus corpos e suas vidas. Muitas vezes, essas expectativas surgem com um falso pretexto de preservar um ideal do que seria o feminino.

De acordo com os relatórios de atividades da associação, esse encontro foi um momento importante para divulgar o trabalho executado na associação, além de informar aos usuários e a população a necessidade da execução de políticas públicas direcionados a essas mulheres. O encontro passou a fazer parte da agenda de atividades da instituição e contava com o apoio do

movimento de prostituta brasileiro, promovendo legitimação social a nível nacional. Além disso, o evento era o espaço para compartilhar saberes sobre os direitos sociais. Havia uma construção sistemática de conhecimentos que era transmitida, algo que caracteriza uma educação formal, mas, ao mesmo tempo, extremamente organizada. Assim, a partir de uma postura decolonial, é possível entender esses saberes sem diminuí-los ou desprezá-los (Walsh, 2009).

Esses conhecimentos aprendidos por essas mulheres contribuem nas organizações e mobilizações em espaços sociais diversos, com múltiplas pautas. As instituições ajudam desconstruir concepções excludentes, criando espaços para que elas possam falar sobre suas experiências, como foi a experiência do I Encontro ASP de Profissionais do Sexo de Sergipe.

Há muitos grupos, associações e Organizações Não-governamentais (ONGs) no Brasil que batalham na busca de tornar o exercício da profissão mais seguro para as mulheres.

Vale destacar também um outro projeto realizado pela ASP, o “Projeto Eu Me Adoro” que teve como objetivo reduzir as infecções causadas por DST/HIV/AIDS entre mulheres profissionais do sexo, através da educação por pares, promovendo o exercício da cidadania, a valorização da vida e a redução de danos no uso do álcool (ASP, 2004?). É notável como a própria instituição utilizava o termo educação por pares, explicitando sua relação com as práticas educativas. Essa iniciativa foi financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O “Projeto Eu Me Adoro”, em seu próprio título, enfatiza a resistência e o empoderamento feminino, além de destacar a autoestima como um ponto fundamental para a construção da mulher. No entanto, não uma autoestima ou um empoderamento que necessariamente se alinhe aos padrões coloniais (Araújo; Mattos, 2016).

Esses eventos faziam parte de metodologia de difusão das ações da ASP, e sobretudo, era uma estratégia de formação e orientação para as mulheres. No Brasil, nos anos de 1990, a reivindicação de direitos foi pauta dos movimentos de prostitutas que se organizavam, pleiteando o seu lugar social na sua história de vida.

A resistência, para muitos povos marginalizados, é requisito básico para a existência, para a sustentação da própria vida e na prostituição não é diferente. Considerando o contexto de constituição da ASP, é importante entender que o empoderamento feminino dos anos de 1990 foi ato de resistência, pois as mulheres enfrentam um cenário de invisibilidade, ainda maior que atualmente. Mesmo diante disso, a ASP trazia ações pedagógicas pautadas na luta por liberdade feminina, direitos sexuais e sociais. Outra questão que devemos considerar é que estamos falando de uma instituição composta por mulheres com baixa escolaridade e consequentemente com pouco acesso às informações. Na contramão, elas criaram brechas ao

trazerem para o movimento de prostitutas sergipano pautas que permitiram a construção de aprendizados outros. Muitas eram as estratégias para disseminar informações relacionadas à vida na prostituição, nesse sentido encontramos o *previna-se um guia de cidadania para as mulheres*

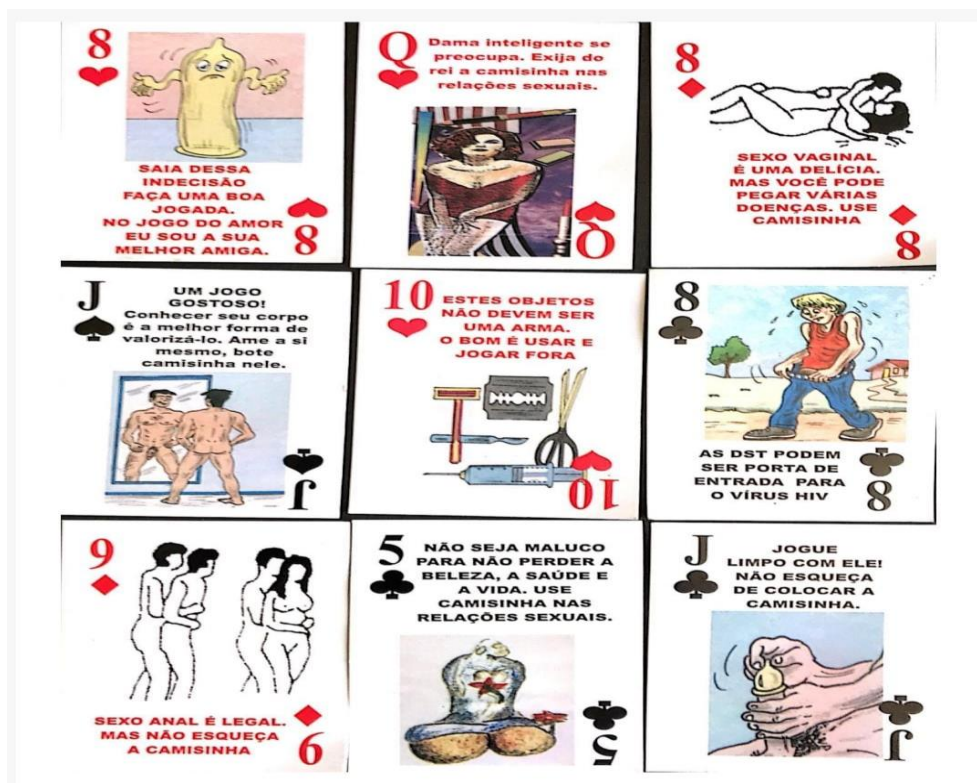
Figura 16- Capa do Guia Previna-se



Fonte: Acervo da ASP (2005)

O *previna-se* é um guia de cidadania para as mulheres e possibilita o acesso a informação sobre saúde, educação, segurança, justiça, entre outras garantias devidas, constituindo-se num instrumento para o exercício dos direitos que a ASP coloca à disposição na associação (Relatórios de atividades da ASP), esse material ficava disponível na associação e as mulheres podiam consultar diariamente para orientar sua prática “aquelas que não sabiam ler a gente sempre lia e explicava” (entrevista). Outro método usado para orientar as mulheres que não sabiam ler era o *baralho de prevenção em DST/AIDS* elaborado e publicado com financiamento do ministério da saúde.

Figura 17- Baralho de prevenção em DST/AIDS



Fonte: Acervo da ASP (2005)

Conforme os Relatórios de atividades da ASP, tudo era pensado de uma forma que alcançasse todas as assistidas da associação, muitas eram as metodologias para ensinar sobre as DST's. Além do uso da camisinha, que colaboraram para a sua segurança, o baralho traz, de forma didática, por meio tanto de escrita como de imagens, orientações de como se prevenir, sendo que "o barato dele é que quem saber ler olha as imagens e já vai entendendo, a gente também explica" (Candelária, entrevista concedida em outubro de 2019). Cada carta do baralho traz uma informação e uma imagem ilustrativa, ambos relacionados à prevenção a IST.

Como já mencionamos, na associação são discutidas questões que envolvem os direitos humanos, a cidadania da prostituta e a luta pela conquista das mulheres na vida social. No "documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS", que faz parte do material didático utilizado na ASP, encontramos uma discussão importante sobre a luta por garantia de direitos e cidadania das prostitutas que são excluídas do mundo social e dos espaços políticos.

Diante disso, categorizamos as ações realizadas em atividades de combate violência; práticas de Autocuidado, saúde, empoderamento, educação, trabalho e direitos sociais e sexualidade puta. Como ações educativas organizadas por Candelária na ASP, identificamos as rodas de conversa, palestras, oficinas temáticas, além da atuação nos espaços políticos, construção de notas e cartas de repúdio, desenvolvimento de materiais informativos,

manifestações nas ruas de sergipe e eventos socioculturais como é o caso da *exposição jovens saudáveis* organizada em 2003.

Figura 18- Exposição jovens saudáveis



Fonte: Acervo da ASP (2003)

O evento era direcionado para o público jovem e tratava especificamente das doenças sexualmente transmissíveis, a participação da ASP fazia parte das estratégias criadas por Candelária em busca de visibilidade, para ela esse era uma oportunidade de mostrar o trabalho realizado na associação, de acordo com o Relatório de atividades da ASP, a exposição era organizada pelo estado, mas a ASP ganhou o destaque. Isso demonstra que mesmo tendo suas pautas específicas, na ASP a luta era pela saúde da população como um todo. Assim, o movimento de prostituta sergipano educa e suas práticas educativas decoloniais se espalham para diversos espaços da sociedade. Nessa exposição, Candelária foi uma das palestrantes.

Figura 19- Candelária na exposição jovens saudáveis

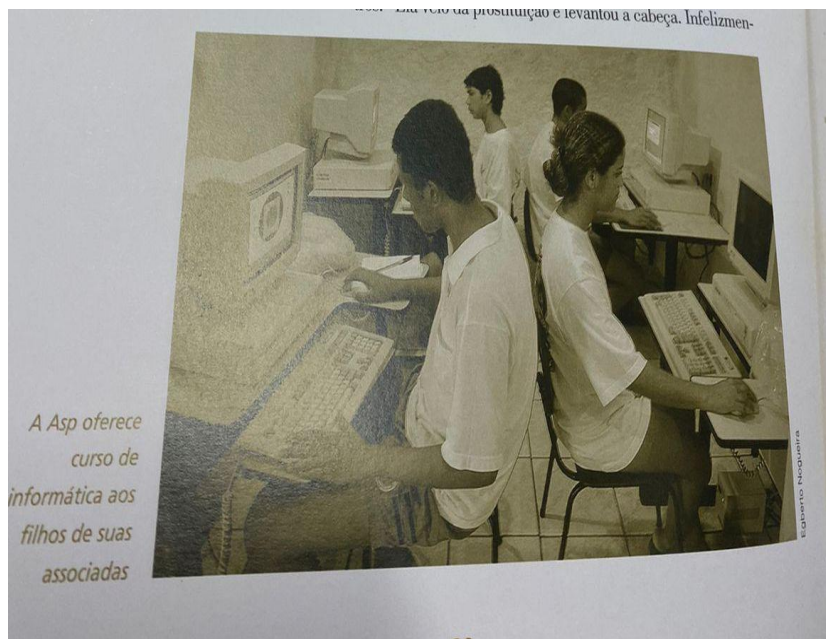
Fonte:
Acervo da
ASP
(2003)



Candelária aparece na foto acima ensinando sobre o uso do preservativo, tais orientações já aconteciam na associação, pois dentro de uma diversidade de assuntos elas buscavam produzir conhecimentos sobre temas que cercam suas vidas. A ASP fez parte desse movimento promovendo o debate em torno do protagonismo no âmbito da vida prostituta. Nesse espaço, as mulheres criam brechas e sabotam o sistema normativo que tenta silenciá-las. Desse modo, a ASP foi também o lugar de produção de existência outra, já que é nesse espaço que elas podem falar e serem ouvidas. Os saberes e formulações pedagógicas elaboradas por mulheres nos seus espaços contribuem para a garantia de direitos. Por isso, apostamos na potência da organização de prostitutas como lugar de luta e ressignificações das normas.

Percebendo a necessidade de algum avanço em prol destas, Candelária decidiu lutar pelos direitos das prostitutas, resultando na criação da ASP. Assim, foi reconhecida nacionalmente pelo trabalho audacioso na luta contra o preconceito e a discriminação da classe. Para tanto, Candelária percebeu que era preciso buscar algum tipo de respaldo legal e direitos para que estas mulheres tivessem perspectivas quanto ao futuro. A ação coletiva empreendida pelas prostitutas, imprime significados para a vida das mulheres. A participação na associação tem possibilitado mudanças na vida delas, como conhecimentos a respeito da cidadania e sua própria existência.

Sobre as condições de trabalho, é possível apontar também a melhora no relacionamento com a polícia e com os clientes, no que diz respeito a violência e o respeito quanto aos acordos previamente estabelecidos para a prestação do serviço sexual. Constatamos, contudo, que apesar das lutas e das mudanças, é necessária ampliação das ações da Associação para que possa atingir maior número de prostitutas. Pelos documentos da associação, observamos que o trabalho da ASP não se restringe apenas à prevenção, mas também oferece cursos de artesanato, culinária, informática, entre outros. Além de afirmar a possibilidade de as prostitutas serem quem são, a ASP também disponibilizava oportunidades para aquelas que desejavam sair da profissão. Eram ofertados diversos cursos profissionalizantes, seja para elas ou para seus filhos, que facilitavam o desenvolvimento de habilidades que poderiam levar a outras possibilidades de emprego. Um dos exemplos é a parceria desenvolvida pela ASP com o sistema S: Senai, Sesi, Senac e Sesc, que promovia cursos dessa natureza. Foram encontrados nos documentos cursos de garçom, recepcionista de hotel, entre outros.

Figura 20 - Foto Cursos profissionalizantes

Fonte: Acervo da ASP (2000)

A imagem acima mostra os alunos participando das aulas de informática básica. Os cursos eram oferecidos não apenas às prostitutas, mas também aos seus filhos, acolhendo de forma ampla toda a família, o que auxiliava na construção de uma base familiar. O planejamento familiar e apoio psicológico também estavam inclusos na organização.

Outro exemplo de cursos ofertados pela associação também era o dos voltados para a própria prática da prostituição. Um dos documentos encontrados revelou que a ASP realizava cursos de corte e costura para as prostitutas a fim de desenvolver nelas a habilidade de construção de roupas e lingerie que se mostrassem de forma mais sensual para suas práticas. Além disso, as mulheres que eram capacitadas pelos cursos fornecidos pela ASP podiam exercer seus trabalhos na própria instituição. Além disso, haviam cursos ligados à estética, como cortes de cabelo e manicure. Todos eles poderiam ser exercidos enquanto profissão dentro da própria ASP, sendo possibilitado às prostitutas a prestação desses serviços. Possibilitava-se, dessa forma, a experiência de outra fonte de renda. Eram ofertadas ainda aulas de inglês para os filhos das prostitutas, cursos de capacitação em informática, dentre outros, fato que ilustra uma atuação da associação também com as famílias envolvidas em seu núcleo de apoio.

Destaca-se que o financiamento recebido pela ASP, por órgãos nacionais e internacionais, era frequente. É comum achar documentos que comprovavam financiamentos pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela já mencionada UNESCO, pelo Ministério da Saúde, pelo Governo de Sergipe, a Câmara dos Deputados e a Prefeitura de Aracaju. Além

disso, havia outras instituições que realizavam parcerias com a associação, sendo possível destacar, principalmente, a Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA), que tem participação/cooperação em muitos documentos e ações da ASP.

Como observamos, suas ações eram centralizadas na Educação, Assistência, Direito e Saúde. Sergipe por muitas vezes foi destaque de luta pelos direitos das profissionais do sexo por meio da ASP, sendo que Candelária fora homenageada em todo o país pela luta em combate à violência contra a mulher. Através do seu trabalho, a associação foi premiada, no dia 01 de novembro de 2000 pela revista Cláudia.

Figura 21 - Foto do prêmio Cláudia



Fonte: Acervo da ASP (2000)

Na fotografia acima observamos a placa emoldurada. Esse quadro fazia parte da decoração da associação que, segundo Candelária, a premiação representa o reconhecimento nacional da ASP. Juntamente à publicação na revista, a instituição ganhou um valor em dinheiro, sendo usado para execução de ações. A vida de Candelária também rendeu um livro, publicado em 1989 pela secretaria estadual de cultura intitulado *Tipos populares: “Candelária, uma mulher da vida”*. Além desse livro, foi feito um documentário que contou sobre sua trajetória, na tela pode-se ver relatos de amigos, de pessoas públicas, de colegas de profissão, somando com imagens do acervo fotográfico e de relatos da própria Candelária.

Figura 22 –Fotos do filme

Fonte: Acervo da ASP (2005)

As imagens acima foram retiradas do documentário *Candelária- aquela que conduz a luz*. A partir da história de vida de Candelária o documentário mergulha no cotidiano e nos dilemas da prostituição. A vida de Candelária é entrelaçada ao movimento de prostitutas de Sergipe. A carreira de militância atravessa configuração da ASP enquanto movimento social que faz importantes articulações em todo estado, ou seja, a trajetória pessoal de Candelária mostra as condições conflituosas nas quais o movimento de prostitutas se constituiu em Sergipe e revela como se organizam as ações da instituição. Evidenciamos, ao longo da pesquisa, a potência de Candelária na constituição da associação, mediante as práticas institucionais desenvolvidas dentro da instituição, elas podem ser observadas nas suas redes e círculos sociais percorridos na organização de prostitutas.

Ao longo do texto, apresentamos materiais informativos como panfletos e cartaz que trazem a foto de Candelária. Entendemos o uso da sua imagem como uma reafirmação da sua identidade enquanto prostituta e militante. A investigação produz o entendimento de que o uso da própria imagem na associação é uma maneira dela se colocar como mulher que vem falar sobre a prostituição, ou seja, a imagem da ASP é a própria Candelária que, ao se identificar como prostituta, coloca sua representação na associação. Ao se apresentar dentro dos materiais de divulgação da instituição, ela mostra a associação pela própria imagem, trazendo sua identidade. Portanto, a ASP era indissociável de Candelária.

Ela sabia da importância da sua imagem na ASP e, a partir da sua vivência com as prostitutas, Candelária entendeu o seu lugar na vida delas. Essas mulheres ao ver a figura de Candelária e tudo que ela representava em relação a subversão tem a oportunidade de enxergar em outra pessoa a possibilidade de ser prostituta e ser cidadã, ou seja, através de Candelária, elas percebiam que podiam ser elas mesmas.

É por isso que apostamos na força dessas mulheres dentro da organização de prostitutas, é nesse espaço que elas fraturam a lógica e constroem suas histórias de vida enfrentando o preconceito que as põem no espaço de marginalização. Esses são lugares que permeiam os processos de subjetivação feminina. Ao longo dos anos, a prostituição é considerada como atividade que provoca as normas de sexualidade e de gênero e, sobretudo, as perspectivas construídas para o gênero feminino.

No entanto, embora tenha uma história inspiradora, Candelária revelou que a discriminação sempre existiu, porém ela não escondia o orgulho em falar de sua trajetória. A militante deixou de legado um grito, ainda sufocado, de protesto quanto a hipocrisia social. Segundo Candelária, a própria razão pela qual a organização foi criada está ligada a uma história de resistência das prostitutas. Nessa perspectiva, a ASP é exemplo de prática decolonial de resistência, subvertendo preconceitos, estigmas. A sabotagem da norma possibilita diálogos de vida, sobrevivência, acolhimento, saúde e construção de diferentes saberes (Walsh, 2009). É espaço contra hegemônico, de comunhão em prol da existência porque é dentro desse movimento que elas aprendem sobre seus direitos, de resistir a toda forma de violência.

Vale mencionar também que Candelária sabia usar sua rede de sociabilidade, com isso criou diálogo entre a ASP com instituições educativas formais. Um exemplo foi a realização do “I Seminário ASP de Prevenção em DST/AIDS e outras drogas”. Os palestrantes foram divididos entre prostitutas e pessoas da academia. Isso demonstra a capacidade da ASP de também organizar um pensamento formal em torno das temáticas com as quais trabalhava. De acordo com Mignolo (2017), levando em conta o domínio e a subversão epistemológica dos povos oprimidos frente aos saberes do opressor, deve-se realizar um movimento de ruptura e de ocupação de espaços antes negados. A associação chegou até mesmo a ministrar cursos formativos para profissionais e voluntários no combate à AIDS/DSTs. Nos documentos foram encontrados certificados para o curso “Multiplicadores de Informação em DST/AIDS”, realizado com apoio do Ministério da Saúde.

5. ASP, LUTA, MOVIMENTO DE (RE)EXISTÊNCIAS E PEDAGOGIA PROSTITUTA: TRAJETÓRIAS SOBRE O COTIDIANO DA PROSTITUIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SABERES.

A mulher puta é Guerreira. É Guerreira. Sim, nós somos guerreiras, cedo temos que aprender lidar com a rua, com o mundo, com os clientes, porque a gente queria viver e ser livre, então tivemos que aprender uma com as outras sobre como a gente podia enfrentar a vida. (Bruna, Entrevista concedida em julho de 2022).

A fala de Bruna nos conduziu a pensar sobre as vivências das prostitutas e construir essa seção com objetivo de analisar, a partir das narrativas, os elementos das práticas de (re)existência, na configuração de saberes putas. Assim, buscamos descortinar as práticas sociais, sexuais, culturais e educativas que são desenvolvidas na socialização de experiências de mulheres prostitutas elaboradas de forma empírica.

Diante disso, nessa narrativa, a discussão versa sobre os saberes construídos pelas mulheres em suas trajetórias de vida. Trazemos um diálogo com as narrativas contadas pelas prostitutas durante as entrevistas para pensar como a Pedagogia Prostituta se configura na vida dessas mulheres e como ela é apropriada por elas. Nesse sentido, apresentamos aqui uma série de elementos presentes no contexto da prostituição: a inserção, a vida das mulheres na luta, aprendizados, a partir desta prática, relações e interações. A categoria Pedagogia Prostituta está presente em toda a discussão e problematização que as narrativas das prostitutas poderão provocar. Ao dialogar com as prostitutas, buscamos, também, pensar nas subjetividades de uma mulher prostituta, bem como nas formulações de saberes elaborados.

Buscamos “[...] conhecer além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões” (Hooks 2013, p.24) e, com isso, entender processos educativos gestados na prática da prostituição, na busca de direitos sociais. Para tanto, é preciso compreender um “[...] ensino que permite as transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação como uma prática de liberdade” (Hooks 2013, p. 24). Em consonância com a autora, as diversas opressões que transpassam as sexualidades precisam ser superadas. Na ação de re(existir) e questionar o poder vigente, elas produzem outras formas de existência, resistência e conhecimentos outros. Assim, evidenciamos a presença de práticas educativas na prostituição, a partir do diálogo com a perspectiva decolonial, tomando como base experiências das ações cunhadas por Candelária na ASP.

5.1 “Na rua a gente tem que ser muito mulher”: Saberes das putas

O ser humano é educado em diferentes dimensões sociais, na sua subjetivação dentro dos modos de ser e viver o gênero, o corpo, a sexualidade, a raça-etnia, a nacionalidade, faixa etária, etc. Todos nós envolvemos partes das nossas vidas com a educação, seja ao aprender ou ao ensinar. Esse aprendizado acontece dentro de diferentes práticas sociais e na vida da prostituição não é diferente. “Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (Brandão, 1985, p. 7). A educação é parte intrínseca da existência de todas as pessoas e grupos sociais diversos se utilizam dela para dialogar entre si, trocar conhecimentos e transformar realidades. Podemos evidenciar isso nas ações do movimento de prostitutas de Sergipe.

É a partir dessas concepções que enxergamos uma educação produzida nas vivências das prostitutas, tendo como meta o desejo de romper com conceitos formais da educação, pensando-a para além do processo formativo de um indivíduo dentro de um ambiente delimitado, geralmente pensado como a sala de aula. A educação é parte inerente do processo de constituição do sujeito social que é inserido no processo educativo desde que nasce e, dessa forma, consegue se desenvolver (Carrara, 2004). O saber sobre si e sobre o mundo permite, então, a construção de um sujeito cidadão capaz de pensar criticamente sobre sua realidade. Porém, nem todos os saberes são igualmente valorizados dentro de um contexto social. Há aqueles que são esquecidos, negados e execrados e os que são hipervalorizados como verdades únicas. Hierarquizar saberes é, então, produzir controle e poder (Miglievich-Ribeiro, 2014).

O processo de domínio pelo saber é o que é chamado, dentro das teorias decoloniais, de colonialidade do saber. Esse conceito é desenvolvido a partir da compreensão de que a dominação dos povos colonizados não se encerrou com o fim dos regimes coloniais, mas se manteve a partir de uma imposição velada sobre os modos de construção de saberes, existências e poderes (Candau, 2010). Assim, uma pedagogia realmente engajada com a destituição de um poder colonial que impõe modos únicos de pensar a educação e a produção de conhecimento assume o compromisso de um rompimento com tal pacto velado.

A partir dessa compreensão, dentro da constituição do cânone universal, há também os chamados “Outros”, os excluídos, os esquecidos e os renegados. Muitas vezes, os que não se encaixam nos paradigmas da sociedade e da ideologia dominante. Aqueles que têm seus meios de existência não só negados, mas muitas vezes impedidos de continuar a existindo (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014). Um exemplo dos constituintes dessa população é o das

prostitutas. No entanto, apesar de serem excluídas e renegadas, elas também produzem saberes (SOUSA, 2016).

Pensar em saberes outros é considerar que, na matriz epistemológica do mundo, existe um saber que rege e oprime todos os outros. Esse se chama saber colonial, que se impõe em diversos registros da experiência humana, seja em relação à experiência do conhecimento, dos modos de ser, dos modos de poder (Walsh, 2009). Consequentemente, essa economia de saberes molda as percepções tanto sociais quanto individuais quanto à epistemologia e ao saber. Delimita o que é válido ou não a partir de critérios cartesianos, positivistas, que muitas vezes desconsideram aspectos inerentes à realidade do povo.

Existem iniciativas que rompem com esse poder político e epistemológico a partir de resistências diversas e, mediante isso, afirmam seus modos de produzir conhecimento. A ASP é um exemplo disso. Nesse espaço, em uma organização coletiva das mulheres prostitutas, produz de forma empírica elaborações importantes para sua existência. Sobre as vivências dessas mulheres na associação, em entrevista, Bruna afirmou que

Quando fui convidada eles disseram que lá iria aprender muito sobre doenças sexualmente transmissíveis. E aí, no dia seguinte, eu fui à ASP e me apaixonei e fiquei indo, pelo menos, duas vezes na semana. E aí a Candelária me botava pra fazer coisas e aí quando dei conta já estava fazendo trabalho de campo. Na época o Ministério da Saúde exigia que as instituições que trabalhavam com trabalhadoras do sexo contratassem trabalhadoras do sexo porque elas tem uma linguagem única. A ideia era aprender e passar para as outras colegas. Com os projetos a gente tratava de assuntos importantes para a prostituta. Lá nós conhecemos a camisinha feminina, as coisas sobre doenças que podemos, pegar com o sexo sem cuidado. Foi Candelária quem chegou lá com a camisinha feminina, eu comecei a levar a camisinha para os programas. Sexo tem que ser seguro, afinal o nosso corpo e nosso meio de ganho. Foi lá que pela primeira vez eu ouvi falar em doenças sexualmente transmissíveis (Bruna, Entrevista concedida em dezembro de 2022).

Na ASP, as mulheres eram ensinadas a ser comprometidas com a disseminação de informações construídas em interlocuções diretas com as prostitutas assistidas pelas associações. Ao fazer isso, elas buscavam construir formas de socializar conhecimentos e coletivizar suas esperanças construindo (re)existência para a vida. O próprio cuidado com o corpo ao tratar das doenças sexualmente transmissíveis é um exemplo disso. Tais atividades dentro da ASP são um conjunto de práticas com uma dimensão de compartilhamento de saberes.

Ainda na fala de Bruna observamos que elas defendem a importância do sexo seguro. Isso se configura também como uma das formas de promover seus direitos sociais e sexuais, pois a prostituição é de ordem social e política. Um ato de fissura contra qualquer ato de poder e controle. Existe um jogo de saberes e poderes que marcam a sexualidade, tendo em vista que

a prostituição tem sido posta em debate, na maioria das vezes, em vias de uma intenção de higienização social. A ASP ressalta a prostituta para além desses desejos e promove sua agência perante as opressões. A própria organização social dessas mulheres dentro de movimentos de prostitutas produz modos de dizer não ao controle normalizador. Como assegurou Foucault, o ponto mais intenso das vidas “[...]é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele” (Foucault, 2015, p. 204). Queremos aqui pensar como estas vidas experimentaram o choque com o poder. Nesse sentido, observamos em suas narrativas como é latente a importância do fortalecimento das redes entre as prostitutas.

Evidenciamos que uma das estratégias utilizadas por elas é a união a partir de uma organização para o enfrentamento das adversidades. Dentro de um contexto de exclusão, olhando-as a partir de uma visão tradicional de educação, seria improvável imaginar que em meio a suas atividades profissionais houvesse práticas educativas ou transmissão de saberes. Porém, em uma perspectiva que considera a educação para além de espaços escolarizados, é possível perceber como na prática organizativa das prostitutas existem diversas dinâmicas educativas (Sousa, 2016).

Outro tema que aparece na narrativa de Bruna é a chegada da camisinha feminina na associação. Isso evidencia que um dos exemplos de atuação da ASP na produção de agenciamentos do feminino é o uso promovido e divulgado por ela da camisinha feminina, que sempre foi forte desde o surgimento dessa opção de preservativo. O estímulo e a prevenção pelo acesso ao preservativo feminino constituem-se como práticas de cuidado, ao mesmo tempo em que são práticas educativas. Ao enfatizar essa possibilidade, por meio da educação, se estimula também a própria noção da mulher como uma sujeita passível de escolhas, de desejos.

Além de constituir uma ferramenta de prevenção e proteção, significa empoderamento, pois as prostitutas podem ter o preservativo e utilizá-lo, independentemente da vontade do homem. Portanto, é uma prática de afirmação de si e negação da submissão ao masculino. Isso tem contribuído na superação das questões de gênero influenciadas pela sociedade patriarcal, que sempre promove o homem como dono do poder de decisão. As mulheres aprendem que a decisão pelo uso do preservativo pode ser delas. Nesse sentido, orientar as prostitutas, no que tange aos cuidados de saúde, é uma forma de criar resistência, pois empodera e impõe direitos sobre seus corpos. Nessas brechas, evidenciamos as mulheres em uma militância coletiva, pensando em formas de aprender e ensinar sobre aspectos que atravessam a vida prostituta, ou seja, nas brechas elas aprendiam sobre métodos para cuidar da saúde coletiva e, ao multiplicar as informações, disseminavam saberes que possibilitam a sua existência.

Ensinei todo o trabalho de multiplicadora de informação e assim foi. Candelária viu que eu tinha muito potencial e quando eu vim dar conta de mim eu já estava na ASP trabalhando. Vários projetos do Ministério da Saúde eu estava dentro. Fui vice-presidente da ASP. Eu trabalhei lá com Candelária por mais de 10 anos e depois surgiu um projeto: Projeto “Belas da Noite”. Tudo que aprendi foi importante para minha formação na ASTRASSE.(Bruna. Entrevista concedida em dezembro de 2022).

Bruna considera as experiências nas práticas da ASP um momento de aprendizado, pois teve contato com as pautas envolvendo a vida da puta e começou a buscar se inteirar mais sobre o funcionamento do movimento de prostitutas. Essa narrativa reforça uma preocupação em multiplicar as informações. Olhando esse relato, somos convocadas a valorizar o protagonismo do movimento das mulheres prostitutas nesses espaços de outras aprendizagens decoloniais com uma pedagogia prostituição de resistência alinhadas à decolonialidade do gênero. Elas geram outras possibilidades no campo da Educação, advindas dos movimentos sociais. Quando falam sobre a participação nas atividades da associação, percebemos o sentido pedagógico operando no coletivo, e sobretudo, nos modos de inserção delas nas ações. Essa é uma Pedagogia Prostituta coletiva que ensina modos de ser militante e ativista e promove outras vinculações para pensar a puta ativista, que quando se debruçam, constroem e inventam uma outra aprendizagem.

Assim, existe uma educação na prostituição e, por isso, a chamamos de Pedagogia Prostituta, que é impressa na vida das putas e está presente na forma como elas aprendem. Essa Pedagogia Prostituta compõe conhecimentos e aprendizagens que insurgem na organização de mulheres prostitutas, produzidos dentro do contexto de resistência, contra normatização de seus corpos e lutando pelos seus direitos sociais. Tal categoria emerge como um sinal de um projeto político-educativo. Ela é pensada aqui como uma metáfora que expressa um modo próprio do protagonismo de mulheres excluídas do mundo social que buscam a cidadania e lutam por garantia de direitos.

Nos documentos da ASP, observamos marcas de uma educação informal. Entre as atividades encontradas nos documentos, observamos a educação em saúde. Essa é entendida como um processo educativo que visa a compreensão da sociedade sobre temas diversos relacionados à saúde, aumentando sua capacidade de autonomia e inserção nesse tema (Falkenberg et al, 2014). Logo, é um processo de agenciamento da população, sendo seu alvo, principalmente, as comunidades menos favorecidas ou que sofrem algum tipo de violência. Nas práticas da ASP, a educação em saúde era realizada de diversas maneiras. Como já mencionado, eram ofertadas oficinas e palestras ministradas em parceria com diversos órgãos nacionais e

internacionais com o objetivo de orientar sobre as questões que envolvem prevenção e tratamento das DSTs. Na figura a seguir (figura) apresentamos um dos recursos utilizados para tratar dessa temática.

Figura 23 – Revista em quadrinhos



Fonte: Acervo da ASP

Na imagem observamos uma revista em quadrinhos sobre a importância do uso da camisinha. O conteúdo desse material tem como foco a AIDS e era distribuído entre as prostitutas como uma forma de ensinar: “as coisas eram feitas para ajudar elas a proteger sua saúde e cuidar do seu corpo” (Candelária. Entrevista concedida em setembro de 2019). Assim, tais fatores ilustram o papel da ASP como uma instituição educativa para além da questão da prostituição. Ela se apresenta como uma instituição em relação aos direitos da mulher e dos direitos humanos de uma forma geral. Tal fato é reiterado por Almir Santana,

O que ela mais defende não é apenas a profissional de sexo, mas a mulher em si. Então, ela sempre defende os direitos da mulher, os direitos de dar assistência à saúde. Ela sempre briga por isso que as mulheres e, no caso as profissionais do sexo, sejam bem atendidas, porque acima de tudo, elas são cidadãs. (CANDELÁRIA – AQUELA QUE CONDUZ A LUZ, 2006)

Dentro das práticas educativas eram inseridos diversos recursos pedagógicos: de figuras e quadros a cartilhas e folhetos. Entre os documentos da ASP foram encontradas inúmeras maneiras de se transmitirem os saberes propagados. Destaca-se, ainda, que o uso desses recursos de aprendizado foi fundamental nas atividades da ASP, pois, como já dito, muitas dessas mulheres não eram alfabetizadas. Suas trajetórias de vida são marcadas pela interrupção

da vivência escolar. Elas abandonaram a escola pela necessidade de trabalhar porque são provedoras e, por vezes, por conta de casamento e gravidez. Dessa forma, o uso de ilustrações e atividades lúdicas auxilia em seus aprendizados. Nessa perspectiva, uma ferramenta lúdica e didática utilizada nas ações da associação é o “cordel das DST”, que versa sobre a importância da prevenção.

Minha amiga, minha ouvinte, um recado para você, agora vou te contar o que é DST. Parece complicado mas nada é tão impossível, DST é uma doença sexualmente transmissível. Gonorreia, cancro mole, sífilis, crista de galo, nomes feios e engraçados. Melhor mesmo é prevenir do que só remediar e é usando camisinha que a coisa chega pra lá. (Brasil, 1994).

A arte, representada nesse trecho de cordel, utiliza a identidade nordestina de maneira lúdica para trazer educação em saúde sobre a importância do uso da camisinha. São saberes tradicionais que dialogam com a realidade concreta e imediata das prostitutas, que trazem sentidos e possibilitam formas de se pensar a sexualidade. Sendo assim, o saber é mediado a partir da realidade vivida. Além disso, os aprendizados consolidados na experiência são referências, por meio das quais elas fazem a leitura de si e da realidade (Freire, 1987). Pelas reflexões de leituras freireanas, acreditamos na importância dessas mulheres aprenderem sobre o universo que as cercam, no sentido de estabelecerem lutas para contrapor as estruturas sociais em que se dão as relações de poder que as oprimem.

Portanto, reconhecemos as possibilidades de formação presentes nas ações da ASP quando nos debruçamos sobre os materiais didáticos usados em suas atividades. Acreditamos na promoção de espaços de aprendizagem. Ao participar das ações educativas, desenvolvidas na Associação, essas mulheres instituem, em conjunto, a gestação de projetos de vida nos quais podem fazer articulação, sendo respeitadas como sujeitas que tem o direito de ser quem são, sem a necessidade de adaptação à moral vigente para serem vistas (Araújo; Matos, 2016). Ao assumirem-se enquanto sujeitas de suas práticas, elas resistem. Essas ações educativas planejadas e executadas por prostitutas configuram-se como espaços coletivos de aprender pautados no diálogo. São ações pedagógicas que insurgem na vivência ativa e compartilhada da construção do saber. São pedagogias outras que emergem da luta e da organização dessas mulheres que se reinventam em seus modos de ser e viver.

Lá na ASP, a gente tinha contato com muitas coisas, a gente tratava de coisa da nossa mesmo, tipo sexo, doenças, as roupas, a violência da polícia, a gente falava de tudo. Tinha dias que a gente chorava falando e outros dias ficava rindo, era bom! De tudo a gente falava um pouco. Candelária toda semana

chamava a gente para ensinar sobre alguma coisa. Mas era tudo sobre coisas nossas mesmo. (Capitu. Entrevista, concedida maio de 2023).

As informações que Capitu traz na fala acima refletem como as vivências entre elas transbordavam cuidado. Nas ruas, ao problematizar a realidade, são discutidos temas importantes para a sobrevivência da puta, entre os assuntos, falavam sobre a estrutura que cercam suas vidas. A rua aparece na narrativa como um espaço de trocas lá “enquanto esperava o programa ficava conversando e, às vezes, o pessoal da associação chegava na rua. (Capitu. Entrevista, concedida maio de 2023). Abaixo observamos um desses encontros.

Figura 24 – Foto Candelária com as prostitutas na rua



Fonte: Acervo da ASP

Na fotografia, Candelária aparece nas ruas orientando as prostitutas, essa era uma prática comum, cotidianamente, à noite, saía pelas ruas para compartilhar conhecimentos com as putas. Na diversidade de assuntos abordados havia uma proteção, uma rede de cuidado dentro das estratégias de socialização de saberes. Ao fazer isso, as prostitutas, por meio das ações da ASP, nos apresentaram outras perspectivas e permitiram desenhar, ao longo de alguns traçados, uma pedagogia que lhe é própria e opera diretamente nas obras do colonialismo.

Nesse sentido, partimos do ponto de uma educação constituída pela potência de um pensamento comprometido com combate às injustiças sociais, produtora de uma pedagogia que se assenta nos princípios e potências do conhecimento outro, que produz uma Pedagogia Prostituta que é uma educação outra. Walsh (2013) propõe atentarmos para as pedagogias que proporcionem uma forma diferente de perceber, compreender e experienciar a realidade. As pedagogias decoloniais, ao romper com a colonialidade, permitem a criação de outras práticas,

a partir de epistemologias outras, a fim de incluir sujeitos outros nesses processos de aprendizagens.

Pois a educação é tão diversa e ampla quanto as experiências sociais produzidas ao longo do tempo. A Pedagogia Prostituta é um ato político, assim como as práticas educativas produzidas, pois toda forma de educação é um ato político (Freire, 1987). Mostrar-se enquanto mulher prostituta, independentemente da sua prática nos espaços de prazer, é um ato político e um movimento contrário às normatizações que as colocam no lugar de subalternização. Para Angel:

A gente não pode ter medo de ser puta. Olhe tem que ter sangue frio para ser puta! Na rua a gente sempre ouve, que não somos gente, não somos humanas, mas eu aprendi cedo a não baixar minha cabeça, eu acho que foi com Candelária que aprendi um pouco disso, hoje eu ensino muito sobre isso para as colegas. (Angel, Entrevista, concedida maio de 2023)

Essa narrativa nos diz sobre o empoderamento das putas construído na coletividade, passado de uma puta para outra. Isso é, na verdade, a produção de uma educação transgressora das putas. Sua militância na rua revela métodos compreendidos como núcleo de saber, um saber atravessado pelo desejo de existir e empoderar-se como uma puta. Nesse cenário, elas dobram normas e criam redes de proteção e, ao fazer isso, atingem a si e ao outro. Essa construção coletiva faz enfrentamentos às ideias que buscam conceituar a sexualidade “normal” e “anormal” e os mecanismos de poder sobre os corpos e o sexo que procuram padronizar a sexualidade humana, condenando a prostituição.

As percepções de sexualidade ditas como “normal” e “anormal” permanecem contemporâneas, são discursos elaborados que projetam regular a sexualidade, mas o sexo e a sexualidade são construções históricas. Não existe uma história exclusiva e fixa sobre a sexualidade, pois existem “histórias das sexualidades”. Não se pode formar uma preocupação quanto a compreensão de quando se iniciou a repressão sexual, mas sim revelar por que a vontade de saber sobre o sexo é tão importante para impor um poder (Foucault, 2014, p.16). É preciso, sobretudo, romper com perspectivas que buscam criminalizar sexualidades outras.

O modo como as prostitutas se posicionam e assumem-se, relatado na entrevista acima da Angel, diz de um saber outro que emerge entre elas e faz enfrentamentos à imagem histórica, social e culturalmente instituída das mulheres pelas diferentes vias e aspectos dos marcadores sociais de gêneros e das sexualidades. Ao fazer isso, ela contribui para o processo de desnaturalização das normatizações que oprimem os sujeitos que vivem sexualidades dissidentes. A sexualidade não pode ser vista excepcionalmente como ato físico, pois ela

adquiriu definição complexa e passa a ser uma experiência, algo que pode ser problematizado. Pensar sobre a sexualidade é analisar:

[...]as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar a atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído. (Foucault, 1985, p. 11).

Para o autor, somos sujeitos sexuais produtos de um tempo e de uma cultura, cujo dispositivo da sexualidade - isto é, toda maquinaria de saber-poder que disciplina nossos corpos - colocam no sexo e no desejo o lugar de uma gestão sutil e eficiente nas nossas subjetividades. Assim, compreender a sexualidade e sua complexidade é percebê-la como um produto das relações de poder. Ao pensar sobre sexualidade no Brasil, precisamos considerar, também, os aspectos patriarcais que marcam as relações de gênero em um contexto colonial. A sexualidade é um dispositivo histórico de controle dos corpos, é um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, ou seja, é uma invenção social que se constitui historicamente a partir de discursos reguladores, que normatizam, estabelecem “verdades” e instituem saberes. Sobre o dispositivo de sexualidade Foucault (1995, p. 244-246) o definiu como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

A partir de Foucault (1995), entendemos o dispositivo da sexualidade como práticas discursivas e não discursivas que visam obter o governo da sexualidade, docilizando os corpos e, com isso, produzindo sujeitos de um gênero e sexualidade “normais”. Tais elaborações sobre o dispositivo da sexualidade são importantes para entendermos para que servem esses discursos normativos produtores de “verdades”, que produzem sujeitos.

Esses discursos são reflexos dos jogos de poder constituídos por tentativas de regulação da sexualidade, que ora reconhecem a expressão da sexualidade feminina, ora criminalizam conforme o que é visto como verdade para determinado grupo. Logo, compreendemos o discurso como um objeto de poder e não “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 1996, p. 10).

Foi no século XVIII que nasceu o dispositivo moderno de sexualidade. Este mecanismo é ligado ao jogo microfísico do poder e as ações de controle sobre a sociedade para conduzi-la economicamente e politicamente. Nessa lógica, a sexualidade se estabelece como uma das questões políticas e econômicas de gestão dos corpos dos indivíduos de maior importância nas sociedades ocidentais. Ela está ligada à economia e à política por meio das organizações, nestecaso, o corpo é um dos principais elementos. A “sexualidade” é uma rede entrelaçada por um conjunto de práticas e técnicas de estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e formação de conhecimentos. (Foucault, 1995). O sexo era tido como um assunto de estado e seu controle era indispensável. Assim, e antes de silêncios e tabus, a sexualidade foi circundada por ditos, por discursos, por saberes que visam exercer uma relação de poder, de dominação, de gestão sobre o objeto nomeado: os corpos das mulheres ou dos homossexuais, por exemplo.

Este dispositivo consiste em uma estratégia que age na disciplinarização de corpos e na constituição da sociedade a partir discursos sobre o sexo, o qual inicialmente está ligado a questões religiosas e, em seguida, é vinculado a aspectos biológicos. O dispositivo da sexualidade através dos discursos produz saberes sobre o sexo, “tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. ” (Foucault, 2014, p.37). Este dispositivo é também uma estratégia de gerenciamento e controle da produção dos corpos. É um sistema de poder que regula as formas pelas quais os indivíduos se identificam como sujeitos dessa sexualidade. Quando essas mulheres se posicionam buscando promover uma rede de proteção e cuidado sobre seus corpos e suas sexualidades, elas estão resistindo a normatização de suas vidas.

Reforçamos que a prevenção e o tratamento das DSTs são atos de empoderamento e apropriação dos seus direitos, sendo que, infectadas ou não, essas mulheres precisam exercer sua prática. Para tanto, é necessário o autocuidado, estimulado pela ASP de forma a produzir resistência. Segundo Almir, grande parte das prostitutas demonstram possuir uma preocupação diante da eventualidade de adquirir alguma DST. Com isso, a adesão e envolvimento nas atividades sempre foi significativa.

Desenvolvemos um trabalho de conscientização sobre a prevenção de DST/AIDS junto à ASP. Já que as prostitutas não frequentavam os postos de saúde para serem examinadas, vamos aos principais focos de prostituição em Aracaju – na rua Apulcro Mota no centro da cidade e na Orla de Atalaia – e fomos para ASP, onde as abordamos e cobramos que façam os exames. Além de se prevenir também. (CANDELÁRIA-Aquela que conduz a luz. Direção Jade Leonardo Pereira Moraes. Aracaju. 2005.1 DVD. 55 min).

Isso reforça o quanto os saberes construídos nos espaços de aprendizagem são permeados pelas questões que envolvem os cuidados com o corpo e com diversas práticas de prevenção. Cuidar do corpo é cuidar de si e, ao realizar e incentivar esse cuidado, é estimulada a valorização da prostituta enquanto sujeita. É desenvolvida a não conformidade com os rótulos negativos a elas impostos. Elas transcendem expectativas sobre como deveriam se portar enquanto mulheres e prostitutas, enaltecendo sua autenticidade como pessoas que experienciam as marcas da sexualidade sobre seus corpos (Araújo; Mattos, 2016), mas encontramos na ASP as mulheres em constante processo de desconstruções e resistências frente a padrões dados como regimes de verdade e jogos de poder em distintas instâncias de produção do saber normativo.

Ações educativas sobre direitos sociais, educação sexual, dentre outros temas, são planejadas e executadas por prostitutas e configuram-se como espaços coletivos de aprender pautadas no diálogo. Portanto, constituem ação pedagógica que insurge na vivência ativa e partilhada da construção do saber. Assim, favorecem para a construção de uma Pedagogia presente nas narrativas que nos diz:

As coisas sobre os machos e tudo que acontecia nos programas, eu contava para as meninas e elas contavam para outras a gente trocava as ideias sobre como trabalhar na prostituição, atender os clientes. Candelária fazia as reuniões lá na associação para falar sobre isso, ela contava suas experiências e a gente contava as nossas, de como os machos eram nojentos e como a gente tinha que ir para um programa preparadas, levando nossas camisinhas. No programa, caso o macho venha querer tirar a camisinha, a gente já deve estar pronta para reagir. Uma coisa que a gente fala muito é sobre ficar ligada no movimento do cara. Na posição de costa ele pode tirar a camisinha, então procure logo um espelho, ou até mesmo a sua sombra. Percebeu um negócio estranho tem que ir para cima dele. (Bruna. Entrevista, concedida maio de 2022).

Encontramos mulheres ensinando a resistir no contexto da rua, da batalha, da vida na prostituição. Isso indica a importância da coletividade, da organização delas dentro da ASP. Os ensinamentos inscritos na rua indicam uma espécie de coletividade que rompe com aquela ideia de que puta não é amiga de puta, que puta não é gente. Juntas elas entrecruzam suas histórias e se protegem. Certamente essa consciência coletiva é construída dentro da ASP. As experiências narradas mostram o quanto elas precisam criar mecanismos de proteção na rua. É na troca de experiências vivas como prostitutas que essas mulheres constroem uma rede de sociabilidade capaz de enfrentar o “alijamento irreversível e intransponível que constitui a condição precária de algumas vidas, [que atua] como uma política de desumanização que nega essas

existências às fronteiras de uma ontoepistemologia normativa do humano” (Balthazar, 2019, p. 3). Desse lugar a prostituição se constitui como prática que legitima seus corpos, ao criar resistência. Essas estruturas de enfrentamento produzem um putafeminismo, movimento que “pode ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela”. (Prada, 2018, p. 37), ou seja, o putafeminismo é para elas um espaço de luta coletiva.

As orientações de como trabalhar e que postura adotar com os homens reafirma que em suas vivências emergem uma Pedagogia Prostituta. Acreditamos que a prostituição, vista a partir das vivências ditas pelas próprias prostitutas, pode nos indicar compreensões outras que rompem com binarismo entre certo e errado que marcam a vida dessas mulheres. Averiguamos nas pedagogias exercidas pelas organizações de mulheres suas ações sociopolíticas, culturais, educacionais pautadas na (re)existência e existência, Sobre isso Capitu afirma:

A sociedade finge que não existimos, mas nós existimos e estamos aqui, nós somos também mulheres e fazemos tudo e mais um pouco, do que muitas mulheres não fazem. Outra coisa podem nos chamar de safada, puta, vadia e tudo mais, mas nós somos mulheres com tudo que uma mulher tem. Candelária sempre falava puta é gente também (Capitu. Entrevista concedida em maio de 2022).

As Prostitutas resistem e existem, elas dizem sobre quem elas são, o que fazem e o que desejam para si e para o coletivo, ou seja, de forma coletiva, elas dizem sobre elas. As contribuições pedagógicas que atravessam as trocas entre as prostitutas impactam não apenas na luta por direitos, mas contribuem para o engajamento e entendimento do que é ser uma mulher puta. Ao fazer isso elas afirmam o direito sobre o próprio corpo, assim como o direito a exercer sua profissão. Os sentidos do putafeminismo, que perpassam as falas e os aprendizados das prostitutas, promovem uma desconstrução dos estigmas colocados sobre a puta. Ao mesmo tempo em que contam algo sobre si, elas dizem de um compartilhamento de saberes em um contexto social marcado pelo desejo de invisibilidade. À medida em que putafeminismo busca emancipar essas mulheres, ele produz um sentido pedagógico, pois existe uma educação nas temáticas do movimento sendo compartilhado.

É justamente por meio da educação que se desenvolve o sentido de uma luta política. Lá são ensinados diversos aspectos sobre o feminismo, a luta de classes, a valorização e a autoestima. O conjunto de conhecimentos desse “currículo” desenvolvia estratégias de enfrentamento em prol da conquista de direitos individuais e sociais, ou seja, um processo de desmonte dos estigmas, construindo visões positivas e empoderadoras de si mesmas. Ao mesmo

tempo, desnaturaliza os processos opressores, com desenvolvimento da percepção de que a marginalização não é inerente aos povos oprimidos, mas realizada por atores reais, que os marginalizam e podem ser combatidos e vencidos (Fanon, 2005). Entre os conteúdos políticos tratados na ASP, encontramos a cartilha produzida pelo XII Encontro Nacional Feminista, ocorrido em Salvador-Bahia, no período de 28 de outubro a 1 de novembro de 1997, com o tema “Gênero com diversidade no país da exclusão”. O material trata sobre resistências, conquistas e perspectivas, sendo usado nas rodas de conversas que aconteciam semanalmente na Associação. O material também traz aspectos importantes da participação das prostitutas em pautas que falam sobre os enfrentamentos à imagem da puta como aquela que precisa de ajuda e libertação.

Usualmente, tende-se a abordar a prostituição a partir de uma ótica relacionada a um coitadismo, a um processo de sofrimento e opressão que ocorreria com as prostitutas. A ASP, sendo uma instituição dirigida por essas mulheres, entendia a armadilha por trás de tais boas intenções. Tais perspectivas salvacionistas ocultavam e silenciavam os saberes e as capacidades de (re)existência da prostituição. Sobre as construções coletivas entre a prostituição Bruna traz suas experiências:

Inclusive como foi que eu conheci a ASP? Eu estava ali na praça e Dr. Almir estava fazendo uma campanha de conscientização no auge da AIDS. Inclusive, eu não peguei AIDS por muita sorte. Pura sorte, porque eu não tinha noção, não tinha a menor noção do que estava fazendo. Mas quando entrei na associação comecei a entender que sexo só com camisinha. Quando eu vim dar conta de mim, já estava trabalhando nos projetos, já estava indo para os prostíbulos, já estava convidando as meninas para ir para a ASP. logo depois eu já estava ensinando a como colocar a camisinha. tudo era feito com muita vontade de proteger as mulheres. Eu mudei de aprendiz para professor. Então, muitas das meninas, elas vinham até a gente para saber como fazer para se proteger. (Bruna. Entrevista concedida em maio de 2022).

As múltiplas vivências no coletivo são como referências por meio das quais as prostitutas aprendem sobre o contexto em que estão inseridas. Bruna diz que foi na ASP que aprendeu sobre a importância da camisinha e ao aprender começou a ensinar: “eu mudei de aprendiz para professor”, ou seja, é um aprendizado pautado na partilha que se configura pelo desejo de sobrevivência e proteção. Em outras palavras, nas partilhas emergem saberes que entrecruzam aprendizados de mulheres prostitutas. Esse movimento de socialização diz de uma forma outra de ensinar e aprender as bases que assegurem a proliferação dos saberes. Na rua, as prostitutas necessitam criar brechas em pautas políticas e sociais para romper com estruturas que desejam silenciá-las.

Nesse sentido, a associação é um locus de resistência e luta e, por isso, é um cenário pedagógico. É nesse lugar que as mulheres se articulam reafirmando a vida e modos “outros” de serem prostitutas, de serem quem elas são. A associação é potencializadora de outras formas de existência, capazes de compor outras formas de vida. Vidas que reagem à estigmatização de seus corpos.

Desse modo, percebemos a importância dessas organizações de mulheres e seu potencial educativo. Concordamos com Sousa (2016) quando este relata que, ao participar das ações educativas desenvolvidas nas associações, essas mulheres vão instituindo, em conjunto, a gestação de projetos de vida nos quais elas podem fazer articulação, sendo respeitadas como sujeitas que têm o direito de ser quem elas são, sem precisar se adaptar à moral vigente para serem vistas. Ao se assumirem enquanto sujeitas de sua prática, elas resistem.

A ASP contribuiu inclusive na diminuição da violência, né? Quando Candelária descobriu que uma menina foi violentada ela corria pra delegacia, para os jornais, pra TV, entendeu? Muita coisa mudou através da Candelária. Em relação à violência, por exemplo, elalutava por isso, a gente ficava aprendendo com ela como agir com a violência no programa e com a polícia, quando uma menina apanhava a gente saia na rua do centro de Aracaju gritando “puta é gente, puta é gente”, mas logo a polícia chegava era um cabaré, porque Candelária dizia “ninguém vai sair daqui”. No fundo a gente só queria fazer nosso trabalho e ficar nos nossos pontos em paz e sem violência, porque a gente não fazia mal a ninguém. A polícia não dava paz para a gente, mas a gente também não baixava a cabeça, Candelária dizia “quem muito se abaixa o rabo aparece”, kkkkk, a gente seguia o que ela falava, porque a gente sabia que era verdade, as pessoas não querem saber de puta, e a associação já era conhecida também, as pessoas diziam, ali é as meninas de Candelária. Olhe a gente aprendia muito lá na ASP a não baixar a cabeça na rua. A gente gritava também “respeite as putas”. (Bruna. Entrevista concedida em maio de 2022),

Os gritos e os posicionamentos são muito mais que uma afronta à colonialidade. É uma fissura ao sistema social que deseja normalizar os sujeitos, e ditar aquilo que é normal ou não. Isso reforça o potencial transformador do conhecimento produzido por essas mulheres. Aprendizagem que se cria por meio da subversão das normas impostas sobre seus corpos, isto é, a criação de saberes de putas que, aliadas à subversão, produzem subjetividades. Tudo isso é muito mais que a luta pelo direito de estar na rua, é sobretudo a luta pelo direito de existir, ser e viver. “Por meio dos saberes de experiência, as prostitutas vão tomando conhecimento da opressão que recai sobre as mulheres, notadamente, sobre aquelas que exercem prostituição” (Sousa, 2012, P 134). É nessa perspectiva que reconhecemos os saberes nesses espaços. Isso nos diz de uma Pedagogia Prostituta, uma pedagogia que inspira e suscita outras aprendizagens

sucedidas de um modo de conceber a pedagogia em movimentos sociais, uma ação que a sociedade tem dificuldade de reconhecer, por ser argumentada por saberes e aprendizados que rompem com a colonialidade. Essa pedagogia que dialoga com a Pedagogia Decolonial e faz referência às teorias/práticas que capacitam grupos que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização para a luta contra a lógica opressiva da modernidade/colonialidade (Walsh, 2013). Na diversidade de pautas habita o desejo de existir e ser ouvidas.

Inspiradas nas formulações de Walsh (2013), temos pensado na constituição de uma Pedagogia Prostituita como uma Pedagogia “outra” que emerge na luta das prostitutas contra os diferentes modos de seu alijamento social produzidos no encontro dos vetores de força do gênero e da colonialidade, em um movimento de construção da organização dessas mulheres que resistem para continuar existindo. Esta perspectiva nasceu das lutas de grupos e movimentos sociais e suas demandas por direitos, reconhecimento e transformação social.

5.2 Pedagogia das putas: saberes outros

Pelas narrativas percebemos o modo como as mulheres tratam de temáticas que atravessam suas vidas e seu cotidiano. A forma como as prostitutas buscam o entendimento de si mesmas é uma resistência direta contra os poderes normalizadores. Ao tratar de si mesmas, ao repensar suas vidas, essas mulheres criaram dobras na linha do poder e novas relações consigo mesmas e com o outro. Elas aprendem nas vivências a enfrentar dificuldades e constroem possibilidades de resistir.

Lá a gente conversa sobre muitas coisa, venha aqui, vou te mostrar uma coisa, veja essa caixa com objetos, eu uso tudo isso para falar com as meninas, aqui tem baralho de cama sutra para ensinar posições diferentes, fantasias bem bonitas e atraentes, revista pornô, revista de moda feminina, tudo era usado para dizer a elas como fazer nos programas, a prostituta tem jogar o sexo lá em cima e deixar os homens doidos, então eu ensinava e as vezes elas também já chegava sabendo de algumas coisa, e elas também contava para as outras meninas, era legal viu? Porque todo mundo ficava sabendo como iria fazer na hora. Olhe quando o macho gosta ele procura e até paga mais, eles gostam da safadeza, a gente tem que saber fazer tudo, tem clientes que chega tem dinheiro e paga para fazer tudo, alguns querem novas posições, novas fantasias. Quem sabe o cliente não volta. (Candelária, Entrevista concedida em outubro de 2019).

As narrativas de Candelária chamam a atenção pelo interesse de ensinar e aprender as questões sexuais necessárias para o trabalho. Juntas ensinam e aprendem técnicas para conseguir mais dinheiro e, até mesmo, fidelizar o cliente. Elas criam algumas metodologias e posições, grande parte da aprendizagem acontece através da troca. Métodos para fazer com que

o cliente goste e recomendem a conhecidos são repassados de uma para outra. Bruna destacou um truque aprendido com Candelária, que ela fazia nos programas com os clientes “Faço umas coisinhas divertidas, fico brincando com toques usando a mão e os pés, como se estivesse acariciando bem suave, isso antes da penetração, eu uso também meus seios para alisar o pênis dele” (Bruna. Entrevista concedida em maio de 2022). Esse foi um saber elaborado na socialização entre duas putas. O lugar de prostituição é um espaço do dinamismo que permite a perda do pudor, o uso de elementos sexuais e a construção de outros aprendizados das experiências de vida que fogem dos ensinamentos tradicionalistas. Isso tudo diz respeito aos elementos que moldam o cenário da prostituição: “lá tem que saber ser uma puta sexy.

Algumas meninas chegaram aqui, tudo sem brilho, toda desorganizadas, aí eu tinha que dizer como se vestir, como falar, outra coisa importante era como dançar, eu já dancei muito, muito tipos de dança, quando eu era jovem Jamaica me ensinou, aí hoje ensino a elas, porque os machos querem tudo né? O dinheiro também aumenta muito, quando tem umas coisas a mais. Na associação tinha umas máquinas de costura, a gente aproveitava e também fazia umas fantasias, costurava e colava objetos para deixar mais brilhantes, era tudo preparado para a noite. Olhe, tinha muitas coisas na associação. A gente aprendia muito sobre as transas, o jeito de se preparar para o programa. Durante o dia sempre sobrava tempo. A gente se encontra lá na associação. (Candelária. Entrevista concedida em novembro de 2019).

No cenário de luta, as prostitutas reinventam-se, redescobrem-se e prosseguem com um novo movimento e uma nova forma de saber seduzir, aprender a arte da dança para aprimorar técnicas da sedução e melhorar o desempenho profissional movimentando a vida sexual com clientes eram estratégias socializadas de puta para puta. Ali elas conversam sobre metodologias para obter sucesso nos programas, criam repertórios e linguagens próprias da vida delas. No modo de ensinar e aprender elas transformam, modificam e aprimoram saberes sexuais e profissionais. Informações sobre o que e como fazer nos programas, as habilidades necessárias para fazer o cliente melhorar o pagamento são repassadas uma para outra. Toda essa organização e aprendizagem demonstra quanto elas possuem capacidade de agência.

A dança, a maquiagem, o modo de vestir, fazem parte do repertório de aprendizado necessários para atendimento ao cliente. Estar maquiada e bem vestida parece ser muito mais que uma simples demanda nos programas. É, na verdade, um fator importante para manter-se na prostituição. O aprimoramento de habilidade para a aprendizagem é uma preparação importante nos programas. Nas entrevistas com as prostitutas, elas trazem aspectos das performances e dos modos de ser prostituta. Entre conversas e interações, a transmissão de

conhecimentos acontece através de exemplos que ensinam sobre forma de agir, técnicas da profissão e “jogo de cintura”, sobre isso a prostituta Bruna explica que:

Na prostituição tem que ter jogo de cintura, fia. Se você não for tomar banho, não saio com você. Eu sempre fui assim. Já arrumei muita encrenca com macho assim, entendeu? Já outras não. Já outras ela submete. Tem uma menina ali na praça mesmo que ela se submete a tudo. Sabe o que é tudo? De chegar assim descadeirada. “O que foi isso? A que me pegou de jeito e bateu nas costas me deu o corpo que ele gosta”. Caramba, eu nunca aceitei isso. Eu para ficar de costas para um homem de quatro, eu ficava rodando a cama todinha pra procurar um lugar onde tinha um espelho ou minha própria sombra, para ver o movimento dele e das mãos dele. Se ele fizesse um movimento em falso. Eu já ficava ligada.

Inclusive essa questão da réstia na parede. Nunca vá com a luz apagada que eles têm uma mania de querer apagar a luz. Se ele apagar a luz, tá escondendo alguma coisa. Se você não tem nada a esconder? Não deixe que ela apague, entendeu? Às vezes, às vezes ele queria apagar a luz e quando a gente vai ver, estava sem camisinha ou tinha uma verruga no pênis, ou tinha uma ferida no pênis ali. Alguma coisa ele quer esconder. E eu sempre ensinava, eu ensinava isso para elas, não aceite com a luz apagada. E outra coisa, você não vai ver os movimentos dele. Ele pode ali pegar no seu pescoço, acabou-se. (Bruna. Entrevista concedida em maio de 2022),

Bruna revela como elas criam técnicas para enfrentar a rua, como os movimentos corporais, as habilidades, os usos e os sentidos são necessários. São saberes que não dizem daqueles da ciência da saúde de prevenção que, como pontuado, atravessou muito a ASP, mas são saberes de cuidado da saúde, contra a violência e da preservação do corpo desenvolvido na práxis da prostituição. Tudo isso é introduzido na prática para as construções e reformulações dos modos de viver na prostituição. Em vista disso, percebemos os lugares de prostituição como indo além de encontros sexuais, pois nesses espaços, elas resignificam saberes. Essas experiências educativas englobam o aprendizado sobre a vida. As prostitutas mais experientes ensinam as mais jovens a cuidarem do seu corpo, portanto as conversas são processos educativos e as experiências circulam no lugar da prostituição. Para Rago (2008, p. 196), “no interior desse campo de significações é impossível apreender as múltiplas funções desempenhadas pelo submundo da prostituição, assim como a diversidade das práticas sociais aí vivenciadas”.

Os modos como são compartilhados as informações são metodologias que elas utilizavam como formas de (re)existência. Demostram uma pedagogia da puta que emerge no contexto de prostituição. O próprio ato de compartilhar e ensinar as demais colegas sobre a importância do “espelho” como garantia de segurança é a presença viva da Pedagogia Prostituta no corpo dessas mulheres. O próprio modo como elas promovem formas por meio dos

conselhos e orientações evidenciados no “nunca vá com a luz apagada” é uma ação coletiva de proteção ao outro. Tais práticas que povoam a ASP dizem sobre o cuidado ali produzido. O cuidado de puta para puta, ensinado no compartilhamento, é uma pedagogia viva, que produz vida, uma Pedagogia Prostituta que emancipa e liberta mulheres.

Para nós, essa pedagogia compõe conhecimentos e aprendizagens que insurgem na organização de mulheres prostitutas. Essa categoria emerge como um sinal de um projeto político-educativo. Assim, existe uma educação na prostituição e por isso a chamamos de Pedagogia Prostituta que é impressa na vida das prostitutas e está presente na forma como elas aprendem. Ela é pensada aqui como uma metáfora que expressa um modo próprio do protagonismo de mulheres, que buscam a cidadania e lutam por garantia de direitos. Essa pedagogia é também decolonial Segundo Walsh (2013), “Lá, pedagogias” para a descolonização podem ser exercidas também em ambientes educativos distintos, como é o caso dos espaços de vivências das prostitutas.

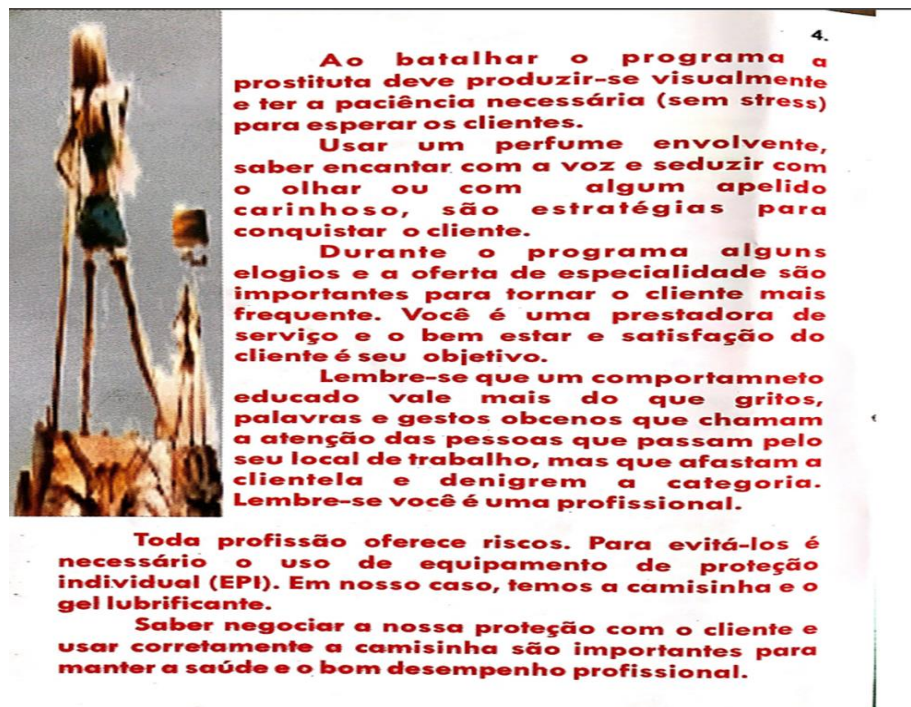
Parte das defesas que lançamos para sustentar a proposição de uma Pedagogia Prostituta se dá no argumento de que as experiências educativas da associação englobam os diversos aprendizados, que envolvem a vida e a organização do corpo, principal instrumento de trabalho. Assim, a Pedagogia Prostituta advém também dos conhecimentos versados na ASP. Para Walsh (2013), a Pedagogia Decolonial não é pensada em um sentido instrumental do ensino e transmissão do conhecimento e não está restrita a espaços escolarizados: “essa Pedagogia é entendida como metodologia imprescindível dentro de e para as lutas sociais, políticas, ontológicas e epistêmicas de libertação” (Walsh, 2013, p. 29). Assim sendo, a Pedagogia Decolonial é consolidada através de práticas que, conforme Walsh, podem ser entendidas como “práticas que abrem caminhos e condições radicalmente ‘outras’ de pensamento, re e insurgimento, [...] que por sua vez fazem questionar e desafiar a razão única da modernidade ocidental e o poder colonial ainda presente, desligando-se deles.” (Walsh, 2013, p. 28).

Além disso, embasadas em Hooks (2013), enxergamos que uma das características da Pedagogia Prostituta é a transgressão dos corpos como fruto do aprendizado. Os processos educativos dessas mulheres configuram uma educação transformadora, pois, enquanto epistemologia viva, uma epistemologia corpo-vivo, se voltam à experiência cotidiana, promovendo novas formas de ser. Sousa (2021) afirma que, ao possibilitar esses sujeitos de se apropriem de ações de resistência, a educação transgressora é também descolonizadora.

É, na verdade, essa apropriação que dá significado à sua existência e por isso configura-se como uma forma de libertação. Acreditamos que o próprio ato de existência desses corpos já significa transgredir, pois, os sujeitos e seus próprios corpos em dissidência, são a maior

transgressão às normas de controle e opressão. Esses corpos circulam e reagem às normatizações para criar mecanismos e estratégias para aprender e ensinar coletivamente, exemplo disso é o guia “previna-se” que, segundo Candelária, era usado também nas oficinas da ASP e ensinava sobre como batalhar nos programas.

Figura 25- Foto do Guia previna-se



Fonte: Acervo da ASP (2005)

O fragmento do guia produzido na ASP mostra aspectos ensinados sobre como a prostitutas deveria se comportar nos programas, era uma espécie de manual “lá tinha de tudo”. e orientava sobre diversos temas como práticas eróticas, autocuidado e violência, produzindo saberes transgressores permeados de subjetividade prostituta. As dinâmicas sociais lhes permite fraturar normatizações sexuais e, como efeito disso, elas disseminam no tecido social outros saberes sobre suas condições de vida. A própria elaboração desse material é uma ruptura com as imagens marginalizadas de que puta não pensa e por isso é uma vítima que precisa de salvação, pois é incapaz de agir e falar por si mesma. No guia “previna-se” dizia:

Para atender bem o cliente você deve preparar o kit de trabalho com preservativos, gel lubrificante, maquiagem, sabão de coco, escova dental, etc. providencie também a higiene do cliente se você achar necessário.

Evite constrangimentos especificando o tempo do programa, os serviços oferecidos e os preços. Não esqueça de incluir no pacote, as fantasias eróticas e as massagens relaxantes.

Caso o seu cliente deseje conselhos nos seus problemas pessoais, acolha-o carinhosamente.

Se algum cliente em sua companhia sentir-se mal, chame imediatamente o SAMU 192. (Guia “previna-se”, um guia de cidadania para mulheres..., 2003).

Haviam orientações sobre técnicas necessárias na profissão. O conteúdo do guia traz elementos de uma espécie de organização do cotidiano da vida das putas. Observamos que ele aborda temas relevantes para a vida das prostitutas. A preocupação dessas mulheres com sua higiene reafirma um cuidado com seu corpo, tudo isso são fissuras criadas nos projetos sistematizados de uma sociedade que busca “desumanizar” as prostitutas. Quando elas próprias organizam um guia trazendo elementos da sua rotina na prostituição, elas estão dizendo: eu posso viver, ser puta e ser um sujeito social, porque eu penso, organizo e vivo. O próprio guia é uma ferramenta educativa construída por mulheres na prática da prostituição e, além disso, a produção da educação transgressora.

Isso evidencia como as ações da ASP trazem possibilidades e didáticas feministas no que refere às questões de noções de agência e subjetividades. É desse ponto que partimos ao afirmar que ela promoveu na ASP um putafeminismo, uma vez que enxergamos na associação um movimento a favor da legitimação do lugar de fala e de agenciamentos da própria vida da puta, pois os conhecimentos possibilitam a ampliação da participação política das prostitutas nos movimentos por defesa de direitos. Esses saberes elaborados no contexto de resistência que chamamos de Pedagogia Prostituta podem ser considerados putafeministas.

A luta pela vida possibilita novas formas de existências. Nesses espaços, sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade buscam sua autonomia: “dentro da associação nós escrevemos nossa história e fomos em busca da nossa dignidade, lá a gente queria saber sobre coisas para nosso crescimento” (Gabriela. Entrevista concedida em outubro de 2022). Essa frase indica que a ASP foi produtora de saberes emancipatórios e evidenciamos que, no contexto da luta, mulheres são educadas pelo movimento a não fazer uso de alguns apetrechos, como exemplificado, a seguir, por Gabriela.

Colar no pescoço, Nunca é para ser usado, porque é perigoso, eu jamais usava. Eu podia usar uma fraquinha que você puxa sempre assim, mas algo que pudesse me sufocar, não usava, eu aprendi isso nas reuniões, Candelária mandava a gente sair dizendo umas para outras. Um dia uma colega chegou lá na rua com um colar, ela dizia que era para ficar bonita para os machos, daí a gente chamou e falou tire esse negócio ele pode causar sua morte. Ninguém queria pagar para ver. Era assim sempre que a gente arrumava o jeito de se proteger e proteger as outras, às vezes era do jeito doido com grito, mas era para ajudar sobre a rua só sabe quem tá. Quem está longe pensa que é fácil, mas só sabe quem tá. Você tem que ser muito mulher pra dizer a ele que não

quer desse jeito. A gente na prostituição vai entendendo que tem que ser esperta. (Gabriela. Entrevista concedida em maio de 2023).

Nessa narrativa percebemos os modos de (re)existência adotadas frente à violência enfrentada nos espaços de atuação, nos modos de dizer “não” e nos métodos de proteção, presentes nos conselhos trocados, entre elas, sobre os programas, o que era permitido e seguro nos encontros com os clientes. O desejo era criar mecanismos de proteção, fato que é observado nas estratégias ensinadas e aprendidas no texto da ASP e da rua.

Evidenciamos a presença dessa educação nos temas abordados que possibilitam a emancipação de sujeitos como proteção, cuidado, saúde, direito, empoderamento, dentre outros. Essas são marcas de uma educação transgressora voltada à liberdade de sujeitos que vivem sexualidades dissidentes. Essa educação transgressora potencializa a Pedagogia Prostituta que emerge dentro desse movimento ao trazer conhecimentos coletivos. São pedagogias transgressoras que se apresentam nos discursos trazidos pelas prostitutas. Portanto, uma pedagogia transgressora pode ser aquela que busca reinventar formas outras de socialização e que escapa a normatização. A Pedagogia Prostituta como um ato decolonial mira transgressão, ruptura como possibilidade de (r)existência.

Portanto, se trazemos a ideia de Pedagogia Decolonial é pelos modos como desejamos delinear como a Pedagogia Prostituta na/pela ASP produz uma crítica, uma ruptura, um tensionamento contumaz à imagem hegemônica e ao lugar social que a cultura ocidental construiu para a prostituição, pois, para as prostitutas, foi concedido um espaço de marginalidade, o que significou qualificá-las como seres desprezíveis. Para romper com essas concepções, o grupo de mulheres prostitutas tem transmitido pedagogicamente novas interpretações sobre suas existências. A perspectiva aqui defendida, enquanto pedagogia, vem praticar atravessamentos, apontando outros caminhos enquanto possibilidades. É uma educação das putas.

Segundo Hooks (1984; 2013), a educação como prática de liberdade é um jeito de ensinar em que todas aprendem, pois, as educações transgressoras não residem em manuais de educação, mas na nossa prática cotidiana e emancipadora. Elas abrem outros caminhos e possibilidades de ser e estar no mundo, evidenciamos essa educação transgressora na fala de Bruna, logo abaixo, que segue trazendo aspectos de uma Pedagogia Prostituta que emergem na vida das putas.

Uma coisa que a gente aprendia e ensinava era sobre a chegada dos caras de carro, minha fia a gente tinha que saber lidar com tudo viu. Tipo o cara chegava para chamar para o programa, a gente ficava ligada.

Eu nunca debrucei assim no carro. Sim, sim, sim. Eu sempre fiquei aqui. O carro está aqui, né? Eu sempre fiquei assim. Nunca fiquei aqui na frente. Eu sempre fiquei aqui assim: Oi, tudo bem? Entendeu? "Chega mais pra cá". Não, aqui tá ótimo" Sim, eu nunca, Nunca. Porque ali, minha filha, você fica totalmente vulnerável, isso eu aprendi cedo com as meninas lá no ponto, lá na rua, a gente ficava conversando e Candelária era esperta, sabia, já ligada no ramo, na associação ela orientava as meninas, dava exemplo de como fazer, até de como já deixar os homens olhar os peitos, porque eles já ficava mais a fim do programa, mas nesse caso aí o mais importante era não se encostar muito no carro, porque eles já chegam querendo mandar. (Bruna. Entrevista concedida em maio de 2022)

Nessa narrativa, percebemos diferentes conhecimentos das mulheres em sua prática. No cotidiano, elas produzem e socializam saberes e formam táticas para reduzir os riscos e instituem normas para o trabalho. Sobre isso Bruna reforça: “ao se aproximar do carro, conserve uma distância suficientemente segura para evitar agressões, facadas, cusparadas, bombas de gás, jatos de extintores de incêndio ou ser arrastada pelos cabelos” (Bruna. Entrevista concedida em maio de 2022). Toda essa troca são metodologias de putas que atravessam suas vivências. A estratégia para uso dos recursos de proteção pode transformar o contexto de violência. Pensar em possibilidades das prostitutas de se afirmarem enquanto sujeitas permitiu observar o poder transformador das práticas educativas quando elas tomam como base a negação do saber dominante (Sousa,2012; Silva,2012). Os saberes transmitidos na prostituição transformam, protegem e formam.

Nesse espaço elas tomam consciência dos cuidados que devem ter. Em outros termos, bem ali junto a processos de organização existe um território de ensino, que produz modos de ser mulher, nas vivências diárias. As formas como elas constroem as falas marcam os significados desse trabalho, na narrativa encontramos exemplos de ações educativas em torno das precauções com o corpo que fazem parte da rotina. Angel também reforça que “antes do sair tem que ter cuidado, por exemplo, vai atender um carro. Finada Gilza sofreu muito de extintor na cara. Eu presenciei muito isso. Extintor na cara quando ela debruça, o cara arrasta o carro e ela cai. Então tem que tomar cuidado porque eles não respeitam” (Angel. Entrevista concedida em maio de 2023). Para ela, é preciso conhecer a vida na prostituição para estar dentro dela, nesse sentido ela tem consciência que a informação e o conhecimento sobre prostituição proporciona a construção de múltiplos saberes. Angel reforça isso ao trazer um outros exemplos aprendizados.

O cliente causar má impressão ainda na calçada, que é seu território, não saia com ele, dentro do carro, é o território dele, certamente será pior. Recuse os clientes estranhos, muito alcoolizados e os que fazem pedidos extravagantes. Assegure-se que o cliente está sozinho no carro, permaneça em alerta e observe com atenção o comportamento dele, lembre-se nunca é tarde demais para voltar atrás e desistir do programa (Angel. Entrevista concedida em maio de 2023).

Ela relata a importância de compartilhar sobre a vida na prostituição, esses saberes fortalecem nosso engajamento coletivo numa ação resistente capaz de transformar nossa realidade (Hooks, 2013). A presença desses saberes transgressores, reforça nossa defesa de que a ASP é uma instituição que apresenta concepções pedagógicas que inspiram e produzem outras aprendizagens advindas de um modo de conceber Pedagogias outras. Sousa (2021, p.12), respaldada nas concepções da educação como prática da liberdade de Freire e da educação transgressora de Hooks, diz que a educação para a diversidade sexual e de gênero transgressora tem como objetivo “desnaturalizar as formas institucionais e normatizadas de vivenciar as sexualidades, desvelando-as como construções sociais”. Segue afirmando que:

Uma educação sexual transgressora tem possibilitado aos sujeitos sexuais dissidentes a construção de sua autonomia e emancipação, na medida em que favorece a pronúncia coletiva do mundo, a rejeição ao fatalismo e o reconhecimento como agentes que fazem sua própria história. Desse modo, tais sujeitos vão percebendo que as situações-limite vivenciadas não são intransponíveis, mas podem ser superadas por meio de sua colaboração e de seu engajamento na transformação da realidade. Seguem, assim, aprendendo a concretizar uma educação como prática da liberdade e deslegitimando o discurso hegemônico - heteronormativo, sexista, racista e patriarcal - nos ensinando que é preciso resistir para existir (Sousa, 2021, p.14).

Assim, o entendimento das opressões sexuais é resultado de estruturas sociais e, assim, pode constituir um caminho para o engajamento dos sujeitos sexuais dissidentes em processo de desconstrução das normas postas sobre suas vidas. Diante disso, é imprescindível problematizar que as sexualidades não são “algo ‘dado’ pela natureza, inerente ao ser humano” e que nem “todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma” (Louro, 2007, p. 11). A consolidação do sistema sexo-gênero que opera inúmeras violências estruturantes contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ é, antes, uma prática profundamente histórico-social:

Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma

determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Louro, 2000, p.11).

Se apostamos na historicidade absoluta das relações humanas (seja de gênero, de sexualidade, raciais etc.) é porque acreditamos que as desigualdades sociais não são um destino inexorável cravado na fixidez biológica, mas produtos das relações de poder que atravessam e estruturam o tecido social. Logo, e se nada há de eterno, compreender a historicidade do gênero é, também, uma aposta de que as desigualdades podem ser enfrentadas e transformadas. Assim, e diante de ideias sexistas que produzem formas de inviabilidades e ameaçam direitos sociais, não podemos deixar de lutar por uma educação engajada na resistência crítica e política, pois o engajamento na transformação da realidade depende do entendimento dos problemas sociais.

Em concordância com Hooks e Freire, Oliveira e Rodrigues (2018) reiteram a necessidade de uma linguagem política de resistência na solidificação de uma educação transgressora. Nessa compreensão de educação, apropriar-se de uma linguagem que produz significado a sua existência, caracteriza-se como uma forma de libertação. “Libertar implica, neste contexto, poder nomear um fenômeno social de sofrimento que até então não tinha nome” (Oliveira; Rodrigues, 2018, p. 93). Essa linguagem de resistência ocupa espaço fundamental na libertação de sujeitos sexuais dissidentes, permitindo-lhes engajar na luta contra a imposição da heteronormatividade, do patriarcalismo.

Acreditamos que as mulheres prostitutas aprendem nas vivências a enfrentar dificuldades e constroem possibilidades de resistir. Nesse sentido, a Pedagogia Prostituta é categoria que evidencia essa produção de educação que, para nós, foi construída por e com elas. Pensar em uma Pedagogia Prostituta é, portanto, uma aposta nessa educação que excede os muros da escola. É possível enxergar a educação em distintas práticas sociais e não apenas nas instituições de ensino formal, como bem destaca Freire (2003). Atravessadas pelos seus conteúdos, estratégias e metodologias outras.

Olhe eu sempre usei meu periquito para resistir, uma coisa que a gente tinha que fazer muito, era isso. Às vezes as meninas chegavam lá reclamando que os programas estavam diminuindo e que os machos estavam procurando pouco elas, eu ligeiramente marcava uma reunião para gente pensar o que fazer, o primeiro passo era criar coisas atraentes e sedutoras para aumentar os programas. Isso era grave, porque esse era nosso ganha pão. Então tem que inovar, acrescentar coisas novas. As garotas acham que é só chegar lá fazer a

penetração e acabou, não é só isso, tem que ter jeito. (Candelária. Entrevista concedida em dezembro de 2019).

Nas estratégias para aumentar os programas, habitava uma troca de saberes, encontramos mais uma vez a prostituta experiente repassando o conhecimento adquirido, ela ensina às outras mulheres como trabalhar, a maneira de lidar com clientes. O aprimoramento de técnicas e habilidades. Segundo Gabriela quando ela entrou na prostituição “não houve um momento de preparação antes, tudo foi aprendido na prática, então, são essas trocas que nos ajuda” (Gabriela. Entrevista concedida em fevereiro de 2023), ou seja, a aprendizagem ocorre na troca com as colegas. O conhecimento habita nos exemplos dados sobre as posições, as danças, as fantasias, até mesmo nas atualizações das novas tendências: “você estuda, mas sempre tem que estudar mais, né? A gente também é assim, só que o nosso estudo é diferente do seu” (Gabriela. Entrevista concedida em fevereiro de 2023), o que faz a gente pensar a potência da educação na diversidade social.

Tudo isso são brechas, nas quais elas vão criando e reinventando formas de enfrentar a rua. Entendemos os lugares outros de produção de saber, como espaços de “brechas”. As brechas são vistas como um lugar de assembleia, um lugar “outro” que convida, reúne, e convoca à des-aprendizagem e re-aprendizagem “com”, “em” e através de uma pedagogia-político-prática baseada na relação (Walsh, 2016, p.73). Ela também explicita, de modo amplo, como uma prática social atravessada por diversas relações sociais, produz conhecimentos que nos informam sobre o modo como essas mulheres dão sentidos à sua prática. Assim, fomos aprendendo a face educativa que também compõe a vida na prostituição (Sousa, 2012).

A prostituta é entendida em sua totalidade, sendo a prostituição apenas uma de suas faces. As práticas educativas englobam essa totalidade. Na ASP as mulheres desenvolviam projetos e “práticas educativas que possibilitam a proposição de outros achados na perspectiva da pedagogia decolonial”, conforme aprendemos com Catherine Walsh (2013, p.19). Observamos a importância dos saberes construídos nesses espaços de aprendizagem, permeados pelas questões de gênero, de raça, de classe e de pedagogias alternativas. Destacamos, por consequência, outras metodologias, outras pedagogias praticadas através das experiências vividas (Collins, 2016, p.32).

Outros conhecimentos podem contribuir para o acolhimento e formação das prostitutas envolvidas nas associações porque dizem como elas se fortalecem, criam estratégias e geram aprendizagens outras. A resistência, para muitos povos marginalizados, é requisito básico para a existência, para a sustentação da própria vida. Na prostituição, não é diferente. As prostitutas, e as mulheres de forma geral, enfrentam um cenário de invisibilidade, ainda maior atualmente.

Mesmo diante disso, a ASP trazia ações pedagógicas pautadas na luta por liberdade feminina, direitos sexuais e sociais. Desse modo, encontramos marcas nos argumentos de Walsh (2013) para pensar aspectos das pedagogias adotadas na Associação.

As pedagogias decoloniais, a nosso ver, possibilitam rompimentos nas colonialidades, pois permitem a criação de práticas outras em diálogo com epistemologias outras, a fim de incluir todas as partícipes nesses processos de aprendizagens. Nesse espaço de luta elas têm se apropriado de expressões que antes tinham finalidade de afrontar. Percebemos isso nas ações dos movimentos de prostitutas que vêm desconstruindo e positivando o termo “puta”, por exemplo, no documentário *Um beijo para Gabriela*. Gabriela Leite, fundadora do coletivo Davida e da marca de roupas Daspu, respondeu ao ser perguntada a razão de sempre usar o termo puta:

Eu comecei a pensar nisso por conta das minhas filhas mesmo, por conta das filhas de minhas colegas também. [...] eu ficava preocupada o porque das minhas filhas serem "filhas da puta", isto é, o maior palavrão da sociedade brasileira. Então, a gente tem que mudar. Filha da puta deve ser um nome de orgulho para os filhos da gente. E também acho que se a gente não toma as palavras pelos chifres e assume elas para a gente, não muda nada (Leite, 2012).

Em tempos tão caretas e conservadores, palavras como prostituta e puta têm sido higienizadas por *profissionais do sexo* - e, como diz Gabriela, “qualquer um é profissional do sexo, o dono da sex shop é profissional do sexo”. Lutar contra a higienização e apagamento da prostituição, assumir-se puta é o modo como essas mulheres trazem um novo sentido para si mesmas. Isso nos faz lembrar das palavras de Candelária:

Eu sou mulher da vida, profissional sexo e, no final, de tudo sou puta! Eu nunca me importei como eu sou chamada, isso nunca foi uma preocupação. Nos encontros nacionais as pessoas ficavam falando e reclamando, diziam que eramos profissionais do sexo, mas, para mim, isso nunca foi importante. Ser puta não é coisa de outro mundo, eu sempre fui puta. E sempre ensinei a quem queria ser uma puta, a ser uma baita puta. E essa história de mudar isso agora para profissional é coisa de quem tem problema por ser puta. (Candelária. Entrevista concedida em janeiro de 2019).

Mais uma vez encontramos Candelária reforçando sua identidade puta, pelas palavras dela podemos deduzir que ela tinha consciência do que era ser puta e assumir-se enquanto uma “baita” no ato de empoderamento e autoafirmação do seu lugar, nesse tipo de conhecimento é produzido subjetividades dessidentes. Como já mencionamos, esse reconhecimento de si, legitima os discursos que defendem os agenciamentos das putafemistas. Muitas das pautas

sobre o empoderamento e a sexualidade das putas surge com o pensamento putafeminista contribuindo para descolonização.

O estudo de temas feministas nas experiências da ASP sugere que as mulheres podem desenvolver diversos processos educativos, tais como aprender a ouvir, a respeitar o outro, a ser cautelosa, a cuidar de si e das colegas de ocupação, a lutar por seus direitos, entre outros. Desse modo o movimento de prostituta é movimento educador, pois suas pautas putafeministas orientam as prostitutas a buscar conhecimentos sobre sua vida, seus direitos, sua existência e, sobretudo, produz aprendizagem sobre possibilidades de resistência. Ao longo dos estudos, ao tecer sobre mulheres e as questões que envolvem o feminismo, Hooks (1984), afirma que a principal finalidade do movimento feminista precisa ser

Encorajar as mulheres a lutar pela educação, para desenvolver seus intelectos, deve ser um objetivo primordial do movimento feminista. A educação como uma "prática de liberdade" (para usar outra frase de Freire) será uma realidade para as mulheres somente quando desenvolvermos uma metodologia educacional que atenda às necessidades de todas as mulheres. Esta é uma importante agenda feminista. (p. 91).

Só é possível considerar o feminismo enquanto um movimento bem-sucedido se ele for disseminado na sociedade. É necessário que ele não fique exclusivamente centralizado nos espaços da universidade e centro de pesquisa, bem como não seja um feminismo que tenha como sujeito políticos uma mulher universal; a feminista branca - que não necessariamente são brancas: é perfeitamente possível ser branca e feminista e não ser uma feminista branca - “é alguém que se recusa a considerar o papel que a branquitude e o privilégio racial ligado a ela desempenhou e continua a desempenhar na universalização das preocupações, pautas e crenças de feministas brancas como se fossem as mesmas de todos os feminismos” (Zakaria, 2021, p. 10). Somente assim, ele pode promover uma educação como prática social emancipadora para mulheres em suas diferentes posições sociais, sexuais, de gênero, raciais, etc.

5.3 “O mundo não é fácil para uma mulher negra como eu”: Sexismo, racismo e sexualidades dissidentes

Sobre as questões referentes ao feminismo, queremos destacar que algumas autoras apontam que o feminismo branco, ao tratar sobre as opressões sofridas pela mulher branca e de classe média, não dá conta de abordar as opressões enfrentadas pelas demais mulheres, e, sobretudo, é incapaz de tratar das demandas da prostituição de mulheres na América Latina. Chamamos a atenção para a necessidade de discutirmos dentro do feminismo, o racismo e

sexismo que marcam a vida das mulheres prostitutas. Capitu ao falar sobre si e suas demandas, traz sinais dessa necessidade:

Para mim, a prostituição foi uma oportunidade de trabalho, além disso tem outra coisa, eu sou negra e mulher da minha cor o destino da maioria é a cozinha dos outros e viver de babá. Eu não queria fazer essas coisas. O mundo não é fácil para uma mulher negra como eu, não é brincadeira, a pessoa da minha cor sofre de tudo nessa vida, eu tenho que pegar pesado com esses povo. Não posso baixar minha cabeça. (Capitu. Entrevista concedida em maio de 2022).

A voz de Capitu nos diz de como as prostitutas negras sofrem opressões associadas a diversos marcadores, isso nos provoca a desconstruir os discursos que trazem a percepção da prostituição como livre escolha, pois, no contexto do capitalismo, o trabalho subalternizado não é uma escolha. Para Hooks (2000), o sexismo é um marcador opressivo que atinge todas as mulheres e, ao cruzar com marcadores como o racismo, essa escolha passa a atuar como falta de escolhas.

Sobre as diferentes lutas sociais enfrentadas pelas mulheres brancas e negras, Hooks (1984; 2013), Gonzalez (1984, 2020) e Carneiro (2011, 2018) disseram que enquanto as mulheres brancas estavam travando batalhas por direitos sociais como a inserção no mercado de trabalho, do outro lado as negras e indígenas já estavam em subempregos e, ainda, concomitante às dimensões de gênero, enfrentavam um cenário de disparidade social por questões étnicas. Nessa mesma perspectiva, Lugones (2008) critica as teorias feministas generalizantes e afirma que elas excluem mulheres que sofrem questões de raça e classe. Pensamos, então, que é indispensável pensar no feminismo decolonial.

Observamos na lista de inscrição da ASP que grande parte das prostitutas que frequentavam as atividades eram negras e de baixa renda. Segundo dados da Procuradoria de Mulheres do estado de Sergipe, em Aracaju, a prostituição feminina e de rua é em grande maioria compostas por mulheres desempregadas ou que atuam no trabalho informal e que são obrigadas a abandonar a escola para trabalhar, tais fatores caracterizam, conforme Carneiro (2011), a “feminização da pobreza”. Isso nos faz lembrar desse desabafo feito acima por Capitu, ao contar sobre sua relação com a prostituição e trazer seu entendimento em relação aos espaços de trabalho da mulher negra no Brasil.

Construções negativas em torno da mulher apresentam a prostituição e/ou o emprego doméstico como opções de ganho financeiro. Sabemos que no Brasil às mulheres pobres, além dos preconceitos de uma sociedade que carrega marcas do racismo, se soma a discriminação por gênero nutrida pelo patriarcado. Esta circunstância permeada por um imaginário social que

alimenta em seu bojo o racismo, o sexismo, a discriminação é uma constante na vida dessas mulheres.

Hooks (2000, p. 144) diz que as feministas, tanto acadêmicas como dos movimentos sociais, “fazem questão de reconhecer que raça é importante e em seguida procedem fornecendo uma análise em que raça não é considerada”. Ao discutir a prostituição, é preciso reconhecer a emergência do debate racial nesses tipos de análises e para avançar na abordagem da prostituição, é indispensável pensar sobre as opressões das mulheres a partir da interseccionalidade, visto que são corpos que, além da subalternização do gênero, enfrentam a inferiorização da classe e raça: “as opressões que enfrentam as prostitutas e as mulheres negras e latino-americanas são parte da mesma força, do patriarcado racista que vivemos” (Mendonça, 2019 p.02).

É impossível analisar a realidade brasileira sem somar a divisão sexual à divisão racial, uma vez que, na divisão racial do trabalho, a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (Gonzalez, 2020, p. 69). A essas mulheres negras restaram as tarefas associadas à servidão. A autora questiona: “Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em ‘lidar com o público’? Ou seja, em atividades onde não podem ser vistas? Por que os anúncios de emprego falam tanto em ‘boa aparência’?” (Gonzalez, 1984, p. 233).

Esse requisito “boa aparência” é “um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário” (Carneiro, 2003, p. 121). Para a autora, a desvalorização estética das mulheres negras é resultado da combinação do racismo e sexismo, fruto da sexualização e coisificação do corpo de mulheres.

Diante disso, ao discutir sobre prostituição, não podemos trazer um discurso atravessado exclusivamente por gênero e/ou de classe, considerando que os reflexos do racismo operam na invisibilização e hipersexualização do corpo feminino. Carneiro (2018, p. 124) reforça que os movimentos feministas precisam considerar o fato de as mulheres negras tiveram experiências históricas distintas, pois “quando a desigualdade de raça se alia com a de sexo, constrói-se um verdadeiro ‘matriarcado da miséria’, que é o que configura a experiência histórica de ser mulher negra na sociedade brasileira”. Concordamos com a autora e reforçamos que é preciso pensar racismo, sexismo e as experiências de pessoas com sexualidades dissidentes.

Além disso, as marcas nas vidas das mulheres desse grupo, identificado pela raça, cor, etnia e classe, podem evidenciar relações orientadas por agressões e preconceitos naturalizados

nos discursos de desconfiança sobre a intelectualidade feminina. As naturalizações se materializam em ações que vão desde a subordinação a cargos considerados femininos ou de pouco prestígio até às ações concretas que cotidianamente impedem a escolarização de mulheres.

Nas experiências vivenciadas diariamente por essas mulheres, as opressões são entrelaçadas por questões que envolvem gênero, raça, classe, sexualidade, idade, nacionalidade (Gonzalez, 1984). Essas opressões enfrentadas pelas prostitutas e as mulheres negras e latino-americanas carregam elementos do patriarcado racista presente na sociedade. “Pensar numa luta feminista sem pensar nessas mulheres é ineficiente” (Ribeiro, 2018, p.63). Em seu artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, González (1980, p. 224), ressalta que o racismo institui a “neurose da cultura brasileira” e “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. Desse modo, é imprescindível pensar gênero, raça e sua interseccionalidade.

A prostituição precisa ser analisada em seu conjunto, que envolve opressões de classe, de raça e de idade. Mediante esse entendimento, tal prática não pode ser vista exclusivamente pela perspectiva da sexualidade ou pela maneira como o feminismo branco percebe a sexualidade enquanto resultado da dominação masculina. É necessário considerar que o sexismo, o racismo e demais marcadores sociais agem juntos.

Ao definir o conceito de feminismo, Hooks (1984) diz que ele não é um movimento de luta anti-homem. É, na verdade, um movimento de enfrentamento à estrutura sexista construída politicamente, socialmente e historicamente. Esses movimentos devem pautar a importância das vidas postas à margem do mundo, pensando em uma educação disposta a refletir os saberes vivenciados no cotidiano. Contudo, articulações entre o movimento de prostitutas e o feminismo são essenciais para o fortalecimento da luta por direitos.

Inspiradas em Hooks (2013, p. 20), buscamos pensar as “[...] práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação como racismo e sexismo[...]”. Esses pensamentos contribuem para a proposição de uma prática educativa transgressora focada na emancipação de pessoas que vivem sexualidades dissidentes como é o caso das prostitutas. Como já mencionamos Gabriela Leite, também foi questionada sobre a relação entre os feminismos e as pautas das prostitutas.

E não são só as correntes dos feminismos - sejam elas de linhas mais liberais, sejam elas de linhas mais marxistas - que olham a prostituição como uma marca indelével de como os homens objetificam as mulheres por meio da dominação de sua sexualidade e capacidades reprodutivas. Mais do que isso, Moira pontua que, diante da completa ausência histórica das

pautas das prostitutas das eleições brasileiras, depende do movimento organizado de prostitutas há mais de 30 anos a luta contra a truculência da polícia, para diminuir os efeitos do estigma, para poder trabalhar em melhores condições, para termos participação efetiva nas decisões que nos afetam: “Não há feminismo sem prostitutas, não há esquerda sem prostitutas. [...] resta saber das candidaturas: alguma se arriscará a assumir posição, alguma cometerá a ousadia de dizer o óbvio? *Nada sobre nós, sem nós!*” (Moirá, 2018, s.p.).

Diante desse cenário de *nada sobre nós, sem nós*, pelo alijamento radical das prostitutas, é que a categorização de uma Pedagogia Prostituta se torna, para nós, fundamental, como um modo de compreender sobre os aprendizados que surgem dentro da organização de prostitutas contra sua luta às formas clássicas de dominação patriarcal-colonial e, também, contra os alijamentos produzidos pelos movimentos ditos *defensores* das minorias sociais. Assim, e diante de uma moralização absoluta das forças de dominação e resistência, buscamos problematizar os saberes produzidos na ASP como uma forma de descolonização da desumanização inarredável da experiência das prostitutas e, portanto, como re/existem apesar de todas as linhas de força que buscam varrer do mapa suas existências.

O movimento de prostitutas no Brasil fortaleceu a organização dessas mulheres na sociedade, já que na vivência da instituição eram ensinadas sobre os contextos teórico-práticos que cercam o feminismo. Em vista disso, verificamos nessas práticas pedagógicas uma perspectiva emancipatória e crítica nos revelando como o movimento de mulheres teve influência nas pedagogias presentes nos embates pelo empoderamento feminino, a liberdade sexual e a agência sobre o próprio corpo.

Nesse sentido, as práticas educativas realizadas na ASP não visavam adaptações, normatizações ou conformidades, como muitas vezes currículos de ordem tradicional e escolar tendem a fazer com os alunos. Tratava-se de um currículo vivo, que destoa do sentido de moldar um padrão esperado de comportamento ou existência. Permitia e produzia a valorização das próprias vidas daquelas mulheres, para que pudessem ser o que são. Para tanto, eram consideradas as subjetividades e particularidades de cada uma delas, pela construção de estratégias de (re)existência, autonomia, de afirmação de seus modos de vida.

A organização de movimentos de prostitutas é lugar de enfrentamentos, que produz fissuras necessárias no sistema social. Este movimento emerge de experiências subalternas, é articulado a partir da história de um grupo social de mulheres que resistem. Essa resistência nada mais é do que uma das formas de expressão do poder (Foucault, 1979). De acordo com Candelária, a ASP fez parte desse movimento promovendo o debate em torno do protagonismo no âmbito da vida prostituta. Nesse espaço, as mulheres criam brechas e sabotam o sistema

normativo que tenta silenciá-las. Desse modo, a ASP foi também o lugar de produção de existência outra, já que é nesse espaço que elas podem falar e serem ouvidas. Os saberes e formulações pedagógicas, elaboradas por mulheres nos seus espaços contribuem para a garantia de direitos, por isso, apostamos na potência da organização de prostitutas como lugar de luta e ressignificações das normas e aprendizados outros.

Um processo de deseducar, desconstruir, para depois reconstruir um novo jeito de se entender no mundo, para além de colonialidades que marcam seus corpos tão estigmatizados (Walsh, 2009). A inclusão realizada pela ASP se tratava muito de mostrar que existem opções, que a prostituição não se apresenta na vida dessas mulheres como uma imposição das circunstâncias sociais em que elas se constituíram. Não havia julgamentos nem para as que desejavam continuar nem para quem dela desejasse sair.

Eram desveladas as perspectivas objetificantes e fatalistas, que encerravam a discussão sobre as possibilidades existenciais dessas mulheres antes mesmo de serem iniciadas. Para Freire (2022), um outro objetivo de uma educação como prática da liberdade é também o de romper com o fatalismo ontológico que cobre como um véu as possibilidades transformativas da vida dos sujeitos. Para além de um ensino instrumental, a ASP era um espaço de ruptura, de fratura em um sistema de esquecimento em relação às prostitutas. Um esquecimento tanto objetivo, considerando a ausência de políticas públicas efetivas e empoderadoras para essas mulheres, quanto subjetivo, ao se desconsiderar que elas sofriam e sofrem diversas violências.

As experiências de vida são um terreno fértil para produção de teorias feministas libertadoras que trazem aspectos renovadores de movimentos e feminismos³⁰. Isso nos provoca a refletir sobre a resistência a partir do conhecimento vivido das dores das mulheres. Bell Hooks alerta para a importância do movimento feminista de evidenciar a voz que pulsa nos subalternos, rompendo com a opressão que historicamente promove a negação do existir das mulheres de cor, das prostitutas, das lésbicas, das mulheres trans e todas as possibilidades de mulheridades que não correspondem à hegemonia da feminista branca (cisgênera, heterossexual, de classe média, etc.).

Como afirma Hooks (2017), uma educação que desconsidere questões sociais tende a formar sujeitos que não estão conscientes desses aspectos, tão inerentes à sociedade. Aspectos esses que, muitas vezes, são de violências e opressões diversas. Assim, a autora defende o feminismo negro como uma matriz teórica fundamental no processo educativo, visto que poderá

³⁰ O feminismo comunitário, feminismo negro; feminismo autônomo; feminismo decolonial; feminismo insurgente; feminismo interseccional; feminismo das diferenças.

formar sujeitos que deixarão de reproduzir práticas opressivas, além de lutar contra elas. Isso se verifica na ASP, a partir dos cursos e rodas de conversa realizados, pois versavam sobre esses temas, mas, principalmente, sobre o empoderamento da mulher como aspecto fundamental para o processo de engajamento e transformação política. Essa é uma das principais práticas de uma educação popular, a instrumentalização política para a transformação, já que “o verdadeiro realismo do educador popular, social e comunitário é a utopia, porque esse educador educa em função de um sonho na busca por um mundo justo, produtivo e sustentável para todos e para todas” (Gadotti, 2015, p. 3).

Logo, o processo pedagógico na prostituição, dentro da experiência da ASP, pode ser entendido também em sua função de organização. O processo de união dentro de uma associação permite, além de trocas pedagógicas, o apoio que, muitas vezes, é necessário para a própria sobrevivência dessas sujeitas. Segundo Sousa (2018), estudar a prostituição é sempre pensar o político-pedagógico, entendendo que a própria existência dessas mulheres é uma ruptura. Rompe-se com a ideia da mulher dentro de um conjunto de procedimentos padrões de comportamentos esperados que muitas vezes cristalizam suas existências, desumanizando-as (Lugones, 2014).

Assim, o processo de educação na ASP também era um processo de desconstrução e reconstrução. Essas mulheres obtinham com a associação um espaço que, possivelmente, pela primeira vez nas suas vidas, as entendiam enquanto pessoas, enquanto seres humanos. Com as atividades da ASP, elas entendiam como poderiam ser quem são e eram realizadas diversas ações nesse sentido. Reconhecer-se, entender sua identidade e suas experiências é um elemento importante para a construção da aprendizagem e da mudança. De certa forma, aprender tem um quê de transformação e, como afirma Hooks (2017), a transformação a partir da experiência em sua dimensão afetiva é muitas vezes a mais potente.

Pensando em existências outras, a própria ASP tinha um papel de enfatizar que outros modos de ser, saber e viver eram possíveis (Walsh, 2008). Um exemplo disso é um trecho retirado de um dos documentos da ASP, que versa sobre a assessoria jurídica para pessoas com AIDS. O trecho diz que a ASP em suas atividades quer possibilitar um ato de solidariedade, para que as prostitutas realizem o sentido de suas vidas e que atinjam a plenitude humana, entendendo que a medida exata desta plenitude não é a quantidade de tempo vivido, e sim a intensidade com que se vive cada instante (ASP, 200-?). Assim, é possível observar o compromisso humanista da ASP com todas as pessoas, especialmente com as prostitutas assistidas pela associação. Esse excerto citado ilustra seu pacto com o desejo de transformação

da sociedade e das pessoas, aspecto completamente alinhado aos saberes da decolonialidade (Mignolo, 2017).

É a ASP, espaço que vai além do lugar de um simples encontro, que produz e ressignifica saberes e possíveis práticas educativas. As experiências educativas englobavam o aprendizado de aspectos objetivos e concretos, como a prevenção de violências, a proteção contra DSTs, como cobrar por um programa, como se maquiar, como cuidar das colegas de ponto e, ao mesmo tempo, tratavam de aspectos subjetivos e simbólicos, como o ser mulher, a autoestima, o reconhecimento de si mesma enquanto ser humano.

6. PALAVRAS FINAIS

Minha vida sempre foi ao lado das putas (Candelária. Entrevista concedida em novembro de 2019).

Para escrever as conclusões desta tese, rememoramos as palavras ditas e as cenas vividas no campo de pesquisa. Quando fechamos nossos olhos conseguimos sentir o perfume de cada ambiente, o timbre das vozes, o cheiro do café oferecido nos lugares das entrevistas, tudo ainda é latente em nossas memórias, pois fomos tocados e ensinados. Assumimos sem pudor que no diálogo com prostitutas também aprendemos: aprendemos a olhar a experiência prostituta desde outro lugar, aquele da militância, da subsistência e da coletividade. Talvez no início, quando desenhamos esse estudo do nosso lugar socialmente confortável, era difícil imaginar que íamos aprender com as putas. Pois bem, foi exatamente isso que aconteceu. Como nos ensina Walsh (2013), nas nossas entranhas uma pedagogia outra operou em nossos conhecimentos. Nesse processo, nossa subjetividade feminina foi sendo desconstruída e reconstruída e o que seria apenas uma pesquisa de campo tornou-se um projeto de vida e se faz, hoje, carne viva em nós. Se Candelária vive em cada prostituta que passou pela ASP, ela hoje vive em nós no ato mesmo em que, em nossas conversas, em nossos encontros, nos posicionou em um certo desconforto subjetivo - diante de uma outridade radical - e, com isso, nos descentralizamos, nos desconstruímos e chegamos profundamente mudadas ao escrever as linhas dessa conclusão.

Foi ouvindo as prostitutas que começamos a questionar nossas sexualidades e subjetividades. Para além disso, aprendemos como a militância delas pode fortalecer a luta contra a invisibilização feminino presente na sociedade patriarcal. Arriscamos a dizer que tudo isso foi para nós a própria pedagogia prostituta que opera na produção subjetiva do ser mulher. Dialogar com Candelária possibilitou entrar em contato com a trajetória do movimento de prostituta sergipano. Adentramos neste campo com desejo de saber mais sobre os saberes que emergem dentro do movimento sergipano de prostituição, categorizando-os nesta pesquisa, como Pedagogia Prostituta que provoca tensões nas estruturas sociais.

Importa indicar que esta tese teve como ponto de partida os seguintes questionamentos: Como as ações organizadas por Candelária na ASP podem configurar uma Pedagogia Prostituta? Como Candelária, por sua vida, construiu um devir da resistência no movimento de prostituta de sergipano? Como constituem as relações entre a carreira da Prostituta militante Candelária e as práticas institucionais de (re)existências da ASP? Como a Pedagogia Prostituta se constituiu na vida dessas mulheres e como foram apropriadas? Tais questionamentos, entre limites e possibilidades, foram respondidos ao longo desta tese.

Reafirmamos a compreensão de que as ações produzidas por Candelária na ASP produzem enfrentamentos às estruturas de opressão racistas, sexistas e classistas que marcam a formação social brasileira, numa estrutura que se perpetua como colonialidade do ser, do poder, do saber. Processo histórico excludente que busca desumanizar e eliminar sujeitos outros. A experiência vivida de Candelária fez com que ela mobilizasse um putafeminismo tendo como premissa um processo pedagógico de uma criação artesanal, em um sentido estético mesmo, da subjetividade. Como dissemos, o putafeminismo, enquanto experiência ético-estética, pode, talvez, causar “uma espécie de dor, na medida em que deixa emergir a estranheza, a resistência, a adversidade das coisas” de modo que “é justamente pelo impacto que nos chega pelos sentidos que nossos afetos podem ser mobilizados, constituindo-se nisso a possibilidade de rever nossas crenças, de conhecer como as paixões agem sobre nós e de aprimorar nossa sensibilidade ética” (Herman, 2018, p. 16).

Tais ensinamentos produtores de subjetividades putafeministas são categorizados como políticos, sociais e sexuais. Estes aprendizados constituem um conjunto de estratégias, que convoca essas mulheres para a resistência às múltiplas opressões que atingem os corpos das prostitutas, constituindo, portanto, uma pedagogia prostituta, pautada na Pedagogia Feminista Decononial. Ao fazer isso, além de produzir uma crítica social ao lugar da prostituta, elas se empoderaram para desconstruir estereótipos de marginalização das prostitutas implicados tanto aos discursos patriarcais como ao de algumas correntes dos feminismos. Mobilizando conhecimentos sobre a prostituição, as mulheres buscam ressignificar o corpo prostituta enquanto corpo político dotado de capacidade de articulação para tensionar e tomar os espaços de poder. É, sem dúvida, como colocou Bell hooks, uma forma de “curar nosso corpo político ferido³¹” por pedagogia transgressora que, para além da resistência, é transformadora. Isso reforça nossa concepção de que as ações organizadas por Candelária revelam sua potência educativa, através de um processo de partilhas dos saberes no seio dos coletivos de prostitutas para educar dentro da militância e, com isso, curar o corpo político ferido das prostitutas.

A carreira militante de Candelária é marcada pela resistência às normas de uma sociedade misógina pautada no ódio às diferenças. Ao organizar o coletivo de mulheres ela diz sim à vida da puta, da prostituta, da meretriz, pouco importa a denominação, pois aprendemos com elas que toda mulher é uma puta mulher. É pelas marcas presentes na sua vida que

³¹ Bell, Hooks. bell hooks: Amor como prática da liberdade. **Centro Feminista de estudos e Assessoria**. 15, setembro, 2023. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=7787:bell-hooks-amor-como-pratica-da-liberdade&catid=564> Acesso em 20 de outubro de 2023.

conhecemos elementos da prostituição, ditos da forma mais potente e real. Sua liderança, pioneira em Sergipe, marca o movimento de prostitutas no nordeste e no Brasil. Como nos disse Amara Moira, “não há feminismo sem as prostitutas, não há esquerda sem as prostitutas”. A putafeminista Candelária, ao compor os próprios rumos da sua vida, diz sobre si, sobre a subjetividades de uma puta mulher e sobre o corpo da prostituta que carrega histórias, memórias e resistências.

Ao longo deste estudo evidenciamos que a união das prostitutas em associações gera sentimentos de pertencimento. Isso cria brechas em expectativas sociais que marginalizam os sujeitos outros. Os movimentos de prostitutas são portadores de saberes pedagógicos, dentro de um processo educativo marcado por iniciativas voltadas para a emancipação social de sujeitos que estão historicamente marginalizados. Com a finalidade de orientar as mulheres sobre estratégias para promover um processo de emancipação social e luta contra as desigualdades.

O Movimento de prostituta sergipano atuou com a finalidade de promover um processo de luta contra a invisibilização de suas existências atravessadas por diversas opressões interseccionais. Sendo assim, as mulheres prostitutas passaram a atuar como sujeitos coletivos, demarcando suas experiências e reivindicando políticas públicas. Ao fazer isso, promovem rachaduras importantes, educando os sujeitos envolvidos dentro da militância e, também, fora dela.

Isso justifica nossa defesa em torno da importância de dar visibilidade às contribuições das mulheres prostitutas no campo da educação, evidenciando que estas auxiliam na construção de uma educação outra, pautada no combate às estruturas interseccionais excludentes. Nesse sentido, na pedagogia prostituta produzida pelas mulheres na ASP, encontramos elementos do putafeminismo, utilizados como respaldo nas orientações ensinadas, a medida em que estas mulheres compartilham saberes, articulam fundamentos desse pensamento feminista nas suas estratégias de resistência às opressões. Na ASP, existiu a produção de um putafeminismo que são saberes práticas de subjetivação das prostitutas, ou seja, lá existe a transmissão e a produção de saberes, mesmo que informais, que têm sentido tanto instrumental e prático quanto formador e gerador de resistência e autonomia.

A produção da pedagogia prostituta passada de puta para puta, potencializa os sentidos de vida das prostitutas e fratura as normatizações postas sobre sexualidades outras. Na potência de socializar saberes mostram a importância de assumir a autoria das suas próprias histórias e juntos constroem histórias outras na ASP. Vale ressaltar que essa articulação faz com que haja uma abertura para uma diversidade de pensamentos dentro do feminismo. Por isso, o putafeminismo traz uma contribuição para a desconstrução do estigma em torno das

prostitutas. Os coletivos de mulheres prostitutas são lugares de saberes transgressores e os conhecimentos socializados são maneiras outras de insurgência. É uma possibilidade viva de ensinamentos, de pedagogias outras e, além disso, a forma como a ASP desponta no cenário regional e nacional demonstra sua importância dentro do movimento.

Dessa forma, a associação se mantém viva no legado dos movimentos, não só de prostitutas, mas sociais como um todo no Brasil. O exemplo da associação permite entender a potência de uma prática educativa e a importância de se pensar a configuração de saberes de maneira ampliada, para além das salas de aula ou de perspectivas epistemológicas, que em busca da objetividade, perdem o contato com a concretude da vida humana.

Para ensinar as mulheres, a ASP traz para as discussões das atividades elementos da vida das prostitutas, de maneira a torná-los seu aprendizado significativo nas trajetórias de vida das participantes. Esse movimento contribui para suscitar o empoderamento a partir da desconstrução de estereótipos negativos atribuídos a essas mulheres. Observa-se, portanto, o interesse em trazer uma orientação sobre os dilemas reais enfrentados pelas prostitutas. Ao apontar nas trocas de saberes a existência das intersecções de opressões que atingem suas vidas, a ASP apresenta-se como um espaço produtor de saberes emancipatórios que visam a melhoria das condições de existência do seu grupo social.

Podemos compreender que as ações cunhadas por Candelária na ASP se apresentam, dentro do Movimento sergipano de prostitutas, como um coletivo de referência na luta por políticas públicas que garantam direitos de existência. Nas narrativas percebe-se que a associação se colocou como uma instituição a desafiar padrões vigentes, sejam objetivos ou subjetivos, do ser mulher, do ser trabalhadora, do ser prostituta. Reivindicando o lugar da prostituta enquanto um sujeito de fronteira, a educação atuava como mediadora do protagonismo social das associadas, no sentido de ser meio de processos educativos que essas mulheres conseguiram visualizar novas possibilidades na vida.

Ao organizar a ASP, Candelária contradiz o que era então colocado como dentro da moral, dos bons costumes, dos saberes e dos papéis sociais relacionados às mulheres, principalmente as prostitutas. Os 264 documentos manuseados e as entrevistas realizadas trazem um panorama amplo e contundente de como era o funcionamento institucional e pedagógico da instituição. Os saberes constituídos diziam sobre a importância das mulheres reivindicarem seus direitos frente a um mundo ainda machista, que deseja o controle e a norma sobre seus corpos e suas subjetividades. Candelária, como líder da ASP, não só soube resistir, mas construir. Em seu desejo apresentado como o de fazer história, mostrou que dentro de si há potências. Potências educativas, potências em busca da liberdade de ser quem é e de que outras

pessoas também possam ser atingidas. Não apenas uma liberdade subjetiva, mas objetiva, a partir da concretização de direitos, protagonismos sociais, o fim da violência e a dignidade construída através da luta.

Por isso afirmamos que, no engajamento coletivo, essas mulheres prostitutas construíram uma pedagogia própria, ligada ao ensino dialógico, crítico, humano e experiencial. Considerando as dimensões tanto afetivas quanto políticas da existência de opressão dessas mulheres, não as colocou em um lugar de simples vítimas. Afirmou, sim, essa possibilidade. Não negou a existência da opressão estrutural frente a essas mulheres, mas por meio de rodas de conversa, cursos, ações educativas, intervenções político-pedagógicas, mostrou que há um lugar para além desses fatores e ensejou nelas um processo de conscientização e de desvelamento de outras possibilidades de ser, sem julgamentos. As mulheres poderiam, sim, ser prostitutas, mas precisavam se cuidar e cuidar das que dividiam o ofício com elas. Além disso, podiam cuidar da sociedade, sendo multiplicadoras dos saberes construídos.

Portanto, ocorreu um processo de instrumentalização para o trabalho e para toda a luta envolta sobre ele. Capacitou-se essas mulheres para um melhor exercício da prostituição, mas não de uma maneira simplesmente objetificante ou que promovesse um assujeitamento dessas mulheres aos desejos de seus clientes. Isso resultou no processo de agenciamento que levou essas mulheres a se reconhecerem enquanto sujeitas, donas de seu próprio corpo e de sua própria história.

Assim, a constituição da ASP se deu a partir da necessidade de mudança de um contexto social em que havia uma completa ausência do estado e da sociedade como um todo no suporte às prostitutas. Candelária se tornou porta voz de uma população oprimida e, por meio da educação, produziu brechas. Brechas em um sentido de perceber um horizonte, uma possibilidade de mudança e de transformação. Com sua pedagogia, trouxe a esperança, mas também a revolta, a indignação que mobilizou suas “meninas”, como chamava as prostitutas da associação, a transcenderem o que foi imposto a elas e, com isso, mostrou a educação em seu potencial transformador e formador, voltada para a cidadania, apresentando outras possibilidades sociais de ser, de saber e de (re)existir. Candelária deixou como legado sua incansável luta pela transformação social e se configura como produtora de saberes a partir da educação não-formal, decolonial, subversiva e transgressora, outras existências e outros saberes possíveis.

Compreender os saberes educativos produzidos nesse coletivo de putas, nos permite perceber a ASP como um espaço de acolhimento e aprendizado sobre os movimentos sociais e suas estratégias políticas necessárias frente às opressões que permeiam a vida de sujeitos

sexualmente dissidentes. Os modos como prostitutas constroem uma pedagogia própria, a sua Pedagogia Prostituta diz das experiências de trabalhadoras sexuais e do Movimento Social de Trabalhadoras Sexuais e, sobretudo, apontam como vão se configurando como um importante lócus de transformação da sociedade. Estes corpos apontam a construção de uma pedagogia onde os saberes tecidos na rua reivindicam, resistem e emancipam.

Pedagogia Prostituta como uma prática de resistência e de pedagogia decolonial. Ao desvelar uma Pedagogia Prostituta no movimento social, há uma educação difusa, onde não podemos separar o processo de aprender do processo de ensinar, o foco recai no educar-se, isto é, na educação que se concretiza pelas intersubjetividades em diálogo. As produções acadêmicas sobre a prostituição na educação exemplificam que, a partir de uma postura decolonial, é possível pesquisar sem julgamentos. É possível valorizar saberes subalternizados, esquecidos, ignorados, para reconhecer seus valores tanto sociais quanto acadêmicos. É possível aprender com as práticas educativas da prostituição, pelas suas experiências na associação, de suas práticas na rua e nos bordéis, na construção de uma coletividade.

As práticas educativas incidem sob processos de transformação social. Tomando como base os saberes e as práticas educativas da Associação Sergipana de Prostitutas, foi possível identificá-la enquanto entidade da luta pelos direitos (em um sentido amplo) das prostitutas no estado de Sergipe, tendo sido fundamental para a apresentação de um outro futuro possível para essas mulheres. Com esta tese queremos visibilizar ações da ASP, evidenciando que, nas pautas educativas, são apropriados saberes pedagógicos como ferramenta na constituição de outras formas de existência.

A rua é um ambiente dinâmico que possibilita um local de aprendizado, mas também de ensinamentos. Durante toda esta vasta caminhada, pudemos desmistificar alguns fatos, como também afirmar atitudes existentes nesse território do prazer. Observar os comportamentos adotados por prostitutas é uma das formas empregadas por essas mulheres para desenvolver saberes e aprendizagens. A configuração dos saberes da ASP é extremamente diversa e as categorias apresentadas no presente trabalho foram uma tentativa de descrever de forma sucinta como cada uma delas atuava no todo da instituição. Cada um dos saberes, seja sobre cidadania, sexo, corpo e higiene, atuava em prol de uma construção unificada. Tal unificação se dava, principalmente, por meio da ação, visto que a educação na ASP, para além de um simples “conhecer” culminava em sentido de um “conhecer para fazer”.

A subjetividade e a objetividade da ASP permitem compreender que pensar a educação é, acima de tudo, pensar em processos dialógicos entre sujeitos. E esses sujeitos, a partir de suas existências e de como elas se configuram em contato com o mundo, podem sempre, por meio

da união coletiva e política, buscar transformar suas realidades. A educação na ASP é um exemplo de educação como prática da liberdade, por mais que o caminho pela conquista dela seja árduo, ela é um exemplo e se mantém viva no ideal de que, a partir do educar, é possível mudar. A educação transgressora diz de uma são ações do movimento contra a colonialidade e ressignificou/reeducou dentro do próprio cenário pedagógico.

Ao perceber práticas educativas, lançamos um olhar sobre o campo dos estudos decoloniais e feministas pensando no movimento de prostituta enquanto educador das putas, contudo, sabemos que existem outros olhares possíveis a serem atribuídos, aos coletivos de mulheres prostitutas. Portanto, deixa-se aqui, então, as últimas palavras, que outras conexões poderão surgir acerca da prostituição e educação, ou seja, a partir dessa tese podem-se derivar outros estudos, inclusive em uma perspectiva internacional, em países latino-americanos. Assim, almeja-se que esta tese possa levantar novos/outros problemas de pesquisa relevantes para pensar a temática. A vida Candelária e o movimento de prostitutas sergipano que protagonizam lutas sociais merecem ter suas histórias narradas para que outras gerações tenham a oportunidade de conhecer as trajetórias de luta cunhadas pelas prostitutas. Por fim informamos que com o falecimento de Candelária, a ASP se mantém fechada, contudo o surgimento da ASTRASSE pode ser compreendida como uma continuidade em relação às ações e aos trabalhos executados na ASP, pois algumas associações – assim como outras Organizações – ONG – quando fecham voltam a atuar com outro nome, outra direção

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. **A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós estruturalistas**. In: Metodologias de pesquisas pós críticas em educação, Organização: Dagmar Estermann Meyer & Marlucy Alves Paraíso. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

ALVAREZ, Marcos César. **Michel Foucault e a sociologia**: aproximações e tensões. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 20, n. p. 15-33, jan-jun 2015, Tradução. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Alvarez_MC_2781208_MichelFoucaultEASociologia.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

ANZALDÚA, Gloria La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 704–719, set. 2005.

ARAÚJO, Fernanda Pereira de; MATTOS, Mayara Ferreira de. Descolonizar os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos: uma perspectiva decolonial das teorias sobre gênero, sexualidade e raça. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, 2016.

ARAGÃO, Ian Ravih Rollemberg; MESQUITA, Ilka Miglio de; SANTOS, Luzinete Rosa dos. **Práticas Educativas na Prostituição**: experiências na Associação Sergipana de Prostitutas. Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 28, n. 2, p. 161-182, 2022.

ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE PROSTITUTAS, **Programa de Assessoria Jurídica aos Portadores de HIV/AIDS**, [200-?]

ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE PROSTITUTAS, **Projeto Eu Me Adoro**, [2004?]

ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE PROSTITUTAS, **Projeto Adolescentes em Risco**, 2005.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio-ago 2013.

BALTHAZAR Gregory da Silva. Crianças viadas e o deslugar do gênero na escola: notas para um feminismo cor de ar. **Educar em Revista** [online]. v. 36, 2020, disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.69557>>. Acesso em: 5 dez 2022.

BALTHAZAR, G. da S. Quando a pedagogia toma posição ou o que aprendemos diante das imagens dos homens do triângulo rosa? **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 11, p. 209–233, 2019. DOI: 10.9771/peri.v1i11.29218. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/29218>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BALTHAZAR, Gregory. da Silva. MARCELLO, Fabiana de Amorim. Feminismos para além dos feminismos: êthos crítico e transformação do pensamento. **Educação em Revista**, v. 34, p. e192828, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/t8KnFxpfbpkZ99MJC4KhFnP/?format=pdf>

BARRETO, Lourdes. **“Na prostituição, aprendi a ver que a sociedade tem muitos problemas, e eu não era a errada da história”**. Disponível em: <<http://www.hiroshibogea.com.br/lourdes-barreto-na-prostituicao-aprendi-a-ver-que-a-sociedade-tem-muitos-problemas/>>. Acesso em: 4 fev. 2022

BALTHAZAR, Gregory. da Silva. **O que nos faz humanos?** Maria Lúcia Magliani e a solidão do corpo em tempos fascistas. Anos 90,[S. l.], v. 26, p. 1–17, 2019. DOI: 10.22456/1983-201X.89448. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/89448>. Acesso em: 27 nov. 2023

BARRETO, Leticia. **Somos sujeitas políticas de nossa história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. 2015. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação**. In. cadernos pagu (53), 2018.

BUTLER, Judith. **Quadro de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. **Define os crimes de tortura e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 abr. 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Relatório de Recomendações para a Assistência Integral às Pessoas que Exercem o Trabalho Sexual na perspectiva da Redução de Danos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

CANDELÁRIA - **Aquela que Conduz a Luz**. Direção: Jade Leonardo Pereira Moraes. São Paulo: Doc Tv, 2005. DVD.

CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004. 192 p.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil** / Sueli Carneiro — São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 11 out. 2021.

Colman, S. R., & Balthazar, G. S. (2021). The outsiders' society: from prosperity gender pedagogies to post-feminist heterotopias. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 14(33), e16443. Disponível em: file:///C:/Users/Home/Downloads/alfdias,+ARTIGO+ID+16443.pdf

Colman, Stefane. Rodrigues. & Balthazar, Gregory. Silva. (2021). O SORRISO DE MEDUSA: MONSTRAS OU NOMADISMOS FEMINISTAS E EVANGÉLICOS. **Revista Coisas do Gênero** | São Leopoldo | v. 9, n. 1 | p. 265-287 | Jan./Jun. 2023. Disponível em: http://198.211.97.179/periodicos_novo/index.php/genero/index. Acesso em: 29 set. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York/London: Routledge, 2000.

CRUZ, Debora Souza. **Os cabarés de Aracaju diversões e resistência no Estado Novo**. Aracaju, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT10/GT10-D%C3%89BORA.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

DINIZ, André Geraldo Ribeiro; MAYORGA, Claudia. **Notas Sobre Autonomia E Desqualificação Social De Mulheres Prostitutas**. Psicologia & Sociedade, [s.l.] v. 30, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/fjyspX9bKyFcYdFxb9T359m/abstract/?lang=pt>. Acesso em Nov. 2021.

DUSSEL, Enrique. 1993. 1492, **o encobrimento do outro (a origem do mito da modernidade)**. Conferências de Frankfurt Petrópolis: Vozes.

EVARISTO, C. **Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, Belo Horizonte, v.13, n.25, p.17-31, 2º sem. 2009.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FERREIRA, Flávia Carmo. **Trabalhadoras do sexo e profissionais da saúde: percepções sobre os processos educativos relacionados à saúde presentes no trabalho sexual**. 142 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

FOUCAULT, Michel. “É inútil revoltar-se”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1979] 2004, p.77-81.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: estratégias saber-poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. In: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. Gerir os ilegalismos. Entrevista concedida a Roger Pol-Droit, gravada em janeiro de 1975. In: POL-DROIT, R. Michel Foucault- entrevistas. São Paulo: Graal, p. 41-52. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder, e a política da identidade*; tradução Wanderson Flor do Nascimento. In: Verve, 5. p. 260-277, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade**. In: M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 243-276). Rio de Janeiro: Graal. 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola. 1996.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In P. Rabinow, H. Dreyfus, Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FALKENBERG, Miriam Benites et al. **Educação em saúde e educação na saúde**: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Brasília, p. 847-852, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kCNFQy5zkw4k6ZT9C3VntDm/?lang=pt>. Acesso em: Abr. 2022

FRANÇA, Marina. Praticando a prostituição: aprendizagens e mudanças. *Anais da, 37ª Reunião Nacional da ANPED*, Florianópolis, Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt06-4016.pdf>. 2015.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 360-371, jul. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198203052020000500360&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01 dez. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo** na cultura brasileira. In: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1984.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782011000200005&lng=pt&nrm=iso. acesso em 11 jul. 2022.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo.

GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. *Mulher da Vida, É Preciso Falar: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais*. Campinas: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, 2019.

HERMANN, Nadja. Oenlace enntre corpo, ética e estética. **Revista brasileira de Educação**, V.23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/c3Z3pVfgTsGT5BrC3jF3nJS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 nov 2023.

HELENE, Diana. *PRETA, POBRE E PUTA”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2015.

HELENE, D. O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498590152_A_RQUIVO_d_helene.pdf

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n.2v.3, p.464-478. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em 10 maio 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, Martins Fontes. 2013.

HOOKS, Bell. **Black Women: Shaping Feminist Theory**. In: JAMES, Joy; SHARPLY, T. Denean. *The Black Feminist Reader*. Ny: Publishers, 2000.

HOOKS, Bell. **Teaching to Transgress: education as the practice of freedom**. New York, London: Routledge, 1994.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory from the margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

LEITE, Gabriela; LENZ, Flavio. “A trajetória do movimento de prostitutas e sua relação com o estado brasileiro”. In: ABIA. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil**: levantamento nacional e contexto internacional. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids: Rio de Janeiro, 2013 (p. 41-48).

LEITE, Gabriela. Entrevista com Gabriela Leite. *Democracia Viva*, p. 42– 57, 2006.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEITE, Gabriela. Encontro Nacional de Prostitutas. Rio de Janeiro: Mimeografado. , 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2a ed. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, Gênero e Sexualidade*. Porto-Portugal: Porto Editora, 2000.

LUGONES, María. **Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**. Hypatia, 2007.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 22 n3. 2014. disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/> Acesso em: 10 sets 2021.

MARCELLO, Fabiana. de Amorim. FISCHER, Rosa. Maria. Bueno. Tópicos para Pensar a Pesquisa em Cinema e Educação. **Educação & Realidade**, Porto alegre. [S. l.], v. 36, n. 2, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/16944>. Acesso em: 11 set 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MOIRA, Amara. Não há feminismo sem prostitutas, não esquerda sem prostituta. **Mídia Ninja**. SÃO PAULO. (s.p.). 2018.

MOIRA, Amara. “**Prefácio: prostituindo saberes**”. In: PRADA, Monique (Org.). **Putafeminismo**. São Paulo: Veneta, 2018. p. 11-15.

MOIRA, A. As putas que querem ser putas. 2014. Disponível em: <https://www.esseufosseputa.com.br/2014/11/as-putas-que-as-putas-querem-ser.html> Acesso em: 20 jul. 2023.

MORAES, Aparecida. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MBEMBE, Achille. A universalidade de Frantz Fanon. Este artigo é o prefácio do livro de Frantz Fanon *Œuvres*, publicado pela La Découverte em outubro de 2011, em homenagem do cinquagésimo aniversário da morte de Frantz Fanon. Cidade do Cabo (África do Sul), 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENDONÇA, C. C. (2019). Cruzamentos: a prostituição e os feminismos negro e descolonial. *Revista Espirales*, [S. l.], p. 146–161, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/171>. Acesso em maio 2010.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna Towards. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 29 nov. 2021.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Os Filhos de Ló. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **O Carvalho**. 1. ed. Aracaju: Criação, 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p. ISBN 978-65-87113-36-4.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, Abril 2010.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Guerras, trânsitos e apropriações**: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. 2010. 385f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

OLIVAR, J. M. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis?. Sexualidad, Salud y Sociedad - **Revista Latinoamericana**, [S.l.], n. 11, p. 88/121, jul. 2012. ISSN 1984-6487. Disponible en: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/2681>. Acesso em: 21 mar 2023.

OLIVEIRA; F. A. G.; RODRIGUES, L. Por uma educação TRANSgressora e TRANSfeminista: possíveis enfrentamentos à produção das ausências através da disciplinarização e subjetivação. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, ano XII, n. 20, p. 83-102, dez. 2018

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: CASTROGÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

PASSEGGI, M. da C.; SOUZA, E. C.; VICENTINI, P. P. **Entre a vida e a formação**: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 369-386, abr. 2011. DOI: 10.1590/s0102-46982011000100017

PENA, J. S. Além da vitrine: Produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdã. 250f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33585>

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/340/146>. Acesso em: 21 mar 2020.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos y prostitución en Brasil: una lectura a partir de la antropología feminista. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires, n. 36, p. 11-31. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2012000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em 10 mar. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. Campinas: **Cadernos Pagu**, Campinas, v.25, p.7-23.2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/sHb5c9PyN7hPXZY66kCPj8c/> Acesso em 10 jan. 2022.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018. Coleção Baderna.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, Margareth. **"Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra 2008.

RAGO, Margareth **Feminismo e Subjetividade em tempos Pós-modernos. Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 31-41, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro como perspectiva emancipatória**. In: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.). Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 20

RODRIGUES, M. T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? Rev. Katál., Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sG4V4bWD8yHJVwGQnBJrkTn/?lang=pt#18>. Acesso em 10 mar. 2022.

ROLNIK. Suely, Entrevista com Suely Rolnik. Goethe-Institut, (s.p.) 2016.

SEGATO, Rita Laura, **“La norma y el sexo: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad”**, in Marisa Belausteguigoitia e Josefina Saldaña (orgs.), *Des/posesión: Género, Territorio y luchas por lanaturaleza*, México, DF: PUEG-UNAM [no prelo].2014.

SILVA, Fernanda Priscila Alves da. **Fazer o corre e ter o pão de cada dia”: participação política, dinâmicas de socialização e educação em famílias de putas**. 2021. 259 f. Tese (Doutorado) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.

SILVA, Fernanda Priscila Alves da. **Mulheres pobres em circulação: Aprendizados e Saberes construídos na batalha nas ruas de Salvador**. 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.

SOARES Pena, João Alves da silva, FERNANDA. Priscila. trabalho sexual e Covid-19: entre o risco e a sobrevivência. Revista Espirales, [S. l.], 2021.Disponívelem: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2769>. Acesso em: 21 mar 2023

SOUSA, Fabiana. Rodrigues. Aprender com o pé atrás: reflexões sobre o lugar da (des) confiança no processo de educarse na noite. In: 35 Reunião Anual da ANPED, 2012, Ipojuca/PE. Anais da 35 **Reunião Anual da ANPED**, 2012. p. 1-15. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/aprender-com-o-pe-atras-reflexoessobre-o-lugar-da-desconfianca-no-processo-de>. Acesso em: 05 out. 2022.

SOUSA, F. R. Ações educativas desenvolvidas por prostitutas organizadas: tecendo confiança e autonomia. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 24, n. 43, jan./jun. 2015, p. 161-169. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v24n43/0104-7043-faeeba-24-43-00161.pdf>. Acesso em: 01 mai 2022.

SOUSA, Fabiana. Rodrigues. Entre o medo e a ousadia: **processos educativos consolidados no exercício do trabalho sexual**. In: XI Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, 2014, São João del Rei. Anais do XI Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, 2014. Disponível em: <https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/07/fabiana-rodrigues-de-sousa.pdf>. Acesso em: 01 set 2022.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e 2116462, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092021000100207&lng=pt&nrm=iso. acesso em 18 set. 2022.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Educar-se em movimento: prostitutas militantes e a construção da autonomia. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], v. 21, n. 43, p. 109–126, 2016. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/907>. Acesso em: 01 out. 2022.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Legado freireano, feminismos e prostituição**: desvelando o político pedagógico na pesquisa em educação. Educação Unisinos, v. 22, n. 4, p.324-333, out/dez. 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.224.10/607466139>

SOUSA, Rodrigues de Sousa. Círculos de cultura e associações de prostitutas: aprendendo a dizer sua palavra. Anais da, **37ª Reunião Nacional da ANPED**. Florianópolis. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt06-4016.pdf>. 2015

SOUSA, Rodrigues de Sousa. Participação popular e engajamento de prostitutas na luta por direitos. Anais da. **36ª Reunião Nacional da ANPED** Goiânia-GO, Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06_2722_texto.pdf. 2013.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. **A noite também educa**: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2012.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. **Saberes da vida na noite**: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes. 2007. 163p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SOUZA, Aquiles de. **Identidades veladas**: Fanny: a formação e a educação na cidade de Brusque na década de 1960. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Itajaí, Itajaí, 2005.

TIPOS Populares: "**Candelária, uma mulher da vida**". Aracaju: Ministério da Cultura, 1989.

WALSH, Catherine. **Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial:** Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. (org). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.* TOMO I. Quito: Abya Yala, 2013.

MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje. Epistemologias do Sul,** Foz do Iguaçu, n. 1, p. 12-32, 2017.

ZAKARIA, Rafia. **Contra o feminismo branco.** Tradução Solaine Chioro, Thaís Britto. - 1. ed. - Rio de Janeiro. 2021